

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

CAMILA CRISTINA SOUZA LIMA

**Monges hospitaleiros: imagem das monarquias ibéricas nos espaços
régios nos Mosteiros da Ordem de São Jerônimo (1495-1598)**

São Paulo

2018

CAMILA CRISTINA SOUZA LIMA

**Monges hospitaleiros: imagem das monarquias ibéricas nos espaços régios
nos Mosteiros da Ordem de São Jerônimo (1495-1598)**

Versão Corrigida

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM
RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB
RESPONSABILIDADE DA AUTORA E
ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

A versão original, em formato digital, ficará
arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 25 de junho de 2018.

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo**

Lima, Camila Cristina Souza

Monges hospitaleiros: imagem das monarquias ibéricas nos espaços régios nos Mosteiros da Ordem de São Jerônimo (1495-1598) / Camila Cristina Souza Lima; orientador Mário Henrique Simão D'agostino. - São Paulo, 2018.
262f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Propaganda Régia. 2. Ordem de São Jerônimo. 3. Idade Moderna. 4. Península Ibérica. I. D'agostino, Mário Henrique Simão, orient. II. Título.

A Paulo, Marta, Talita e Bento.
A Éverton R. Amorim.
A Rita Oliveira.

Agradecimentos

Após quatro anos de trabalho é fundamental reconhecer que nenhuma tese é fruto apenas da pesquisa de um doutorando e seu orientador. Para que pudéssemos realizar este trabalho, muitas pessoas e instituições formaram uma rede imprescindível de apoio.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, Mário Henrique Simão D'Agostino, que confiou no meu trabalho e apoiou o meu projeto. Busquei inspiração muitas vezes em seu enorme entusiasmo como pesquisador, professor e amante da História da Arquitetura.

Devo muito também ao professor Rafael Moreira, professor aposentado da Universidade Nova de Lisboa, que me recebeu generosamente em minha viagem de pesquisa a Portugal, em julho de 2016. Sempre solícito e aberto, acompanhou-me em algumas visitas, como ao Mosteiro de Santa Maria de Belém e ao Museu de Arte Antiga.

Também agradeço aos meus professores de graduação, Adone Agnolin, Ana Paula Tavares Magalhães, Ana Paula Torres Megiani, Iris Kantor, Laura de Mello e Souza, Maria Beatriz Borba Florenzano, Modesto Florenzano e Sara Albieri, cujas palavras fizeram-me escolher estudar a arquitetura como elemento de grande importância para se compreender a História dos Reinos Ibéricos em princípios da Idade Moderna. Também aos professores com quem tive o privilégio de estudar durante o mestrado e doutorado e que foram grandes influenciadores da minha pesquisa: Adma Muhana, Andrea Buchidid Loewen, Armando Bagolin, Beatriz Bueno, Luciano Migliaccio e Renato Cymbalista.

Agradeço a imensa gentileza com que me trataram os funcionários da Biblioteca da Universidade Católica de Portugal, das bibliotecas da Universidade de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa. Aos funcionários que me auxiliaram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca da Ajuda, na Fundação Calouste Gulbenkian, na Casa de Portugal em São Paulo, no Instituto Cervantes de São Paulo, na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), na Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e no

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP).

Sou muito grata à minha amiga Rita Oliveira, que me recebeu em sua casa e me acompanhou em todas as minhas viagens para conhecer os edifícios remanescentes dos mosteiros jerônimos de Portugal, além da visita à igreja do *Mosteiro de San Jerónimo El Real de Madrid* e ao *Mosteiro de San Lorenzo El Real del Escorial*. Andamos por alguns espaços ainda hoje muito isolados dos aglomerados urbanos, cercados por oliveiras e videira e que pela beleza, em sua maioria, acabaram por transformar-se em espaços de hospedagem de luxo: pousadas, hotéis, spas, clubes de golfe, espaços para eventos, etc. A arquitetura dos jerônimos, que antes abrigava reis e nobres, hoje, dessacralizada e ressignificada, abriga outros privilegiados de nossa sociedade. Em algumas dessas visitas tivemos felizes descobertas, como a imensa gentileza dos funcionários do Hotel Convento do Espinheiro, a quem também devo meus agradecimentos.

Agradeço também aos amigos e colegas que fizeram parte da minha vida, ainda que de forma breve, devido às disciplinas da pós-graduação. As conversas e as trocas sempre me foram muito valiosas. Aos amigos de longa data, da graduação e do CRUSP, por terem sempre mandando desejos bons, em especial à Adriana Silva, Brunela Succi, Bruno Galeano, Carla Milhosi, Juliana Massoni, Mayra Vidal, Cristina Cardoso e William Setubal. Ao meu amigo do Ensino Médio, Bruno Macacari, e aos seus pais, Gislene e Celso, por serem meus maiores incentivadores nessa fase tão importante da vida que precede o ingresso à Universidade. Aos colegas de trabalho que tomaram muitos cafés comigo, aliviando um pouco a ansiedade durante o doutorado. À Juliana e às minhas professoras de pilates, Ana, Carina, Giovana e Talita, sem elas eu não teria condições físicas de concluir este trabalho.

Agradeço a Éverton Amorim, que me deu suporte emocional durante todo o doutorado, que me incentivou a arriscar-me definitivamente no campo da Arquitetura, que fez importantes críticas e muito mais elogios e palavras de encorajamento ao longo de todos esses anos.

Aos meus tios e tias e aos meus avós, por me apresentarem as primeiras histórias que me inspiraram. Por fim, agradeço aos meus pais, Paulo e Marta, minha irmã Talita e meu sobrinho Bento, que me mantiveram presente em suas vidas, apesar da distância, que sempre me deram apoio, mesmo que minhas escolhas me impedissem de ver cada nova descoberta do meu afilhadinho nesse mundo novo e maravilhoso que se abria diante de seus sentidos.

“Stela, que desconsolo.
Não sabes onde termina
a aurora de tua presença.”

Hilda Hilst, *Presságio* (1950).

Resumo

LIMA, Camila Cristina Souza. **Monges hospitaleiros:** imagem das monarquias ibéricas nos espaços régios nos Mosteiros da Ordem de São Jerônimo (1495-1598). 2018, 262f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Em Portugal e Castela, entre fins do século XV e ao longo do século XVI, importantes espaços da monarquia foram ocupados pela Ordem de São Jerônimo. A presente tese ocupa-se de tratar dos incentivos dos monarcas desses dois reinos às casas jerônimas como parte da propaganda régia. Em especial trataremos dos dois mosteiros mais favorecidos pelas monarquias: Santa Maria de Belém e San Lorenzo El Real del Escorial. Os dois edifícios foram construídos por iniciativa real, em momentos de alargamento do poder desses reinos em outros continentes e em contextos em que a possibilidade de união dos reinos peninsulares era vislumbrada, inicialmente por D. Manuel e depois por Felipe II. A pesquisa se ocupou em estudar documentos iconográficos, textuais e de cultura material, em especial, buscando compreender o discurso expresso nos edifícios aliados ao discurso escrito sobre o governo desses monarcas.

Palavras-chave: Propaganda Régia, Portugal, Castela, Arquitetura, Ordem de São Jerônimo, Imagem do Poder Real.

Abstract

LIMA, Camila Cristina Souza. **Hospitable monks**: image of the Iberian monarchies in the regal spaces in the Monasteries of the Order of St. Jerome (1495-1598). 2018, 262f. Thesis (Doctorate) - Faculty of Architecture and Urbanism, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

In Portugal and Castile, between fifteenth century and sixteenth century, important spaces of the monarchy were occupied by the Order of St. Jerome. The present thesis deals with the incentives of the monarchs of these two kingdoms to monasteries of St. Jerome as part of the royal propaganda. In particular we will treat the two monasteries most favored by the monarchies: Santa Maria de Belém and San Lorenzo El Real del Escorial. These two buildings were built on the initiative of kings, at times of enlargement of the kingdom and in contexts in which the possibility of union of the peninsular kingdoms was glimpsed, initially by D. Manuel and later by Felipe II. The research was focused on studying iconographic, textual and material culture documents, in particular, seeking to understand the discourse expressed in the buildings allied to the written discourse on the government of these monarchs.

Keywords: Royal Propaganda, Portugal, Castile, Architecture, Order of St. Jerome, Image of the Royal Power.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Retábulo de São Jerônimo para o monastério de <i>Nuestra Señora de la Mejorada</i>	46
Figura 2: Sanchez Coelho, retrato do José de Siguenza.....	47
Figura 3: Croqui da planta do Monastério de San Lorenzo de Lupiana.....	57
Figura 4: <i>The Convent of Penha Longa</i>	60
Figura 5: Igreja do Mosteiro da Penha Longa	61
Figura 6: Ilustração do claustro do Mosteiro da Penha Longa, por Albrecht Haupt	62
Figura 7: Monastério de <i>Santa María del Parral</i>	66
Figura 8: Croqui da planta do Monastério de <i>Santa María del Parral</i>	67
Figura 9: Croqui da planta do <i>Monastério de San Lorenzo El Real</i> de Madrid	70
Figura 10: Santuário e Monastério de Nossa Senhora de Guadalupe	76
Figura 11: Croqui com representação aproximada da ‘Hospederia Real’ do Monastério de Santa Maria de Guadalupe	81
Figura 12: Pormenores do claustro do Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro	83
Figura 13: Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, ilustração de Celestine Brelaz	86
Figura 14: Planta do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena	87
Figura 15: Abóbada da capela do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena	88
Figura 16: Retábulo de Chanterrene para a capela do Mosteiro da Pena	89
Figura 17: Croqui da planta do Monastério de Yuste	96
Figura 18: Palácio de Carlos V em Yuste	98
Figura 19: Foral de Lisboa (1502)	114

Figura 20: Planta geral do Mosteiro de Santa Maria de Belém	132
Figura 21: Portal lateral do Mosteiro de Santa Maria de Belém	134
Figura 22: Porta axial do Mosteiro de Santa Maria de Belém	136
Figura 23: Estátuas de D. Manuel e D. Maria no portal axial de Belém	137
Figura 24: ‘Claustro do Convento de Belém’, litografia de William Barclay	139
Figura 25: Aspecto atual do claustro de Santa Maria de Belém	140
Figura 26: Pormenores dos ornamentos do claustro	142
Figura 27: Pormenores dos ornamentos do claustro	142
Figura 28: D. Manuel como rei Davi	143
Figura 29: Detalhe da Abóbada da Igreja	145
Figura 30: Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém	145
Figura 31: Custódia de Gil Vicente para a Igreja de Santa Maria de Belém.....	146
Figura 32: Exterior da cabeceira da Igreja do Mosteiro de S. Maria de Belém	150
Figura 33: Altar-mor da Igreja do Monastério de Santa Maria de Belém	151
Figura 34: Túmulo sustentado por elefantes na Igreja de Santa Maria de Belém	153
Figura 35: Retrato de Felipe II, de Sofonisba Anguissola	166
Figura 36: Felipe II em sua coroação como rei de Portugal, Alonso Sánchez Coelho.....	167
Figura 37: ‘La Gloria’, Ticiano.....	169
Figura 38: Pormenor da obra ‘La Gloria’.....	170
Figura 39: Visão geral da Real Biblioteca do Escorial	174
Figura 40: ‘Scenografiae totius fabricae S. Larentii in Escoriaii’.....	183
Figura 41: ‘Ortographia exterior meridional del templo i convento ...’	185
Figura 42: ‘Planta segunda y de toda la fabrica...’	186

Figura 43: ‘Ortographia dela entrada del templo...’	187
Figura 44: ‘Ortographia i seccion del Templo...’	187
Figura 45: ‘Ortographia i seccion del Templo...’	188
Figura 46: ‘Ortographia del sagrario del altar maior...’	189
Figura 47: Estampa de Herrera na ilustração do Atlas ‘Geographica blaviana’.....	190
Figura 48: Moeda comemorativa da incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica	197
Figura 49: ‘Galería de Batallas’ do Palácio Real no Monastério de San Lorenzo El Real del Escorial	204
Figura 50: Parte da pintura da ‘Batalla de la Higuera’	206
Figura 51: ‘Batalla de San Quintín’	207
Figura 52: Pintura sobre as campanhas militares nos Açores	208
Figura 53: Fachada principal do Monastério de San Lorenzo El Real de El Escorial	211
Figura 54: Pormenor do terceiro desenho de Herrera	212
Figura 55: Estátuas dos Reis do Antigo Testamento na fachada da Basílica do Monastério de San Lorenzo El Real de El Escorial	213
Figura 56: ‘La visita de la reina de Saba al rey Salomón’, Lucas de Heere	217
Figura 57: Frontispício da obra de Luis Cabrera de Córdoba, “Felipe II, Rey de España”..	221
Figura 58: Retábulo do altar mor da basílica do Monastério do Escorial	231
Figura 59: Estátuas orantes de Felipe II e sua família no Escorial	233

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo I: Processos de Aproximação: As origens dos Jerônimos na Península Ibérica	30
1.1. Reinos Ibéricos: algumas notas preliminares sobre as relações políticas peninsulares em fins da Idade Média	30
1.2. Origem e principais características da Ordem de São Jerônimo	37
1.3. Os jerônimos e os cristãos novos	51
1.4. Primeiras fundações	54
1.5. Primeiras fundações portuguesas: Penha Longa e São Jerônimo do Mato	59
Capítulo II: Monastérios Jerônimos como espaços da monarquia castelhana e lusitana: <i>San Jerónimo El Real, Santa María de Guadalupe, San Jerónimo de Yuste</i> e Santa Maria do Espinheiro	65
2.1. Henrique IV de Castela e a Ordem de São Jerônimo: <i>Santa María del Parral, Santa Maria del Paso</i> e <i>San Jerónimo El Real de Madrid</i>	65
2.2. Monastério de <i>Santa María de Guadalupe</i>	72
2.3. Santa Maria do Espinheiro	82
2.4. Situação da Ordem de São Jerônimo em Portugal no tempo de Dom Manuel I	85
2.5. Yuste e Carlos V	92
Capítulo III: D. Manuel I e o Monastério de Santa Maria de Belém	101
3.1. Dom Manuel e sua política de alianças matrimoniais com Castela	102
3.2. Motivações para a edificação de Santa Maria de Belém e escolha do local para o mosteiro por Dom Manuel	115
3.3. A construção	130
3.4. Os portais	133
3.5. Claustro	138
3.6. Igreja e panteão	144

Capítulo IV: O Escorial e a imagem de defesa da fé pela Monarquia Hispânica	156
4.1. Contexto e motivos para a edificação do Escorial	156
4.2. Construção da fábrica e seus atores	172
4.3. Características gerais da obra e difusão de sua imagem através de estampas	183
4.4. Incorporação de Portugal na Monarquia Hispânica e valorização de um cristianismo ibérico no Escorial	192
4.5. Espaços de apresentação da monarquia no Escorial	201
4.5.1. Palácio Real: Sala das Batalhas	201
4.5.2. Pátio dos Reis	210
4.5.3 Altar-mor, relicários, aposentos reais e panteão dinástico.....	219
Conclusão	235
Referências	239
Documentos consultados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTI)	239
Documentos consultados no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)	239
Fontes impressas	240
Bibliografia.....	242
Apêndice A – Política de Casamentos de Fernando I de Aragão (1380-1416) para seus descendentes	259
Apêndice B – Sucessão dos Reis Portugueses da Dinastia Avis	260
Apêndice C – Sucessão dos Reis Trastâmaras de Leão e Castela	261
Apêndice D – Reis de Castela a partir da União de Leão, Castela e Aragão com o casamento dos Reis Católicos até o início da União Ibérica	262

Introdução

“A beleza e a graça dos objetos, quer sejam naturais ou criados pelo artista, são coisas que os homens de distinção devem saber discutir e apreciar.”

Pier Paolo VERGERIO, *De ingenuis moribus*, 1404¹

A tese de doutorado aqui apresentada partiu de algumas inquietações surgidas durante a pesquisa de mestrado, que versava sobre o arquiteto de Felipe II (1527-1598), Juan de Herrera (1530-1597). Ao estudar a atuação desse homem junto à coroa, percebemos sua contribuição em uma série de projetos unificados para os Reinos Ibéricos governados por Felipe II, baseadas muitas vezes em iniciativas de outros monarcas anteriores, como as aulas de Matemática de Portugal, que seriam a inspiração para a criação da Academia de Matemáticas, que contou, inclusive, com muitos professores lusitanos em sua fundação².

Dessa pesquisa duas grandes questões permaneceram após a conclusão da dissertação e geraram o projeto cujos resultados apresentamos agora. A primeira questão relaciona-se à influência de Portugal na Propaganda Régia de Felipe II ao ser incorporado aos seus domínios. A segunda, diretamente relacionada à questão anterior, buscava compreender se a construção do mosteiro de *San Lorenzo El Real del Escorial*, dialogava com a obra do Mosteiro de Santa Maria de Belém em Lisboa, edificada por D. Manuel I de Portugal, avô de Felipe II, em especial, pela escolha dos monges jerônimos para habitar esse monumento que seria o panteão dinástico. A escolha dos monges da Ordem de São Jerônimo por esses dois governantes em momentos de expansão de seus domínios era a aspecto central a ser compreendido para responder a essas duas perguntas e para compreendê-las precisamos

¹ Apud. BAXANDALL, M. (1972). **O olhar renascente:** pintura e experiência social na Itália da Renascença. Trad. Maria Cecília Preto da Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.41.

² Em 1582, Felipe II nomeou João Baptista Lavanha como professor das aulas de matemáticas que seriam lidas em castelhano na corte e em 1584 Juan de Herrera criou uma espécie de estatuto que fundava e organizava a Academia de Matemáticas, que tinha como principal função ser um ambiente de formação para as profissões que necessitavam do conhecimento matemático que fosse uma alternativa às universidades. O projeto de Herrera pretendia expandir as aulas de matemática para muitas das principais cidades castelhanas, mas esse objetivo não foi bem sucedido.

ESTEBAN PIÑEIRO, M. *Las Academias técnicas en la España del siglo XVI. Quaderns D’Història de l’enginyeria*. Vol. V, págs.10-18, 2002-2003.

buscar na literatura disponível as bases teóricas de nossa pesquisa, que apresentamos nessas primeiras páginas.

Em primeiro lugar precisamos entender a eficácia da visão, através das iniciativas em arquitetura, como parte da construção da imagem da monarquia. Nosso tempo não é mais apegado às imagens e suas formas de comunicar do que fora o passado, como bem assinala Paolo Rossi³. Se hoje vivemos imersos em um mar de propagandas, da linguagem televisiva, dos outdoors, da moda, etc., no passado, mais precisamente no caso de nosso trabalho, entre fins da Idade Média e o alvorecer da Idade Moderna, saber ver e entender o que as imagens expressavam com seu discurso próprio era matéria dos estudos que distinguiam os homens nobres e letrados dos demais, como o trecho do tratado voltado à educação da nobreza de Vergerio nos apresenta.

Segundo Jacqueline Lichtenstein, durante a época medieval até o século XVII, a “pintura pôde ser uma espécie de linguagem na qual o prazer da decifração frequentemente prevalecia sobre a fruição das qualidades pictóricas.”⁴ A visão, apontada desde Cícero como o mais agudo de nossos sentidos⁵, e a capacidade de compreender imagens construídas por pintores, escultores e arquitetos eram valorizadas entre os homens das camadas altas da sociedade medieval e moderna.

Também, a formação dos homens da camada média das cidades comerciais italianas, como nos mostra Baxandall⁶, juntamente com o conhecimento religioso proporcionado pelo contato com os pregadores urbanos, permitia a esses indivíduos o conhecimento necessário para compreender a mensagem expressa nas telas.

A interpretação de um quadro depende de uma bagagem cultural, podendo ser lido em suas camadas mais superficiais ou mais profundas. Da mesma forma a arquitetura podia ser lida de formas distintas. Com o advento da imprensa, mesmo aqueles que não pudessem ver pessoalmente um edifício podiam conhecê-lo em obras estampadas com suas

³ ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**. Seis ensaios da história das idéias. trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

⁴ LICHTENSTEIN, J. (org.). **A pintura: textos essenciais**. Vol. 8: Descrição e interpretação. Trad. São Paulo: Ed. 34, Magnolia Costa, 2008, p.23.

⁵ ROSSI, P. Op. cit.

⁶ BAXANDALL, M. Op. cit.

imagens. A maior circulação de livros também proporcionava maior circulação dos tratados sobre arquitetura, pintura e escultura, que eram parte cada vez mais notável da educação da nobreza e, sobretudo, dos príncipes em diversos reinos europeus.

No caso específico de Felipe II, grande mecenas de obras de pintura e arquitetura do século XVI, sua educação contou com preceptores que o muniram de importantes obras escritas sobre artes, ciências e religião. Quando ainda era o príncipe herdeiro, foi educado por Juan Martínez Siliceo, que estudara matemática e filosofia em Paris e Salamanca, autor de textos sobre aritmética. Também teve como preceptor Juan Cristóbal de Calvete de Estrella (c.1510 - 1593)⁷, que lhe comprou livros de Vitruvius, Pedro Apiano, Ptolomeu, Copérnico, Arquimedes, tratado de alquimia de Greber, Hipócrates, Aristóteles, Dioscorides, Galeno, Plínio e Hermes Trismegistus, obras que enriqueceram a Biblioteca do Escorial⁸.

Com maior conhecimento daqueles que podiam ler a arquitetura, ou, ao menos, que podiam admirar a grandiosidade, engenho e magnificência das obras edificadas, a mesma preocupação com a utilização dos edifícios para a Propaganda Régia ganhava força, sobretudo no caso de Portugal e Castela cujos monarcas conseguiam progressivamente concentrar maior poder em suas mãos na medida em que arquitetavam impérios além-mar e enriqueciam-se com as novas terras conquistadas e com o comércio fortalecido pela expansão ultramarina.

Devido à percepção da importância do uso de imagens na comunicação com um grande número de pessoas as monarquias modernas se valiam de uma série de recursos, entre eles as imagens, para se apresentarem aos seus mais variados súditos.

O conceito de “Propaganda Política” aplicado às preocupações das monarquias europeias do início da Idade Moderna, em especial para o reinado de Felipe II, é apresentado

⁷ Juan Cristóbal Calvete de Estrella (c. 1510 -1593) foi historiador, humanista e autor de varias obras, entre elas o relato da viagem de Felipe pelos territórios que herdaria de seu pai, em 1552, obra intitulada de “El felicísimo viaje del muy alto y muy poderoso principe Don Phelippe”, obra disponível na Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico (BVPB) em: <http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=439026> acesso em 10/01/2018

⁸ SÁNCHEZ RON, J. M. *Felipe II, El Escorial y la ciencia europea del siglo XVI*. In: JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. (coord.). **La ciencia en el Monasterio del Escorial**: actas del Simposium. Escorial: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, vol. 1, 1993, págs. 39-72.

nos trabalhos do historiador espanhol Fernando Bouza Álvares⁹ com o sentido de propagação da imagem da monarquia em vista de maior adesão e legitimação daquele poder que se torna cada vez mais concentrado. O termo é usado como forma de buscar compreender a relação entre imagem e discurso pela poder político na primeira modernidade, sem recair no sentido adquirido atualmente pelo termo ‘propaganda’.

O poder do rei se fazia presente nas cidades nos edifícios que a monarquia construía. Felipe II, por exemplo, empreendeu uma série de reformas urbanas com o auxílio de Juan de Herrera¹⁰, em que a imagem do rei se colocava nos espaços públicos, sobretudo nas *plazas mayores*. O mesmo foi desejado nas iniciativas de D. Manuel I de Portugal no emprego da heráldica e de uma iconografia específica, como estudado Ana Maria Alves, para se fazer presente ao seu súditos em mosteiros e outras edificações em Lisboa¹¹.

Bouza Álvares entende a construção dos espaços relacionados à monarquia como intencionalmente pensados para ser a imagem visível do poder dos reis. Seus estudos se fazem articulando a leitura de panfletos, da produção editorial, das festas com arquitetura efêmera, como aspectos integrados de um mesmo esforço de transmissão (propagação) de uma imagem régia, como um todo coerente de ações do monarca para se apresentar de diversas formas aos seus súditos. Diversos autores que se debruçaram especificamente sobre a construção da imagem real em Portugal e Espanha no início da Idade Moderna identificam certa coerência, como um programa, o que pode ser percebido especialmente nos estudos mencionados de Ana Maria Alves e Fernando Checa Cremades¹².

A imagem do rei não precisa ser vista diretamente para que se perceba sua presença, nem mesmo todos os súditos precisam ter acesso aos edifícios construídos pela monarquia. Segundo Bouza, a ideia de representação, no que diz respeito à monarquia, nos

⁹ BOUZA ÁLVAREZ, F. **Imagen y propaganda**. Capítulos de Historia Cultural del Reinado de Felipe II. Madrid: Akal, 1998.

_____. **Palabra e Imagen en la Corte**. Cultura oral y visual de la nobleza en el siglo de oro. Madrid: Abada, 2003.

¹⁰ WILKINSON-ZERNER, C. **Juan de Herrera**. Arquitecto de Felipe II. Trad. Isabel Balsinde. Madrid: Akal, 1996.

¹¹ ALVES, A. M. **Iconologia do poder real no período manuelino**. À procura de uma linhagem perdida. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.

¹² CHECA CREMADES, F. **Felipe II**, mecenas de las artes. Madrid: Nerea, 1997.

remete ao fato de que o rei se fazia presente através dos objetos, dos rituais, das cerimônias¹³.
Em suas palavras:

“a través de expedientes visuales, nada violentos [...], se hace reconocible, práctica y efectiva, la relación constitutiva entre distintos polos de ese poder – el rey y el reino o los señores y sus vasallos, por ejemplo. Por lo tanto, el poder se ve y, cuando no aparece, es imaginado. Esto es lo que ha hecho que en los últimos años se hayan multiplicado los estudios sobre fenómenos escasamente tratados anteriormente como la liturgia funeral o de consagración, las regalías, el ceremonial y la etiqueta de corte, las entradas reales, el ritual cívico, etc., etc.”¹⁴

A ideia de um programa, de uma imagem construída do rei seria mais explicitamente realizada nos esforços de Luis XIV, que foram estudados por Peter Burke, autor que também se utiliza do termo ‘propaganda’ para tratar dessas iniciativas, significando também um plano de ações que utiliza diversas ferramentas (balet, pinturas, jóias, o gestual, vestimentas, jardins, palácios, música, etc.) que permitiam à monarquia mostrar-se e afirmar-se¹⁵.

As contribuições de tais autores esclarecem a relação entre o fortalecimento político e econômico do poder real aliado à crescente preocupação em legitimar e propagar a imagem de tal poder na arte e na teatralização da vida na corte. Inclusive, Burke defende que muito do cerimonial adotado pelo rei francês foi elaborado a partir do que se realizava na Espanha, o que fortalece a importância das relações entre diferentes cortes, das notícias que circulam sobre as iniciativas de diferentes monarcas na Idade Moderna, o que podia ser percebido nas relações entre o Sacro Império e Castela, que tiveram grande intercâmbio de obras oferecidas entre o Imperador Rodolfo II e seu tio, Felipe II¹⁶ de Castela, bem como as inúmeras influências de Portugal em Castela e vice-versa, a partir da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), que ficavam explícitas nas preocupações de Felipe II em suas cartas às

¹³ BOUZA ALVARES, F. **Imagem y Propaganda**. Capítulos de História Cultural del Reinado de Felipe II. Madrid: Akal, 1998.

¹⁴ BOUZA, F. e SANTIAGO, E. *Grabar la Historia. Grabar en la Historia* OLLERO, J. (ed.). **Los Austrias**. Grabados de la Biblioteca Nacional. Madrid: Biblioteca Nacional, 1993, p.18.

¹⁵ BURKE, P. **Fabricação do Rei**. A Construção da Imagem Pública de Luis XIV. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Zahar, 1994.

¹⁶ JIMÉNES DÍAZ, P. **El coleccionismo manierista de los Austrias**. Entre Felipe II y Rodolfo II. Espanha (sem cidade): Sociedad Estatal para la Commemoración de los Centenarios de Felipe II e Carlos V, c. 1997.

filhas Isabel Clara Eugênia e Catarina Micaela durante suas viagens para realizar as cortes em Lisboa¹⁷.

No entanto, no caso francês, em lugar da sobriedade dos Habsburgos e das aparições muito menos frequentes dos membros desta família, Luís XV adotou o fausto, a exuberância e a teatralização de seu cotidiano como um espetáculo aos que viviam na corte. Os casamentos entre as famílias reais dos Reinos Ibéricos, com a presença de rainhas estrangeiras, que levavam um séquito consigo, favoreciam as aproximações entre Portugal e Castela nas formas de seus monarcas apresentarem-se aos seus súditos¹⁸.

Tais posturas investigativas filiam-se a tradição de estudos sobre o poder real que tem como importante referência a obra de Marc Bloch, “Os reis taumaturgos”¹⁹, em que compreende o poder monárquico em suas mais particulares formas de se apresentar. No caso das monarquias francesa e inglesa, o toque das escrófulas era parte fundamental para se entender a sacralidade do poder real, prática que teve longa duração, dos séculos XII ao XVIII, em que seus súditos buscavam o toque dos reis para curar as úlceras que se manifestavam em suas peles. A crença na capacidade de cura desses indivíduos, ainda que de uma doença específica, marcava a imagem de distinção entre os governantes e os demais. Os reis eram investidos de características e capacidades especiais enquanto representantes de Deus na Terra, em especial nos casos dessas monarquias, pela unção que recebiam ao subir ao poder.

As iniciativas arquitetônicas devem ser pensadas como instrumento privilegiado da Propaganda Régia. Como aponta Norbert Elias²⁰, a literatura e a filosofia puderam se

¹⁷ BOUZA ÁLVARES, F. (organização, introdução e notas). **Carta para duas infantas meninas**. Portugal na correspondência de D. Felipe I para suas filhas (1581-1583). Trad. Nuno Senos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

¹⁸ O tema das cortes das rainhas ibéricas tem despertado bastante interesse nos últimos anos, o que pode ser percebido pela publicação da obra em três volumes coordenada por Martínez Milan e María Marçal Lourenço com a contribuição de diversos autores para tratar desse assunto.

MARTÍNEZ MILLÁN, J.; MARÇAL LOURENÇO, María P. (coords.). **Las relaciones discretas ente las monarquías hispana y portuguesa: las casas de las reinas** (siglos XV-XIX). Madrid: Ediciones Polifemo, 2008, 3 vols.

¹⁹ BLOCH, M. **Os reis taumaturgos**. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

²⁰ ELIAS, N. **Mozart**. Sociologia de um gênio. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

autonomizar mais cedo em relação aos seus patronos (e depois “consumidores”) do que a música e a arquitetura. O mercado editorial vai se constituindo a partir do advento da imprensa, criando um público consumidor relativamente anônimo, o que permite ao autor maior independência em relação ao gosto de seus leitores. A música e a arquitetura têm um custo bastante elevado, e o mercado editorial de partituras, ou de traças, demora muito a se formar. Por tais motivos, essas duas artes são fundamentais para se compreender o poder monárquico durante a Idade Moderna.

Por esses motivos são de extrema relevância as iniciativas dos reis de Portugal e Castela em edificar monastérios entregues à Ordem de São Jerônimo e que serviriam de memória dessas monarquias.

Os Reinos Ibéricos desenvolveram-se conservando inúmeras relações entre os membros da nobreza e da realeza de cada reino. Sobretudo no caso de Portugal e Castela, a Reconquista será importante motor na formação de seus territórios e as disputas de fronteiras e momentos de cooperação entre seus monarcas implicarão em alianças e momentos de paz seladas por casamentos. A defesa da fé, sobretudo na luta contra os muçulmanos serão rememorados constantemente na identidade construída por essas monarquias.

Em uma obra clássica, Fernando Chueca Gotia defendeu que os reinos da Espanha (e aqui alargamos esta ideia para toda a Península Ibérica, incluindo Portugal) devem ser entendidos em suas especificidades, fugindo a modelos de realeza que explicam bem a realidade francesa, mas não os Reinos Ibéricos se apresentam e constroem suas imagens de realeza. Nesse sentido, tal crítica às tentativas de enquadrar os estudos e os critérios de avaliação sobre o passado ibérico aos conceitos e características de outros reinos, concretizou-se nos estudos das Casas Reais em monastérios e conventos. Nas palavras de Chueca:

“Con criterio moderno hemos creído que los monarcas significaban su poder y su gloria con sus palacios. Criterio que puede basarse en una idea monárquica a la francesa [...], pero que está muy lejos de ser válido universalmente. Por el contrario, la conclusión que yo obtengo [...] es que los verdaderos palacios de los Reyes de España son los monasterios.”²¹

²¹ CHUECA GOTIA, F. **Casas reales en monastérios y conventos españoles**. Madrid: Diana Artes Gráficas, 1966, p.15.

Sobretudo nos anos finais de suas vidas, os reis castelhanos costumavam buscar refúgio em mosteiros, seja para prepararem-se como homens mortais para entrar na Glória Divina, seja para reafirmarem-se, enquanto governantes, em sua missão de guiar e ser exemplo aos seus súditos. A morte do rei marcava a despedida do indivíduo, mas a continuidade do poder real que seria exercido e encarnado por seu sucessor. Era o momento em que o corpo físico, natural, mortal, sujeito a doenças e ao tempo colapsava, enquanto seu corpo político deveria permanecer, este que não pode ser visto ou tocado, que não é mortal ou sujeito a defeitos ou erros, como bem estudou Kantorowicz²².

As considerações de Ernest Kantorowicz são especialmente válidas no caso ibérico por seu cuidado em identificar nos Concílios Hispânicos da Alta Idade Média contribuições fundamentais para a formulação da teoria do poder monárquico que se manteria na Idade Moderna. Cristo, segundo a doutrina que se tornaria a ortodoxia no Ocidente, era uma pessoa com duas naturezas, ao mesmo tempo homem e divindade (*una persona, duae naturae*) e, por isso, uma ‘pessoa gêmea’ (*gemina persona*). Os Concílios Hispânicos do século VII reforçaram o dogma, utilizando o termo *gemina natura* (II Concílio Hispânico, de 619) para tratar de Cristo, que deveria ser entendido como uma única pessoa, ou ainda o uso do termo *gemina substantia* (XI Concílio de Toledo, de 675), demonstrando na procura do melhor termo a ser empregado a preocupação que marcava a necessidade de afastar-se de qualquer heresia. Tais nomenclaturas foram pouco utilizadas nos séculos posteriores, aparecendo raramente nos textos cristológicos do século XII. O desdobramento dessa discussão sobre a natureza de Cristo nas concepções sobre o poder real se apresentariam nos escritos do anônimo normando estudado por Kantorowicz:

“O rei é o personificador perfeito de Cristo na Terra. Uma vez que o modelo divino do rei é ao mesmo tempo Deus e homem, a *christomimetes* real tem de corresponder a essa duplicação, e uma vez que o modelo divino é ao mesmo tempo Rei e Sacerdote, realeza e sacerdócio de Cristo devem refletir-se também em seus vigários, isto é, no Rei e no Bispo, que são, ao mesmo tempo, *personae mixtae* (espirituais e seculares) e *personae geminatae* (humanas por natureza e divinas pela graça).”²³

²² KANTOROWICZ, E. H. **Os dois corpos do rei**. Um estudo sobre teologia política medieval. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

²³ Ibid, p.56.

Assim, as discussões sobre a natureza gêmea de Cristo, homem e divindade, desdobraria-se na imagem do rei como novo Cristo, rei e sacerdote²⁴, e, posteriormente, em seus dois corpos compreendidos como o corpo físico e o corpo divino.

No caso castelhano a reivindicação da ascendência de sua monarquia aos reis visigodos é constantemente retomada, em especial para justificar a expulsão dos muçulmanos como ‘reconquista’ de um território que era anteriormente cristão. Tais justificativas ganhariam ainda mais força com a Reforma e Contra-Reforma Católica apoiada por Felipe II, rei de toda a Península Ibérica, cuja morte seria narrada por seus contemporâneos e rememorada no governo de seu filho e de seu neto como exemplo de bom cristão, bem como marcando a distinção entre a morte do corpo do homem e a permanência do corpo político, como apresentaremos mais adiante em nosso trabalho.

No cessar da vida a dualidade dos dois corpos do rei ficava explícita. Os problemas de uma possível ausência de herdeiros, ou o questionamento da legitimidade do sucessor, poderiam trazer instabilidades ao reino. A morte marcava o fim de uma vida, o fim de um governo e o início de um novo reinado. A memória do monarca falecido deveria ser guardada tanto pelo desejo de cuidar de sua alma na vida eterna através das orações de seus familiares, súditos e religiosos, e também para marcar a ligação e, dessa forma, a legitimidade do poder daquele que o sucederia.

Com a construção e fortalecimento dos Estados Nacionais e suas Monarquias em fins da Idade Média e ao longo da Idade Moderna, os funerais régios e a organização dos locais de enterramento dos antepassados dos monarcas em exercício passaram a desempenhar papel importante na apresentação visual da concepção do poder real. No século XIII, a abadia de Saint-Denis, onde os monarcas franceses eram enterrados, foi reformada, sendo que a disposição dos túmulos foi reordenada de forma a apresentar de forma clara a posição dos mortos na genealogia do poder real francês, que retomava inclusive a memória dos reis francos das dinastias merovíngia e carolíngia. O rei inglês Eduardo I também se

²⁴ “É a ideia medieval da realeza centrada em Cristo levada a um extremo raramente encontrado no Ocidente. O rei é um ser geminado, humano e divino, exatamente como Deus-homem, embora o rei seja binaturado e geminado apenas pela graça e no âmbito do Tempo, e não por natureza e (após a Ascensão) na Eternidade: o rei terrestre não é, ele *se torna* uma personalidade gêmea mediante sua unção e consagração.”

apropriou da tumba do rei lendário Artur como forma de criar uma memória dos feitos passados e fortalecer sua imagem real com tal ancestralidade²⁵.

A preocupação com a memória dinástica dos monarcas seria fundamental para fortalecer a imagem de perpetuidade do poder em detrimento da mortalidade dos seus reis. D. Manuel I se ocuparia em dar sepulcro digno aos primeiros reis lusitanos, D. Afonso Henriques (1109-1185) e D. Sancho I (1154-1211), na igreja do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra²⁶, bem como Felipe II colocaria em lugar de destaque no Escorial a imagem e memória de seu pai, o imperador Carlos V.

As tumbas, capelas e igrejas funerárias adquiriam características próprias durante os séculos XIV, XV e XVI. Segundo Guillaume²⁷, entre as motivações para a maior preocupação com a arquitetura funerária estavam a convicção de que os pecados poderiam ser limpos no purgatório e a preocupação em ter um grupo de religiosos que rezem pelas almas dos reis em seus ofícios cotidianos. A atenção dos reis castelhanos para a realização de seus sepultamentos voltou-se para a Catedral de Toledo, a Cartuxa de Miraflores, para o convento de *San Juan de los Reyes* e a Capela Real de Granada.

As formas de se realizar tais sepultamentos variavam de uma localidade a outra. As grandes famílias italianas costumavam adquirir capelas funerárias ao lado do transepto e nave de igrejas de ordens mendicantes. Na Península Ibérica do século XIV as grandes capelas dentro de catedrais ou igrejas monásticas e conventuais tiveram destaque nas escolhas da nobreza e dos monarcas para realizar seus sepultamentos, como a capela Albornoz dentro da Catedral de Toledo, ou as capelas imperfeitas do Mosteiro da Batalha. No século XVI, os monumentos funerários que se assemelhavam a arcos triunfais vão progressivamente dando espaço a formas de sepultamento mais modestas, segundo o ideal cristão da época.

²⁵ LAUWERS, M. *Morte e Mortos*. Trad. Eliana Magnani. In: LE GOFF, J; SCHMITT, J. C. (coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Coordenação da tradução de Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC, vol II, 2002, págs.243-259.

²⁶ DIAS, P. **Fydias Peregrino**. Nicolau Chanterene e a escultura europeia do Renascimento. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra/ CENEL, 1996.

²⁷ GUILLAUME, J. *Avant-propos: Trois siècles d'architecture funéraire: rêves d'immortalité et peur du Purgatoire*. In: CHASTEL, A.; GUILLAUME, J. (coord.). **Demeures d'Éternité**. Églises et chapelles funéraires aux XV^e et XVI^e siècles. Actes du colloque tenu à Tours du 11 au 14 juin 1996. Paris: Picard, 2005, págs.7-8.

A arquitetura funerária, assim como palácios, igrejas e toda forma de edifícios construídos para a monarquia e nobreza na Idade Moderna, deveriam seguir o decoro, como preceituavam os tratados de arquitetura que circulavam na Europa entre os séculos XV e XVI. Segundo D’Agostino²⁸, sobretudo a partir dos tratados de Leon Battista Alberti, a questão do ‘decoro’ é compreendida como a identificação da conveniência na arquitetura. Coloca-se na arquitetura, assim como no vestuário, no comportamento, na alimentação, etc., saber o que convém. Para Alberti, a construção do edifício com seus ornamentos revela o engenho do artífice de idear a obra e a capacidade de realiza-la efetivamente, bem como revela o papel daquele a quem se realizou a construção e para que fins²⁹, se é uma igreja em uma cidade republicana, ou o palácio de um monarca com inúmeros territórios, ou se foi realizado ao papa para compor os domínios em que se encontra o centro da cristandade, etc. Nas palavras de Alberti: “Conforme o poder esteja nas mãos de um tirano (como ele é denominado) ou nas mãos de quem o adquire e o guarda como se fosse uma magistratura concedida pelos outros, variam não somente os tipos de edifícios, mas até as próprias cidades.”³⁰

Para Vitruvius, o arquiteto deveria ter o esmero de construir cada edifício segundo a sua especificidade (casa, templo, basílica, etc.) e estar de acordo com o ‘caráter’ de seu destinatário³¹. Dessa forma, a arquitetura religiosa deveria ser a de maiores proporções e para a qual se dispense maiores recursos na realização. Para Alberti a arquitetura deveria ser pensada pela consonância das partes entre si e com o todo, bem como suas proporções em relação ao local em que se edificavam, no seu entorno, sendo louvável um templo que isoladamente parece pequeno, mas se pensado em relação à cidade em que se inseria apresentava-se de forma imponente na paisagem. Além disso, Vitruvius indica que as necessidades culturais deveriam fazer parte das preocupações daqueles que iriam construir os templos³².

²⁸ D’AGOSTINO, M. H. S. **A Beleza e o Mármore**. O Tratado *De Architectura* de Vitruvius e o Renascimento. São Paulo: Annablume, 2010, p.125.

²⁹ Ibid, p.127.

³⁰ ALBERTI, L. B. (1404-1472). **Da Arte de construir**. Tratado de Arquitetura e Urbanismo. Tradução de Sergio Romanelli. São Paulo: Hedra, 2012, p.167.

³¹ D’AGOSTINO, M. H. S. Op. cit., p.125.

³² Ibid, p.135.

O caráter e as necessidades religiosas cotidianas serão aspectos importantes nas decisões relacionadas à construção dos mosteiros jerônimos, bem como os locais escolhidos por D. Manuel I de Portugal e Felipe II de Espanha para edificar seus panteões dinásticos em Santa Maria de Belém e no Escorial. Esses edifícios deveriam ser adequados a toda a ritualística específica dos enterramentos reais, como apontaremos ao longo deste trabalho.

O conceito de decoro não é exclusivo do campo da arquitetura, bem como parte considerável dos preceitos apresentados na tratadística da época se valem de um campo mais amplo das artes que se liga à retórica. O decoro aparece na obra de Cícero, referindo-se a “um tipo de sabedoria que é apropriado na vida e na eloquência da oratória”³³. Segundo Loewen e D’Agostino:

“o *decorum* é de máxima utilidade e da maior dignidade porque pressupõe a congruência entre aquilo que é e aquilo que aparece. Aplicado à arquitetura, este conceito intervém na determinação de uma hierarquia de beleza, distribuindo a ornamentação de maneira que convenha ao tipo de construção, e que esteja de acordo com a posição social de quem a habita ou as funções a serem desenvolvidas no edifício.”³⁴

A relação entre arquitetura e retórica e, dessa forma, o edifício como a possibilidade de ser a expressão de um discurso de poder, estava posta desde os escritos de Quintiliano, que alargava o campo da retórica podendo ser aplicado às mais diversas artes, não se restringindo mais à argumentação e ao convencimento do interlocutor, como era definida por Aristóteles³⁵. Dessa forma, os tratados de arquitetura, assim como a escrita sobre os edifícios, valem-se de preceitos retóricos que eram conhecidos e partilhados entre os letrados.

³³ LOEWEN, A. B.; D’AGOSTINO, M. H. S. **Ornamento e Decoro em Alberti e Vitruvius**. In: *Designio*. São Paulo: Annablume / FAU-USP, n. 2, set./2004, p.70.

³⁴ *Ibid*, p.70.

³⁵ Com os escritos de Quintiliano a retórica passa a ser a arte do bem dizer, que podia se aplicar à pintura e sua função de narração em Alberti, na poesia, e mesmo na arquitetura.

MUHANA, A.; LAUDANNA, M.; BAGOLIN, L. A. (orgs.). **Retórica**. São Paulo: Annablume, 2012.

LOEWEN, A. B. **Lux pulchritudinis**. Sobre a beleza e ornamento em Leon Battista Alberti. São Paulo: Annablume, 2012.

Dessa maneira, as escolhas dos artifícios e clientes na arquitetura são de extrema importância para se compreender a imagem desejada e o discurso presente nos edifícios. Como aponta Fernando Mariás, no século XVI, a escolha de se fazer uma arquitetura à maneira antiga ou à maneira moderna (chamada posteriormente de gótica) eram definidas por uma série de motivos que faziam com que uma ou outra opção fosse mais conveniente³⁶. Segundo o mesmo autor, esse século seria bastante conflituoso por se caracterizava pelo processo de transformação de todo sistema artístico espanhol, sendo que a arquitetura moderna (gótica) sobreviveria a toda essa centúria, por motivos internos e externos. Entre os motivos interno, essa maneira de edificar satisfazia necessidades e desejos de representação, dando resposta satisfatória aos seus incentivadores. Como motivo externo, o autor aponta a manutenção da mesma clientela, que deseja continuar a financiar uma arte já conhecida, que continuava a ter os mesmos artifícios como seus executores. Poderíamos alargar tais considerações para Portugal, reino que se relacionava intimamente com Castela por uma série de alianças, como apresentaremos posteriormente. Dessa forma, as escolhas de edifícios tão distintos como Santa Maria de Belém e *San Lourenço El Real del Escorial*, que são os principais exemplos de edifícios régios funerários entregues aos cuidados da Ordem de São Jerônimo, eram parte fundamental do discurso construído por D. Manuel I e Felipe II nessas obras.

Para Mariás, a definição de Renascimento identifica um período histórico da Europa Ocidental, que nutrido de inovações do Humanismo, produz uma suprema novidade educativa e literária, junto com um projeto de uma sociedade nova. Ou seja, sua definição não é limitada por uma série de características estilísticas, mas parte de uma tendência a transformações profundas a partir do Humanismo, que é entendido como estudo filológico e imitação dos antigos³⁷. Ainda assim, muitos artifícios usavam a linguagem antiga (renascentista) e moderna (gótica) dependendo da ocasião, o que Mariás chama de

³⁶ MARIÁS, F. **El siglo XVI**. Gótico y renacimiento. Madrid: Silex, 1992.

³⁷ “Pero durante el Renacimiento se aceptó como creencia que este nuevo tipo de educación proporcionaba al hombre una verdadera humanitas, no sólo cultura sino además una nueva forma de civilización, de conducta privado e pública, de humanidad. Si el hombre es superior al animal, lo es por obra de la razón instrumentada gracias a la palabra; con esta se adquieren las letras y las bonae artes, sustancia misma de la humanitas como raciocinio <<elocuente>> histórico, como cualidad que ha de conquistarse y ejercerse.”

Ibid, p.10.

‘bilinguismo’, tendência inclusive identificada na obra de Juan de Herrera nos estudos de Catherine Wilkinson-Zerner³⁸.

Obras como o estudo de José Marias sobre o século XVI³⁹ são de considerável importância também por discutir o uso dos termos ‘gótico’ e ‘renascimento’, que não devem ser empregados de forma acrítica, ou buscando verificar uma sucessão e superação de estilos arquitetônicos e artísticos ao longo do tempo. Muitos desses conceitos são construídos muito posteriormente e eventualmente com múltiplas definições⁴⁰.

Em muitos estudos, os termos Gótico⁴¹, Renascentista⁴² e Barroco⁴³ não guardam em si apenas aspectos formais de soluções arquitetônicas e artísticas, mas são empregados frequentemente significando intenções e valores mais abrangentes da sociedade europeia da Baixa Idade Média e Idade Moderna. Nesse sentido, classificações excessivamente rígidas para enquadrar cada período, elencando um repertório de elementos que representariam cada um desses modos de fazer arquitetura, muitas vezes mais dificultam do que auxiliam o trabalho do historiador.

Para tratar do tema da pesquisa cujos resultados apresentamos nesta tese, escolhemos nos aproximar dos objetos escolhidos a partir da narrativa visual/arquitetônica e da narrativa escrita. No caso português não há um texto específico para tratar de Santa Maria de Belém, porém sua construção e o significado pretendido dessa obra são apresentados junto às narrativas sobre a vida e o reinado de Dom Manuel I. Já a construção do Monastério de *San Lorenzo el Real de El Escorial* seria tema da obra do contemporâneo de Felipe II, frei

³⁸ WILKINSON-ZERNER, C. Op. Cit.

³⁹ MARÍAS, F. Op. Cit.

⁴⁰ KOSSOVITCH, L.; AZEVEDO, R. M. *Questão: artes, arquitetura e história uma conversa entre Leon Kossovitch e Ricardo Marques de Azevedo a partir da noção de renascimento*. **Revista Pós**, São Paulo, v. 11, p. 10-24, 2002. Acessível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/issue/view/3946>, acesso em 10/jan./2015.

⁴¹ PANOFSKY, E. **Arquitetura Gótica e Escolástica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁴² GARIN, E. **O homem renascentista**. Lisboa: Presença, 1990.

NIETO ALCAIDE, V. M. e CHECA CREMADES, F. **El renacimiento: formación y crisis del modelo clásico**. Madrid: Ediciones Istmo, 1993.

⁴³ MARAVALL, J. A. (1975). **A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica**. São Paulo: Edusp, 2009.

José de Sigüenza, que depois se tornaria a referência obrigatória para muitos outros autores posteriores que se ocupariam em guardar a memória desse edifício. Tal tomada de posição não se apresenta como novidade, já que desde os estudos de Jacob Burckhardt (1818-1897) e Aby Warburg (1866-1929), há muitos estudos que partem de uma concepção unitária da cultura, entendida em um sentido amplo da produção humana, possibilitando considerar-se em nível de igualdade em seus estudos a arte, literatura, filosofia, ciência, superstições e atividades manuais⁴⁴.

Nesse mesmo sentido, obras de Manfredo Tafuri são fundamentais para lançar luz sobre a relação entre arte e política, em especial a arquitetura. Os escritos de Tafuri dedicados ao Renascimento⁴⁵ demonstram a preocupação do autor claramente posta numa arquitetura que apenas pode ser compreendida como uma produção de seu tempo, em que questões sociais, políticas e filosóficas são essenciais para as escolhas realizadas por seus produtores históricos⁴⁶. Tafuri, ao analisar as iniciativas do imperador Carlos V no palácio da Alhambra, aponta a complexidade da obra, suas possíveis contradições e indica em suas análises as disputas entre aqueles que poderiam influenciar nas decisões arquitetônicas, entre um arquiteto humanista e os conselheiros castelhanos ainda apegados a uma visão de poder medieval, indicando importantes aspectos a serem observados no sentido de não colocar a História da Arquitetura em uma perspectiva teleológica e anacrônica.

Dessa forma, o pesquisador deve estar atento aos novos protagonistas das obras realizadas, às mudanças sociais e políticas que influenciam o campo da arquitetura, valendo-se, então, de aspectos da História Política e Social para compreender a História da Arquitetura.

A tese que apresentamos busca analisar os mosteiros da Ordem de São Jerônimo como espaços de grande importância no discurso político das monarquias portuguesa e castelhana, aproximando-as em suas formas de apresentarem-se. Dessa maneira, os

⁴⁴ GINZBURG, C. *De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método*. In: idem. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.41-93.

⁴⁵ TAFURI, M. **Ricerca del Rinascimento**. Principi, città, architetti. Torino: Einaudi, 1993.

⁴⁶ “Il problema è individuare, nel periodo compreso fra la fine del XV secolo e i primi decenni del secolo successivo, i ordi in cui quel complesso di strumenti gestionali si modifica, una volta che nuovi protagonisti, nuove rappresentazioni ideali, nuovi soggetti politici siano entrati in campo.”

monastérios selecionados para o presente estudo são pensados como instrumentos visuais do poder dos reis, entre fins do século XV e ao longo do século XVI. Para tanto, buscamos ver o território ibérico de forma integrada, procurando compreender como a Ordem de São Jerônimo estava relacionada à construção da imagem e da memória das monarquias ibéricas durante os reinados de Dom Manuel I de Portugal (1495 - 1521) e Felipe II da Espanha (1556-1598), com os estudos de caso do Monastério de Santa Maria de Belém, em Lisboa, e San Lorenzo El Real del Escorial, próximo à Madrid.

Ao apontar essas questões de fundo pretendemos deixar explícitas as principais discussões teóricas que justificam nosso enfoque e a maneira como compreenderemos o discurso e a propaganda régia presentes nesses monastérios.

A tese está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos os antecedentes da Ordem de São Jerônimo na Península Ibérica, fazemos algumas considerações sobre a organização política do território em fins da Idade Média, o surgimento da ordem e suas principais características, em especial, suas relações com as monarquias ibéricas. No segundo capítulo apresentamos os mosteiros jerônimos mais célebres como espaços régios. No terceiro capítulo tratamos especificamente de Santa Maria de Belém e o discurso sobre o poder apresentado nesse edifício. Por fim, no quarto capítulo tratamos do Escorial de Felipe II, auge do desenvolvimento da ordem e também o mais célebre monumento da monarquia realizado na península. Nos dois estudos de caso, que expressam a questão central de nossa pesquisa, perceberemos que, apesar de existirem importantes antecedentes entre as casas da ordem no que diz respeito ao protagonismo de seus edifícios como parte da propaganda régia, Belém e o Escorial aprofundaram a relação entre monarquia e jerônimos buscando expressar um poder que se tornava muito mais forte e difundido.

Capítulo I:

Processos de Aproximação: As origens dos Jerônimos na Península Ibérica

“No ay cosa en la Orden de San Geronimo que no sea de la casa Real”

José de SIGUENZA (O.S.H.). **Historia de la Orden de San Jerónimo.**⁴⁷

1.1. Reinos Ibéricos: algumas notas preliminares sobre as relações políticas peninsulares em fins da Idade Média

Os processos de formação de Portugal e Castela em fins da Idade Média estão profundamente interligados, o que implicará em muitos momentos de aproximação ao longo dos séculos. O surgimento e desenvolvimento da Ordem de São Jerônimo nos Reinos Ibéricos em fins da Idade Média explicitavam um pouco das imbricadas relações desenvolvidas entre as distintas unidades políticas que conviviam naquele território.

Em primeiro lugar, o processo de ‘Reconquista Cristã’ seria a base da formação desses reinos, especialmente nos casos de Portugal e Castela, o que os aproximou muitas vezes. A partir do século XI, *Al-Andalus*⁴⁸ encontrava-se bastante enfraquecido, o que permitiu crescentes os avanços cristãos, que não se interromperiam até o século XV.

A ideia de ‘Reconquista’ trazia em si a justificativa da guerra contra os muçulmanos. Não se tratava, segundo o discurso cristão, da tomada de território e expulsão de sua população anterior, mas o retorno à Cristandade, que tinha sido instaurada com o Reino Visigodo e depois destruída pelos avanços islâmicos. Dessa forma, as campanhas militares e o novo poder político que se firmava se justificavam pela missão divina de retirar a península da mão dos infiéis⁴⁹. A ideia de defesa da fé cristã gerada nesse movimento continuaria a ser utilizada como elemento identificador dos Reinos Ibéricos ao longo de suas

⁴⁷ SIGUENZA, J. **Historia de la Orden de San Jerónimo.** Madrid: Bailly-Baillière e hijos ed., 1907.

⁴⁸ O território muçulmano na Península Ibérica.

⁴⁹ RUCQUOI, A. **História Medieval da Península Ibérica.** Trad. Ana Moura. Lisboa: Ed. Estampa, 1995.

histórias e seria acrescido de fervor nos anos finais da Dinastia de Avis, com o reinado de Dom Sebastião (1554-1578).

Esse ideal cruzadista dos reis peninsulares encontrava-se em sintonia com as justificativas do poder real que se construía no restante da Europa cristã. Para Senellart, o papel do na Idade Média tinha uma finalidade moral e teleológica, que deveria conduzir seus súditos à salvação, sendo que o príncipe deveria governar seu reino da mesma forma que deveria governar seus próprios desejos, sua família e aqueles que viviam e serviam em sua casa. Até o século XII os teóricos do poder real defendiam que o papel do rei era confiado por Deus para conduzir seus súditos à salvação⁵⁰.

Devido às constantes guerras, as fronteiras entre Castela e Leão, Navarra, Aragão e Portugal⁵¹ eram bastante instáveis, sendo apenas fixadas em fins do século XV. A necessidade de união de forças para as investidas contra os muçulmanos gerava alianças que resultaram em muitos momentos de aproximação e disputa entre Portugal e Castela⁵².

Portugal surgiu em 1095, inicialmente como um condado vassalo do rei de Castela, Afonso VI (1046-1109), confiado a D. Henrique de Borgonha. Além do controle sobre tal território, o conde recebeu em casamento D. Teresa, filha ilegítima do rei castelhano, com quem teve seu filho e herdeiro D. Afonso Henriques. Em 1128, D. Afonso Henriques iniciou o processo de independência do condado portugalense, nascendo Portugal como um reino específico em 1140 e reconhecido pela chancelaria pontifícia em 1179.

O prolongamento das guerras de reconquista pelos reis portugueses foi um dos motivos de conflito com Castela devido às disputas pelas fronteiras. Os momentos em que os reinos selavam a paz muitas vezes eram confirmados por casamentos entre membros da

⁵⁰ SENELLART, M. **As artes de governar**: do *regimen* medieval ao conceito de governo. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006.

⁵¹ Divisão dos reinos ibéricos se deu na sucessão ao trono de Sancho III, o Grande, que em 1035 dividiu seus domínios entre seus filhos, constituindo assim quatro principados: Navarra, Castela, Aragão e a união dos condados de Sobrarbe e Ribagorza (ambos foram incorporados à coroa de Aragão).

RUCQUOI, A. Op. cit.

⁵² “A reconquista apresenta-se, pois, como um empreendimento colectivo capaz de, nos momentos de crise grave e apesar das dissensões internas entre os reinos, aglutinar em torno de um comando único todos os cristãos do Norte da península.”

Ibid, p.171-2.

família real de ambos, ou seja, as inúmeras disputas entre Portugal e Castela tiveram como consequências muitos casamentos e, com eles, muitos momentos em que os reinos quase acabaram unidos.

Porém, as alianças por casamento não era exclusivas desses dois reinos. Fernando I de Aragão (1380-1416), Trastâmara, foi um dos primeiros monarcas ibéricos a forjar diversas alianças peninsulares. Casou as suas filhas com João II de Castela (1405- 1454) e D. Duarte I de Portugal (1391-1438). Também casou seu filho mais velho, Afonso, com a infanta castelhana Maria e o seu segundo filho, João, com Branca de Navarra, herdeira do rei Carlos III de Navarra (ver Apêndice A).

Por causa de tais alianças e parentescos entre as monarquias ibéricas, D. Fernando I de Portugal (1357-1383), que era casado com Leonor Teles, último rei da dinastia Borgonha em Portugal, chegou a reivindicar o trono castelhano após o assassinato de D. Pedro I de Castela (1334 – 1369). Também, ao casar sua filha e herdeira Beatriz com D. Juan I de Castela (1358-1390), trouxe o incômodo de uma possível união de Castela e Portugal após sua morte, o que gerou uma crise para definir como se daria a transmissão do poder.

Juan I de Castela invadiu Portugal com apoio da nobreza tradicional portuguesa, reivindicando o trono para sua esposa. Em oposição a ele, um filho ilegítimo de Dom Pedro I com Teresa Lourenço, que era mestre da Ordem de Avis, organizou a resistência à invasão, com apoio dos habitantes das cidades e camponeses. Os castelhanos abandonaram o cerco a Lisboa devido à peste em 1384 e foram finalmente derrotados em 1385, em Aljubarrota. Dom João foi escolhido como novo rei de Portugal nas Cortes de Coimbra de 1385. Conseguiu também ser dispensado dos votos eclesiásticos para se casar com Filipa de Lancaster, selando aliança com os ingleses e garantindo a sucessão ao trono.

Dessa forma, a dinastia de Avis, da qual pertenceria Dom Manuel I, havia se iniciado negando a possibilidade de união com Castela, que, nesse caso, favoreceria o reino vizinho. Como testemunho pétreo dessa disputa de poder foi edificado, a mando de Dom João I, o Convento de Santa Maria da Vitória, também conhecido como o Mosteiro da Batalha. Esse edifício era uma forma de agradecimento visível da intervenção da Virgem Maria na vitória portuguesa em Aljubarrota, já que a batalha ocorreu às vésperas de suas festividades, coincidência importante na construção retórica sobre a legitimidade e a origem da nova dinastia.

Juan I também favoreceu o *Monasterio Santa María de Guadalupe* entregando-o aos jerônimos para pedir a proteção da Virgem. Tal atitude dos governantes de Castela e Portugal pedirem a interseção da Virgem Maria como protetora de suas ações e apresentar suas vitórias como resultado de seu favorecimento não era novidade, constituindo-se como poderosa propaganda política monárquica, em que os governantes colocavam-se como agentes dos desejos divinos na terra. Tais posturas se faziam presentes no Santuário de Guadalupe, no Convento de Nossa Senhora do Espinheiro (Évora) em Santa Maria de Belém, casas entregues aos monges jerônimos.

O Convento de Santa Maria da Vitória foi entregue à Ordem de São Domingos⁵³. Todos os reis da dinastia de Avis até D. João II foram sepultados nesse convento, a saber: D. João I (1357-1433), D. Duarte I (1391-1438), D. Afonso V (1432-1481) e D. João II (1455-1495).

Antes da construção do mosteiro da Batalha os reis lusitanos tinham preferencialmente sido sepultados no Mosteiro de Alcobaça, repousando ali D. Afonso II (1185-1223), D. Afonso III (1210-1279) e D. Pedro I (1320-1367). Porém, não havia a constituição efetiva de um local único para panteão dinástico⁵⁴. Os dois primeiros governantes portugueses, D. Afonso I (1109-1185), e D. Sancho I (1154-1211), foram sepultados em Santa Cruz de Coimbra. D. Sancho II (1209-1248) teve sepulcro na Catedral de Toledo, D. Dinis (1261-1325) no Mosteiro de S. Dinis (Odivelas, Lisboa) e Afonso IV (1320-1367) na Sé de Lisboa. A nova dinastia apresentava na escolha desse panteão a ideia de unidade e continuidade de seus governantes, o que também se expressaria em uma série de outras ações dos sucessores do mestre de Avis.

⁵³ “Um ponto a ter em conta é o interesse posto por D. João I nesta obra, que desejou fosse um emblema do seu reinado e marca do seu poder. O uso das obras de arte, e particularmente das de cariz arquitectónico, como testemunhos de grandeza e poderia foi constante, mesmo neste século; não sendo de estranhar que o monarca, cuja realeza era contestada por diversos sectores, nomeadamente pelos seus meios-irmãos e pela sua sobrinha Beatriz, desejasse aparentar grande capacidade de governo e disponibilidades financeiras avultadas.”

DIAS, P. *Arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1994, p. 120.

⁵⁴ O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi fundado no século XII por monges cistercienses. O mosteiro se encontrava no centro das terras que estavam sendo conquistadas pelos primeiros reinos portugueses com as vitórias contra os muçulmanos.

PINTON, A. D. *O mosteiro e a vila de Alcobaça*. In: PESTANA, Benetida (coord.). **Linha Oeste**. Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998, págs.187-204.

É importante reforçar que a política matrimonial dos reis portugueses medievais era preferencialmente voltada aos reinos peninsulares⁵⁵, e com a dinastia de Avis tais alianças passam a ser seladas especialmente com Castela⁵⁶ (ver Apêndices B e C).

Continuando a política de casamentos iniciada por Fernando I de Aragão, muitos reinos estavam bastante interligados por parentescos. Nesse sentido, tais relações foram aprofundadas com o casamento dos Reis Católicos, Isabel I de Castela (1451-1504) e Fernando II de Aragão (1452-1516), o que preparou, em grande medida, as possibilidades de uma futura união de todos os reinos ibéricos.

A subida ao trono de Isabel e seu esposo em Castela foi marcada por guerras e questionamentos sobre a legitimidade da rainha como sucessora de Henrique IV, seu meio irmão, morto em 1474. Parte da nobreza apoiava a reivindicação de Afonso V de Portugal ao trono como herança de sua esposa, Joana, filha do rei falecido⁵⁷. Henrique IV e Isabel de Castela eram filhos do rei João II de Leão e Castela, sendo que Henrique IV era filho desse antigo monarca com Maria de Aragão e Isabel era filha de seu segundo casamento com Isabel de Portugal (neta de D. Duarte I de Portugal). Em 1479 a paz entre os dois reinos foi celebrada pelo tratado de Alcáçovas, em que o rei de Portugal renunciou às suas pretensões em troca de grandes concessões em África⁵⁸.

Dessa forma, dois momentos importantes de formação dos reinos de Castela e Portugal foram marcados pela possibilidade de união entre os dois reinos. Primeiramente na

⁵⁵ BRAGA, P. D. *Casamentos reais portugueses. Um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos XII-XIV)*. In : **Revista da Faculdade de Letras**. História. Porto: Universidade do Porto, serie II, vol XV-2, 1998, págs.1531-1537.

⁵⁶ FONSECA, L. A. *Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV*. In: **Península: Revista de Estudos Ibéricos**. Porto: Universidade do Porto, n.9, 2003, p.53-61.

⁵⁷ Assim que Henrique IV de Castela faleceu, Afonso V de Portugal escreveu aos principais fidalgos do rei informando sobre sua intenção de invadir Castela e casar-se com a filha mais velha do rei defunto, pois já havia a promessa de casamento anteriormente. Afonso V também mandou avisar Fernando e Isabel, a Católica, de que entraria em Castela para fazer valer seu direito a sucessão como esposo da herdeira. O rei português invadiu o território vizinho, casou-se com Joana, que era sua sobrinha e as guerras entre Castela e Portugal se mantiveram de 1475 a 1477.

RUCQUOI, A. Op. cit.

⁵⁸ Ibid.

subida ao poder da dinastia de Avis e depois no coroamento de Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, monarcas que uniriam a maior parte dos Reinos Ibéricos⁵⁹.

O casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, rei da Sicília, em 1469, era definido em seu acordo nupcial que os reinos conservariam seus costumes, leis, sistema de representação, conselhos, instituições fiscais e eclesiásticas, ou seja, não havia fusão dos reinos, o que é um aspecto fundamental para se compreender a forma como os reis castelhanos conseguiriam incorporar diferentes reinos aos seus domínios⁶⁰.

Os Reis Católicos também se aproximaram de Portugal através dos casamentos de suas filhas. Primeiramente casaram Isabel, que era a filha mais velha do casal, com o príncipe D. Afonso, filho de D. João II e herdeiro de Portugal, em 1490. Esse casamento durou poucos meses, devido à morte prematura do príncipe em 1491.

Garcia de Resende⁶¹ conta uma anedota curiosa que explicaria o insucesso desse matrimônio, mais uma vez apresentando os vitórias e infortúnios dos reinos como sinais da

⁵⁹ Para Rucquoi, os Reis Católicos não tinham como projeto a unificação da península, apesar do esforço de Fernando de Aragão ter proporcionado uma herança extraordinária ao seu neto Carlos, futuro imperador Carlos V. Vicens Vives concorda com a inexistência de um projeto pré-definido de união da “Espanha”, mas que as ações de Fernando e Isabel propiciaram tal unificação, acentuando o protagonismo de Castela na política peninsular. Mais uma vez, os casamentos entre membros dos diferentes reinos peninsulares antecedentes ao casamento de Isabel e Fernando tinham contribuído em grande medida para que o território ibérico estivesse quase completamente unificado ao final do reinado desse casal, apenas mantendo-se separado o reino de Portugal.

RUCQUOI, A. Op. cit, p.205.

VICENS VIVES, J. **Aproximacion a la Historia de España**. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1962.

⁶⁰ “O único ponto comum entre estas duas coroas era o par real que, daí em diante, se intitulou ‘don Fernano e doña Isabel, por graça de Deus rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Sardenha, de Córdoba, de Múrcia, de Jáen, dos Algarves, de Algeciras, de Gibraltar, conde e condessa de Barcelona, senhores do País Basco e de Molina, duque de Atenas e de Neopátria, condes de Rossilhão e de Cerdenha, marqueses de Uristan e de Gociano’, tanto assim que a autoridade régia só se exercia em cada um destes principados porque seu detentor era nomeado soberano.”

RUCQUOI, A., Op. cit. p.206.

⁶¹ Garcia de Resende (c.1470-1536), nobre natural de Évora, serviu a três monarcas portuguesas: D. João II, D. Manuel I e D. João III. Escreveu variadas obras, como poesias, cartas, folhetos, etc., e ficou célebre como compilador do ‘Cancioneiro Geral’. Fez parte da embaixada de Tristão da Cunha ao Papa Leão X, em 1514, como secretário, momento em que o rei português deu de presente um elefante ao pontífice, demonstrando com fausto a riqueza do comércio ultramarino, e procurando obter certos privilégios. Escreveu uma história de D. João II, ‘Vida e Feitos de D. João II’, e uma obra que trata dos principais acontecimentos políticos da Europa de seu tempo, ‘Miscelânea e Variedade de Histórias’, as duas obras que tomamos como referência em nosso trabalho.

proteção ou desaprovação das ações dos monarcas pela Virgem Maria. Antes do casamento os jovens prometidos teriam pernoitado no Convento de Nossa Senhora do Espinheiro, mosteiro da Ordem de São Jerônimo, e não se contendo estiveram juntos como homem e mulher profanando aquele local sagrado⁶². O casamento entre os príncipes era a reafirmação da aliança entre Portugal e Castela por D. João II de Portugal (1455-1495), ‘o príncipe perfeito’, colocando fim a guerra que tinha se iniciado entre os dois reinos devido à invasão que seu pai fez ao reino vizinho.

Sem um herdeiro legítimo, D. João II nomeou seu primo e cunhado D. Manuel (1469-1521)⁶³, duque de Beja, como seu sucessor, que recebeu um reino bastante centralizado politicamente e com importantes conquistas ultramarinas⁶⁴.

Enquanto o reinado de D. Manuel se desdobrava em Portugal e esse monarca buscava com seus casamentos a possibilidade de unir seu reino a Castela, Fernando II de Aragão invadiu Navarra em 1512, ficando assim unidos Castela, Leão, Aragão e Navarra, além de Granada, que havia sido conquistada em 1492. Tanto os Trastâmaras de Castela, que tinham nos Reis Católicos seus últimos representantes, quanto os Avis em Portugal, dinastia que se encerraria após a morte do Cardeal Dom Henrique, em 1580, momento em que a

ROCHA, A. C. **Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

⁶² “E ao outro dia polla manhã cedo el Rey e o Principe se forão diante a Euora, e a Princesa com o Duque, e o Bispo de Euora, e de Coimbra, e os Condes de Monsanto, e Cantanhede, e Rodrigo de Ilhoa Embaixador, se forão ao mosteiro de nossa Senhora do espinheiro, onde já chegarão de noite, e a Igreja e aposentamentos estaua tudo concertado em muyto grande perfeição. E logo a quinta feyra seguinte el Rey, e a Raynha, e o Principe com toda a corte, e muyto grande triunfo forão ao mosteiro de nossa Senhora [...] E segundo fama antes della [princesa Isabel] entrar na Cidade, ally nas casas do mosteiro onde pousaua, teue o Principe ajuntamento com ella, o que de muytos foy estranhado por ser casa de nossa Senhora, e detanta deuaçam. E affirmouse por muy certo, que naquela noite cahio da parede da Igreja hu[m]a ameia ate oje não foy concertada,e está ali por memoria que os frades disso fizeram.”

RESENDE, G. **Crónica de Dom João II e miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973, p.168-9.

⁶³ O filho de D. João II e herdeiro do trono morreu numa corrida a cavalo em Santarém. Dom João II tentou legitimar seu bastardo, D. Jorge, o que teve oposição da rainha, segundo Joaquim Romero Magalhães. Por tal motivo o rei decidiu deixar Dom Manuel como herdeiro.

RUCQUOI, A. Op. cit.

⁶⁴ Ibid.

União das Coroas Ibéricas se concretizou, foram casas reais fundamentais para a construção do que se compreenderia por Portugal e Espanha no início da Idade Moderna⁶⁵.

Dessa forma, a ordem de São Jerônimo surgiria em um ambiente de aproximações e disputas frequentes, bem como de mudanças nas relações entre os Reinos Ibéricos, recebendo a influência dessas transformações do ambiente político em seu desenvolvimento.

1.2. Origem e principais características da Ordem de São Jerônimo

Em 1599, José de Sigüenza, importante membro da comunidade dos jerônimos do Monastério de *San Lorenzo El Real del Escorial*⁶⁶, escreveu a dedicatória de sua obra sobre a História da Ordem de São Jerônimo ao rei Felipe III de Castela, livro que seria publicado em 1600. Essa era a segunda parte de uma grandiosa História, que se iniciava com a vida do próprio São Jerônimo escrita pelo frei. Sigüenza dedicava-se nessa segunda parte de sua obra a historiar o ‘renascer’ da religião⁶⁷ do santo na Península Ibérica. A terceira parte, e auge dessa História, era, naquele momento, a edificação do Escorial. A vivência nesse monastério

⁶⁵ “Os órgãos do governo central também se especializaram a partir dos anos 1370-1380, com a chegada de Trastâmaras a Castela (Henrique I) e da Casa de Avis em Portugal. Os seis tribunais de audiência que existiam em Portugal desde o reinado de D. Afonso IV (1325-1357) foram refundidos no final do século em três tribunais superiores de justiça, a Casa do Cível, estabelecida em Lisboa, que julgava em segunda instância as causas cíveis e todas aquelas que dissessem respeito à capital; o tribunal de primeira instância ou Casa da Suplicação, que julgava os assuntos criminais e seguia o rei nas suas deslocações, e, por fim, a Audiência da Portaria, cuja competência abrangia as finanças do reino e as minorias religiosas.”

RUCQUOI, A. Op. cit., p.252.

⁶⁶ O Padre José de Sigüenza nasceu em 1544, na cidade de Sigüenza, Guadalajara, filho de um clérigo e uma viúva. Ingressou na Facultad de Artes da Universidad de Sigüenza em 1561, onde estudou Lógica e Filosofia, recebendo o grau de bacharel em 1563, mesmo ano em que iniciou seus estudos em Teologia, até 1566. Neste ano se dirigiu ao Monastério Jerônimo de Santa María el Parral, onde iniciou sua vida religiosa. Em 1590 transferiu-se definitivamente ao monastério do Escorial, onde teve os cargos de reliqueiro-mor e bibliotecário-mor. Foi elevado a prior da Ordem por duas vezes e faleceu em 1606. Como historiador também escreveu sobre o reinado de Felipe II e sobre a ordem a qual pertencia.

ASENJO PELEGRINA, J. J. *Notas para el estudio de la vida y de la obra de fray José de Sigüenza*. **Wad-al-Hayara:** Revista de estudios de Guadalajara. Guadalajara: Institución provincial de cultura "Marqués de Santillana", N.º. 6, 1979, págs. 127-138.

DÍAZ DÍAZ, T. "*El entierro de San Lorenzo*", *posiblemente el mejor cuadro de Juan Fernández de Navarrete "el Mudo" (Padre Sigüenza)*. In: JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. (coord.). **El Monasterio del Escorial y la pintura:** actas del Simposium, 1/5-IX-2001, págs. 561-580

⁶⁷ No texto de Sigüenza a palavra religión aparece como sinônimo de ordem religiosa, ou mesmo de experiências eremíticas inspiradas na vida de São Jerônimo.

durante os anos em que o edifício físico e espiritual levantava-se, o acesso aos documentos e aos textos dos antigos cronistas da ordem e o contato com Felipe II ao longo de parte considerável de seu reinado fazia de Siguenza um observador privilegiado, além de um propagador da imagem da monarquia bastante influenciado pelos desejos do rei. Siguenza também tinha conhecimentos sobre artes e arquitetura, o que permitia que seus textos apresentassem considerações sobre as escolhas arquitetônicas dos diferentes mosteiros jerônimos.

Na dedicatória ao novo rei, já que o livro não foi publicado a tempo de Felipe II poder recebê-lo sob seu patrocínio, o autor enfatizava a valorização da língua com o apoio real: “Tal es la grandeza y el espacio que ha ocupado e companhia de las Reales banderas nuestra lengua, cosa que nunca la gozaron la Griega ni Latina: de cuya clara ventaja y dicha le han de tener siempre inuidia entrãbas”, sendo essa a primeira justificativa para a dedicatória da obra ao rei. A monarquia também é colocada como grande patrona da ordem, no que o monge se vê duplamente agraciado pelos reis. Suas palavras a Felipe III aparecem quase como um pedido de desculpas por dedicar-lhe uma obra sobre História monástica, pouco adequada a um monarca tão jovem, porém a relação entre monarquia e jerônimos, segundo Siguenza, colocava o rei como único a quem tal obra poderia ser entregue:

“Bien veo que no es muy a proposito para la edad, ni para las graues ocupaciones en que agora esta V.M. embuelto, Historia de monges, claustro, mortificaciones, silencio, sílcio, y outras cien cosas de este genero; mas tambien considero que no tienen outro patron ni amparo.”⁶⁸

Dessa forma, Siguenza reforça a imagem que fora apresentada no Escorial de Felipe II, e mesmo anteriormente com Santa Maria de Belém de D. Manuel I de Portugal, de uma monarquia que buscava cuidadosamente na aproximação com esse grupo de religiosos se colocarem como monarcas cristãos, escolhendo-os para habitarem junto seus panteões dinásticos, que guardam a imagem de continuidade do poder, da legitimidade do novo governante pelo pertencimento e manutenção de uma linhagem.

Em conjunto com a dedicatória a Felipe II, mantida no livro, apesar do falecimento do monarca antes da publicação, cujas palavras são mais entusiasmadas ao referirem-se a monarquia, a dedicatória ao seu filho é quase um pesar pela ausência daquele

⁶⁸ SIGUENZA, J. **Historia de la Orden de San Jerónimo**. Madrid: Bailly-Bailliére e hijos editores, 1907.

que tinha elevado a Ordem ao auge de seu desenvolvimento. Na mensagem escrita para Felipe II fica explícita a vinculação entre monarquia e jerônimos:

“No ay cosa en la Orden de San Geronimo que no sea de la casa Real, y por cõsiguiente grande, ansi me atreuo a dezir, que no se puede enagenar, por ser de la corona. Los primeiros dos que la leuantaron salieron de la Capilla y de la câmara del Rey Dõ Alonso, y Don Pedro su hijo, Capellan mayor el uno, Camarero mayor el outro. Muchas de las casas son fundaciones Reales; los priuilegios y rentas de que se sustentan, casi todas se las dieron los Reyes; los faoures y el aliento com que han llegado hasta aqui, de ali nacieron; ou en dia, por dezirlo ansi, la vida que viven no tiene outro apojo. Haziendose Historia desto, todos echan de ver que no tiene outro Señor, ni outro dueño sino a V.M.”⁶⁹

Também o agradecimento ao monarca é mais exaltado:

Heme criado no solo en esta orden, que ya se sabe cuya es, mas casi los años que tengo de habito, en esta casa y Colegio de San Lorenço el Real, este mi trabajo, tal qual es, se ha nacido dentro de estas sagradas paredes a los ojos de V.M. y ansi lo deuo, a quien puedo dezir que lo deuo todo. Las aguas, dize el sábio Rey, que tornan al lugar de a donde salieron para tornar a correr. Dozie[n]tos y mas años ha que salio de esse mar grande de la casa de Castilla esta santa orden, que a regado con las aguas de su exemplo y dotrina a España, agora (aunque por canal tan pobre) se torna a la madre, para començar a correr de nueuo. Recibala V.M. en su seno, que ansi cobrara nueuas fuerças, para correr otros muchos centenares, en tanto que lla queda rogando a Dios se los de a V.M. de vida.”⁷⁰

A obra de caráter encomiástico reforça as tintas para desenhar a relação entre jerônimos e Monarquia Hispânica. Os escritos de Sigüenza, uma das principais fontes utilizadas em nossa pesquisa, devem ser vistos como parte do esforço por construir a memória da Ordem que se iniciara em meados do século XV, quando começam a ser organizadas as informações e dados sobre os mosteiros da Ordem de São Jerônimo. Segundo os frei Juan de la Cruz e Sigüenza, no Capítulo Geral de 1468 se mandou que os priores de cada casa escrevessem as memórias dos religiosos mais notáveis que ali tinham vivido. Em 1539, frei Pedro de la Vega publicou a *Crónica de la Orden del bienaventurado y sanctíssimo doctor sant Hierónimo y los religiosos sanctos de la dicha orden*. Em 1591 a obra de frei Juan de la Cruz, *Historia de la Orden de San Hieronymo*, também estava pronta para a impressão, mas permaneceu inédita. Em 1595 foi publicada a obra do frei Jose de Sigüenza, *Vida de San Jerónimo*, que narra a vida do santo, e que é continuada em *Historia de la Orden de San Jerónimo* (publicado em 1600), tratando especificamente da fundação e desenvolvimento de sua ordem

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Ibid.

em solo ibérico e por fim, a terceira parte dessa história, que se intitula *Fundación del Monasterio del Escorial por Felipe II* (publicado em 1605). A obra de Sigüenza é continuada no século XVII pelo padre Francisco de los Santos (prior do Escorial) e no século XVIII P. Juan Núñez (monge e primeiro bibliotecário do Escorial)⁷¹.

A Ordem, segundo a tradição, originou-se em Portugal, Aragão e Castela de grupos de eremitas no século XIV, crescendo em momentos importantes da História e do fortalecimento das monarquias em seus reinos. Entre as especificidades da Ordem temos a sua origem a partir de grupos de eremíticos muitas vezes independentes entre si, sua existência exclusivamente ibérica em seu ramo masculino, ser a única ordem contemplativa fundada em território castelhano e português⁷², com as íntimas relações com a Casa Real de Castela e Aragão e que não desenvolveu uma tipologia arquitetônica própria⁷³.

Apesar da grande proximidade entre monarcas e jerônimos, os percalços em seu desenvolvimento não são apagados completamente na narrativa de Sigüenza, apresentados como exemplos para o aprendizado, bem como para afastar a imagem de uma História puramente elogiosa e menos exata⁷⁴.

A vinda de eremitas da Itália para Castela e Leão durante o reinado de Afonso XI (1311-1350) teria inspirado muitos homens a buscarem na solidão paz e aproximação com Deus. Tal fato teria se dado, em grande medida, segundo os cronistas da Ordem, pelas profecias de frei Tommasucio da Foligno, da Ordem Terceira de São Francisco, considerado

⁷¹ JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. *Los reyes de España y la orden de San Jerónimo en los siglos XV–XVI*. In: **Carlos V en Yuste. Muerte y gloria eterna**. Catálogo de la Exposición, Monasterio de Yuste, 2008 Madrid: Patrimonio Nacional, 2008).

⁷² “una religion natural de España y de españoles, nacida, criada y sustentada dentro de sus terminos, sin auer querido jamas traspasar sus lindes”

SIGÜENZA, J. Op. cit., p.01.

⁷³ RUIZ HERNANDO, J. A. **Los monasterios jerónimos españoles**. Segovia: Caja Segovia, 1997, p.42.

⁷⁴ “Lo outro tambien, porque no es danoso tener cabeças ajenas en quien avisarse: sirve mucho conocer los azares donde tropezaron los primeiros, y deveeles por aver aberto parte del caminho, no pequeno agradecimento.”

SIGÜENZA, J. Op. cit., p.01.

um profeta e santo por Siguenza⁷⁵ e que teria anunciado que uma nova ordem (religião) surgiria na Espanha⁷⁶.

Não apenas Tommasucio teria profetizado o surgimento da nova orde. Siguenza também menciona as profecias de uma mulher santa chamada Brígida⁷⁷, descendente dos reis da Suécia e que vivia em Roma no tempo em que o papa Gregório XI⁷⁸ e de um cardeal, não nomeado pelo historiador da ordem, que teria dito ao mesmo papa que ocorreria a ‘restauração’ da religião de São Jerônimo na Espanha, como um reavivar das práticas iniciadas pelo próprio santo: “Y dizo bien, porque los santos no mueren, que no es muerte sino sueño,

⁷⁵ Para reforçar a imagem de santidade de Frei Tommasucio Siguenza narra uma história milagrosa que atestaria sua santidade. Tendo despertado a inveja de muitos homens por seus hábitos de humildade e constante oração, foram feitas denúncias contra ele ao papa (Siguenza não especifica sobre quais crimes foi denunciado), sendo considerado culpado e sentenciado à morte na fogueira. No durante a aplicação da pena seu corpo não queimou e ele não morreu, deixando todos atônitos e certos de sua santidade.

Ibid, p. 06.

⁷⁶ “Estando um día hablando com nosotros de las cosas del cielo, que este era siempre su lenguaje, parando em médio de la platica (puso nos mas atentos com la pausa) como arrebatado de um aliento divino, mudando el tono em voz mas alta, dizo estas palabras. Veo que el Espiritu santo deciente sobre España en la fundacion de una religion, mas no me há declarado em Señor quanto tempo morara em ella.”

Ibid, p.06.

“[...] al tempo pues que el Santo F. Thomas vio desde Italia esta venida del Espiritu santo em España em la fundacion desta santa religion, se movieron em ella muchos, llevados del mismo espiritu a dexar sus casas y ciudades, y se retiraron a los lugares mas desiertos que hallaron. Este es el segundo motivo, no menos admirables que el primero, para la fundacion desta religion santa. Todos llevaban apellido, y em todos bullia um proposito secreto, de levantar el nombre, orden y religion de S. Geronimo. Muchos dellos, caso admirable, jamas vieron, ni leyeron letra de las obras de S. Geronimo sino la que el divino impulso les escrivia em los coraçones.”

Ibid, p.08.

⁷⁷ Segundo frei Ignacio de Madrid, um dos estudiosos atuais da história da Ordem de São Jerônimo na Espanha, apesar dessa profecia de Santa Brígida ser mencionada no texto de Siguenza a mesma história não consta em seu livro de revelações.

DE MADRID, Fr. Ignacio (O.S.H.). *La Orden de San Jerónimo*. In: MATEOS GOMEZ, I.; LOPEZ-YARTO ELIZALDE, A.; PRADOS GARCIA, J. M. **El Arte de la Orden Jeronima: Historia Y Mecenazgo**. Madrid: Encuentro, 2000,

⁷⁸ Brígida teria dito ao papa “que en los reynos de Espana se avia de resucitar, y levantar como de nuevo, la orden de S. Geronimo, avisandole tambien de parte de Dios, de la regla, habito, y modo de vida que avian de guardar, porque ni aun en esto fuesse cosa de alvedrio de hombres, sino todo divino, en los que avian de ser todos dedicados a este culto”

SIGUENZA, J. Op. cit., p.09.

la del que reposa en el Señor. Y dixo bien, porque tanta era la obediencia de Geronimo al Papa, que si sepultado, ya mas avia de mil años, le mandara levantar, se levantara del sueño.”⁷⁹

Dessa forma, Siguenza procurava apresentar uma origem inspirada espiritualmente e de grande santidade. Além disso, o frei reforça na imagem dos monges que estariam fazendo renascer a religião de São Jerônimo o exemplo dos primeiros homens que seguiram o santo na luta contra os muçulmanos, tema importante no reinado de Felipe II, momento em que escreveu sua obra, já que o monarca se via envolvido com as revoltas mouriscas dentro de seu próprio reino⁸⁰ e o avanço turco no exterior, ameaçando seus aliados no Mediterrâneo e Leste Europeu, o que culminaria na vitória cristã na Batalha de Lepanto. Segundo o frei, séculos depois, os monges que continuavam a seguir o exemplo de São Jerônimo não conseguiram fazer frente aos avanços muçulmanos⁸¹, sendo por isso, necessário que a Ordem fosse restaurada na Espanha após esse hiato.

⁷⁹ Ibid, p.09.

⁸⁰ A situação dos muçulmanos em território castelhano após a conquista de Granada era inicialmente de relativa tolerância de 1492 a 1499, com conversões voluntárias, e com frei jerônimo Hernando de Talavera (confessor da rainha Isabel) como arcebispo granadino. Em 1502 foi firmado o “Edito de Conversão Forçada”, em que os muçulmanos deveriam escolher entre a conversão ou à saída do reino em direção ao Norte da África. Apesar disso a inquisição fora mais branda com os mouriscos durante o reinado de Carlos V. Como Felipe II tinha o projeto ser o monarca de um império cristão, a questão da relativa tolerância aos mouriscos passou a ser um problema, inclusive com solução cobrada pelo papa após o Concílio de Trento. O rei então elaborou uma pragmática, em 1566, em que ordenava que os mouriscos aprendessem castelhano, abandonassem sua língua, vestes, instrumentos e cânticos em até três anos. Uma comissão foi criada também para averiguar que terras estavam ocupadas por mouriscos sem título de propriedade válida, podendo ser confiscadas as terras sem a documentação adequada. Os mouriscos tentaram reverter tais medidas judicialmente, alegando que era impossível abandonar a língua em tão curto período e que a língua e os costumes não representavam prejuízo para a religião e a sinceridade de suas conversões. Por algum tempo muitas autoridades evitaram aplicar o edito, mas as insatisfações cresciam. A rebelião aberta e planejada se iniciou em Granada na noite de Natal de 1568, alcançando o norte de Málaga e se prolongando até ao verão de 1571, quando Don Juan (filho bastardo de Carlos V) conseguiu sufocar os grupos rebeldes. Ao final, os mouriscos de Granada foram desterrados e aqueles que tinham participado efetivamente da rebelião tiveram seus bens e propriedades confiscados.

MARTÍNEZ PEÑAS, L; HERREROS CEPEDA, A. *El desplazamiento de los moriscos tras la rebelión de los Alpujarras: contexto político, estratégico y militar de una migración forzosa*. In: GARCÍA CASTAÑO, F.J. ; KRESSAVA, N. (coords.) **Actas del Congreso Internacional sobre Migraciones en Andalucía**. Granada: Instituto de Migraciones, págs.2073-2082.

⁸¹ “El descuydo de Heraclio, no solo en las costumbres relajadas, sino en la fe, que de ordinário camina tras ellas, dio auilanteça a Mahome.”

SIGUENZA, J. Op. cit., p.05.

Dessa forma, o relato de Siguenza reforça a sacralidade da Ordem, a expectativa em relação ao seu surgimento, insistindo na relação entre os homens que buscavam o isolamento do mundo e o santo que os inspirava, São Jerônimo (c.347-420)⁸².

A vida de São Jerónimo era repleta de exemplos para serem tomados pelos homens que buscavam na solidão a aproximação com Deus em fins da Idade Média. Segundo Cândido Dias dos Santos⁸³, as imagens de São Jerónimo como tradutor da Bíblia e como um dos padres da igreja foram sempre valorizadas na Cristandade Medieval, porém em fins da Idade Média seu exemplo como penitente no deserto passou a ser mais lembrado que

⁸² Sofrônio Eusébio Jerónimo, segundo os escritos religiosos, era membro de uma família abastada da Dalmácia. Por volta de 354, foi para Roma estudar Gramática, Retórica e Filosofia com o mestre Donato, gramático bastante célebre em seu tempo. Converteu-se ao cristianismo em Roma e mais tarde abandonou a vida na capital imperial para experimentar a vida eremítica, passando três anos no deserto de Calcis, na fronteira oriental da Síria, onde teria aprendido hebraico com um monge de origem judaica. Voltou para Antioquia e depois foi para Constantinopla. De volta a Roma no ano de 382, virou tradutor, interprete e conselheiro de Epifanio (bispo de Salamina) e de Paulino (bispo de Antioquia). Passou então a servir ao papa Damaso como seu secretário, que o incentiva a realizar a tradução do texto bíblico. Depois da morte do papa Damaso visitou a Terra Santa e estabeleceu-se em Belém, em 386, onde iniciou sua obra monástica, com Paula (347-404), uma matrona romana viúva, cuja riqueza ajudava a sustentar a vida contemplativa de Jerónimo e na construção de três mosteiros femininos e um masculino, alguns albergues para peregrinos e uma escola onde se ensinavam os autores clássicos. Dentre seus feitos, a tradução latina da Bíblia, a Vulgata, foi uma de suas mais importantes contribuições para o cristianismo. Durante sua vida, teve contato com muitos homens influentes na formação da igreja de sua época, sobretudo bispos de grandes cidades, tendo trocado cartas com Agostinho de Hipona (Santo Agostinho), a quem nunca conheceu pessoalmente.

São Jerónimo. **Apologia contra os livros de Rufino**. Tradução, introdução e notas de Luis Carlos Lima e Luciana Gomes de Mello. São Paulo: Paulus, 2013, p.07.

LOYN, H.R. **Dicionário da Idade Média**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MADRID, Frei Igacio de (O.S.H). *La Orden de San Jerónimo en perspectiva histórica* (Lección inaugural del Simposium). in: **La Orden de San Jerónimo y sus monasterios: espiritualidade, historia, arte, economia y cultura de una Orden religiosa ibérica**. Actas del Simposium, 1/5-IX-1999. Madrid/Escorial: R.C.U. Escorial – Maria Cristina; Instituto Escorialense de investigaciones históricas y artísticas, 1999, p.07-39.

⁸³ A obra de Cândido dos Santos se apresenta como principal referência para a História dos Jerónimos em Portugal, sendo utilizada em dicionários e compilações de História Religiosa Portuguesa e em estudos como de Rafael Moreira e Sylvie Deswarte-Rosa, dentre outros.

AZEVEDO, C. M.(dir). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 3, págs. 334-337.

DESWARTE-ROSA, S. *Le Panthéon royal de Belém*. In: GUILLAUME, J. (org.). **Demeures D'Éternité**. Eglises et chappelles funéraires aux XVe et XVIe siècles. Paris: Picard, 2005, pp. 157-198.

MOREIRA, R. *Arquitectura: renascimento e classicismo*. In: Pereira, P. (org.). **História da Arte Portuguesa**, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, pp.303-375.

SANTOS, C. D. **Os monges Jerónimos em Portugal na Época dos Descobrimentos**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª Ed., 1984.

anteriormente, tornando-se inspiração para muitos homens. Em 1346, é escrita e bastante difundida a vida de São Jerônimo por Giovanni del'Andrea, jurista de Bolonha, que valorizava o culto ao santo, o que teria auxiliado nesse processo, ao mesmo tempo em que os textos desse padre da Igreja recebiam maior interesse por parte dos humanistas.

São Jerônimo é um dos pais da Igreja, ou seja, uma das figuras fundamentais para a construção da doutrina católica⁸⁴. Sendo assim, a escolha de uma figura fundamental da tradição cristã como patrono da Ordem que surgia na Península Ibérica quase dez séculos após o santo marcava uma renovação que se dava no retorno às bases nas quais se fundara a Igreja. Como escrevia Sigüenza, os monges que abraçavam a nova ordem desejavam ser “novos jerônimos”.

Na história de vida de Jerônimo, dois aspectos foram bastante lembrados para a construção de sua imagem como peregrino: visitando os locais santos, sendo que terminou a vida em Belém, e seu desejo de buscar sempre bons mestres, com quem pudesse aprender mais sobre o latim, a cultura clássica e a religião. Essas imagens são apropriadas posteriormente, fazendo dele patrono dos tradutores, eruditos e livreiros⁸⁵.

A imagem de Jerônimo na *Legenda Aurea*, de Jacopo de Varazze (1226-1298)⁸⁶ enfatiza sua santidade ligada à sua atividade como tradutor dos textos sagrados e pela exegese

⁸⁴ São Jerônimo. **Apologia contra os livros de Rufino**. Tradução, introdução e notas de Luis Carlos Lima e Luciana Gomes de Mello. São Paulo: Paulus, 2013, p.07.

⁸⁵ RODRÍGUEZ LUNA, D. *Ermidas dedicadas a San Jerónimo en España. Ayer y hoy de una devoción en el corazón de la Iglesia*. In: **El culto a los santos: cofradías, devoción, fiestas y arte**. Escorial: Ediciones Escorialenses; Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2008, pp. 935-950.

⁸⁶ A *Legenda Aurea* se trata de uma compilação de vidas de santos realizadas pelo monge dominicano Jacopo de Varazze. Muitas dessas histórias serviam de exemplum (breve relato dado como verídico para convencer um conjunto de ouvintes através de uma lição de vida) para uma pregação eficiente. A obra é coerente com as necessidades de seu tempo, surgindo em um momento em que as ordens mendicantes, que mantinham contato direto com a população pobre urbana, mobilizavam multidões. A compilação de Varazze alcançou enorme sucesso, tendo sobrevivido quase 1100 manuscritos da obra até nossos tempos. Seu texto foi traduzido logo no século XIII para o catalão e muitas outras línguas, sendo que na Espanha, a versão castelhana apareceu em Burgos por volta de 1500.

FRANCO JÚNIOR, H. *Apresentação*. in: VARAZZE, J. (1229-1298). **Legenda Aurea**. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica de Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

bíblica, à vida eremítica e monástica: “Seu nome significa [...] lei devido à disciplina regular que ensinou a seus monges ou porque explicou e interpretou a lei sagrada.”⁸⁷

Entre as imagens que se pintam de São Jerônimo e que fazem parte do espaço monástico da ordem predominam três tipos: como penitente (representando seus anos de vida na solidão do deserto), como cardeal (referente ao período em que atua como secretário do papa Dâmaso) e como monge (momento em que se dedica à exegese bíblica e à tradução dos textos sagrados do hebreu e do grego para o latim). Há também séries de pinturas sobre a vida do santo destinadas aos claustros dos mosteiros como fonte de conhecimento e inspiração aos religiosos⁸⁸.

O retábulo de San Jerônimo do monastério de *Nuestra Señora de la Mejorada* de Olmedo, cuja pintura foi atribuída ao pintor Jorge Inglés, apresenta as cenas da vida do santo mais destacadas em sua hagiografia. Ao centro sua atividade como estudioso do texto bíblico, tradutor e exegeta, assim como mestre de muitos monges que seguiram seu exemplo. Nos dois quadros na metade superior do retábulo se encontram cenas de uma das histórias milagrosas relacionadas ao santo, a domesticação do leão, que passou a ser atributo importante de sua iconografia. Na metade inferior do retábulo é representada à esquerda sua última comunhão e seu sepultamento à direita. A narrativa sobre a morte de São Jerônimo, como exemplo de como bem morrer fora difundida em fins do século XV a partir de um texto apócrifo de Eusébio de Cremona⁸⁹. A esperança na vida eterna é reforçada na imagem de Cristo ressuscitado abaixo das imagens da vida do santo, cercado por São José e a Virgem Maria, bem como de Santo Agostinho e São Gregório e São Domingos e São Sebastião.

⁸⁷ VARAZZE, J. (1229-1298). **Legenda Aurea**. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica de Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 825.

⁸⁸ MARTINO ALBA, P. *San Jerónimo viajero: iconografía de un peregrinaje vital*. In: CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco-Javier (org.). **El culto a los santos: cofradías, devoción, fiestas y arte: actas del Simposium, 2/5-IX-2008 - San Lorenzo del Escorial (Madrid) (2008)**: Ediciones Escorialenses / Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2008, págs. 271-284, p. 272.

⁸⁹ ARIAS MARTÍNEZ, M. *Sobre el retablo de San Jerónimo del pintor Jorge Inglés*. In: **Boletín del Museo Nacional de Escultura**, N.º. 1, págs. 7-14, 1996-1997

Figura 1: Retábulo de San Jerônimo para o monastério de Nuestra Señora de la Mejorada (Olmedo, Valladolid), atribuído ao pintor Jorge Inglés, c.1455. Valladolid, Museu Nacional de Escultura.



Fonte: MATEOS GOMEZ, Isabel; LOPEZ-YARTO ELIZALDE, Amelia; PRADOS GARCIA, Jose Maria. **El arte de la Orden jeronima: Historia y Mecenazgo**. Madrid: Encuentro, 2000.

É mencionada a história do leão em Varazze. Esse animal teria chegado ao monastério com a pata machucada e fora domesticado, servindo aos monges como protetor do asno que trazia a lenha. Segundo Manuel Arias Martínez⁹⁰, a história do leão era uma

⁹⁰ Ibid.

transposição de outro relato milagroso, inicialmente relacionado a São Gerásio, cuja hagiografia foi apropriada para compor os relatos sobre São Jerônimo.

Para Ruiz Hernando, o crescimento no número de homens que buscavam a vida eremítica tem raízes no processo de decadência de alguns monastérios, a partir do século XIII, devido a uma série de desvios de comportamento em relação às regras monásticas e da crítica à vida de excessos e luxos em alguns desses recintos, o que levou também ao surgimento das ordens mendicantes⁹¹. A proximidade entre jerônimos e franciscanos na origem da ordem ibérica é bem clara nas referências a Tommasucio.

O hábito que os monges jerônimos deveriam levar foi definido pelo papa na mesma bula de confirmação da ordem. Deveria ser todo de lã, com túnica branca, fechada até os pés, com escapulário pardo ou marrom. Toda a roupa deveria ser de cor natural, sem tingimento. O hábito dos jerônimos pode ser observado no retrato do frei José de Sigüenza realizado por Sanchez Coelho, pertencente à coleção do Monastério de San Lorenzo el Real del Escorial.

Figura 2: Sanchez Coelho, retrato do frei José de Sigüenza. Monastério do Escorial.



Fonte: MATEOS GOMEZ, Isabel; LOPEZ-YARTO ELIZALDE, Amelia; PRADOS GARCIA, Jose Maria. **El arte de la Orden jeronima**: Historia y Mecenazgo. Madrid: Encuentro, 2000

⁹¹ RUIZ HERNANDO, J. A. **Los monasterios jerónimos españoles**. Segovia: Caja Segovia, 1997.

Os discípulos de Tommasucio entraram em contato com grupos de eremitas em Orusco, Ambite, Javea, Castañar, Vollaescusa e Guisando⁹². Entre esses discípulos se encontrava o português Vasco Martins, que após permanecer um tempo em Toledo decidiu retornar a Portugal, onde comprou a quinta da Penhalonga, em 1390, próximo a Sintra, onde se reuniu um grupo de eremitas, sendo posteriormente o local onde se edificaria o primeiro mosteiro jerônimo em solo lusitano⁹³.

Entre os primeiros a se juntarem aos ermitões, segundo Siguenza, estavam dois nobres criados da Casa Real de Afonso XI (1311-1350) de Castela, Fernando Yañez de Figueroa e Pedro Fernandez Pecha, personagens que recebem especial destaque na História da Ordem. Esse dois nobres teriam aderido à vida eremítica já durante o reinado de Pedro I (1350-1369), conhecido como o cruel, período de instabilidade política, o que explicava o desejo de muitos homens, principalmente membros da nobreza, de fugir do mundo e buscar uma espiritualidade que é alcançada na solidão⁹⁴.

Inicialmente Fernando Yañez de Figueroa pretendia deixar a corte e tornar-se clérigo, no que foi muito auxiliado pelo rei, tornando-se capelão na *Capilla de los Reyes Viejos*, da catedral de Toledo, acabou por conhecer alguns dos ermitões que viviam próximo a Toledo, em El Castañar, decidindo-se também pelo isolamento⁹⁵. Segundo seu exemplo, um de seus amigos, Pedro Fernandez Pecha, também decidiu tornar-se um ermitão, juntando-se aos que viviam em Villaescusa, em 1366. Siguenza usa essas duas figuras para fortalecer a imagem de que a ordem sempre se aproximara da monarquia.

A influência das famílias desses dois nobres no sucesso do surgimento da Ordem também é importante no relato de Siguenza. O irmão de Pedro Fernandez Pecha, chamado Alfonso Fernández Pecha, que foi bispo de Jaén de 1359 a 1368, auxiliou na aprovação papal que deu origem aos jerônimos espanhóis. Depois de viajar para a Terra Santa, em seu regresso instalou-se em Avignon. Quando Pedro Fernández Pecha e Pedro Román foram

⁹² SANTOS, C. A. D. **Os jerônimos em Portugal**. Das origens aos fins do século XVII. Dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 1977.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ RUIZ HERNANDO, J. A. Op. cit.

⁹⁵ SIGUENZA, J. Op. cit. p. 13.

enviados para a corte papal de Avignon, em 1372, munidos de uma carta de apresentação do arcebispo de Toledo e do rei Enrique II, para pedir a autorização para a fundação da Ordem, a amizade de Alfonso Fernández Pecha com Gregório XI auxiliou no sucesso da comitiva, que retornou a Lupiana em 1374 com a bula *Sane petitio* que fundava a nova ordem⁹⁶.

Diego Martínez, tio de Pedro Pecha doou a ermida de San Bartolomé, para onde os ermitões dirigiram-se em 1367. O local foi transformado em monastério e depois se tornou a casa mãe da ordem. Em 1415 seu prior passou a ser também o General da Ordem.

Em Aragão, Jaime Juan Ibáñez também conseguiu aprovação do papa para fundar o primeiro monastério jerônimo no reino, nomeado de *San Jerónimo de La Plana* (Jávea), em 1374, e que depois foi transplantado para Cotalba. Lupiana e Cotalba tinham certa preeminência sobre os demais monastérios jerônimos que foram se criando nos reinos de Castela e Aragão. Em 1414 obtiveram a bula *Licet Exigente* do papa Benedito XIII, que lhes dava a autoridade de celebrar os capítulos da ordem.

Em Portugal a Ordem foi fundada paralelamente à Castela, sendo frei Vasco⁹⁷, considerado pelas crônicas de Pedro de Vega e José de Siguenza como o responsável pelo surgimento dos jerônimos em solo lusitano⁹⁸, apresentado como protagonista da história da Ordem, juntamente ao frei Pedro de Guadalajara e frei Fernando Yañez, estando envolvido, segundo Siguenza, na fundação do Mosteiro de Penha Longa (Sintra), São Jerônimo do Mato (Alenquer) e Valparaíso (Córdoba)⁹⁹.

⁹⁶ “La data de la bula de la confirmación es de Auiñon el tercero año del Pontificado de Gregorio XI. día de S. Lucas Euangelista, año de la encarnación de nuestro Saluador Iesu Christo 1373.”

Ibid, p.30.

⁹⁷ A vida de frei Vasco também é contada a partir de escassa documentação. Siguenza menciona que seus escritos se baseiam em um livro antigo encontrado no Monastério de San Bartholomé de Lupiana. José Adriano de Carvalho, ao estudar a vida desse religioso menciona uma seleção documental de menos de dez fontes que chegam até nós para tratar dessa personagem, contando com três poemas atribuídos ao monge, duas cartas, a escritura de compra da propriedade em que se assenta hoje o monastério de Penha Longa e quatro cadernos antigos de anotações do arquivo de S. Bartholomé de Lupiana.

CARVALHO, J. A. F. *Nas origens dos jerônimos na Península Ibérica: do franciscanismo à Ordem de S. Jerónimo – O itinerário de Fr. Vasco de Portugal*. **Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas**, série II, vol. 01. Porto: Universidade do Porto, 1984, pag. 11-131.

⁹⁸ SIGUENZA, J. Op. cit, Tomo I, p. 09-10.

⁹⁹ O segundo livro da história traz uma série de vidas dos religiosos para servir de exemplo, destacando os fundadores, alguns religiosos que desempenharam funções importantes dentro da ordem, etc. A vida de Frei

De 1355 a 1389, segundo Siguenza, os religiosos viveram na ermida fundada, em Penhalonga¹⁰⁰, mas após ter notícias de que os ermitões de São Jerônimo em Castela e Valência estavam passando teriam passado à vida cenobítica teriam se inclinado a também fazer a transição para a vida regular¹⁰¹. Aponta Siguenza:

“Partiéronse a Roma, tenia la silla Apostólica Bonifacio IX. que auia sucedido a Urbano VI. de donde parece que en aquella peligrosa cisma los Portugueses tenian la parte de los Romanos Pontífices, aunque Castilla y Aragón seguían los que se elegían en Francia”¹⁰².

Nesse ponto já se percebe uma importante distinção entre o surgimento da Ordem em Portugal e em Castela e Aragão que se refere a qual autoridade religiosa se subordinava cada reino. Os religiosos castelhanos pediram autorização para a criação da Ordem para o papa residente em Avignon, enquanto os portugueses se mantiveram ligados a Roma, demonstrando, em termos formais, total independência dos dois ramos peninsulares¹⁰³.

Vasco, intitulada “*La vida del santo padre fray Vasco, fundador de la religión de san Gerónimo en Portugal, y de la casa de Valparayso, junto a Cordoua.*”, é uma das mais longas.

Ibid, Tomo I, págs. 186-194.

¹⁰⁰ “vna legua poco mas apartada de donde agora esta el Castillo de Cascays hazia la parte del Norte, junto a la sierra de Sintra, llamada de Varron, Tagrum (si creemos a Damián de Goes) en vn lugar retirado, edificio vna Ermita en la llanura de vn valle que se llamaua Penalonga, sitio apacible aparejado para la quietude de la contemplación, de que tenia tan alto gusto el sieruo de Dios. Iuntaronse luego allí otros compañeros, multiplicáronse las Ermitas, o celdillas, comengaron a hazer vida muy alta, debaxo de la disciplina de tan buen maestro.”

Ibid, p. 96.

¹⁰¹ “Parecióle al sieruo de Dios que era aquella suerte de vida libre de poca fuerga, sujeta a la mudanga del animo variable de los hombres, especialmente en la virtud que se lleua siempre tan cuesta arriba.”

Ibid, p. 96.

¹⁰² Ibid, p. 96.

¹⁰³ José Adriano Carvalho aponta alguns documentos que indicam que a indefinição do apoio de Portugal a Avignon ou Roma no contexto do cisma religioso foi um dos motivos da demora na institucionalização da Ordem de São Jerônimo nesse reino.

CARVALHO, J. A. F. Op. cit.

No ano de 1400¹⁰⁴, segundo Siguenza, Bonifácio IX concedeu a bula *Piis votis fidelium* confirmando a Ordem, que deveria se orientar segundo a regra de Santo Agostinho e edificar um monastério no local da ermida de Penha Longa.

No século XV surgiu uma cisão entre os monges jerônimos, pois um grupo de monges criou uma nova regra para a Ordem. Frei Lope de Olmedo (1370-1433), que foi prior de Lupiana e General da Ordem de 1415 a 1421, foi a Roma visitar o Papa entre os anos de 1423 e 1426, conseguindo assim autorização para erguer novas casas da Ordem. Em 1428 o Papa dispensou seus monastérios da regra de Santo Agostinho, substituída pela *Regula Monachorum*, atribuída a São Jerônimo. Porém Olmedo redigiu uma nova regra inspirada em textos do santo patrono.

Em 1429 Olmedo conseguiu que o monastério de *San Isidoro del Campo*, em Santipone (Sevilha), anteriormente pertencente aos cistercienses, estivesse ligado a sua ordem, onde passou a residir. Deste monastério saíram novas fundações como *Santa María*, em Barrameda (Cádiz) e *San Miguel de Alpechín*, em Sanlucar la Mayor (Sevilha). Depois da morte de Olmedo foram fundados: também *Santa Ana*, em Tendilla (Guadalajara); *Santa Quiteria* (Jaen); *Nuestra Señora de Gracia*, em Carmona (Sevilha); e *Nuestra Señora del Valle*, em Écija (Sevilha). Esse ramo era chamado de Isidro, em homenagem ao monastério de San Isidoro del Campo. Estes sete monastérios foram integrados à Ordem principal dos Jerônimos em 1567 por iniciativa de Felipe II no Capítulo General da Ordem daquele ano¹⁰⁵.

1.3. Os jerônimos e os cristãos novos

A relação entre jerônimos e cristãos novos é parte central da argumentação de Américo Castro para explicar os motivos da proximidade entre a ordem e a monarquia. Em 1949, o autor publicou o texto “Aspectos del vivir hispánico”, provavelmente escrito cerca de uma década antes, em que defende que os jerônimos teriam introduzido a *devotio moderna* na

¹⁰⁴ Cândido Dias dos Santos, importante referência no estudo sobre a história da ordem de São Jerônimo em Portugal, indica o ano de 1400 para a redação da bula. A datação de início da vida eremítica de Frei Vasco em Portugal a partir de 1355 também é questionada por Santos, indicando que esse retorno a terra natal deve ter sido posterior.

SANTOS, C. D.Op. cit.

¹⁰⁵ Ibid., p.06 e p.134-5.

península, com ritos mais simples e mais voltada para uma vida espiritual interiorizada. Segundo o autor:

“La protección que los aristocratas e incluso la Casa Real de Castilla dispensaron, desde fines del siglo XIV, a la nueva orden española, muestra que la religiosidad de las clases más altas se inclinaba hacia la efusión íntima, individual, más bien que al activismo externo y dogmático de la orden dominicana, difusora con su predicación de los dogmas católicos, que a fines del siglo XV protegerá mediante el fuego inquisitorial, al fundirse con el espíritu agresivo – defensivo de los judíos conversos.”¹⁰⁶

Cândido Santos¹⁰⁷, principal referência para se tratar da espiritualidade dos jerônimos em Portugal, é um dos autores que concorda, em linhas gerais, com a tese de Castro. A argumentação de ambos é reforçada pelas denúncias feitas contra alguns membros da ordem em diversos momentos. No século XVI, o mosteiro de San Isidoro teve monges denunciados como erasmistas, ocorrendo um auto de fé em 1559.

Para Américo Castro, a Ordem de São Jerônimo atraía grande número de conversos por ser uma ordem pequena e escondida, tendo sofrido muito com as perseguições aos conversos, o que gerou uma grande crise com as investidas da Inquisição. Os jerônimos, parte dos aristocratas e a monarquia eram bastante tolerantes com os conversos até a segunda metade do século XV, diferentemente das ordens mendicantes e da população urbana. Em 1391, devido a uma série de pregações contra os judeus em Sevilha, se iniciou a perseguição de forma mais violenta, com apoio, segundo Castro, dos dominicanos, franciscanos e alguns conversos. Essa guerra civil culminou com nobreza e monarquia vencidas, que decidiram pela expulsão dos judeus do Reino e pelos estatutos de limpeza de sangue para ingressar na Ordem.

Porém, como aponta Carlos Carrete Parrondo, a Ordem de São Jerônimos não era o único destino dos conversos que buscavam o clero no século XV¹⁰⁸, mas sofreu muito com as denúncias e condenações de seus monges, precisando repensar sua postura de

¹⁰⁶ CASTRO, A. **Aspectos del vivir hispánico**. Madrid: Alianza Editorial, 1970, p.57.

Exemplar consultado presencialmente na Biblioteca Nacional da Ajuda – Lisboa (BNA).

¹⁰⁷ SANTOS, C. D. Op.cit.

¹⁰⁸ CARRETE PARRONDO, C. *Los conversos jerónimos ante el estatuto de limpieza de sangre*. In: **Helmantica**: Revista de filología clásica y hebrea. Tomo 26, Nº 79-81. Salamanca: Universidade Pontificia de Salamanca, 1975, págs. 97-116.

tolerância para evitar a desconfiança, sobretudo de monges de outras ordens, como os franciscanos.

Frei Alonso de Oropesa, general da ordem eleito em 1457 e reeleito por quatro triênios consecutivos, escreveu a obra *Lumen ad revelationem gentium et gloria plebis Dei Israel, de unitate fidei et de concordia et pacifica aequalitate fidelium*, finalizado em 1465, mas não publicado, em que defendia a união entre os cristãos velhos e novos, reforçando a postura geral da ordem até aquele momento, de tolerância e não desconfiança em relação aos cristãos novos, o que não deveria ser mantido em relação aos não batizados. Porém, devido às denúncias e algumas condenações pela Inquisição, ficou proibida a aceitação de conversos a partir do capítulo General de 1486¹⁰⁹.

Em 1485 dois tribunais da Inquisição foram estabelecidos em Guadalupe, um deles destinado a tratar das denúncias dos monges jerônimos e outro sobre as denúncias contra os seculares da região. Os monges foram condenados, em sua maioria, à prisão perpétua. A partir daí muitos outros mosteiros foram visitados pelo Santo Ofício.

Em breve de 1495, do papa Alexandre VI, é imposto que os jerônimos deixem de aceitar conversos em seus mosteiros, mas os vigários, confessores e priores cuja ascendência judia fosse descoberta seriam relatados à autoridade competente em segredo, podendo continuar no mosteiro com suas funções até o período em que seu mandato se finalizasse normalmente. No capítulo General de 1519 ficou decidido que não seriam aceitos descendentes de judeus até o quarto grau, e em 1552 também ficavam proibidos de ingressar na ordem os descendentes de mouros.

O mesmo aconteceu nos mosteiros jerônimos portugueses após a instalação da Inquisição naquele reino, em 1537, durante o reinado de D. João III. No Capítulo Provincial de 1565 ficou determinado que a Ordem não recebesse mais entre seus membros cristãos

¹⁰⁹ “[...] que algunas personas contaminadas de los dichos errores, por escapar de la vida et asconderse de la justicia, se van a los monesterios fingiendo ser ovejas, siendo lobos, et demandan el habito[...], ordenaron que en quanto durare la dicha Inquisición en estos reinos et sea dellos alinpiada esta manzilla de la heregia, ninguno que sea de los christianos nuevos sea rescebido al habito de la dicha religion, nin mucho menos a la profesion.”

AHN, Clero, lib. 1626; también en lib. 14748 y 16422, y Códices 320-B, fol. 160v. Apud.: CARRETE PARRONDO, C. *Los conversos jerónimos ante el estatuto de limpieza de sangre*. In: **Helmantica**: Revista de filología clásica y hebrea. Tomo 26, N° 79-81. Salamanca: Universidade Pontificia de Salamanca, 1975, págs. 97-116, p.104.

novos até o quarto grau, a não ser que fosse dispensado pelo Capítulo Provincial e Privado. Os noviços apenas poderiam fazer profissão após um inquérito para verificar o parentesco com cristãos novos.

Segundo Martínez Milan, a perseguição religiosa aos judeus e depois aos cristãos novos era, em grande medida, uma reação popular contra um grupo que permanecia próximo à monarquia e aos nobres, ocupando altos cargos de poder junto aos reis trastâmaras, apesar de não terem participado da expulsão dos muçulmanos na ‘Reconquista’. O autor salienta que mesmo entre aqueles cuja conversão era sincera a forma de expressar sua religiosidade era mais voltada para o íntimo, o que os diferenciava também dos cristãos velhos e gerava suspeitas de continuarem a manter as crenças antigas¹¹⁰.

Com as características gerais apontadas anteriormente, com vários pontos de convergência e origens interligadas, a ordem de São Jerônimo teve desenvolvimento bastante distinto em Castela/Aragão e Portugal, como trataremos a seguir sobre as primeiras fundações e mosteiros de maior destaque.

1.4. Primeiras fundações

Muitos mosteiros foram edificados ou passaram aos cuidados dos monges jerônimos ao longo de sua história. Para Ruiz Hernando¹¹¹, o modelo buscado para a edificação de suas em Castela e Aragón levava em consideração os alguns critérios. Os mosteiros deveriam se construídos, preferencialmente, em um local afastado e quase inacessível (no caso dos mosteiros que se edificavam sobre antigas ermidas) e deveriam estar fora das povoações a mais de meia légua (cerca de dois quilômetros e meio). Por fim, não deveriam estar em uma ilha ou na costa, nas proximidades do mar.

Muitos mosteiros receberam importantes doações de reis e nobres para sua edificação. Os motivos mencionados em cartas de doações dos reis para mosteiros da ordem eram: garantir o sustento dos monges e outras pessoas do mosteiro; para que os monges

¹¹⁰ MARTÍNEZ MILAN, J. **La inquisición española**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

¹¹¹ Autor também indica que primeiros mosteiros jerônimos em Castela seguiam mesma lógica construtiva de outras ordens monásticas, enquanto que em Aragón apresentavam um mesmo padrão. O Capítulo Geral da Ordem de 1415 teria estabelecido normas comuns para os mosteiros.

rogassem a Deus pelas vidas dos reis e por seus Estados, filhos, pela alma de seus progenitores e pelas deles mesmos; para provisão do monastério e seus edifícios; para a manutenção do culto divino; pela graça de uma vitória militar alcançada¹¹².

Outros motivos também favoreciam as doações e proteções régias à ordem. Segundo David Rodríguez Luna, os jerônimos buscaram praticar a caridade, comum aos monges, através da hospitalidade. O autor considera que essa hospitalidade se estendia desde aos mais pobres até aos nobres e aos reis. Aliando essa característica à itinerância da monarquia ao longo dos séculos XV e XVI, encontraríamos uma justificativa para a proximidade entre os reis castelhanos e esses religiosos¹¹³. Também, segundo o mesmo autor, como era uma ordem exclusivamente ibérica, as vantagens de não precisar lidar com os superiores estrangeiros e decisões capitulares adotadas em territórios estranhos aos seus domínios devem ter atraído a simpatia dos monarcas¹¹⁴.

Segundo Nieto Soria, a necessidade de propaganda de um poder político é sempre tão grande quanto o poder que se tem ou se deseja ter e legitimar. No caso das monarquias, essa propaganda política buscava criar uma imagem de onipresença no vasto território sob a jurisdição do monarca. No caso da Monarquia Hispânica e dos monarcas portugueses os reis favorecem a ordem de São Jerônimo para fortalecer a imagem religiosa de seu poder, aliando-se a uma ordem que nasce num contexto de renovação religiosa e que exalta o que há de particular na religiosidade ibérica, por ser uma ordem surgida na península.

¹¹² RODRÍGUEZ MOLINA, J. *El monastério de San Jeronimo de Granada. Patrimonio y "más allá"*. In: **Gazeta de Antropogía**, n. 25, 2009. Disponível na web em: http://www.ugr.es/~pwlac/G25_15Jose_Rodriguez_Molina.html Acesso em 22/jan./2010.

¹¹³Poderíamos contar como exemplos dessa relação de acolhimento dos reis pelos monges a permanência de Carlos V no mosteiro toledano de Santa María de La Sisa por um tempo como retiro, devido à morte de sua esposa, a imperatriz Isabel. Os reis Católicos ficaram em 1480 no mosteiro de San Jeronimo de Guisando, em seu percurso de Toledo a Medina Del Campo, onde Felipe II costumava passar seus fins de semana antes de construir o Escorial. Vários monastérios jerônimos contavam com hospedaria real, ou seja, aposentos especialmente preparados para os monarcas. Entre os mosteiros com tais aposentos estavam Santa María Del Parral (em Segóvia), San Jerónimo El Real em Madrid, Santa María de Guadalupe e São Jerónimo de Yuste (Cárceles).

RODRÍGUEZ LUNA, D. *Algunos aspectos de la caridad en la orden de San Jeronimo*. In: JAVIER CAMPOS, F. e SEVILLA, F. (coord.). **La Iglesia española y las instituciones de caridad**. Escorial: Ediciones Escorialenses; Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2006, págs. 923-950.

¹¹⁴ JAVIER CAMPOS Y FERNANDES SEVILLA, F. (coord.). **La Iglesia española y las instituciones de caridad**. Escorial: Ediciones Escorialenses; Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2006.

A arquitetura jerônima, de modo geral, aproxima-se dos modelos de mosteiros franciscanos e dominicanos, que também não se distanciam muito dos modelos beneditinos. A igreja (geralmente de nave única e com capelas laterais interligadas) e o(s) claustro(s) são os principais espaços a organizar todas as demais dependências necessárias para a vida monástica, como a sala capitular, os dormitórios e refeitórios. Os mosteiros de comunidades pouco numerosas de monges costumavam ter apenas uma igreja e um claustro. Comunidades maiores, que cresceram e enriqueceram após sua fundação, construiriam um segundo claustro, sendo que a planta superior desses locais era destinada a alocar as celas dos monges. Teríamos também mosteiros que chegariam a construir três claustros e alguns casos com quatro claustros.

Não há instruções precisas nos Capítulos Gerais sobre como deveria ser a arquitetura de uma casa jerônima, por isso há exemplos bastante variados, desde os mais simples, como São Jerônimo do Mato (Alenquer, Portugal), que não resistiu ao tempo, até mosteiros suntuosos, como Santa Maria de Belém e San Lorenzo del Escorial¹¹⁵.

Também, nos mosteiros jerônimos, diferentemente dos mosteiros de ordens mendicantes, há separação e clara definição entre os espaços de isolamento dos monges, os espaços de vida comum e a transição ao mundo exterior. Tal distinção se deve às necessidades da vida contemplativa e inclusive geraram problemas entre os monges e Dom Manuel, que edificara o mosteiro de Santa Maria de Belém, por exemplo, cujas celas ficavam muito expostas ao barulho externo da chegada das naus.

A primeira fundação jerônima, *San Bartolomé de Lupiana*, recebeu benefícios financeiros provenientes da nobreza e da monarquia¹¹⁶. O primeiro benfeitor foi Diego Martínez de la Cámara¹¹⁷, que tinha sido camareiro do rei Don Alonso XI (1311-1350), tio de Pedro Fernandez Pecha, um dos primeiros religiosos da ordem. Segundo Siguenza, esse nobre tinha grande devoção pelo apóstolo São Bartolomeu, e sendo muito rico, decidiu

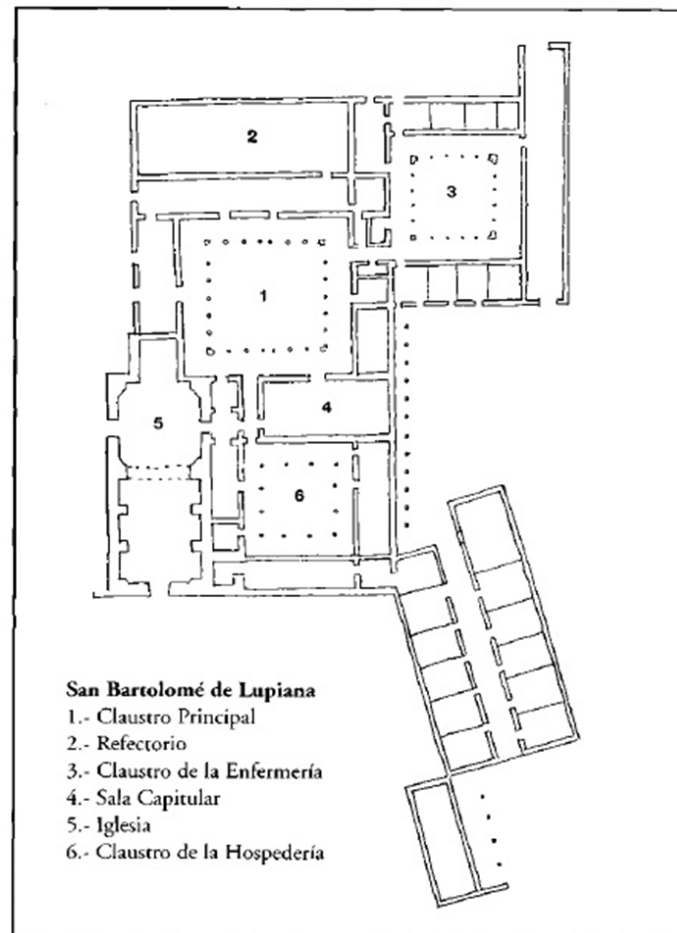
¹¹⁵ MATEOS GOMEZ, I; LOPEZ-YARTO ELIZALDE, A.; PRADOS GARCIA, J. M. Op. cit.

¹¹⁶ RODRÍGUEZ MOLINA, J. Op. cit.

¹¹⁷ “Passaronse luego de nuestra Señora de Villaescusa a la yglesia de S. Bartolomé, y fue este el primer suelo proprio, y el primer pan que comieron los santos Hermitaños, aun antes que fuesen religiosos de S. Gerónimo. Era esto, según la mejor cuenta, el año de 1370 de nuestra redención, y 38 después de la muerte de Diego Martínez de la Cámara, y tres antes de la confirmación de la Orden.”

empregar parte de sua riqueza ao serviço desse santo, escolhendo uma localidade que costumava frequentar para recreação e para orar¹¹⁸.

Figura 3: Croqui da planta do Monastério de San Lorenzo de Lupiana, realizado por José A. Ruiz Hernando



Fonte: RUIZ HERNANDO, José Antonio. Op. cit., p.288.

O primeiro claustro do monastério foi construído ao sul da ermida, e serviu como local de sepultamento dos monges, sendo depois conhecido como *Claustro de los Santos*. Em 1418 construíram o segundo claustro, dedicado à hospedaria. Depois de 1539 se edificou o terceiro claustro, da enfermaria. A igreja passou por reformas no tempo de Felipe II, tornando-se Capela Real, depois do monarca criar o senhorio de Lupiana¹¹⁹.

¹¹⁸ “Por el contorno de la ciudad de Guadalajara tenían muchas possessiones, buenas heredades, donde se salían a viuir algunas vezes por recreación, y por deuocion, y apartarse del bullicio de los ruydos de la ciudad. Entre estos lugares escogieron vno que les pareció mas solo, y a proposito [...]”

Ibid, p.20.

¹¹⁹ RUIZ HENRANDO, J. A. Op. cit, p. 272.

Sigüenza também descreve os materiais utilizados na edificação do claustro de Lupiana, feito de uma pedra dura que se assemelhava ao mármore e “sus claraboyas [son] de la mejor traza y labor que aquella arquitectura moderna heredada de godos o moros”¹²⁰. A valorização da arquitetura maneira à antiga, inspirada na Antiguidade Clássica e a depreciação da arquitetura moderna (gótica) é uma constante na obra de Sigüenza.

Em 1415 ocorreu o primeiro *Capítulo General* da ordem, no monastério de *Santa María de Guadalupe*. Apresentaram-se nessa ocasião os representantes de todos os monastérios existentes até o momento. Em ordem da fundação mais antiga para a mais recente, tínhamos os seguintes monastérios:

Tabela 1: Mosteiros Jerônimos existentes em Castela e Aragão em 1415

	Nome do Mosteiro	Localidade	Ano da fundação
1	San Bartolomé de Lupiana	Guadalajara	1373
2	San Jerónimo de Jávea	Alicante	1374
3	Santa María de la Sisa	Toledo	1374
4	San Jerónimo de Guisando	Avila	1375
5	San Jerónimo de Corral Rubio	Toledo	1384
6	San Jerónimo de Cotalba	Gandía	1384
7	Santa María de Guadalupe	Cáceres	1389
8	San Jerónimo del Valle de Hebrón	Barcelona	1393
9	San Blas de Villaviciosa	Guadalajara	1396
10	Santa María de la Mejorada	Olmedo	1396
11	Santa Ana de la Oliva	Toledo	1397
12	Santa Catalina de Talavera	Toledo	1398
13	San Miguel del Monte	Burgos	1398
14	La Trinidad de Miramar	Palma de Mallorca	1400
15	Santa María de la Murta	Alcira	1401
16	Santa Maria de la Armedilla	Valladolid	1402
17	Santa María de Fresdelval	Burgos	1403
18	San Jerónimo de Valparaiso	Córdoba	1405
19	San Jerónimo de Yuste	Cárceces	1408

¹²⁰ Ibid, p.21

20	San Jerónimo de Montamarta	Zamora	1408
21	Santa Catalina de Badaya	Alava	1407
22	Santa María de Toloño	Alava	1410
23	Santa Marina de Don Ponce	Santander	1411
24	Santa Catalina de Montecorbán	Santander	1411
25	San Jerónimo de Monte Olivete	Barcelona	1413 ¹²¹

Fonte: RUIZ HERNANDO, J. A. Op. cit.

Dessas primeiras fundações jerônimas em território ibérico deve-se destacar o Mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, que foi um dos espaços monásticos mais importantes da península, sobretudo devido à peregrinação que se fazia na localidade para visitar o santuário mariano a que estava ligado. Juntamente com Yuste e o Escorial, Guadalupe faz parte dos mosteiros que receberam maior atenção dos monarcas castelhanos.

1.5. Primeiras fundações portuguesas: Penha Longa e São Jerônimo do Mato

As descrições sobre o mosteiro de Penha Longa em Sigüenza apontam com maior destaque as qualidades do local em que se inseria, como é de costume na obra do monge jerônimo, bem como algumas relações privilegiadas com a monarquia, mencionando que D. Manuel teria construído ali um palácio¹²². Além do edifício em si, em suas terras se encontravam madeiras, árvores frutíferas e jardins que serviam aos monges e que poderiam também produzir rendas aos monges, que estavam autorizados a vender o que produziam ali desde os tempos de D. João I¹²³.

¹²¹ Transplantado três anos depois para S. Jerónimo de la Murta (Badalona).

¹²² “La de Penalonga fue mas dichosa, porque la fauorecio el sitio que es muy ameno, frequentaronla los Reyes y Principes de Portugal, yuanse allí a tomar sus recreaciones corporales y espirituales, recogíendose a tiempos deuotos en su soledad, aparejada para descuydar vn poco de los negocios del reyno, y tratar los de sus almas.[...] El Rey don Manuel hizo allí vn rico palacio, el Rey don Iuan el tercero, y don Henrique leuataron otras obras reales, dignas suyas.”

Ibid, p.98.

¹²³ “[...] nem pagem sisas, nem portagges [...] nem das cousas que venderem que fezerem no dito mosteiro asy como cydras, laranjas, limões e outras frutas que hy tenerem [...]”

Documento guardado na Torre do Tombo (Penha Longa – maço 3, n.35) Apud. SOUSA, Tude M. de. **Mosteiro e Quinta da Penha Longa na Serra de Sintra**. Sintra: Sintra Gráfica/António Medina Júnior, 1947, p.92.

Figura 4: *The Convent of the Penha Longa*, litografia em preto e branco, de William H. Burnett W., 1834.



Fonte: BURNETT, William H.(ca. 1830-1860). *The Convent of the Penha Longa* / drawn from nature & on stone by W. H. Burnett. - [S.l.]: s.n., ca. 1834 - 1 gravura : litografia, p&b (impr. sobre papel china). Disponível na Biblioteca Nacional Portuguesa Digital (BNP) em: <http://purl.pt/5592>.

A escritura de compra do terreno de Penha Longa em nome de Frei Vasco e seus companheiros, Huberto e Antonino, é analisada por Cândido Dias dos Santos, juntamente com uma carta régia, ambos documentos datados de 1390, permitindo ao autor sugerir que houve patrocínio régio para a construção deste primeiro monastério jerônimo em Portugal¹²⁴.

Dom João I e seus sucessores deram muitos privilégios a esses monges, como isenção do pagamento das sisas e de outros impostos na compra de mantimentos¹²⁵, isenção

¹²⁴ SANTOS, C. D. Op. cit. , p.07.

¹²⁵ “E outro sy mandamos que eles todos seriam escusados de pagar em nenhuma peitas, fintas, e talhas, nem em outros nenhuus encarregos que por nós nem pelos concelhos honde eles tiverem alguus bees. E por honde quer que eles per nossos Reinos andarem, sejam lançados, nem pagem sisas, nem portagges, nem costumagees de pam, nem de vinho, e carnes, e pescado e doutras quaeesquer cousas que comprarem pera seus mantimentos, nem de panos pardos, e burees quanto fôr necessario pera seus vestidos, nem das cousas que venderem que fezerem no dito mosteiro asy como cydras, laranjas, limões e outras frutas que hy tiverem, nem de cestos e canistrees e colheres e outras cousas semelhantes que obrarem per suas mãos.”

Documento guardado na Torre do Tombo (Penha Longa – maço 3, n.35) Apud. SOUSA, T. M. **Mosteiro e Quinta da Penha Longa na Serra de Sintra**. Sintra: Sintra Gráfica/António Medina Júnior, 1947, p.92.

dos dízimos em suas compras e vendas, entre outros benefícios e permissões dadas por D. Manuel I e D. João III. Em 26 de janeiro de 1483, D. João II confirma uma carta de D. Afonso V, de 21 de janeiro de 1449, que proibia os monges de mendigar, permitindo que pedissem mercê ao rei e adquirissem bens de raiz até o montante de 500 coroas de ouro¹²⁶. D. Sebastião fez doação ao mosteiro, em carta de 24 de setembro de 1567, com condição que seus monges formassem não apenas os noviços para essa casa, mas para todas as demais da ordem.

Figura 5: Igreja do Mosteiro da Penha Longa atualmente



Fonte: Acervo pessoal..

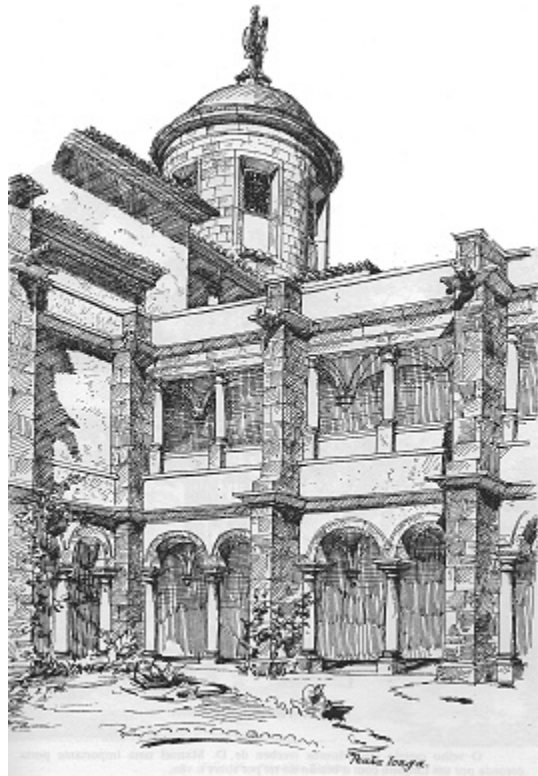
O mosteiro era local de retiro dos reis portugueses, havendo registro de estadias de D. Manuel I, permanecendo duas semanas na casa durante o luto após a morte de sua segunda esposa, D. Maria, mãe da maioria de seus filhos, entre eles seu sucessor, D. João

Transcrição seguindo a grafia original, exceto na inserção de acentos e sinais gráficos não disponíveis nos computadores modernos.

¹²⁶ Ibid, p.20.

III¹²⁷. Também foi visitado por Felipe II quando das entradas régias em Lisboa¹²⁸. A nobreza se interessou pelo mosteiro, com o dote da condessa de Monsanto datado de 1398¹²⁹ e licença real para que sua família pudesse se enterrar na capela mor do mosteiro e para que os monges rezasse missa cotidiana.

Figura 6: Ilustração do claustro do Mosteiro da Penha Longa, por Albrecht Haupt



Fonte: HAUPT, Albrecht (1852-1932). *A Arquitectura do Renascimento em Portugal. Introdução crítica* de M. C. Mendes Atanázio. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

¹²⁷ GOIS, Damião de, (1502-1574). **Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria**, há qual por mandado do Serenissimo Principe, ho Infante Dom Henrique seu Filho, ho Cardeal de Portugal, do Título dos Santos Quatro Coroados Damiam de Goes Collegio & compoz de novo. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749, Parte IV, cap. XIX, 49-50. Disponível na biblioteca digital da BNP em: <http://purl.pt/288> Acesso em 20 de agosto de 2016.

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Traslado em pública forma da escritura que o mosteiro da Penha Longa fez com a Condessa de Monsanto, D. Inês de Ayala, sobre a capela-mor, na qual tinham licença do rei para ela, seu marido, D. Pedro de Castro, seus filhos e sucessores serem aí enterrados (1398).

ANTT - Ordem de São Jerónimo, Mosteiro de São Jerónimo de Penha Longa, mç. 1, n.º 36

Original consultado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). No documento a condessa deixa também ao mosteiro 12 mil reis anuais para que se rezasse uma missa quotidiana.

Há também referências sobre a autorização para se construir um segundo monastério, São Jerônimo do Mato (Alenquer), que não deixou vestígios de sua edificação¹³⁰. São escassas as informações sobre esse mosteiro, edificado próximo à vila de Alenquer e ao rio Tejo, onde a comunidade religiosa vivia com muita pobreza, em um edifício de paredes fracas, que sofriam com os tremores de terra da região, segundo os relatos de Siguenza. Apesar de favorecer o isolamento para a oração, a localização não era muito salubre para a vida dos religiosos, pois também tinha o ar que esquentava muito ou esfriava demais.

O edifício de São Jerônimo do Mato foi ao chão por mais de uma vez, segundo Siguenza. Dom Manuel teria visitado esse monastério em uma viagem de Coimbra a Lisboa e, vendo a situação em que o edifício e seus religiosos se encontravam, auxiliou na reedificação da casa mantendo a simplicidade do local, mas colocando-os em situação mais segura, “porque los frayles se contentaron con poco, suficiente edificio para vivienda Religiosa, y defenderse contra los temblores de aquel suelo.”¹³¹ Também deu rendas aos religiosos e fez doações de objetos para o culto religioso, fez o retábulo e os órgãos. A partir desse momento, o monarca passaria a frequentar esse mosteiro, tendo um aposento bastante simples para sua permanência, o que demonstraria a santidade desse monarca cristão: “El aposento era una celdilla harto pobre, y alli tenia vna cama de madera, que las vsan los frayles, porque es la tierra fría. Guardaron los Religiosos harto tiempo esta cama, en memoria: y como reuerencia de tan pió, y Catholico Principe.”¹³² O mecenato de D. Manuel demonstra que o monarca não se interessou apenas em entregar seu panteão familiar à Ordem de São Jerônimo, mas voltou-se a beneficiar as casas mais antigas da ordem, sendo especial a atenção às duas primeiras fundações, Penha Longa e Mato.

No primeiro meio século de existência da Ordem de São Jerônimo em Portugal existiam apenas dois mosteiros, que rapidamente começaram a receber doações¹³³. Antes da

¹³⁰ “le dio licencia para que edificasse otro monasterio, y recibiesse a la profession los que quisiessen ser Frayles de S. Gerónimo, en estas dos casas. Desta segunda casa no hallo memoria alguna, aunque en la historia de Fray Basco se dize que edificio dos, y Fray Pedro de la Vega lo refiere también, deuiose de perder la otra, por su pobreza, sino dezimos que la otra fue S. Gerónimo de Omató.”

SIGUENZA, J. Op. cit., Tomo I, p. 98.

¹³¹ SIGUENZA, J. Op. cit, Tomo I, p. 395.

¹³² Ibid, p. 395.

¹³³ Cândido Dias dos Santos apontam a doação de todos os bens de Margarida Afonso, em 1401, em troca dos monges rezarem missa para sua alma; em 1402 foram doados alguns bens de Domingos Esteves e Afonso

subida ao trono de D. Manuel, mais dois mosteiros foram fundados no reino, São Marcos (próximo à Coimbra) e Santa Maria do Espinheiro (Évora). O primeiro foi espaço privilegiado da nobreza na busca de sua morada eterna, enquanto que o segundo teve grande importância como local de refúgio da monarquia. A seguir, apresentaremos os mosteiros que receberam maior atenção das monarquias castelhana e portuguesa e que seriam os antecedentes das iniciativas reais em Santa Maria de Belém e *San Lorenzo el Real del Escorial*.

Martins; em 1403, Domingos Vicente doo todos os seus bens ao mosteiro e, em 1404, João Anes deixou seu bens ao mosteiro com a obrigação de que os monges rezassem 4 missas por sua alma. Na primeira metade do século XV são registrados 6 testamentos, 12 doações e 8 escrituras de compra para esse mosteiro.

SANTOS, C. D. Op. cit.

Capítulo II

Monastérios Jerônimos como espaços da monarquia castelhana e lusitana: San Jerónimo El Real, Santa Maria de Guadalupe, San Jerónimo de Yuste e Santa Maria do Espinheiro

“Vimos taes cousas passar
Em nosso tempo e idade,
Que se se ouviram contar,
Por mentira e vaidade
Se ouueram de julgar”

Garcia de RESENDE, **Miscelânea**¹³⁴

2.1. Henrique IV de Castela e a Ordem de São Jerônimo: *Santa María del Parral*, *Santa María del Paso* e *San Jerónimo El Real de Madrid*

A partir do reinado de Enrique IV (1425-1474) a Ordem de São Jerônimo passou a abrigar importantes espaços da monarquia, em especial, espaços de refúgio nos moldes de palácios monastérios, que até então tinham sido preferencialmente entregues aos benetinos e franciscanos. Enrique IV de Castela fundou o Monastério de *Santa María del Parral*, em Segóvia e de *Santa Maria del Paso*, que depois seria trasladado e renomeado como *San Jerónimo El Real*, em Madrid. Também escolheu ser sepultado em uma casa da ordem, em Guadalupe. Seus sucessores, Isabel a Católica, Carlos I e Felipe II, seguiriam seu exemplo em edificar aposentos reais em casas jerônimas.

Segundo Siguenza, o rei estava encantado com Segóvia, sobretudo porque favorecia seu gosto para a caça e por isso desejou ter ali um local onde um pudesse se recolher por alguns dias e ouvir os ofícios religiosos, escolhendo a Ordem de São Jerônimo para habitar esse espaço. Para tanto, contou com o auxílio do nobre Juan de Pacheco, um de seus privados, para comprar o terreno no qual o mosteiro seria edificado a partir de 1447.

¹³⁴ RESENDE, G. **Crónica de Dom João II e miscelânea**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1973, p.336.

Até 1454 as obras ficaram a cargo dos monges, porém nesse ano, Henrique IV decidiu assumir a empresa para construir um monastério digno de sua presença e da importância que atribuía à Ordem. O rei manteve as obras até o ano de sua morte, 1474, sendo finalizado pelos monges em 1503¹³⁵.

Figura 7: Monastério de Santa Maria del Parral



Fonte: MATEOS GOMEZ, I.; LOPEZ-YARTO ELIZALDE, A.; PRADOS GARCIA, J. M. Op. cit., p.54.

A primeira capela lateral da igreja ao lado do Evangelho foi construída sobre a ermida de Nossa Senhora anterior ao mosteiro, que justificou em grande medida a escolha do local, assim como ocorria com muitas fundações da ordem de São Jerônimo. A capela mor foi cedida por Enrique IV a D. Juan de Pacheco para panteão familiar, construída por Martín Sánchez Bonifácio e Juan Guas, em 1472¹³⁶. Essas e outras intervenções demonstram o enorme prestígio da ordem entre a nobreza local e a aceitação dos religiosos em abrir espaços para perpetuar a memória desses.

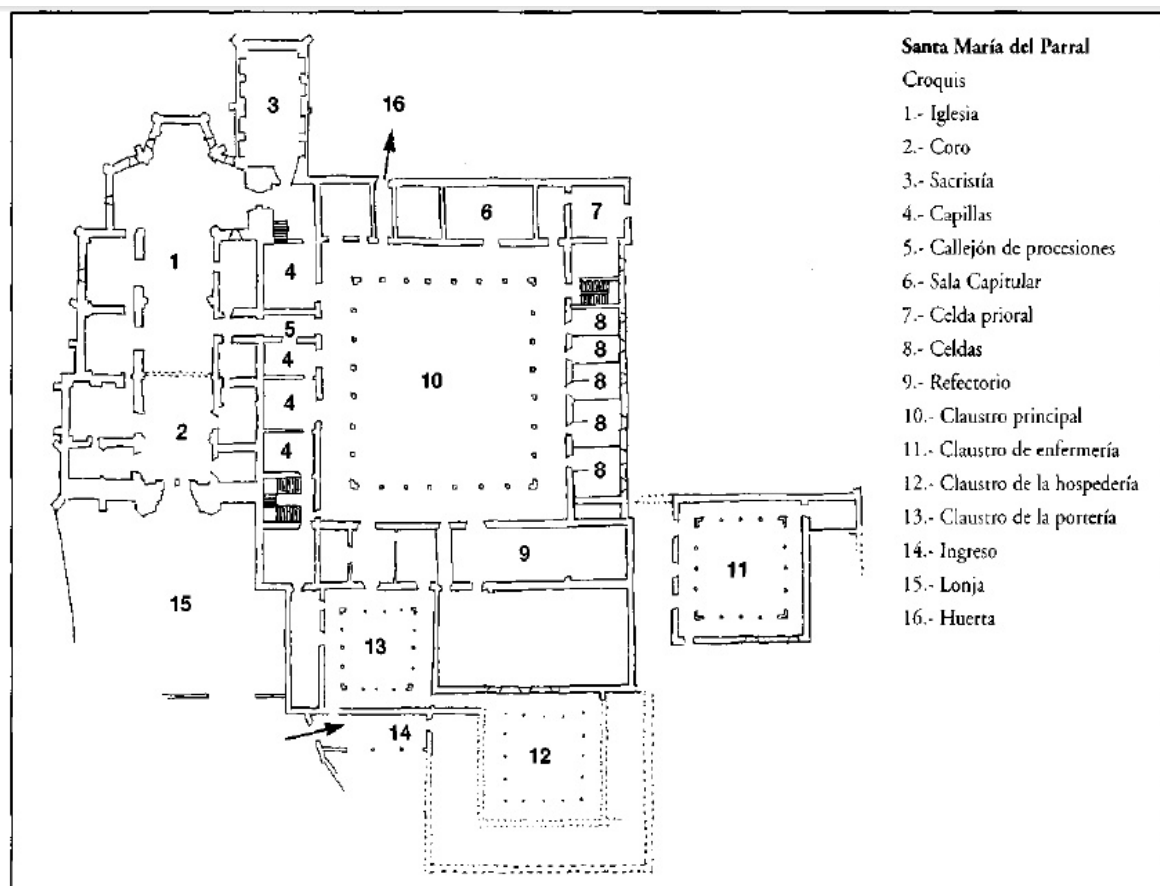
No entanto, ao descrever a edificação no local, Siguenza reforça a importância das iniciativas que o rei Enrique IV, “Edificava con tanto calor el Rey Don Henrique este

¹³⁵ RUIZ HERNANDO, J. A. Op. Cit.

¹³⁶ Ibid.

convento, que no perdonava a la costa, ni al tiempo, y quería pintarlo todo.”¹³⁷ Segundo esse autor, seriam obras régias o claustro alto, o refeitório, a biblioteca e a cela do prior, além de obras de abastecimento de água. O autor mais uma vez enfatiza a relação entre monarquia e jerônimos, deixando outros agentes em segundo plano. Também sugere que aquela fundação estava destinada a ser o local em que o rei teria sua última casa: “Comenco luego a edificar layglesia y Capilla mayor, que siempre se entendió la hazia para su entierro.”¹³⁸

Figura 8: Croqui da planta do Monastério de Santa María del Parral, realizado por José A. Ruiz Hernando



Fonte: RUIZ HERNANDO, J. A. Op. cit., p. 402.

O monastério de *Santa María del Parral* foi a trigésima quarta fundação da Ordem de São Jerônimo em Castela, justamente em seu apogeu, transformando-se em um modelo a ser seguido, com igreja de nave única com capelas comunicadas entre si, presbitério com grades, coro elevado e quatro claustros: principal, da portaria, da hospedaria e da enfermaria. Por uma porta do cruzeiro se tinha acesso à sacristia, que foi construída em torno de 1500.

¹³⁷ SIGUENZA, J. Op. cit., p. 350.

¹³⁸ Ibid, p.350.

Esta se comunica com o claustro principal através de uma escada que dá acesso ao piso superior.

Henrique IV também fundou o Monastério de *Santa María del Paso*, que inicialmente fora construído próximo ao rio Manzanares, local onde o rei havia vencido uma batalha em 1459. Por isso comprou o terreno onde já existia uma ermida dedicada a Nossa Senhora para edificar um monastério. O espaço foi aceito pela ordem de São Jerônimo no capítulo privado de 1463¹³⁹ e os monges ali se instalaram em 1465¹⁴⁰. Porém, o terreno era insalubre¹⁴¹ e, por esse motivo, a comunidade religiosa pediu aos Reis Católicos permissão para trasladar o monastério para outro local. Em 1502 se transferiram para um novo edifício situado ao norte de Madrid e finalizado em 1505¹⁴².

Segundo Lopezosa Aparicio, o mosteiro de *San Jerónimo El Real* em Madrid, uma das poucas edificações realizadas pela monarquia nessa localidade nos princípios do século XVI, foi construído com o esquema conventual próprio dos Reis Católicos, com uma fachada que dava destaque ao edifício em seu exterior. Com grande impacto na paisagem despovoada em que se implantou, estava posicionado em um local ligeiramente mais elevado em relação ao entorno e que se tornou o primeiro foco de atração na porção oriental da cidade para intervenções urbanas posteriores.

¹³⁹ RUIZ HERNANDO, J. A. Op. cit.

¹⁴⁰ “Una da las cosas que emprendió [Enrique IV] con calor después de la fundación del Parral de Segovia, fue el monasterio que se llamo primero nuestra Señora de Passo, y agora se llama san Gerónimo de Madrid. Su fundación fue ansi. El año M. CCCCLX, siendo general Fray Alonso de Oropesa, se trato en el capituloprivado que se junto aquel año, como el Rey don Enrique, edificava un monasteriode la Orden junto a Madrid, y quería se llamasse santa María del Passo. Y pues se entendía que el Rey lo offreceria a la Orden, por algunas palabras que el Rey avia dicho a algunos religiosos, aunque no lo avia declarado hasta aquel punto seria bien mirar lo que se le avia de responder quando esto propusiesse, porque no fuesse menester tornar a juntar capitulo privado sobre ello [...]”

SIGUENZA, J. Op. cit., p. 373.

¹⁴¹ “El sitio del monasterio salió para los religiosos muy enfermo, por estar cerca del rio puesto en lo llano, assiento húmedo, donde el Sol de la tarde hierre arepecho”

Ibid, p.374.

¹⁴² “Concedióse esta traslaciom en un capitulo privado, que se celebrou el año de mil y quinientos y dos, siendo General fray Pedro de Bexar, ordenando que se repartiessen los religiosos de la casa del Passo de Madrid por otras de la orden, dexando en ella seys o siete, en tanto que se labrava el claustro nuevo, aprovechando todo quanto fue posible los materiales, porque se pareciesse al primero. Dexaron en memoria una capilla pequeña, donde se pudiesse dezir Missa, y las ruynas y fundamentos que no dexan olvidar lo que fue.”

Ibid, p. 375.

O monastério de *San Jerónimo El Real*, devido a sua vinculação com a coroa, se tornou um dos principais cenários cortesões, sobretudo após a fixação de Madrid como capital. Seu templo se tornou Capela Real, por ser a maior do local. Assim, como um dos locais mais importantes da cidade, era centro de atos oficiais da monarquia, como celebrações das Cortes, local de juramento dos Príncipes de Asturias (o primeiro a realizar o juramento no local foi Felipe II em 1528) e onde se celebravam as exéquias fúnebres da Casa Real. A partir de 1528 passou a ser o local de juramento ao herdeiro do trono por parte da nobreza. Também foi ponto de partida da comitiva real na primeira grande festa de Madrid como capital, que foi a entrada de Ana de Austria (1549-1580), em 1570, quarta esposa de Felipe II (1527-1598).

O monastério de *San Jerónimo El Real* de Madrid também serviu de local de retiro dos reis, com um *Cuarto Real*, construído sob comando de Juan Bautista de Toledo (1515-1567)¹⁴³, em 1561, durante o reinado de Felipe II (1527-1598). Os aposentos reais se situavam no ângulo noroeste da igreja, junto à porta de entrada, sendo ampliado em 1574, aproximando-se cada vez mais das celas dos monges¹⁴⁴. Essa construção está na origem do palácio de Felipe IV, conhecido como *El Retiro*. Por essa centralidade em eventos de representação política das cortes de Castela, os terrenos próximos ao mosteiro, chamados a partir de então de *Prado Viejo de San Jerónimo*, se tornaram privilegiados por serem o ponto de partida de cortejos reais. Foram transformados assim em alamedas com bancos e fontes.

A distância em relação à cidade foi diminuindo conforme os nobres passaram a construir suas casas em Madrid devido à permanência da Corte nessa cidade por prolongados anos. A edificação, segundo Siguenza, aproveitou parte dos despojos do antigo

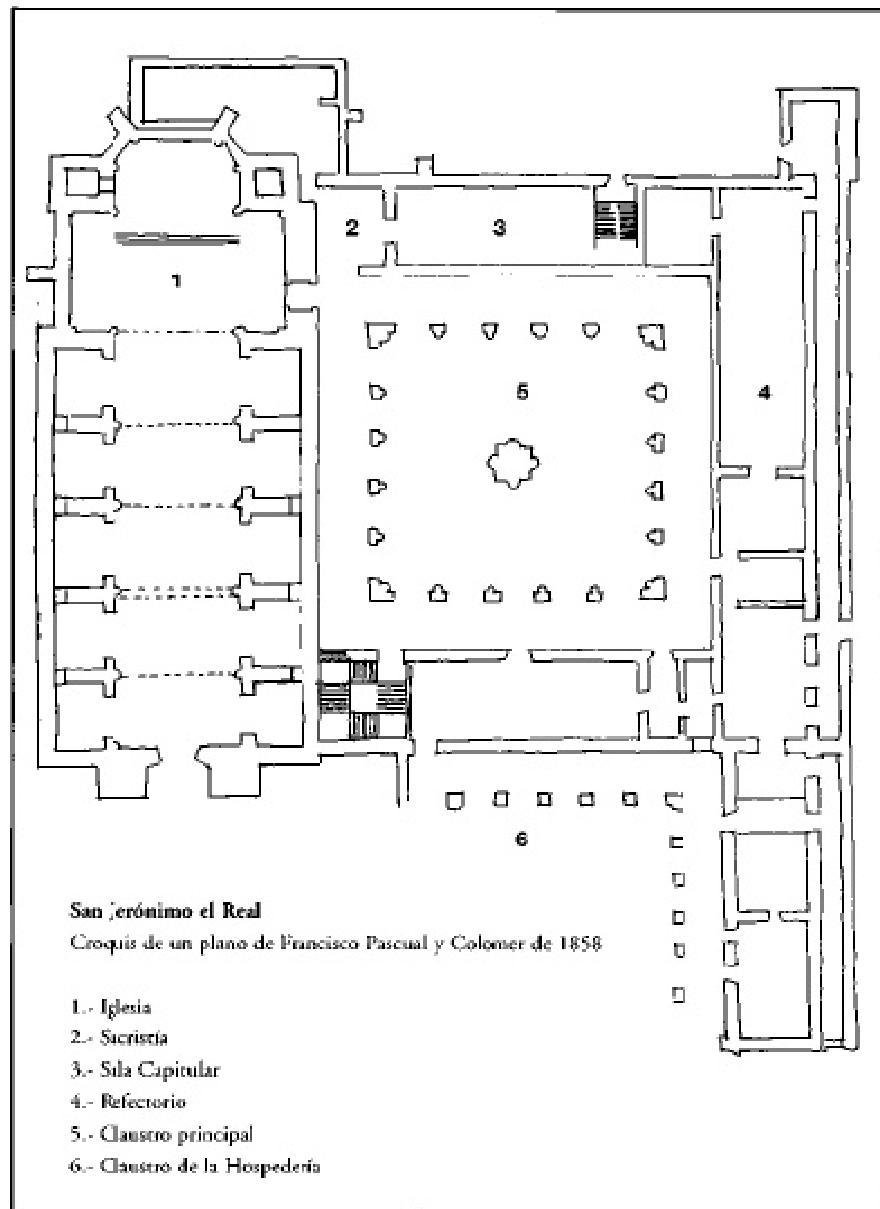
¹⁴³ Para realizar as obras do Monasterio de San Lorenzo el Real de El Escorial, Felipe II trouxe da Itália Juan Bautista de Toledo, que teria trabalhado ali com Michelângelo, homem versado na linguagem clássica da arquitetura que ganhava destaque. Como arquiteto do rei, interveiu nos muitos palácios herdados pelo monarca. Alguns infortúnios durante a transferência do arquiteto para a Espanha custaram-lhe a perda da família, deixando-o sempre muito desgostoso enquanto trabalhava à serviço da coroa espanhola, segundo alguns autores.

TAVARES, D. **Juan de Herrera**: disciplina na Arquitectura. Porto: Dafne, 2005.

¹⁴⁴ CADIÑANOS BARDECI, I. *Los claustros del monastério de San Jerónimo El Real*. **Archivo Español de Arte**, LXXX, 319, jul./set. 2007, págs.247-259.

monastério de *Santa María del Paso*, mantendo, dessa forma, a memória da origem daquela fundação¹⁴⁵.

Figura 9: Croqui da planta do *Monastério de San Lorenzo El Real* de Madrid, realizado por José A. Ruiz Hernando



Fonte: RUIZ HERNANDO, J. A. Op. cit., p.326.

¹⁴⁵ “Edificaron una yglesia bien proporcionada: y de la architectura de aquel tiempo, la mas bien entendida que ay en muchas leguas al contorno. El claustro, celdas, y todo lo demás, fue como de despojos del primer monasterio. Junta con la yglesia por la parte de Oriente, y del Norte, un aposento real bueno, aunque de pocas piecas, donde se recogen las personas Reales algunas vezes a oyr los divinos officios, que se han hecho siempre en aquel convento con buen cuydado”

SIGUENZA, J. Op. cit., p.374.

A função do segundo claustro (principal) era distinta do claustro velho, que era de uso exclusivo da comunidade monástica, também chamado de claustro da hospedaria, onde não era permitido que se fizesse nenhum sepultamento. Apesar de o claustro principal ter celas para os monges, o uso estava mais voltado à monarquia, com sepulturas, capelas e onde se realizavam procissões e atos palacianos, onde poderiam ocorrer aulas e era ocupado parcialmente pela Família Real. Com a construção do palácio de Bom Retiro a segunda planta do claustro se conectava diretamente com o palácio¹⁴⁶.

A construção do claustro novo, de maiores proporções, foi marcada por materiais caros e por um processo mais longo de construção, sendo que devido à marcante presença da monarquia neste monastério, Felipe II e Felipe III (1578-1621) garantiram enormes privilégios econômicos aos seus monges¹⁴⁷. Alguns membros da Família Real chegaram a ocupar o piso alto da ala oriental do claustro principal. Suas obras se estenderam até meados do século XVII.

A igreja foi realizada à maneira moderna (gótico) de princípios do século XVI, com uma nave e cabeceira retangular. As capelas laterais se abrem para a nave com arcos plenos, com o túmulo de muitos dos homens ligados à monarquia castelhana. Segundo Ruiz Hernando, a igreja foi muito modificada pelas restaurações realizadas no século XIX¹⁴⁸.

¹⁴⁶ CADIÑANOS BARDECI, I. Op. Cit.

¹⁴⁷ “Dió [Felipe II], entre otras cosas, 1.500 ducados para hacer el retablo mayor cuyas cortinas pintaría Rómulo Cincinato[...]. El Rey entregó otros 1.000 ducados como ayuda para la construcción del nuevo claustro, [...]. En 1575 el capítulo monacal proponía que los 1.500 ducados señalados en cierta escribanía de Indias se empleasen en levantar la cerca y [...]

En 1602 todavía restaba mucho por hacer. Felipe III daría 1.500 ducados, señalados en Méjico, [...]

En 1613 concedía al monasterio 187.500 mrs. de renta anual en las alcabalas de Orense para obras, entre las cuales es posible que estuviera este claustro.”

CADIÑANOS BARDECI, I. Op. Cit., p.250.

¹⁴⁸ RUIZ HERNANDO, J. A., Op. Cit., p. 321.

2.2. Monastério de *Santa María de Guadalupe* (Cáceres)

Segundo Américo Castro, a arquitetura de Guadalupe era a expressão visível da religiosidade dos jerónimos dos primeiros tempos: “La misma arquitectura del monastério del Guadalupe – hecho de pegadizos sin demasiada armonía, con sus deliciosas ocurrencias populares [...] – descubre la íntima estrutura de la orden, que ignora en absoluta la ciclópea geometria del futuro Escorial”¹⁴⁹. Uma arquitetura recheada de intervenções distintas ao longo do tempo, nem sempre muito coerentes entre si, como se ali houvesse espaço para diferentes formas de se aproximar de Deus. As sucessivas intervenções no edifício revelam um espaço que há muitos séculos atraía fieis peregrinos.

A notoriedade de Guadalupe se iniciou em fins do século XIII quando, segundo a lenda, apareceu ao pastor Gil Cordero uma imagem da Virgem Negra junto ao rio Guadalupe, nas proximidades de Villuercas¹⁵⁰. Em 1337, com favor real de Alfonso XI (1311-1350), a pequena ermida que inicialmente tinha sido construída para abrigar a imagem foi reconstruída como um templo santuário. Em 1340, o mesmo rei conquistou a vitória em *El Salado* (Cádiz)¹⁵¹ e atribuiu a responsabilidade do feito à proteção de *Santa María de Guadalupe*. Em 25 de dezembro de 1340, em Cadalso, firmou uma provisão para o santuário, concedendo um priorado secular e a declaração de Santuário Nacional¹⁵². O priorado secular durou apenas de 1340 a 1389, sendo que então Juan I de Castela decidiu reorganizar o

¹⁴⁹ CASTRO, A. Op. cit., p.68-9.

¹⁵⁰ Uma das versões da lenda menciona o surgimento da imagem da virgem de Guadalupe ao tempo do apóstolo São Lucas, relatando diversas locais para onde a imagem teria sido levada até chegar a Sevilha e depois a Guadalupe, nos tempos das invasões muçulmanas. A imagem teria sido guardada junto com algumas relíquias numa pequena ermida e coberta por pedras, para que assim fosse protegida dos muçulmanos, sendo descoberta séculos depois pelo dito pastor.

MENDES, I. M. R. *Portugal e o Mosteiro de Guadalupe. Relações históricas do século XV*. In: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Actas do Congresso Internacional ‘**Bartolomeu Dias e sua Época**’. Vol. V. Porto: Universidade do Porto, 1989.

¹⁵¹ Em 30 de outubro de 1340, uma aliança entre Castela, Aragão e Portugal enfretoou exércitos muçulmanos na fronteira sul da península ibérica, com vitória cristã que foi muito importante nos avanços da reconquista.

¹⁵² RAMIRO CHICO, A. *El monastério de Guadalupe: De Real Santuario a despojo nacional (1808-1835)*. in: JAVIER CAMPOS Y FERNANDEZ DE SEVILLA, F. **La desamortización: el expolio del patrimonio artístico y cultural de la Iglesia en España : actas del Simposium 6/9-IX-2007** . Madrid: Ediciones Escorialenses / Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, págs. 653-680.

Santuário e o oferecer a recém-criada Ordem de São Jerônimo. Tal escolha fez com que a ordem adquirisse enorme fama no território peninsular¹⁵³.

As principais rotas de peregrinação na Idade Média eram Roma, Jerusalém e Santiago de Compostela. Guadalupe era uma rota secundária, mas que ganhou grande importância com o crescimento do culto à Virgem Maria no Ocidente entre os séculos XII e XIII¹⁵⁴, tornando-se o segundo mais importante centro de peregrinação ibérico, atraindo menos fiéis que Santiago apenas¹⁵⁵. Havia o registro dos peregrinos, com nome e local de procedência e muitas vezes também a indicação dos motivos que os levaram até o santurário, por isso é possível saber que pessoas de todos os estratos sociais se dirigiam a Guadalupe e que havia considerável número de portugueses que visitavam o local, sobretudo com incentivo do rei D. Afonso V (1432 -1481) de Portugal¹⁵⁶.

¹⁵³ JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. *La Orden de San Jerónimo y sus Monasterios en las Obras de Cervantes*. In: ASOCIACIÓN DE CERVANTISTAS / CENTRO DE ESTUDIOS CERVANTINOS. **Tus obras los rincones de la tierra descubren**. Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación de Cervantistas (VI CINDAC). Madrid: Ediciones del Centro de estudios Cervantinos, 2008, págs. 201-214, p.202-3.

¹⁵⁴ Segundo Hilário Franco Júnior, o desenvolvimento do culto à Virgem Maria significou uma enorme transformação sócio espiritual para o ocidente cristão, com o surgimento de inúmeras hagiografias, hinos, peças teatrais, obras literária, tornando-se patrona de várias ordens religiosas consagradas e, sendo um fenômeno de longa duração, continua ainda hoje sendo a maior intercessora por milagres entre os católicos. Na iconografia medieval a Virgem aparecia frequentemente esmagando a serpente, ou seja, fazendo a contraposição à imagem de Eva, a mulher do pecado primordial, enquanto que Maria é a mulher que aceitou ser a mãe de Cristo para redimir a humanidade do pecado e trazer a salvação.

No caso de Nossa Senhora de Guadalupe, a imagem cultuada era a de uma virgem negra, fenômeno que, segundo Hilário Franco, tem origens no paganismo, nas estátuas negras de Artemis de Éfeso, Cibele e Ísis, que foram resignificadas como imagens marianas. Ainda para o autor, essas imagens estavam associadas a populações rurais, ligadas aos elementos naturais, o que explicaria também a frequência de lendas de descobertas de tais imagens no solo por animais.

FRANCO Jr, H. *Ave Eva! Inversão e complementaridade de um mito medieval*. **Revista USP**, n. 31, setembro/novembro de 1996. São Paulo: Edusp, p. 52 – 67.

¹⁵⁵ SERRANO, C. O. *Devociones Regias Y Proyectos Políticos: Los Comienzos del Monasterio de San Benito el Real de Valladolid (1390-1430)*. **Anuario De Estudios Medievales**, 43/2, julio-diciembre de 2013, Madrid: Editorial CSIC, pp. 799-832.

JAVIER CAMPOS, F.; FERNÁNDEZ DE SEVILLA - *La Orden De San Jerónimo Y Sus Monasterios En Las Obras De Cervantes*. In: ASOCIACIÓN DE CERVANTISTAS / CENTRO DE ESTUDIOS CERVANTINOS. **Tus obras los rincones de la tierra descubren**. Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación de Cervantistas (VI CINDAC). Madrid: Ediciones del Centro de estudios Cervantinos, 2008, p.201-2014.

¹⁵⁶ Miranda explica o crescimento do número de lusitanos entre tais peregrinos no século XV como reflexo do processo de sedentarização da população ibérica desse momento, que precisava seguir a santuários não tão distantes dos locais em que tinham suas casas e fontes de sobrevivência.

O culto à imagem da Virgem estava relacionado à saúde, motivo valorizado no contexto de surtos de peste na Península Ibérica do século XV, e fuga de cativeiros, em especial a partir da expansão portuguesa em terras muçulmanas. Havia marinheiros que se dirigiam ao santuário para agradecer milagres ocorridos no mar, em momentos de tempestade e na possibilidade de naufrágio. Na época dos Descobrimentos muitas doações foram feitas ao santuário em agradecimento pelos sucessos no além-mar, como, por exemplo, o envio de uma pele de crocodilo da Guiné, ou o envio de pedras preciosas dadas por D. Afonso V¹⁵⁷.

O próprio rei D. Afonso V de Portugal foi a Guadalupe três vezes como peregrino: em 1458 (não se sabe o motivo), em 1463¹⁵⁸, para agradecer por uma cura, e em 1464, para tentar casar-se com Isabel de Castela (1451-1504). O Santuário de Guadalupe recebeu vários privilégios desse monarca, como esmolas anuais a partir de 1459 (ano do falecimento de sua esposa, D. Isabel) e isenção de impostos de alguns produtos destinados ao Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe (postagem, sal, pescado, azeite, etc.) a partir de 1481.

Nesse mosteiro revelam-se em muitos momentos as relações sempre próximas dos reis de Portugal e Castela, sobretudo nas doações realizadas pelos monarcas ao santuário¹⁵⁹. Além disso, D. Diniz, filho de Inês de Castro e D. Pedro I, escolheu Guadalupe para local de seu enterramento, junto com a esposa e os filhos. Sua proximidade com o rei

MIRANDA, B. S. *Nossa senhora de Guadalupe: peregrinação e política régia portuguesa no século XV*. In: NOGUEIRA, C. (org.). **O Portugal Medieval**. Monarquia e Sociedade. São Paulo: Alameda, 2010, págs. 181-187.

¹⁵⁷ MENDES, I. M. R. *Portugal e o Mosteiro de Guadalupe. Relações históricas*. In: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*. Vol V. Porto: Universidade do Porto, 1989, pp.661-665.

¹⁵⁸ O cronista Rui de Pina registrou essa visita real a Guadalupe: “Tanto que el rei despachou suas cousas em Ceuta, se partiu logo para o reino, e veio a desembarcar a Tavilla, e de hi foi ter a Evora a Pascoa d’este anno de mil e quatrocentos e sessenta e quatro. Passada a qual se foi a Elvas, e d’hi com alguns senhores e fidalgos escolhidos, secretamente se foi em romaria a Santa Maria de Guadalupe.”

PINA, R. **Chronica de El-Rei D. Afonso V**. Lisboa: Mello d’Azeredo, 1901, cap.CLVII, p.50. Apud. MENDES, I. M. R. Op. cit., p.668.

¹⁵⁹ D. Fernando enviou doações ao mosteiro, entre eles uma lâmpada de prata, apresentando-se como sogro do rei de Castela:

“El rey de Portugal, don Hernando suegro del sujo dicho rey de Castilla don Juan el primero padre de la reyna dona Beatriz e su muger teve singular devocion a esta sancta casa y offrecio una lampara de plata y hizo otras Limosnas.”

A.M.G., Códice 87, fol.3. Apud. MENDES, I. M. R. Op. cit., p.669.

castelhano, D. Henrique II, que lhe deu refúgio no reino vizinho após os insucessos na tentativa de subir ao trono português, explicam sua escolha¹⁶⁰.

O mosteiro foi beneficiado por Juan I de Castela (1358-1390), sobretudo buscando reforçar a imagem espiritual de seu governo. Durante seu reinado, Castela se envolveu na crise sucessória portuguesa, após a morte de Dom Fernando I de Portugal (1345-1383), sem filhos homens, que seria sucedido por Dom João I (1385-1433)¹⁶¹, mestre da Ordem de Avis, irmão ilegítimo do monarca falecido. A esposa de Juan I de Castela, a rainha Beatriz, reivindicava o trono português como filha de Fernando I de Portugal e Leonor Teles, o que tornaria seu esposo rei consorte de Portugal.

O rei castelhano chegou a apresentar um plano ao seu Conselho, em inícios de 1390, com o intuito de expulsar o mestre de Avis de Portugal, apresentando-se aos portugueses como rei humilde, despojando-se de sua coroa, demonstrando que pretendia acalmar os rumores de anexação de Portugal a Castela¹⁶². As Cortes de Valladolid interpretaram a derrota na Batalha de Aljubarrota como castigo divino pelos pecados do próprio rei e de seus súditos. Nesse contexto, Juan I decidiu edificar três mosteiros, como forma de reestabelecer o vínculo entre a monarquia e a divindade. O primeiro, um mosteiro entregue à Ordem de São Jerônimo junto ao santuário de Nossa Senhora de Guadalupe. Também foram fundados os mosteiros de San Benito El Real (benedictino) e o Real Monastério de Santa María de El Pualar (cartuxa), ambos em 1390. As justificativas para essas fundações se davam pelo desejo do rei de criar um cenário monástico reformado em seu reino, o que, inclusive, favoreceu o desenvolvimento da ordem de São Jerônimo. Por isso

¹⁶⁰ MENDES, I. M. R. Op. cit.

¹⁶¹ “O futuro D. João I é filho ilegítimo de D. Pedro, tornado Mestre de Avis desde tenra idade, escolhido para ‘regedor e defensor do reino’ em dezembro de 1383 e eleito rei nas Cortes de Coimbra, em abril de 1385. Em agosto do mesmo ano, a mancha da sua ilegitimidade lava-se em Aljubarrota. Os portugueses vencem os castelhanos com ajuda do Altíssimo, segundo rezam as crônicas, sendo D. João o monarca escolhido por Deus para receber a vitória.”

COELHO, M. H. C. *O final da Idade Média*. In: TENGARRINHA, J. (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2001, págs. 43-74.

¹⁶² SERRANO, C. O. Op. cit.

fundou o novo monastério beneditino, para servir de modelo na reforma dos previamente existentes¹⁶³.

Figura 10: Santuário e Monastério de Nossa Senhora de Guadalupe.



Fonte: Site oficial do Monastério de Guadalupe¹⁶⁴.

Segundo Serrano, a entrega do santuário de Guadalupe aos jerônimos, durante as Cortes de Segóvia, em 1389, tinha profunda relação com a situação política de conflito entre Portugal e Castela, pois a Virgem Maria era reivindicada por ambos como protetora nas lutas contras os mouros, o que poderia fortalecer o vínculo entre os reinos no momento da reconciliação, após o desfecho das disputas pelo trono português¹⁶⁵. Por esse motivo, eram

¹⁶³ “El rey promovió la reforma usando los médio que tenía a su alcance. Las disposiciones adoptadas em las Cortes de Palencia 1388 trazaron las normas generales para impulsar la renovación de las costumbres, formación, disciplina y modo de vida del estamento clerica bajo la acción del legado papal Pedro de Luna. Em lo tocante a la vida monástica se buscaba el modo de revitalizar antiguos cenóbios que arrastraban uma larga decadência y, sobretudo, de instituir modelos de renovación espiritual capaces de influir em el panorama general de la vida consagrada. A través de esta vía nacieron los primeiros monastérios jerónimos y cartujos y, naturalmente, el de san Benito el Real de Valladolid. Este panorama es lo bastante conocido como para insistir más em él.”

SERRANO, C. O. Op. cit., p. 802-803.

¹⁶⁴ Disponível em: http://monasterioguadalupe.com/?page_id=89

¹⁶⁵SERRANO, C. O. Op. cit., p.805

comuns as doações espontâneas dos reis portugueses ao santuário, além de atenderem aos pedidos de esmola e darem certos privilégios aos monges em território português, como isenção de impostos de produtos comercializados para o mosteiro. Tais relações são verificadas no reinado de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I¹⁶⁶.

É curioso também lembrar que foi nesse monastério, segundo Cabrera de Córdoba, que Felipe II e D. Sebastião se encontraram pela última vez antes da fracassada investida do rei português no Norte da África. Nessa ocasião o rei castelhano teria tentado dissuadir o sobrinho de seus intentos¹⁶⁷, ou ao menos que não fosse pessoalmente para a batalha, sem sucesso. Com o auxílio financeiro do tio, D. Sebastião teria avançado em seus desejos cruzadistas, deixando acordado que em seu retorno se casaria com uma das suas primas castelhanas. Justamente após a visita àquele santuário que tinha sido procurado por tantos peregrinos pedindo pela soltura de seus parentes presos pelos muçulmanos nas campanhas portuguesas de expansão, D. Sebastião desapareceu após a derrota em Alcácer Quibir. Se a proteção da Virgem era um elemento de legitimidade nas ações dos monarcas ibéricos, tal anedota favorecia o discurso em favor de Felipe II como rei a unificar toda a Península Ibérica.

Sobre o complexo que forma o santuário e convento de Nossa Senhora de Guadalupe, a primeira construção foi realizada no local da aparição da imagem, primeiro de uma ermida e depois de uma igreja simples. Em 1350, devido ao grande afluxo de peregrino, todo o espaço do santuário foi fortificado com muros robustos e torres (Torre del Chapitel, San Gregorio, Las Campanas, Santa Ana, Portería e Palomas), durante o período do priorado secular como responsável por esse espaço¹⁶⁸. Atualmente, seu aspecto exterior é resultado de

¹⁶⁶ D. Joao I concede ao mosteiro que possam levar seus animais para pastar em todo o reino de Portugal, sendo que no reinado de D. João II o cronista mor da torre do Tombo, Rui de Pina, tinha do privilégio de cobrar pelas pastagens das ovelhas de Guadalupe que iam para a Serra da Estrela. D. Afonso V concede ao mosteiro que levem sal, pescado e outros prodtos de Portugal sem pagar quaisquer direitos.

MENDES, I. M. R. Op. cit.

¹⁶⁷ CABRERA DE CÓRDOBA, L. (1559-1623). **Filipe Segundo, Rey de España**. Madrid: Imprenta, Estereotípia y Galvanoplastia de Aribauy C^a, 1876-1877, tomo II, p.347. Disponível em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=4126> Acesso em 16/01/2017

¹⁶⁸ RUIZ HERNANDO, J. A. Op. cit.

inúmeras intervenções sob o comando de Luis Menéndez Pidal, entre 1951 e 1963 para retornar ao estado original do tempo do prior frei Fernando Yáñez de Figeroa (1389-1412)¹⁶⁹.

A fama do Santuário e o impacto que deveria ter a chegada a Guadalupe pelos peregrinos foi registrada em “Los trabajos de Persiles y Segismunda”, última obra escrita por Miguel de Cervantes (1547-1616), publicada em 1617, em que contava as inúmeras aventuras de dois jovens amantes que peregrinaram a Roma, viajaram para Lisboa e ao Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe. Cervantes assim descreve a chegada dos peregrinos ao monastério Guadalupe:

“Apenas hubieron puesto los pies los devotos peregrinos en una de las dos entradas que guían al valle que forman y cierran las altísimas sierras de Guadalupe, cuando, con cada paso que daban, nacían en sus corazones nuevas ocasiones de admirarse; pero allí llegó la admiración a su punto, cuando vieron el grande y suntuoso monasterio, cuyas murallas encierran la santísima imagen de la emperadora de los cielos; la santísima imagen, otra vez, que es libertad de los cautivos, lima de sus hierros y alivio de sus pasiones; la santísima imagen que es salud de las enfermedades, consuelo de los afligidos, madre de los huérfanos y reparo de las desgracias. Entraron en su templo, y donde pensaron hallar por sus paredes, pendientes por adorno, las púrpuras de Tiro, los damascos de Siria, los brocados de Milán, hallaron en lugar suyo muletas que dejaron los cojos, ojos de cera que dejaron los ciegos, brazos que colgaron los mancos, mortajas de que se desnudaron los muertos, todos después de haber caído en el suelo de las miserias, ya vivos, ya sanos, ya libres y ya contentos, merced a la larga misericordia de la Madre de las misericordias, que en aquel pequeño lugar hace camppear a su benditísimo Hijo con el escuadrón de sus infinitas misericordias [...]. Cuatro días se estuvieron los peregrinos en Guadalupe, en los cuales comenzaron a ver las grandezas de aquel santo monasterio. Digo comenzaron, porque de acabarlas de ver es imposible.”¹⁷⁰

¹⁶⁹ “porque luego, y sin saber con que comenco [fray Fernando Yáñez] abrir gimientos, a tragar una gran casa, claustro y officinas, porque lo que hasta alli estava edificado, eran aposentos sueltos, sin traga, o forma de monasterio, no mas de para recogerse aquellos Capellanes distraydos. Lo primero que edifico fue un claustro grande no muy vistoso, ni de buena proporción, en los anchos y largos; porque sabían poco los maestros de aquel tiempo de las buenas architetas de que usaron los antiguos, y se han tornado a resucitar agora, con todo esso el claustro es devoto y religioso, y las oficinas para este modo de vida muy a proposito. En lo que mas diligencia puso, fue acabar la Iglesia comengada por el Prior Toribio Fernandez, que como dixé, saco los cimientos, y creo que hizo mucha della, y de otras cosas de la casa, porque la manera de la planta no parece ingenio de hombre que pretendia [...] y así quedaron las celdas como dizen, a barrios, lo mejor que se pudieron acomodar después, porque en el claustro casi no ay ninguna.”

SIGUENZA, J. Op. cit, p.91.

¹⁷⁰ CERVANTES SAAVEDRA, M. “Los trabajos de Persiles y Segismunda”. Apud JAVIER CAMPOS FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. *La Orden de San Jerónimo y sus Monasterios en Las Obras De Cervantes*. In: ASOCIACIÓN DE CERVANTISTAS / CENTRO DE ESTUDIOS CERVANTINOS. **Tus obras los rincones de la tierra descubren**. Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación de Cervantistas (VI CINDAC). Madrid: Ediciones del Centro de estudios Cervantinos, 2008, págs.201-214, p.206.

A proteção da Virgem aos cativos e enfermos é lembrada na narrativa de Cervantes. A riqueza de sua igreja se expressava nas oferendas de seus peregrinos, como muletas, olhos de vidro, mortalhas, etc.¹⁷¹

A construção do monastério se inicia em 1389, quando passa para as mãos dos jerônimos com a vinda de trinta monges de Lupiana. Frei Fernando Yáñez comandaria essa casa entre os anos de 1389 a 1412, momento em que as obras da igreja se adiantaram e se levantou o claustro com características mudéjares¹⁷², rodeado por espaços que serviriam como refeitório, lavanderia e a capela de San Martín (Sala Capitular). O claustro apresentava planta dupla, de forma retangular, marcado por arcos no piso baixo e alto. Para cada arco do piso baixo há dois arcos no piso alto. No centro do claustro encontra-se um templete feito com barro cozido e ladrilhos, decorado com azulejos, cuja realização é atribuída ao frei Juan de Sevilha, que também teria feito o claustro.

Siguenza menciona que a primeira edificação já era grandiosa: “La fabrica [...] era grande, porque el santo Prior, como con espíritu prophético, vio que allí se avia de hazer grande junta de religiosos, y que aviade ser aquel el mas ilustre Convento de toda esta religión.”¹⁷³ Apesar do historiador jerônimo apresentar essa iniciativa como profética, não era difícil de imaginar que um mosteiro ligado a um santuário tão importante iria crescer e receber grande atenção de religiosos e reis.

Na porção norte do monastério se abriram capelas diversas capelas (Magdalena, Todos los Santos, San Juan Evangelista, San Andrés e San Bartolomé) para orações privadas dos monges e hoje estão desaparecidas. No claustro alto se encontravam as celas dos monges e os dormitórios dos leigos. Também no tempo de Yáñez se construiu um conjunto de celas

¹⁷¹ Entre Portugal e Guadalupe estabeleceram-se vastos contatos a nível de todos os grupos sociais. Desde pessoas humildes que se dirigiam em romaria ao santuário estremenho para agradecer a proteção da Virgem e deixar alguma dádiva, passando pelos religiosos jerônimos que vieram para Portugal e dos portugueses que viveram e morreram em Guadalupe, bem como a própria nobreza que também visitou o mosteiro deixando jóias valiosas e inclusivamente lá se mandando sepultar, até aos privilégios concedidos por monarcas portugueses alguns dos quais confirmados sucessivamente até ao século XVIII.

MENDES, I. M. R. Op. cit., p.676.

¹⁷² “Es el primer claustro Jerónimo que ha llegado a nosotros y su mudéjarismo ha dado pie para que, erróneamente, se haya considerado a los Jerónimos propagadores de esta modalidad artística.”

RUIZ HERNANDO, J. A. Op. cit, p. 223.

¹⁷³ Ibid., p. 91-92.

sobre o refeitório. A igreja, ao sul do claustro, é um exemplo do gótico praticado no século XIV¹⁷⁴.

Em 1515 se iniciou a construção do segundo claustro, de três pisos, chamado da enfermaria, ou da hospedaria, sendo concluído em 1524¹⁷⁵, realizado por Antón Egas e Alonso de Covarrubias. O piso baixo é marcado por arcos plenos, no segundo piso os arcos são ogivais com rosáceas e nervuras e o terceiro piso arcos abatidos.

Durante o priorado do frei Nuño de Arévalo (1483-1495) foi construída a Hospedaria Real, obra de Juan Guas, demolida em 1856. A obra foi realizada por iniciativa de Isabel a Católica, com o intuito de ter um palácio ligado ao monastério, o que foi aceito pelo prior no capítulo de 3 de novembro de 1486. As obras se realizaram de 1487 a 1492 e estava adossadas à fachada principal da igreja. Contava com quartos dispostos em torno de um pátio e um mirante aberto à paisagem sul. Do palácio a rainha tinha acesso a um oratório junto ao coro. Sobre os relatos da construção do monastério de Nossa Senhora de Guadalupe em Sigüenza, não há menção sobre a construção desse palácio.

É importante destacar essa iniciativa da rainha Isabel a Católica, pois foi o único palácio que construiu para si mesma em vida e foi especificamente o modelo do palácio-monastério, que era bastante difundido em Castela e Aragão e estudado por Fernando Chueca Gotia, que o considera uma herança longa, que remontava ao tempo de Carlos Magno e suas intervenções arquitetônicas na construção de sua capital imperial, Aachen¹⁷⁶. Nas palavras de Chueca: “Los reyes, constantes protectores del monarquismo, encontrarón en el la posibilidad de sacralizar su misión de gobernantes y de mantener a su lado unos corpos espirituales, sumisos, cosa que no podían hallar en la iglesia secular por su carácter universal y ecuménico.”¹⁷⁷ E para a escolha desses ‘corpos espirituais submisos’ o surgimento

¹⁷⁴ “Coro, reja y cabecera son comunes a todos las iglesias jerónimas, no así la disposición en tres naves, que se justifica plenamente por haberse comenzado cuando era priorato secular.”

RUIZ HERNANDO, J. A. Op. cit., p. 224.

¹⁷⁵ Hoje esse claustro é conhecido como “claustro gótico”.

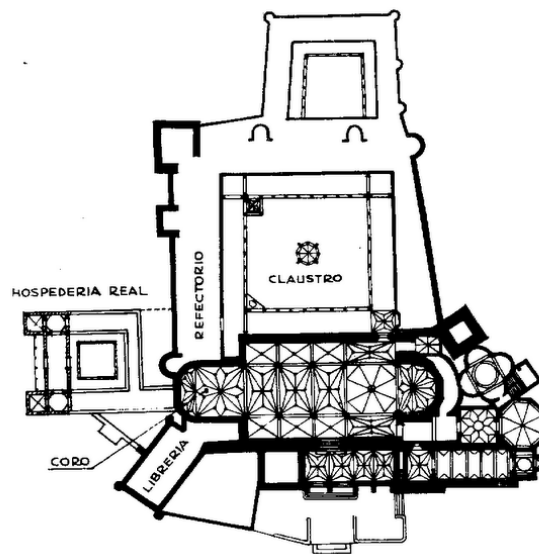
¹⁷⁶ ‘el conjunto de Aguisgram expresa la doble naturaliza del emperador, imagen de Cristo, que unía las naturalezas real y sacerdotal.’

CHUECA GOTIA, F. Op. cit., p.42.

¹⁷⁷ Ibid, p.155.

da ordem de São Jerônimo tinha sido bem vista pelos monarcas que passaram a se aproximar preferencialmente dessa ordem. Isabel a Católica tinha realizado um palácio para si junto ao mosteiro de Guadalupe, antes dela, seu irmão e antecessor, tinha edificado dois mosteiros dessa mesma ordem, sendo um deles, Santa Maria del Parral, realizado especialmente para ser um espaço real.

Figura 11: Croqui com representação aproximada de como deveria ser a organização dos espaços do mosteiro de Santa Maria de Guadalupe com sua ‘Hospederia Real’, realizado por Chueca Gotia.



Fonte: CHUECA GOTIA, F. Op. cit.

Antes dos jerônimos, os beneditinos tinham recebido doações e visitas dos monarcas em suas casas, em especial porque a própria regra colocava a hospedagem como parte das obrigações dos monges: “A todos los huéspedes que llegan ao mosteiro recíbaseles como al mismo Cristo, pues él ha de decir Huésped fui y me recibisteis (*Hospes fui, et susceptistis me*).”¹⁷⁸ Sobretudo após a introdução dos mosteiros cistercienses em Castela e Aragão, os monarcas desses reinos passaram a beneficiar alguns de seus mosteiros¹⁷⁹, em especial o *Monastério de Las Huelgas* (Burgos), fundado por Afonso VIII (1155-1214) de Castela em fins do século XII e que serviria como panteão dinástico, o único mosteiro

¹⁷⁸ San Benito. Su vida y sy regla. B. A. C, 115, p. 384 Apud. CHUECA GOTIA, F. Op. cit. p. 53.

¹⁷⁹ “Concretamente em España, las casas del Císter poseen de los mejores palácios, incluso tras los muros claustrales. Las Huelgas, Carracedo, Poblet, Santas Creus se mundanizan de manera muy intensa y se convierten a su vez em cuidadelas político-religiosas, como lo habían sido algunas cluniaciones condenadas por San Bernardo, em las que se daba al César todo y más de lo que le correspondía y a Dios se le regateaba lo suyo.”

feminino no reino com tal papel. Diferentemente, a dinastia dos Trastamaras se aproximaria da Ordem dos Cartuxos, como foi a fundação do *Monastério de Santa Maria de el Paular*, iniciado no reinado de Juan I (1358-1390), a *Cartuja de Miraflores* (Burgos) por Juan II (1405-1454), e depois finalizada com bastante cuidado por Isabel a Católica, e Santo Tomás de Ávila, fundado pelos Reis Católicos.

Além dos cartuxos, as ordens mendicantes tiveram papel de grande relevância junto aos reis dessa dinastia, como se deve destacar o caso de *San Juan de los Reys*, em Toledo, da Ordem de São Francisco, que foi provavelmente construído para ser panteão dos Reis Católicos, antes da decisão de se sepultarem na Catedral de Granada.

2.3. Santa Maria do Espinheiro

Até ao final do século XV foram edificados apenas quatro casas da Ordem de São Jerônimo em Portugal: Penha Longa e São Jerônimo do Mato, que já mencionamos anteriormente, São Marcos (Tertugal) e Nossa Senhora de Espinheiro (Évora), que eram, sobretudo, locais de enterramento de membros da nobreza. Porém, o monastério eborense recebeu maior atenção da monarquia por ser um santuário mariano.

Siguenza é bastante elogioso em relação ao Convento de Nossa Senhora do Espinheiro. Os elogios começam sendo direcionados à própria cidade, que o cronista afirmava ser de antiguidade um pouco menor que a própria Roma e que há muitos séculos cultivava a religião cristã. A história do monastério é entrelaçada com a história da conquista da cidade pelos cristãos expulsando os muçulmanos e por muitas passagens miraculosas. A presença régia e da nobreza do reino como benfeitora do local também é uma constante.

Inicialmente uma ermida foi construída no local em que um pastor, pouco tempo depois da tomada de Évora pelos cristãos, teve uma visão com a Virgem e se tornou um eremita. A visão foi compreendida como um sinal de que tinha chegado ao fim o domínio muçulmano sobre a cidade. Conforme outros milagres foram sendo associados à aparição da Virgem, a ermida se tornou famosa no reino e o bispo de Évora, D. Vasco Perdigão, pediu autorização ao rei, D. Afonso V, para transformar o local em um monastério da Ordem de São Jerônimo. Com a autorização real, dirigiu-se a Roma e lá conseguiu junto ao papa a bula para fundar a nova casa.

O mesmo monarca que apresentava grande interesse por Guadalupe auxiliou no surgimento de um santuário mariano em solo lusitano também entregue à Ordem de São Jerônimo. O bispo e o rei favoreceram o local com rendas e privilégios. Quando D. Vasco Perdigão faleceu, tinha escolhido ser enterrado em uma das capelas laterais, demonstrando grande humildade, segundo Siguenza, o que fez com que os religiosos nunca tivessem aceitado realizar nenhum sepultamento nos espaços de maior destaque da igreja, que eram o altar-mor e o cruzeiro. O mesmo bispo teria fundado o mosteiro de Santa Clara, em Évora.

Na década de 1460 foram realizadas obras de ampliação da Igreja e instalação de dormitórios, cozinhas, refeitórios, sala do capítulo e um claustro que articula todos esses espaços. Dom Manuel I também beneficiou esse mosteiro, com obras que se iniciaram no final de seu reinado e foram finalizadas por D. João III, momento em que se realizaria a construção de uma cisterna, do túmulo de Garcia de Resende, do claustro traçado por Diogo de Arruda e a portada à maneira antiga da igreja¹⁸⁰.

Figura 12: Pormenores do claustro do Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro



Fonte: BILOU, F. Op.cit.

Pelas campanhas construtivas iniciadas ainda o reinado de D. Manuel I o claustro apresenta atributos ligados à heráldica manuelina e às chagas de Cristo, o que também seria bastante recorrente nas soluções de Santa Maria de Belém. O uso de elementos heráldicos

¹⁸⁰ BILOU, F. **Convento do Espinheiro**. Memória e Património. Évora: Soartes, 2006.

nos edifícios realizados com patrocínio de D. Manuel seria a forma claramente visível de vincular tais construções religiosas ao poder real e reforçar a imagem cristocêntrica da monarquia, como será bastante reiterado nas escolhas ornamentais de Belém. Esses elementos serão fundamentais na identidade visual de seu mecenato.

O Convento do Espinheiro era comumente utilizado pelos reis portugueses em suas visitas à Évora, tanto para assistirem missa, como para isolarem-se do mundo. Siguenza conta um dos acontecimentos que teria feito o monarca D. Afonso V se aproximar dos religiosos de Santa Maria de Espinheiro. Antes de sua segunda investida ao norte da África, o rei teria rogado a intercessão da Virgem do Espinheiro, prometendo colocar uma imagem de prata da santa na igreja do monastério caso voltasse vitorioso. Como alcançou a graça pedida, cumpriu a promessa, mandando fazer uma imagem da santa em prata e de um rei a cavalo. Após sua morte, tendo crescido substancialmente o número de religiosos do monastério, as imagens teriam sido desmembradas e utilizadas para gerar dinheiro para aumentar o edifício, construindo um novo dormitório com mais celas.

O filho e sucessor de D. Afonso V, D. João II (1455-1495) teria mantido a devoção e os favorecimentos a esse monastério, sobretudo durante o período em que sua corte permaneceu em Évora. Mandou construir uma hospedaria junto à Igreja de onde se podia ouvir a missa. O rei teria passado muitas noites nessa hospedaria, ao invés de dormir no palácio, e fazia muitas penitências no local.

D. Manuel (1469-1521) visitaria frequentemente o santuário e teria edificado um novo sepulcro onde mandou enterrar sua filha, D. Maria. D. João III (1502-1557) também teria mandado enterrar no local seu filho, o príncipe D. Manuel, que morreu com três anos, e a infanta Dona Beatriz. Dom Sebastião (1554-1578) teria também frequentado o monastério e o cardeal D. Henrique (1512-1580), que sucederia D. Sebastião no trono por dois anos, teria continuado a favorecer essa casa, bem como a nobreza do reino, fazendo enterramentos no local e colocando seus escudos no claustro: “Ansi están las capillas y claustros llenos de escudos de los Meneses, Castros, Sosas, Siluas, y otros.”¹⁸¹

No Convento de Santa Maria do Espinheiro, os diálogos entre a monarquia castelhana e lusitana começam a se apresentar de forma mais clara. As disputas pela proteção divina, o uso do mecenato para reforçar a memória das vitórias e dos sucessos políticos como

¹⁸¹ SIGUENZA, J. Op. cit., Tomo I, p.400.

obra e desejo da Virgem Maria, dos Santos e de Cristo, aliados à proteção de uma ordem exclusivamente ibérica, com maiores possibilidades de interferência e dependência em relação à monarquia no que diz respeito à sobrevivência material dos monges, seja pelas doações, ou pelas leis, privilégios e proibições que interferiam no cotidiano e nas possibilidades de expansão da ordem.

2.4. Situação da Ordem de São Jerônimo em Portugal no tempo de Dom Manuel I

Como apresentamos até agora, a situação dos jerônimos em Portugal, Aragão e Castela eram bastante distintas. Em Castela dezenas de casa tinham sido fundadas até o século XV, muitas com doações da monarquia. Enquanto isso o reino português, até o reinado de Dom Manuel, apenas quatro casas tinham sido fundadas. Esses mosteiros lusitanos tinham recebido doações de reis, mas não havia ainda a fundação feita por iniciativa real inquestionavelmente comprovada.

A mais importante das fundações de Dom Manuel I foi Santa Maria de Belém. Em 1496 o monarca pediu ao papa para transformar em um mosteiro de São Jerônimo o eremitério mandado construir pelo infante D. Henrique próximo à cidade de Lisboa. Esse monastério se constituiria como principal símbolo nacional português, um vestígio grandioso do passado áureo lusitano, utilizado ainda hoje como parada obrigatória das festividades cívicas e visitado por todas as autoridades internacionais que se dirigem para o país atualmente e será o centro de nossas atenções no próximo capítulo.

Dom Manuel I também pediu autorização ao papa para construir ao todo doze mosteiros jerônimos no reino, número simbólico, que remete aos apóstolos de Cristo. Apenas três foram edificadas: Santa Maria de Belém, Nossa Senhora da Pena (Sintra) e o Convento das Berlengas, este último realizado a pedido da rainha D. Maria¹⁸².

O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena foi construído no alto da Serra de Sintra, onde havia uma capela dedicada a Nossa Senhora, cuja imagem, segundo Siguenza, provavelmente tinha sido ali escondida em algum dos momentos de fuga dos cristãos no momento das invasões muçulmanas, tentando fortalecer a ideia de antiguidade do local,

¹⁸² SANTOS, C. D. Op. cit.

narrativa que se aproximava da fundação de Nossa Senhora do Espinheiro. Ainda segundo o cronista: “Aficionose al sitio el Rey don Manuel por su hermosura y estranheza, y por la deuocion de la imagen que es muy antigua y muy deuota, y acordo de edificar ali vn monastério de la Orden de nuestro Padre san Geronimo pareciendole propia morada de Geronimo.¹⁸³”

Figura 13: Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, segundo ilustração de Celestine Brelaz (1840).



Fontes: BRELAZ, Celestine (1811-1892). **Croquis de Cintra:** dessinés d'après nature et lithographiés. Lisbonne: Lith. de Manuel Luis, 1840, 18 litografias¹⁸⁴.

O cume do penhasco foi demolido em 1503 para se realizar o novo edifício e em oito anos estava concluído. A superfície adquirida era pequena, onde se edificou todo o monastério para comportar entre oito e dez religiosos. Ainda segundo Siguenza, a construção era toda de cantaria e com abóbadas de pedra, com três pavimentos, “labrados todo con mucho cuydado”¹⁸⁵. Parte da primeira edificação foi destruída pelo terremoto de 1755 e

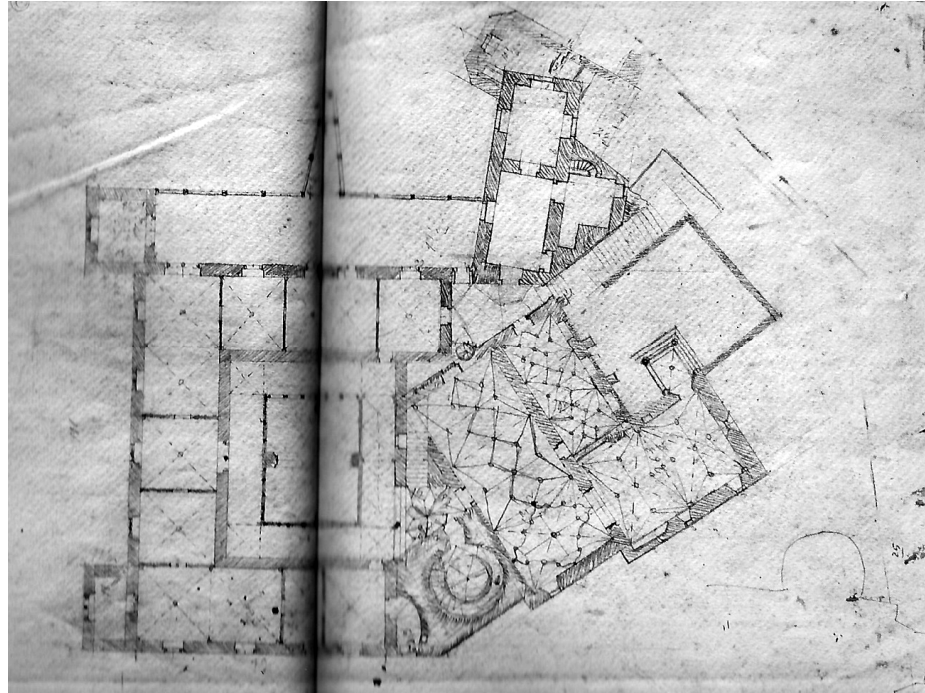
¹⁸³ SIGUENZA, J. Op. cit., Tomo I, p74.

¹⁸⁴ Exemplar digitalizado disponível no sitio da web da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Cota do exemplar digitalizado: ds-xix-595-2. Disponível em: <http://purl.pt/14937/1/index.html#/20/html> Acesso em 20/10/2017.

¹⁸⁵ Ibid, p. 75.

depois pela exclaustração dos monges em 1834. As ruínas desse mosteiro foram incorporadas ao Palácio da Pena¹⁸⁶.

Figura 14: Planta do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, em Sintra, desenhada por Nicolau Pires (c.1839). Coleção do Palácio Nacional da Pena.



Fonte: MUCHAGATO, Jorge. **O Palácio e Parque da Pena**. Vol. I: O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena. Fontes e Bibliografia para apoio à investigação histórica. Sintra: Edição de Parques de Sintra, 2010, p.70-71.

A planta do monastério, como era comum à ordem, organizava-se em torno do claustro com dois pisos. No piso inferior se encontravam o refeitório, casa de capítulos e um dormitório. O piso superior estava dividido em pequenas celas e na porção sul se encontrava a hospedaria e os aposentos do abade. O acesso dos peregrinos era feito pelo ‘Caminho dos Peregrinos’, chegando à igreja pelo lado ocidental. A igreja foi provavelmente concebida pelo mestre Diogo de Boitaca, com planta em L, uma única nave revestida por azulejos enxaquetadas de cor verde e branco do século XVI, coberta por uma abóbada.

¹⁸⁶ Dom Fernando II conheceu o mosteiro de Nossa Senhora da Pena em 1836, quando veio a Portugal para casar-se com a rainha D. Maria II (filha de Dom Pedro I do Brasil), onde decidiu edificar um palácio para si, comprando a propriedade. As partes do monastério hoje podem ser identificadas no conjunto por estarem pintados exteriormente de rosa antigo.

MUCHAGATO, Jorge. **O Palácio e Parque da Pena**. Vol. I: O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena. Fontes e Bibliografia para apoio à investigação histórica. Sintra: Edição de Parques de Sintra, 2010.

Na abóbada que cobre o altar da capela é possível ver que suas tramas são marcadas por escudos de armas e esferas armilares esculpidas em moedas, solução empregada em outros mosteiros edificados com patrocínio de Dom Manuel I, marcando sua presença na heráldica como patrono da obra.

Figura 15: Abóbada da Capela do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena atualmente.



Fonte: Acervo pessoal.

O retábulo-mor foi encomendado por Dom João III e D. Catarina de Bragança ao escultor Nicolau Chanterene (ativo em Portugal entre 1517-1551)¹⁸⁷, mas uma vez demonstrando a atitude do sucessor de D. Manuel I em continuar as obras de seu pai em mosteiros jerónimos.

O retábulo de Chanterene foi realizado em alabastro branco e calcário negro, com estrutura de arco triunfal romano e com um grande nicho central e nichos laterais menores com cenas do nascimento de Cristo. Ao centro na porção superior se encontra a Virgem e o menino no colo e abaixo a cena da morte de Cristo, com seu corpo morto sendo segurado por anjos. O pé de Cristo toca o sacrário, onde se lê: PANIS QUI DE CAELO

¹⁸⁷ Nicolau Chanterene foi um escultor de origem francesa que realizou muitas obras em Portugal, sendo um dos introdutores do renascimento no reino. Relizou obras para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, para os mosteiros da Ordem São Jerónimo de Santa Maria de Belém, Nossa Senhora da Pena e São Marcos.

DESCENDIT (o pão que desceu do céu), reforçando a presença de Cristo na Comunhão, importante dogma católico.

Figura 16: Retábulo de Chanterrene na antiga capela do antigo mosteiro de Nossa Senhora da Pena



Fonte: Acervo pessoal.

Em 1513, o papa Leão X autorizou a construção do Convento das Berlengas, habitado por religiosos que quisessem voluntariamente ir morar na ilha, mas que só foi habitado até 1535, devido à falta de salubridade e segurança. Em 1528 a ordem tomou posse do mosteiro de Santa Marinha da Costa, próximo à Guimarães¹⁸⁸. E em 1548 o mosteiro de

¹⁸⁸ O Convento de Santa Marinha da Costa tinha uma história bastante longa como local de culto à Santa Marinha, mártir dos tempos do Império Romano, que tivera grande popularidade no noroeste da Península no século X. Sua ocupação como centro monástico remontava ao período de Dona Mumadona (sec. X), que havia doado um terreno na Serra de Santa Catarina e foi entregue no século XII aos cônegos regrantes da Ordem de Santo Agostinho, por iniciativa da rainha Dona Mafalda (1125-c.1157), esposa de D. Afonso I (1109-1185). D. Manuel I já tinha expressado desejo de substituir os monges agostinianos nesse convento, o que foi realizado por seu filho e ficou confirmado em bula de 23 de julho de 1528. O colégio da ordem também foi transferido do Mosteiro da Penha Longa para Santa Marinha em 1535.

Valbenfeito (perto de Óbidos) também passou aos jerônimos. Por fim, foi fundado um colégio universitário de São Jerônimo, em Coimbra, fechando assim o desenvolvimento da ordem em território português até o momento da União das Coroas Ibéricas.

A distribuição dos mosteiros da Ordem de São Jerônimo em território português pode ser observada no mapa a seguir:

Mapa 1: Mosteiros da Ordem de São Jerônimo fundados em Portugal até fins do século XVI (adaptado).



Fonte: SANTOS, C. Op. cit.

As fundações da ordem, em geral, aproximam-se do litoral, diferentemente do que acontece com as casas da ordem em Castela. Isso se explica pela própria diferença na distribuição das cidades nos territórios desses dois reinos, sendo que, em geral, os centros urbanos lusitanos mais importantes se encontram mais próximos do litoral, com exceção de Évora, onde se encontra o mosteiro do Nossa Senhora do Espinheiro. Muitos mosteiros se localizam nas proximidades de Lisboa, que ganhava maior importância, especialmente no reinado de D. Manuel I. O papel da cidade como centro político fez com que a partir da construção de Nossa Senhora de Belém seu prior passasse a ocupar o topo da hierarquia da ordem no reino, sendo o provincial, tirando a primazia de mosteiro de Penha Longa como casa-mãe da Ordem até 1517.

A distribuição espacial dos mosteiros jerônimos também pode ser pensada a partir dos deslocamentos régios, já que a itinerância era uma das características das monarquias ibéricas da Idade Média. O rei precisava fixar-se por certos períodos em diferentes cidades para realização das Cortes, ou devido a guerras, pestes, peregrinações, ou mesmo preferia viver em determinadas localidades dependendo da estação do ano. Em Portugal em fins da Idade Média as localidades mais intensamente percorridas e visitadas não correspondiam aos locais de maior densidade demográfica do reino, que ainda eram Entre-Douro e Minho e a Beira. Apesar das cidades dessas regiões, as porções central e litoral do reino tiveram maior presença régia entre os séculos XIV e XV. Também, durante o século XV os reis portugueses reduziram a amplitude espacial de seus deslocamentos, ou seja, visitavam menos locais que seus antecessores, permanecendo cada vez mais restritos às regiões do centro do reino. As localidades mais visitadas em fins da Idade Média eram Lisboa, Santarém, Évora e Coimbra¹⁸⁹.

Mais nítida fica a conexão entre a presença régia e a instalação dos mosteiros jerônimos se pensarmos exclusivamente nas residências régias¹⁹⁰. Tais residências tinham como característica em comum a precariedade, sendo que muitas se tornaram ruínas em poucas gerações depois de deixarem de ser frequentadas. Nesse sentido, a região de Sintra-

¹⁸⁹ GOMES, R. C. **A corte dos reis ibéricos no final da Idade Média**. [s.l.]: Difel, 1995, p.246.

¹⁹⁰ As residências régias podem ser consideradas, segundo Rita Gomes Costa “qualquer estrutura material construída na qual tenhamos referência que o monarca se instalou, seja ou não de sua propriedade.” Podiam ser castelos, estar associados a espaços ou ser de propriedade régia.

Lisboa recebia especial atenção como residência régia e era também a região em que se encontrava maior número de casas da Ordem de São Jerônimo.

Os paços de Sintra atraíram a presença dos monarcas, sendo que ainda é possível ver hoje suas marcas. Alcobaça também foi uma residência real muito frequentada, sendo que todos os monarcas de fins da Idade Média, com exceção de D. Afonso IV, passaram algum tempo vivendo ali. A importância dessa região seria incrivelmente acrescida a partir da segunda metade do século XV, quando Lisboa começa a se destacar como cabeça do reino. A cidade vinha ganhando importância desde o século XII, mas apenas no final da Idade Média passa a se sobrepor às demais cidades.

O último caso de monastério jerônimo que devemos apontar antes de tratar especificamente de Santa Maria de Belém e San Lorenzo el Real del Escorial é o monastério-palácio construído por Carlos V para passar seus últimos anos de vida em Yuste.

2.5. Yuste e Carlos V

Carlos V (1500-1558) teve grande influência na forma como Felipe II construiria sua Propaganda Política. O Imperador valia-se da imprensa em Castela para divulgar suas vitórias no exterior, registradas por cronistas pagos pelo monarca. Também se valia das ‘hojas volanderas’, impressos de uma ou duas páginas que contavam seus sucessos militares. Sua secretaria compunha cartas a membros da alta nobreza, alto clero, para aqueles que formavam as elites urbanas e para seus embaixadores informando os principais acontecimentos da monarquia, como nascimentos de príncipes, casamentos, mortes, vitórias militares, etc., apresentando assim de forma controlada a imagem pretendida de seu poder. E as festas também se constituíam como importantes momentos propagandísticos. Como aponta Rubio Moraga:

“Durante el Antiguo Régimen la fiesta, más allá del actual concepto de evasión pasajera, de solaz y regocijo, fue un eficazísimo instrumento al servicio de la monarquía, del estado y de la iglesia. Con su capacidad para crear un tiempo y un espacio utópicos, fue un utilísimo recurso para hacer visible, aunque fuera temporalmente, conceptos y principios reguladores de la sociedad estamental. La noción de fiesta estaba entonces íntimamente unida a la idea de lo sagrado, del rito y de la ceremonia, de la gloria personal y dinástica. El conjunto de actividades efímeras que la integraban dio lugar a un arte exquisito y deslumbrante, en el que todo resultaba maravilloso y fascinante. De estas singulares manifestaciones hoy solo conservamos

algunos vestigios y testimonios fragmentarios, aunque resulta innegable su capacidad de evocación.”¹⁹¹

Para um homem inúmeros territórios sob seu governo como era Carlos V, as festas e a difusão das notícias sobre as festas eram uma forma eficiente de Propaganda Régia em diferentes territórios. O imperador valia-se da imagem de Carlos Magno, reclamando para si a posição de seu sucessor na construção de um império justificado pela defesa da fé católica na Europa. Não por acaso, sua primeira vitória fora celebrada em 1520 em Aachen, antiga capital carolíngia. Depois das batalhas contra os turcos em Túnez, em 1535, a maneira de o imperador ser representado em pinturas também começa a mudar, primeiramente de forma mais sóbria, inspirado nos escritos de Erasmo, passando para a representação magnificente, inspirado na Antiguidade Clássica¹⁹².

Nos últimos anos de sua vida, adoentado pela gota, depois de renunciar aos seus domínios, que ficariam parte para seu filho (Espanha, Países Baixos e colônias americanas) e parte para seu irmão (Sacro Império), Carlos V decidiu retirar-se do mundo para preparar-se para a Glória Divina, vivendo como um monge junto aos jerônimos de Yuste, em Cáceres.

O mosteiro de São Jerônimo de Yuste foi fundado por ermitões provenientes da ermida de San Cristobal (Plasencia) e que se estabeleceram em terras doadas por Sancho Martín em 1402. Em 1414 os ermitões expressam seu desejo de ingressar na Ordem de São Jerônimo ao prior de Guadalupe, pedido recusado devido à ausência de bens para edificar um monastério, o que foi resolvido com o auxílio de D. García Alvarez de Toledo, cuja família

¹⁹¹ RUBIO MORAGA, Á. L. *La Propaganda Carolina. Arte, Literatura y Espectáculos al servicio del Emperador Carlos V*. in: **História y Comunicación Social**, vol. 11. Madrid: Ediciones Complutense, págs.115-126, p. 118.

¹⁹² “El episodio ya comentado de la campaña imperial contra el dominio turco en Túnez (1525) constituyó no sólo uno de los momentos más brillantes de la carrera político-militar de Carlos V, sino un punto de inflexión en la elaboración de la imagen retórica, artística y literaria del Emperador. A partir de este momento, las menciones a Carlos V como sucesor de los romanos en general y de Escipión el Africano en particular, se hacen más frecuentes y coherentes, y las alusiones al mundo clásico se convierten en habituales.”

[...]

“Poco a poco el miles Christi pasaba a ser un Hércules cristiano y se abandonaba definitivamente ante cualquier “timidez” erasmiana en torno a su representación. Así, en la década de los treinta el Emperador entra en contacto con algunos de los principales artistas, intelectuales, nobles y militares inmersos en el ambiente y la moda del Renacimiento all’antica : Parmigianino, Aretino, Hipólito de Medici, Alejandro Farnesio, Ferrante y Federico II Gonzaga, los duques de Urbino, Ávila y Zúñiga, Diego Hurtado de Mendoza, Leon Leoni y Tiziano, cuyo papel de retratista y responsable de la imagen oficial del Emperador merece un análisis más detallado en un apartado posterior.”

Ibid, p.08.

passou a ser patrona dessa casa¹⁹³. Também tiveram apoio do infante Don Fernando, filho de Juan I de Castela, quem conseguiu a Bula do Papa Benedito XIII de 1408 com a aprovação daqueles religiosos como parte dos jerônimos¹⁹⁴. Em 1409 Yuste firmou sua carta de fundação do monastério¹⁹⁵.

Graças à proteção de Don Lope de Mendoza (arcebispo de Santiago), García Álvarez de Toledo (terceiro senhor de Oropesa)¹⁹⁶ e da família Zúñiga foi edificada uma nova igreja em 1508 e 1525. Também foi realizada uma escadaria de comunicação entre o claustro velho e o coro em 1539 e uma escadaria entre o antigo refeitório e a casa dos noviços, na década de 1540¹⁹⁷.

¹⁹³ VIZUETE MENDOZA, Carlos. *El patrimonio del monasterio de Santa María de Guadalupe (1340-1785)*. **Revista En la España Medieval**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, vol 1, 1980, p.593-619.

¹⁹⁴ “Después de averse confirmado en este pensamiento [de passar a Ordem de São Jerônimo], y pareciendo cada dia mejor, no se sabe por qual ocasion, o com que fauor, se fueron para el Infante don Fernando, el gran protector desta Religion, y le manifestaron su desseo.[...] No se descuydó, ni olvido el Infante, porque el año 1408, ya les avia traydo una bula del Papa Benedicto XIII, para que pudiesen edificar alli donde vivian, un monasterio de la orden de S. Gerónimo, debaxo de la regla de S. Agustín[...].”

SIGUENZA, J., Op. cit., p.140.

¹⁹⁵ PATRIMONIO NACIONAL, FUNDACIÓN ACS. **Monasterio de San Jerónimo de Yuste**. Cuacos de Yuste, Cáceres. Accesibilidad para personas com movilidad reducida. Madrid: Patrimonio Naciona; Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdade; Fundación ACS, 2012.

¹⁹⁶ Siguenza assim escreve sobre o auxílio de D. García Álvarez de Toledo para que a Ordem reconhecesse aquele mosteiro no primeiro Capítulo General realizado, em 1415:

“Propuso delante de todos su sentimiento, mostrando dolerle desamparassen aquella casa ... que si era por ser pobres, y no tener con que sustentar el modo de vida y observancia que esta religión professava, el dava su palabra como cavallero, de favorecerlos de manera que no se sintiesse esta falta... Visto por el general, y Capitulo, la devoción y el animo generoso de Garci Alvarez de Toledo, y la determinación tan hidalga, se lo agradecieron mucho, y le dixeron, fuesse todo como el ordenasse y quisiesse. Ansi quedo la casa puesta en el numero de las que en este Capitulo se juntaron.”

SIGUENZA, J. Op. cit., p.143.

¹⁹⁷ “Edificóles [Garcí Alvarez de Toledo] también la primera Iglesia, no como el quisiera, sino como los siervos de Dios la trazavan (en esto han quedado siempre cortos, como se avra visto en el discurso de las mas fundaciones). Edifico el dormitorio, y las celdas, y todas las demás oficinas que aun se están en pie, testigos firmes de la devoción de aquellos primeros santos, de su humildad, del amor de la pobreza, y aun de la largueza de tan generoso bienhechor, oxala no se mejoraran tanto nuestras paredes. Era este cavallero, el tercero señor de Oropesa, nieto de don Garcí Alvarez de Toledo, Maestro de Santiago[...].”

Ibid, p.143.

Em meados do século XVI foi construído um novo claustro, ficando assim com dois claustros. O monastério tinha em suas dependências uma ermida chamada de Belém, construída pelo bispo de Plasencia, em 1511¹⁹⁸.

Com a decisão de Carlos V passar seus últimos dias no interior do monastério, realizam-se obras para criar dependências dignas do imperador que desejava dedicar-se à vida contemplativa em sua preparação para a morte, desejo que já era expresso desde 1543¹⁹⁹. Siguenza destaca essa estadia em sua obra:

“Quando vamos haziendo memoria de las personas notables destes monastérios, por sus edades, veremos tambien (por exemplo tan raro y digno de eternizarse) como aquel Monarcha tan amado, y tan temido, se retiro, dexando la corona del Imperio, entre estos santos religiosos, hasta que desde ali fue a gizar de la eterna.”²⁰⁰

Em 1554 o próprio Carlos V comunicou ao general da ordem, frei Juan de Ortega, sua intenção de retirar-se em Yuste e de, para tanto, construir alguns aposentos que seriam morada exclusiva do imperador, de alguns de seus homens de confiança e uma pequena cela destinada a alojar seu filho Felipe, futuro rei. Essa obra também estava incorporada às faces meridional e oriental do claustro novo, sendo que o acesso ao pequeno palácio era feito através da porta de Belém que desembocava dentro do claustro, e uma rampa, que era o acesso privado do imperador.

Os aposentos do imperador estavam dispostos ao lado da Igreja do monastério, permitindo que pudesse ver de sua cama o altar principal. As obras foram realizadas com traça de Gaspar de Vega (c.1523-1575) e com supervisão de Alonso de Covarrubias (1488-1570). Em 1557, Carlos V pôde ocupar esse local em companhia de alguns poucos servidores, entre eles seu mordomo Luis Méndez de Quijada, seu secretário Martín Gaztelu e o engenheiro e matemático Juanelo Turriano, que além de construir relógios para o imperador²⁰¹, foi responsável pelo abastecimento de água do palácio. Os aposentos dos

¹⁹⁸ RUIZ HERNANDO, J. A. Op. cit.

¹⁹⁹ PATRIMONIO NACIONAL; FUNDACION ACS, Op. cit. p.6

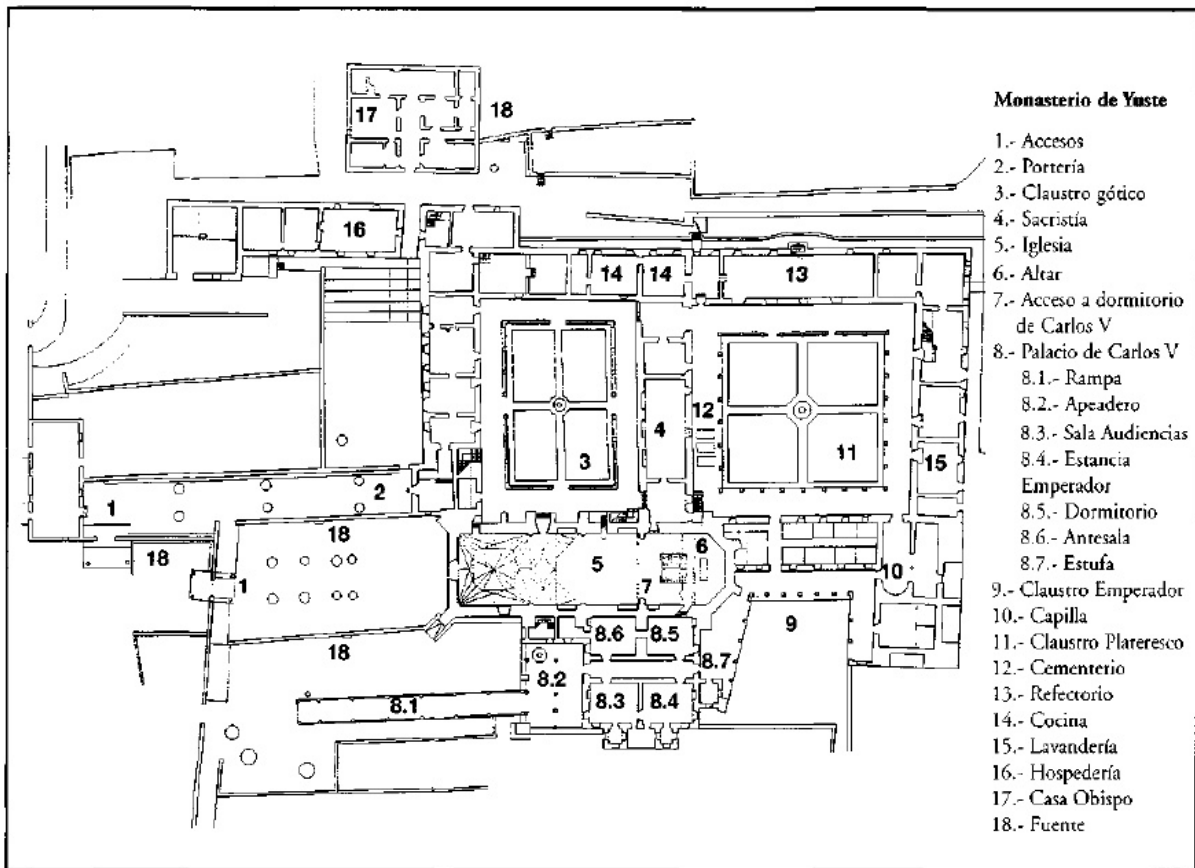
²⁰⁰ SIGUENZA, J. Op. cit., p.144.

²⁰¹ A estadia de Carlos V no monastério de Yuste é uma preparação para a morte, inclusive para servir de exemplo aos súditos. O apego pelos relógios é interpretado por Mario Praz como uma expressão da obsessão do imperador pela morte nesses seus últimos anos de vida.

criados se encontravam na planta alta do claustro novo, com fácil comunicação com os aposentos de Carlos V, que estavam na mesma altura²⁰². A planta da casa-palácio era composta de dois pisos idênticos.

Em dezembro de 1557 se instalou uma estufa nas dependências do monastério. Gaspar Hernández também realizou um terraço coberto sobre a fachada principal do palácio, onde se instalou uma fonte. Logo abaixo da rampa de acesso foi construído um tanque para que o imperador pudesse se distrair pescando. Ao sul, Juanelo Turriano também realizou outro represamento responsável pela irrigação das plantas no entorno do monastério. Em homenagem ao construtor, era chamado de ‘quadrante de Janelo’.

Figura 17: Croqui da planta do monastério de Yuste, realizado por José A. Ruiz Hernando



Fonte: RUIZ HERNANDO, Jose Antonio. Op. cit, p.220.

Em meados do século XVI, as exéquias estavam tornando-se cerimônias mais longas e mais teatralizadas. A ênfase na morte como parte do discurso católico reforçava a lembrança da transitoriedade da vida, de sua fragilidade e expressava-se nas pinturas em

²⁰² PATRIMONIO NACIONAL; FUNDACION ACS. Op. cit.

alegorias como o relógio, a vela gasta, nas bolhas de sabão frágeis como a vida, nas flores, etc.²⁰³ Carlos V mantinha perto de si os relógios²⁰⁴ para lembrar-se do tempo que se esvai. Talvez tivesse outros objetos que lhe recordassem de sua finitude. O local para retirar-se também poderia ter sido pensado como forma de humildade e de penitência nesse momento, sobretudo pensando na importância desses atos para guardar a memória de seu governo, preparando o reinado de seu filho. Carlos V fora recebido como rei de Espanha com grande resistência de parte de seus súditos, por isso era importante fazer a transferência do poder ao sucessor de forma mais pacífica, comunicando aos súditos espanhóis seu comprometimento com a fé católica, deixando a imagem de seus últimos dias como exemplo a ser seguido, marcando e valorizando os antecedentes do novo reinado.

Após a morte de Carlos V em 1558, a comunidade religiosa teve como função velar por sua alma com missas e orações, ganhando destaque em seus ritos funerários, demonstrando a preocupação de tais iniciativas dentro da lógica da piedade do rei. Para reforçar a imagem real no monastério, em 1570, Felipe II se hospedou em Yuste para visitar o túmulo de seu pai e determinou que os aposentos privados do imperador não deveriam ser ocupados pelos monges. Também colocou o escudo imperial no muro de entrada do monastério, que foi construído entre 1568 e 1573.

Em 1574 os restos mortais de Carlos V e de sua esposa, Dona Isabel de Portugal, foram trasladados para o primeiro panteão do Monastério de San Lorenzo de El Escorial. Em 1580, cumprindo o desejo expresso no testamento de seu pai, Felipe II enviou oficiais do Escorial para Yuste a fim de realizar um novo retábulo-mor para a igreja deste monastério,

²⁰³ “L’orologio da ruote, la clessidra, la candela che si strugge, il teschio, la pipa da cui s’esala il fumo, la bolla di sapone, la fragile sfera di vetro, il fiore che appassisce, la mosca e la farfalla che han vita breve, ricorrono, como s’è detto, nei quadri olandesi di ‘vanità’.”

PRAZ, M. Op. cit. p.205.

²⁰⁴ “L’orologio imita il ritmo più profondo dela vitta, batte comme un cuore, pulsa con la stessa regolarità come se pel suo ingranaggio corresse il medesimo sangue delle creature vive. L’orologio è il tempo divenuto criatura viva; e possiamo immaginarci lo stanco Imperatore aggorarso come un medico per le sue stanze in cui tinnivamp gli orologi; un medico intento a tastare il polso del Tempo reso precettibile dai grandi e piccoli congegni che ne contavano i battiti. Sentendo vicinal a fine dela vita, l’Imperatore amava misurare il tempo come si misura la febre, e forse quel sommesso coro di orologi nelle sue stanze (ve ne doveva essere anche qualcuno a forma di testa di morto) avviava i suoi pensieri alla’Eterno più che non il salmodiare dei monaci o il suono delle campane del vicino convento. Egli che era stato sovrano di Grandi popoli d’uomonini discordi, amava concludere i suoi giorni regnando su um piccolo popolo d’orologi concordi.”

Ibid, p.207.

encomendado a Antonio de Segura, com o escudo imperial em seu ático e as figuras da Fé, Esperança, Justiça e Fortaleza sobre o frontão, e no centro uma cópia do quadro *La Gloria*, de Tiziano, também realizada por Segura²⁰⁵. Carlos V foi enterrado em Yuste logo depois de sua morte²⁰⁶.

Figura 18: Palácio de Carlos V em Yuste.



Fonte: PATRIMONIO NACIONAL; FUNDACIÓN ACS. Op. cit., p.02

A escolha de Carlos V de construir um pequeno palácio para si em Yuste, onde poderia preparar-se para a vida eterna é a principal e mais explícita inspiração de Felipe II na construção do Escorial. Porém, como percebemos nessas páginas, a aproximação entre

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ “Sin ir más lejos, la creación del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial por el hijo y heredero de Carlos V, el rey Felipe II, está directamente marcada por el precedente de Yuste, pues El Escorial constituye una magnificación de la idea de retiro del soberano para la contemplación de la muerte, e integra la tumba definitiva del emperador em el panteón de la dinastía”

Ibid, p.05.

jerônimos e a monarquia era mais antiga, embora tenha sido reforçada pelos Habsburgos e por D. Manuel em Portugal.

Percebemos assim que, apesar da ordem ter recebido atenção dos monarcas desde suas primeiras fundações, de ter sido bastante favorecida em momentos de pretensões de monarcas castelhanos e portugueses assumirem o poder no reino vizinho, como aconteceu durante o reinado de D. Juan I de Castela e Afonso V de Portugal, há um importante momento de viram no reinado de Henrique IV de Leão e Castela. Se até então a ordem tinha adquirido importância com a entrega de centros de peregrinação mariana, como Guadalupe e Espinheiro, e recebia em alguns momentos os monarcas como hóspedes em suas dependências, Henrique IV passou a colocar-se de forma mais enfática nos mosteiros que foram fundados por sua iniciativa. Pela primeira vez um mosteiro jerônimo, *Santa Maria del Parral*, foi claramente criado para ser um dos palácios reais e provavelmente poderia ter sido também seu local de sepultamento. Mandou edificar outro monastério, *Santa Maria del Paso*, para agradecer por uma vitória militar e também o entregou à mesma ordem. Ao final da vida, decidiu sepultar-se na mais célebre casa da ordem, que ao mesmo tempo era santuário e importante centro de peregrinação, Santa Maria de Guadalupe. A insistência na ordem poderia ser motivada pela maior facilidade de interferência, já que, como instituição ibérica, estava mais acessível aos monarcas. Esse mesmo motivo poderia explicar a entrega dos santuários de Guadalupe e Espinheiro a esses monges, reforçando o pertencimento e a sacralidade desses locais com os cuidados de uma ordem também local.

A decisão da rainha Isabel de criar um palácio para si em Guadalupe podia relacionar-se ao local em que seu antecessor estava enterrado, visto que a ascensão da Rainha Católica foi possível após uma guerra civil e a vinculação ao antigo monarca, explicitando a legitimidade de seu poder, era fundamental para sua imagem como governante. Ao mesmo tempo Guadalupe reunia três importantes características para fortalecer a imagem da rainha: vínculo com o antecessor (local de seu sepultamento), a evocação da proteção da Virgem ao seu território (santuário) e a presença de monges jerônimos, que tornavam tal local ainda mais vinculado ao território castelhano.

Carlos V, ao escolher Yuste como seu último retiro, continuava a tendência dos reis castelhanos de prepararem-se para a morte, como homens e como governantes,

reforçando a imagem de temor e submissão a Deus ao escolherem como local de sepultamento um edifício que tivesse relevância em termos religiosos, uma catedral ou um monastério geralmente. Escolheu um mosteiro afastado, simples, evocando a imagem de humildade, forma de mostrar-se como homem religioso coerente com o ambiente religioso de seu tempo e com o contexto de disputas religiosas iniciados com a Reforma. Podia ter se inspirado na iniciativa de D. Manuel, porém, aproximava-se mais das ações de Henrique IV e de Isabel a Católica, ainda que essa tenha, por fim, escolhido ser sepultada em na Catedral de Granada.

Capítulo III:

D. Manuel I e o Monastério de Santa Maria de Belém

El-Rei Dom Manuel, que com o triunfo e vitória da Índia quase a [cidade de Lisboa] renovou de todo [...] e assim mesmo com o sumptuoso Monastério de Belém, e Torre, e com a Misericórdia.

Francisco de HOLANDA. **Da Fábrica que falece a cidade de Lisboa**²⁰⁷.

Na obra de Francisco de Holanda²⁰⁸ escrita para o jovem rei D. Sebastião I (1554-1578) o Mosteiro de Santa Maria de Belém aparece apenas brevemente como uma das obras que engrandecem a cidade de Lisboa. O objetivo do pintor e escritor era apresentar o que poderia ser realizado para dar dignidade à cidade, aquilo que faltava para esse centro urbano que tinha se tornado a porta de entrada de produtos de territórios longínquos e que ao mesmo tempo era uma cidade considerada pelos eruditos lusitanos como mais antiga que Roma, fundada pelo próprio Ulisses depois da Guerra de Tróia, ou mesmo por Hércules²⁰⁹. Dessa forma, as obras de D. Manuel I tinham dignificado a principal cidade portuguesa e o mosteiro de Santa Maria de Belem é lembrado como um dos edifícios mais importantes para isso.

²⁰⁷ HOLLANDA, F (1571). **Da fábrica que falece a cidade de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

²⁰⁸ Francisco de Holanda (1517-1584) foi um importante pintor e tratadista português, que permaneceu em Roma de 1538 a 1540, momento em que conheceu Michelângelo e teve intenso contato com a pintura, arquitetura e escultura à antiga que se realizava nessa cidade. Escreveu o tratado 'Da Pintura Antigua' (1548), em que se inspira em Michelângelo e Platão para formular suas considerações sobre a pintura.

DESWARTE-ROSA, S. *Prisca pictura e antiqua novitas Francisco de Holanda e a taxonomia das figuras antigas*. **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 14-27, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202006000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 Fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-53202006000100002>.

²⁰⁹ “afirma Júlio Solino e outros antigos, que Ulisses, vindo da guerra de Tróia, edificou Roma, que foi quase no tempo de Abido rei de Espanha.” [...]

“quer a fundasse Ulisses, quer Hércules grego, quer outro capitão grego ou cartaginês (por que o certo não se sabe certo) que ela é mais antiga que Roma. Porque Viriato, capitão português ilustríssimo, e Sertório romano, e Júlio César, que a Lisboa pôs sobrenome de Felicitas Julia, todos a acharam já feita antiga e velha mais que Roma.”

Idem, p.13.

Como apresentamos anteriormente, a Ordem de São Jerônimo foi bastante favorecida pelos reis castelhanos entre fins da Idade Média e início da Idade Moderna, mas pouco desenvolvida em território lusitano. Rafael Moreira e Sylvie Deswarte-Rosa apontam em seus textos para a necessidade de se perceber as relações entre as monarquias dos reinos ibéricos para entender as iniciativas de D. Manuel I em Santa Maria de Belém e Felipe II em *San Lorenzo El Real del Escorial*.

Sylvie Deswarte-Rosa²¹⁰, em um artigo sobre o Panteão de Santa Maria de Belém, apontou que em carta de Felipe II a Juan de Borja, escrita em Guadalupe, em 1572, o monarca expressava sua admiração pelo Mosteiro dos Jerônimos em Belém. Deswarte classifica esse interesse do rei espanhol como uma “admiração ciumenta”, e aponta a rivalidade em termos monumentais com essa obra para a construção do Escorial. Felipe II então desejava um edifício com a mesma grandiosidade para apresentar seu poder real²¹¹. Curiosamente, as descrições mais cuidadas sobre o mosteiro manuelino seriam de dois homens ao serviço de Felipe II: o já mencionado embaixador Juan de Borja, e o monge e historiador da Ordem de São Jerônimo, José de Sigüenza.

Rafael Moreira indica também que a escolha da Ordem de São Jerônimo para habitar o Monastério de Santa Maria de Belém era a forma de Dom Manuel I apresentar-se como um possível unificador da península e deveria ser pensado a partir de sua política de casamentos com princesas castelhanas²¹².

3. 1. Dom Manuel e sua política de alianças matrimoniais com Castela

Antes de subir ao poder, D. Manuel foi bastante favorecido durante o reinado de seu antecessor. Segundo Joaquim Romero Magalhães, D. João II teria realizado um projeto

²¹⁰ DESWARTE-ROSA, S. *Le Panthéon royal de Belém*. In: GUILLAUME, J. (org.). **Demeures D'Éternité**. Eglises et chapelles funéraires aux XVe et XVIe siècles. Paris: Picard, 2005, pp. 157-198.

²¹¹ A carta mencionada no artigo encontra-se no Arquivo General de Simancas. Referência: Estado, leg. 390, f. 117.

Ibid, p. 181.

²¹² MOREIRA, R. “*Com Antigua e Moderna Arquitetura*”. *Ordem Clássica e Ornato Flamengo no Mosteiro de Belém*. In: PORTUGAL. **Mosteiro dos Jerônimos - Jerônimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. I, págs.24-39.

de ‘domesticação da aristocracia’, com uma série de ações do monarca que enfraqueciam o poder senhorial, o que foi recebido pela nobreza com protestos e tentativas de assassinato do rei. Muitos nobres foram expulsos de Portugal, entre eles o duque de Bragança e seus irmãos, cujos títulos passam a outros nobres, entre eles Dom Manuel, que deixou o título de duque de Viseu para assumir o título de duque de Beja²¹³, além de outras mercês que recebeu do rei, sendo mestre da Ordem de Cristo (nomeado em 1484), condestável do Reino e fronteiro-mor de Antre Tejo e Odiana²¹⁴.

Além disso, D. Manuel tinha sido o garantidor da paz entre Portugal e Castela, permanecendo no reino vizinho até que se realizasse o casamento do príncipe D. Afonso com a infanta D. Isabel²¹⁵. É nesse mesmo período, antes de tornar-se herdeiro do trono, que recebe como divisa a figura da esfera armilar, que é justificada por Damião de Góis²¹⁶ pelo

²¹³ “Os grandes, para continuar a sê-lo, tinham de reconhecer a autoridade régia, acatá-la e subordinar-se-lhe, fazendo-lhe a vontade.”

MAGALHÃES, J. R. *Dom João II*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs. 513-529, p.520.

²¹⁴ CRUZ, A. *No V Centenário de Dom Manuel I*. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto: Universidade do Porto, Vol.1, 1970, págs.01-77.

²¹⁵ “foi [D. Manuel] fazer residência em Castella per caso das terçarias do Principe dom Afonso e da Princesa doña Isabel [...] foi la enviado outra vez no anno do Senhor de mil, & quatrocentos, & oitenta, & três, pera andar na Corte dos Reis, atte ho tempo em que se hauião de fazer hos casamentos do Principe dom Afonso, & da Princesa doña Isabel segundo forma dos contratos, mas chegando a Freixinal, primeiro lugar de Castella, se tornou, por se has terçarias desfazerem. Pera esta viagem lhe acrescentou el Rei dom Ioão seus assentamento, & deu casa bem ordenada, alli de baixellas, tapeçarias, quomo de ornamentos de sua capella, cantores, & ministros, & pera serviço ordenou, que fossem com ele muitos fidalgos dos principaes da sua casa, & muitos moradores dela, & por seu aio ho mesmo Diogo da Sylua.”

GOIS, D. (1502-1574). **Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria**, há qual por mandado do Serenissimo Principe, ho Infante Dom Henrique seu Filho, ho Cardeal de Portugal, do Título dos Santos Quatro Coroados Damiam de Goes Collegio & compoz de novo. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749, p.06.

Exemplar disponível na Biblioteca Nacional de Portugal Digital em: <http://purl.pt/288> Acesso em 20/08/2017

²¹⁶ Damião de Góis (1502-1574) era proveniente de uma família de pequena nobreza rural e de origem flamenga, pelo lado de seu bisavô materno. Iniciou a sua educação bastante jovem na corte de Dom Manuel I. Em 1511 o rei o enviou para a Universidade de Lisboa para estudar Gramática. Em 1518 passou a ser o encarregado do guarda roupa do rei, sendo por isso testemunha privilegiada nas transformações que ocorriam em Lisboa e das ações do monarca. Também serviu na corte de D.João III, sendo enviado à Flandres como escrivão da feitoria de Antuérpia. Viajou por muitas regiões da Europa, como Pádua, Polónia, Rússia, Países baixos, Suécia, Inglaterra... Aprendeu latim durante sua permanência na Antuérpia e também estudou na Universidade de Lovaina. Conheceu Erasmo, permanecendo em sua casa por alguns meses em 1534. Damião de Góis escreveu importantes obras, como *Vrbis Olisiponis Descriptio* (impressa por André de Burgos em Évora, em 1554), em que faz uma imagem elogiosa da cidade de Lisboa, tentando alça-la à mesma importância dos grandes centros de comércio europeu, que ainda se encontravam na Europa do Norte. Também escreve a *Chronica do Felicissimo Rei Dom Manuel* (publicada em Lisboa, em casa de Francisco Correa, entre 1566-1567). As

uso que os matemáticos fazem dessa forma para representar o céu e a terra, sendo apresentado pelo cronista como um sinal profético da entrega que o rei lhe daria do seu reino e do processo de expansão e construção de um império marítimo:

“Neste tempo dom Emanuel nam era casado, nem tinha tomado diuisa, segundo costume dos príncipes, pelo que el Rei dom João lhe deu por diuisa ha figura da Sphera, perque los Mathematicos representão ha forma de toda ha machina do ceo, & terra, com todolos outros elementos, cousa despantar, & que parece que não careceo de mistério prophetivo, porque alli quomo estaua ordenado per Deos, que ele houuesse de ser herdeiro del Rei dom João, ali quis que no mesmo Rei a quem havia de succeder, lhe desse huma tal diuisa, per cuja figura se demostrasse ha entrega, & cessam, que lhe já fazia, pera quomo seu herdeiro prosseguir depois de sua morte, na verdadeira aução que tinha na conquista, & domínio da Asia, & Africa, quomo fez com muito louuor seu, & honra destes Regnos.”²¹⁷

Além de apresentar as principais cláusulas do testamento de D. João II no primeiro capítulo de sua crônica, Damião de Góis indica que esse documento não expressava apenas a vontade do antigo monarca, mas que Dom Manuel era necessariamente o sucessor legítimo devido ao seu parentesco com o rei falecido que não deixava filhos legítimos para a sucessão do poder:

“De maneira, que el Rei dom Emanuel, era neto del Rei dom Duarte, & bisneto del Rei dom João primeiro, & sobrinho del Rei dom Afonso quinto, & primo com irmão del Rei dom João segundo, a quem succedeo, per rezão da qual progenia elle era direito, & legitimo herdeiro del Rei dom João, falecendo sem filhos de legitimo matrimonio, quomo faleceo, & pois tenho dicto de sua real progenia, & direita successão nestes Regnos aquillo que abasta pera se saber quão licitamente era esta herança sua [...]”²¹⁸

obras de Damião de Góis são especialmente importantes em nossa pesquisa por se tratar de um homem que conheceu de perto o reinado de D. Manuel, ao mesmo tempo em que foi um homem cosmopolita, que tinha contato com importantes humanistas de seu tempo, que conhecia os mais importantes centros econômico europeus da época e que buscou em suas obras alçar Portugal e, em especial, Lisboa, como parte desse mundo efervescente do comércio entre europa e o mundo que se comunicavam através do porto daquela que estava se tornando a principal cidade do reino lusitano.

REBELO, L. S. *Damião de Góis e o Humanismo Português*. In: NASCIMENTO, A. A. (coord.). **Pedro Nunes e Damião de Góis** – Dois Rostos do Humanismo Português. Actas de Colóquio no V Centenário do seu nascimento. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos /Faculdade de Letras de Lisboa, 28 de junho de 2002, págs. 121-134.

²¹⁷ Ibid, p.06.

²¹⁸ GOIS, D. (1502-1574). **Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria**, ha qual por mandado do Serenissimo Principe, ho Infante Dom Henrique seu Filho, ho Cardeal de Portugal, do Titulo dos Santos Quatro Coroados Damiam de Goes Collegio & compoz de novo. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749, p.05.

Na crônica de D. João III, de Garcia de Resende, a discussão sobre a legitimidade do herdeiro não é apresentada, indicando apenas que D. Manuel foi nomeado sucessor de direito no testamento do monarca antes de seu falecimento, deixando algumas considerações sobre como deveria tratar seu filho bastardo, D. Jorge, que seria vassalo do novo governante²¹⁹.

A legitimidade do poder de Dom Manuel I e seus laços de parentesco e amizade com os governantes de Castela e Aragão devido a sua ascendência são reforçados pelo cronista ao explicar o apoio desse monarca aos reis espanhóis durante as guerras com o rei da França:

“porque el Rei dom Fernando era filho del Rei dom Ioão Daragão, irmão da Rainha doña Leonor molher del Rei dom Duarte de Portugal, auo del Rei dom Emanuel, & ha Rainha doña Isabel era prima com irmam del Rei dom Emanuel, filhos ambos de duas irmãs, conuem saber, ele da Infante doña Beatriz, molher do Infante dom Fernando, & ella filha da Infante doña Isabel, molher del Rei dom Ioão de Castella, segundo do nome, as quaes senhoras infantes, doña Isabel, & doña Beatriz, erão ambas filhas do Infante dom Ioão, filho del Rei dom Ioão de Portugal da boa memoria, primeiro do nome.”²²⁰

Como já apontamos, a aproximação dos Reinos Ibéricos por casamento não era uma novidade do reinado de D. Manuel I. Provavelmente, depois de tantas vezes Portugal e Castela quase estarem unidos, a intenção mais clara e insistente do monarca marcava um projeto pretendido a partir da percepção das experiências do passado. Como já indicava Garcia de Resende em sua *Miscelânea*:

"Vimos Portugal, Castella
quatro vezes adjunctados,
por casamentos liados,
Príncipe natural della
q[ue] herdaua todos reynados,
todos vimos fallecer,
em breue tempo morrer,
e nenhum durou tres annos,
Portugueses, Castellanos

²¹⁹ “E neste próprio tempo que o Duque [Dom Manuel, então Duque de Beja chegou a porta, bem longe de cuidar o que se fazia, o deixou el Rey, e declarou no dito testamento, por só e legitimo herdeiro destes Reynos, e senhorios, e deixoulhe o senhor dom Iorge seu filho encomendado como vassalo seu. O qual testamento foy ali verdadeiro, e virtuoso, que Deos foy com elle servido, e todos os do Reyno muy contentes.” P.275

RESENDE, G. *Crônica de Dom João II e miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1973, p.275.

²²⁰ GOIS, D. Op. cit., p.18

ja hos quer Deos juntos ver."²²¹

Dom Manuel se casou em Castela com a infanta D. Isabel, filha dos Reis Católicos e viúva do príncipe português D. Afonso²²², mantendo a aliança que fora selada por D. João II. Pouco depois desse casamento, D. Isabel se tornou herdeira de Castela, sendo jurada com seu marido herdeiros de Castela²²³.

Quando sua primeira esposa morreu no parto de seu primogênito, D. Manuel casou-se com outra filha dos Reis Católicos, Maria de Aragão, com quem teve muitos filhos, entre eles dois que seriam monarcas de Portugal, D. João III e D. Henrique I, além da imperatriz D. Isabel, que se casaria com o imperador Carlos V e seria mãe de Felipe II. Dona Maria também foi responsável por parte do favorecimento da Ordem de São Jerônimo durante seu reinado: “fundou de nouo os mosteiros de nossa Senhora da Pena, & o do Mato, & o das Berlengas, que fez per deuaçam da Rainha donna Maria sua molher, todos da mesma Ordem de San Hieronymo, [...]”²²⁴. Seria ela a rainha consorte durante a maior parte do reinado de D. Manuel e aquela que seria enterrada junto ao rei e representada na porta de entrada também ao seu lado em Santa Maria de Belém.

Além da influência de Dona Maria, D. Manuel deveria conhecer bem as formas como os governantes castelhanos se apresentavam aos seus súditos e amparavam-se nos jerônimos para reforçar a imagem de representantes dos desígnios divinos na terra devido aos momentos em que tinha permanecido no reino vizinho, seja para cuidar da concretização do casamento do príncipe Afonso com Isabel, ou já casado com essa mesma filha dos Reis Católicos, quando são jurados herdeiros de Castela.

²²¹ RESENDE, G. Op. cit., p.341.

²²² Na Crónica de Dom Manuel I, de Damião de Góis, o cronista indica que a princesa consentiu com o novo casamento com resistência, pois desejava ser religiosa.

GOIS, D. Op. cit.

²²³ “el Rey dom Fernando e a Raynha dona Isabel escreuerão a el Rey nosso Senhor, e á Rainha dona Isabel sua filha, e com muyta instancia lhe pedirão que eles fossem logo a Castella, pera la serem jurados por Príncipes herdeiros de todos seus Reynos, e Senhorios.”

Ibid, p.297

²²⁴ GOIS, D., Op. cit., p.599.

Após ficar viúvo pela segunda vez, Dom Manuel ainda casou-se novamente com uma infanta de castelhana, D. Leonor, em 1518, que antes estava prometida ao príncipe herdeiro²²⁵. D. Leonor era irmã de Carlos V, neta dos Reis Católicos por linha materna. Além de manter a política de casamento e alianças com Castela, a insistência nos casamentos com infantas castelhanas marcava o desejo de unir as duas coroas em favor de Portugal, o que seria reforçado com o casamento de seu filho e herdeiro, D. João, com Catarina de Áustria, também irmã de Carlos V.

As alianças matrimoniais entre os reinos implicavam em influências recíprocas. Seguindo a política dos Reis Católicos, D. Manuel I obteve do papa o padroado sobre os mestrados das três ordens militares (Cristo, Santiago e Avis), em 1516, tornando-se hereditária em 1551²²⁶. D. João II e D. Manuel I tinham conseguido que boa parte dos bispos nomeados pelo papa para Portugal fossem naturais do reino.

Parte dos acordos firmados para os casamentos envolvendo as filhas dos Reis Católicos carregavam em si a tentativa de introduzir também em Portugal a política adotada pelos monarcas castelhanos no que dizia respeito aos judeus. Apesar da presença de conversos na Corte, em 1486, os Reis Católicos se dirigiram ao papa Inocêncio VIII para expor os objetivos de sua política que pretendia expulsar os muçulmanos de seus domínios, acabar com as heresias (entre elas o retorno de práticas judaicas entre os conversos) e reformar o clero. Em 1493, o Papa Alexandre autorizou que realizem uma reforma do clero regular, efetivada com auxílio do Cardeal Cisneros (1436-1517). Sobre a luta contra as heresias, em 1480 já tinha se estabelecido o primeiro Tribunal da Inquisição em Castela, em Sevilha e em 31 de março de 1492 foi apresentado o edito que dava prazo de três meses para judeus converterem-se ou deixarem o reino.

D. João II de Portugal (1455-1495), que tinha acolhido muitos judeus expulsos de Castela, foi pressionado pelos Reis Católicos a também os expulsar do reino, mas apenas no

²²⁵ Damião de Góis escreve que o rei pretendia se afastar das coisas do reino depois de ficar viúvo de D. Maria e se estabelecer no Algarve, onde seria a fronteira das guerras com os mouros. Porém, devido a conselho de privados de seu filho, que mencionavam possíveis desobediências, decidiu se casar com Dona Leonor, irmã de Carlos I de Castela, a mesma princesa que tinha muitas vezes pedido em casamento para seu filho

Ibid, p. 508.

²²⁶ BETHENCOURT, F. *Os equilíbrios do Poder*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs.149-164.

reinado de D. Manuel I (1469-1521) foi decretada a conversão e batismo à força dos judeus que se encontravam em Portugal em 1497, o que garantiu a manutenção da aliança entre os dois reinos, selada com o casamento de D. Manuel com D. Isabel.

Segundo Damiano de Góis: “el Rei dom Emanuel requerido per carta dos mesmos Reis determinou de fazer ho mesmo [expulsar judeus do Reino]”²²⁷. O cronista ainda apresenta muitos argumentos que estavam em pauta no momento para manter os judeus em Portugal, como o fato de outros reinos cristãos permitirem que eles vivessem livremente em seus territórios e com autorização do papa (sem que isso significasse menor adesão ao cristianismo de seus governantes), a perda de receitas com impostos e de trabalhadores ‘destros’ em muitas artes, sobretudo em fazer armas. Os judeus que decidiram não converterem-se e sair do reino tiveram seus filhos de até 14 anos tomados por ordem do rei e criados como cristãos em várias vilas do reino, como narrado por Gois, o que era uma tentativa de se manter essa população, forçando a conversão. Góis explica que a mesma ação não poderia ser tomada no caso dos filhos dos muçulmanos, pois esses tinham reinos onde viviam cristãos que podiam ser prejudicados por tais atitudes, ou seja, preocupando-se em manter boas relações diplomáticas, na medida do possível, em relação aos muçulmanos para favorecer a expansão marítima²²⁸.

Além da pressão dos governantes Castela contra os judeus, da mesma forma que no reino vizinho, a pressão popular se fazia em Portugal. No estudo de María Eugenia Tena sobre uma coleção de milagres registrados no monastério de *Santa María de Guadalupe* que indicavam os motivos pelos quais portugueses peregrinavam a esse santuário entre princípios do século XV até o início do século XVIII, há muitos registros de milagres que revelam o sentimento popular lisboeta contra os judeus. Em um dos documentos analisados que trata da peste na cidade de Lisboa, em maio de 1493, o peregrino faz as seguintes afirmações:

“En el tempo que los judíos fueron echados de Castilla, por los muy serenísimos e cathólicos rey e reína, nuestros señores, fueron por el rey de Portugal recibidos en su reino, so certo tributo por el tempo que allí avían de

²²⁷ GOIS, D. Op. cit., p.17

²²⁸ Ibid.

estar, para de allí passar allende. E vino luego por justo juizio de Dios una pestilencia universal en todo el reino de Portugal.”²²⁹

Segundo Martínez Milan, o estabelecimento da inquisição com o objetivo de perseguir os judeus e os conversos que mantivessem os hábitos da antiga religião resultou de um desejo popular, pois a própria rainha Isabel, simpatizava com a versão mais interiorizada da religiosidade dos conversos, tanto que seu confessor, frei Hernando de Talavera, era um cristão novo. A simpatia pela forma de religiosidade dos conversos pelos monarcas também é apresentada por parte da historiografia para justificar o apreço que também tinham pelos jerônimos, como indicamos anteriormente. Assim, os Reis católicos preferiam aceitar a inquisição ao invés de ver um levante dos cristãos velhos, o que fora sinalizado pelos eventos de 1391, em que a população assaltou todas as casas da judiaria (tinha sido determinado pelo Concílio de Palência, de 1388, que judeus e mouriscos deveriam viver separados dos cristãos), ou em 1449, quando a população de Toledo tinha se negado a receber o rei Juan II em sua cidade porque um judeu tinha sido designado para cobrar certa quantia de impostos da população²³⁰.

As alianças matrimoniais entre Portugal e Castela também marcavam a cooperação e apoio no que diz respeito à hegemonia no comércio no Atlântico, sobretudo a partir da subida ao trono de Carlos V²³¹. Em 1480, Castela e Portugal assinaram o Tratado de Toledo, que definia a área de influência de espanhóis e portugueses nas novas conquistas. Esse acordo seria substituído, em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas, após a viagem de Colombo à América (1492) e num momento em que as expedições portuguesas avançavam

²²⁹ Milagro CXXXIII, f. 110r a 110v. Apud. TENA, M. E. D. *Peregrinos portugueses em el Monasterio de Nuestra Señora de Guadalupe (siglo XV)*. **Península**, Revista de Estudos Ibéricos. Porto: Universidade do Porto, n.04, 2007, pp. 65-77, p.68.

²³⁰ “De este punto de vista, el establecimiento de la Inquisición fue expresión de la voluntad popular, como afirmaba Menéndez Pelayo, ahora bien, no apuntaba a ningún alto fin religioso, sino eliminar una elite de poder que ocupaba los cargos más importantes de una Monarquía (la de los Reyes Católicos) que no habían contribuído a crearla, em opinión de los cristianos viejos, pues no habían participado en la lucha contra el infiel ni compartían la idea de cruzada que había empregnado la Reconquista.”

MARTÍNEZ MILAN, J. **La inquisición española**. Madrid: Alianza Editorial, 2007, p. 52.

²³¹ “A Espanha era, com Carlos V, uma potência poderosíssima, até mesmo um eventual colaborador, sendo certo que Portugal dispunha de um considerável potencial de apoio. A comunidade de interesses entre Portugal e Espanha voltados para a navegação atlântica era evidente, face aos apetites franceses, ingleses e flamengos.”

MACEDO, J. B. *O testamento de Adão e as realizações atlânticas dos séculos XV e XVI*. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. **O testamento de Adão**. Lisboa: Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 1994, págs.19-29, p.28.

na costa africana, em grande medida como resultado das políticas de incentivo às navegações do infante Dom Henrique, figura que seria central na propaganda de D. Manuel para colocar-se como continuador da expansão ultramarina²³².

As conquistas passaram a gerar cada vez mais riqueza, crescimento do comércio, acúmulo de novos conhecimentos e prestígio para Portugal²³³. A missão original de defesa da fé frente ao Islã que deveria ser expurgado da Península se amplia na missão de combate os muçulmanos fora da Europa, diminuindo seu poder na África e Ásia, o que é aprofundado com o projeto de missionação nos novos territórios além-mar. Como apresenta Garcia de Resende na Miscelânea, enquanto os reis europeus lutavam entre si, os portugueses e húngaros eram verdadeiramente bons cristãos, que não enfraqueciam a cristandade em guerras internas, como lamenta Resende, “tam perseguida a Igreja,/ De cristãos mais q de mouros”²³⁴. Ainda melhores eram os portugueses, que lutavam com o contra os muçulmanos fora da Europa:

“Que já sendo mais a jeito
tal empresa do que jaz,
ele a tomara a pecto,
como em Africa tem feyto,
e continuo em Asia faz,
e toma villas, cidades,
Reynos, e comunidades
com vitoriosa mam.
ele he vero Christam

²³² A expansão ultramarina foi iniciada por D. João I, primeiro monarca da dinastia de Avis, não como um projeto claro de chegada ao oriente, mas como conquista de praças comerciais estratégicas, que vai se ampliando reinado a reinado. Em 1415 os portugueses tinham conquistado Ceuta, no Marrocos, a primeira conquista na África e investida que inaugurava os avanços lusitanos ao longo da costa africana. No reinado de Afonso V, os portugueses conseguiram dobrar o Cabo do Bojador (1434), tomaram Cabo Verde (1444), o que resulta na chegada dos primeiros fluxos de ouro, marfim e escravos negros ao porto de Lisboa e entre os anos de 1441 e 1442.

Muito do sucesso da expansão se devia ao infante D. Henrique (1394-1460), terceiro filho de D. João I, duque de Viseu, senhor do Algarve e mestre da Ordem de Cristo, que incentivava os avanços nos conhecimentos geográficos, cosmográficos e das técnicas de construção naval, atraindo muitos especialistas na arte de navegar para Portugal. Tais políticas permitem que os reis continuem as conquistas e avanços através da costa africana.

Já no reinado de D. João II, entre 1487 e 1488, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, em 1498, Duarte Pacheco Pereira percorreu parte da costa da América do Sul e em 1500 é descoberto o Brasil por Pedro Álvares Cabral.

²³³ RUCQUOI, A. Op. cit.

²³⁴ RESENDE, G. Op. cit., p. 335.

por seu esforço, e bondades.”²³⁵

D. Manuel I era continuador desse projeto de expansão, que foi se construindo aos poucos a cada reinado. No entanto, ao alcançar a glória de chegar à Índia e verificar a ampliação das possibilidades de poder e riqueza com as navegações quis apresentar seu reinado como um recomeço, escolhendo assim para seu panteão um novo Mosteiro na Foz do Tejo, em Lisboa e entregando essa casa aos monges jerônimos.

Inicialmente D. Manuel pretendia ser enterrado no mosteiro da Batalha, o que justificaria os investimentos em obras que realizou nas Capelas Imperfeitas, mudando de ideia a partir de 1513²³⁶. Portugal de D. Manuel era um reino que enriquecia e ganhava mais importância comercial na Europa, que se abria para um mundo gigantesco ligado por mar para Oriente e Ocidente, de povos muito variados e distintos dos europeus, e com grande afluxo de produtos e riquezas. Ao mesmo tempo o reino e a propaganda real se voltavam para a península com a possibilidade de Dom Manuel vir a ser rei consorte dos demais Reinos Ibéricos. Segundo Buesco, a mudança da Batalha para Belém reforçava a imagem da providência agindo na chegada ao poder de D. Manuel, aquele que não estava em linha direta na sucessão ao trono, mas que por muitos infortúnios tinha tornado-se rei em um contexto de grandes conquistas para o reino. Por isso a escolha de não se enterrar no mesmo local em que os seus sucessores reforçava a descontinuidade e novidade de seu poder²³⁷.

Apesar da novidade, era necessário reafirmar-se como continuador legítimo dos antigos reis, guardar a memória dos feitos passados como parte de seu legado, o que justifica seu interesse em dar sepultura digna aos primeiros reis lusitanos em Santa Cruz de Coimbra: D. Afonso I e D. Sancho I, que foi encomendada a Nicolau Chanterrene²³⁸. D. Manuel também cuidou para que o mosteiro da Batalha recebesse elementos decorativos com sua heráldica régia²³⁹.

²³⁵ Ibid, p.337.

²³⁶ BUESCO, A. I. **Memória e Poder**. Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

²³⁷ Ibid, p.94-5.

²³⁸ DIAS, P. **Fydias Peregrino**. Nicolau Chanterrene e a escultura europeia do Renascimento. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra/ CENEL, 1996.

²³⁹ O Mosteiro da Batalha começou a ser edificado por volta de 1388, estendendo-se até o século XVI, com Dom Manuel, com algumas intervenções pontuais, sem interferência na estrutura da obra, já do século XVII.

O interesse em D. Afonso Henriques por parte de Dom Manuel I deve ser pensando tanto na perspectiva de mostrar-se como continuador do primeiro monarca português, mas também pela principal imagem evocada nesse rei como um governante escolhido por Deus, cujo corpo encontrava-se incorrupto na abertura de seu túmulo em 1520²⁴⁰. Também, o mito do milagre de Ourique estava se consolidando nas décadas anteriores ao reinado de D. Manuel. Assim escreve Damião de Góis em sua *Descrição da Cidade de Lisboa*:

“Afonso, depois de muitos e preclaros feitos, levado a cabo em favor da fé cristã, indo combater contra cinco poderosíssimos reis mouros, nos Campos de Ourique, perto de Castro Verde, foi eleito, aclamado e jurado rei pelos soldados no próprio acampamento. Queria êle opor-se, mas todos à uma clamavam que não convinha que homens guerreiros fossem travar combate tão difícil contra reis tão famosos, a não ser sob a bandeira real. Assim se fêz, e os cinco reis mouros foram derrotados num só combate.

Escrevem os nossos historiadores que, antes de entrar na refrega, Afonso vira no ar a Cristo, posto na Cruz; que o senhor lhe prometera a vitória mas o rei, inflamado pela fé, respondera assim: ‘Eu creio firmemente que Vós sois o Filho de Deus e verdadeiro Salvador do Mundo; por isso não é preciso que a mim Vós mostreis. Ide, mostrai-vos aos inimigos da nossa religião, para nós não sofrermos tamanhas desgraças e para eles acreditarem em Vós e conhecerem que só com a Vossa morte, o mundo vive e se salva’.”²⁴¹

A superioridade numérica dos exércitos muçulmanos e a completa confiança de D. Afonso Henrique na imagem santa que vira e em suas palavras marca o relato miraculoso que foi bastante difundido nos séculos XV e XVI como mito fundador do Reino de Portugal.

Góis continua sua narrativa explicando como o escudo de armas dos reis portugueses expressava a ligação com Cristo, relembra o milagre e sua proteção aos seus monarcas. Os cinco escudetes azuis seriam para lembrar a vitória de D. Afonso Henriques em Ourique contra os cinco reis muçulmanos com seus exércitos. Os cinco pontos brancos nos escudetes ‘em ordem quincuncial’ significavam as chagas de Cristo. Ao carregar essas armas os reis portugueses expressariam em sua heráldica a missão desse reino de propagar a fé em Cristo, de sua origem (com Afonso Henriques) até aqueles tempos (com a expansão ultramarina):

REDOL, P. Um dia na Batalha. In: PESTANA, B. (coord.). **Linha Oeste**. Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998, pp.207-223.

²⁴⁰ BUESCO, A. I. Op. cit.

²⁴¹ GOIS, D. **Descrição da Cidade de Lisboa**. Tradução, apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.32-33.

“Por isso, os reis portugueses, depois daquela vitória tão extraordinária adoptaram para a sua bandeira o simbolismo glorioso e misterioso desses sinais. E assim como Cristo no-los concedeu milagrosamente, assim nós, em retôrno, guiados por eles e militando sob a sua proteção, propagámos e dilatámos, como o nosso esforço e atividade, através do mundo inteiro, mais ampla e mais eficazmente do que nunca, a fé do mesmo Cristo.”²⁴²

Antes do século XV os relatos da batalha Batalha de Ourique tratavam apenas dos aspectos militares, sem qualquer referência a eventos sobrenaturais, sendo o relato mais antigo do milagre um pequeno texto de 1416, intitulado ‘De Ministerio Armorum’, que apresenta sua relação com as armas nacionais. O mito também aparece na ‘Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal’, de 1419; na ‘Segunda Chronica Breve de Santa Cruz de Coimbra’ (1451); na ‘Crónica d’El-Rei D. Afonso Henriques’, de Duarte de Galvão (1505), entre outros autores do século XV. Gil Vicente, Sá de Miranda, Antonio Ferreira, João de Barros, Damião de Góis e André de Resende foram alguns dos autores responsáveis por difundir a narrativa sobre esse evento milagroso. A partir desses relatos, no século XVI se iniciam as primeiras tentativas de canonização de D. Afonso Henriques no final do reinado de D. João III²⁴³.

A luta contra o infiel nas Guerras de Reconquista e na Expansão Ultramarina era ponto central da imagem de D. Manuel como governante, reforçado no discurso sobre a heráldica régia, que era profusamente utilizada como elemento ornamental da arquitetura que recebia seu mecenato. Ao mesmo tempo em que se ocupava em reforçar seu papel de defesa da fé, o novo monarca também continuou o processo de maior concentração de poderes em sua pessoa, com reorganização da cobrança de impostos, com as reformas dos forais e com o ordenamento da legislação do reino, com as Ordenações do Reino publicadas em 1514 e depois revistas e republicadas em 1521²⁴⁴. Dom Manuel tentou, ainda, uniformizar pesos e medidas, adotando os padrões de Lisboa em todo o reino, sem sucesso. Organizou cerimônias régias de entradas, aclamação, quebra de escudos quando morre o rei, etc. O enriquecimento do reino com o estabelecimento da rota de comércio pelo Atlântico que ligava Lisboa à Índia, a partir da chegada de Vasco da Gama em Calicute, em 1495, permitiu que o rei pudesse realizar todas essas tentativas de reformas da administração do cerimonial da monarquia.

²⁴² Ibid, p.33-34.

²⁴³ BUESCO, A. I. Op. cit.

²⁴⁴ MAGALHÃES, J. R. *As estruturas políticas de unificação*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs.61-113.

Também iniciou a Leitura Nova, que seria terminada no reinado de D. João III, e que consistia na reorganização de documentos antigos. Além de melhorar a leitura desses documentos, as cópias recebiam iluminuras com profusão de símbolos régios, em que aparecem com frequência as armas de Portugal ladeadas por duas esferas armilares, divisa de D. Manuel que se relacionava, como já apontado, aos avanços no além-mar. A mesma iconografia seria utilizada em cerimônias régias e nas publicações de muitas obras impressas²⁴⁵.

Figura 19: Foral de Lisboa, 1502 (Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico)



Fonte: GARCIA, J. M. *As Iluminuras de 1502 do 'Livro Carmesim' e a Iconologia Manuelina*. In: **Cadernos do Arquivo Municipal**, 1ª Série, nº 8, Lisboa: Camara Municipal de Lisboa / Direção Municipal de Cultura / Departamento de Bibliotecas e Arquivos / Divisão de Gestão de Arquivos, 2005, pp.38-55, p.46

A riqueza do comércio atlântico, as possibilidades de fortalecimento de seu poder e as vantagens de um governo marcado pela paz permitiram ao rei construir uma imagem grandiosa de si como monarca e que, em grande medida, estava expressa em Santa Maria de Belém.

²⁴⁵ CURTO, Diogo Ramada. *Língua e memória*. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp.357-375.

Dentro desse contexto é importante compreender como é justificada pelos autores da época a iniciativa de D. Manuel I em Santa Maria de Belém, bem como a forma como o rei se apresenta nesse edifício que seria o panteão real.

3.2. Motivações para a edificação de Santa Maria de Belém e escolha do local par o mosteiro por Dom Manuel

Segundo Damião de Góis, na Crônica de D. Manuel, o infante Dom Henrique tinha edificado casas de oração em todos os portos de onde partiam as naus para as viagens à África, pois assim aqueles que iriam se arriscar no oceano poderiam receber os sacramentos dos religiosos dessas casas. Entre essas edificações havia uma no Restelo, próximo a Lisboa, na Foz do Tejo, de onde mais naus partiam. Essa casa fora entregue aos cavaleiros da Ordem de Cristo, da qual o infante era o mestre²⁴⁶. Em 1496, Dom Manuel pediu autorização ao papa para transformar essa igreja em um mosteiro de São Jerônimo. O pedido foi aceito e confirmado através da bula de Alexandre VI *Eximiae devotionis*, que indicava algumas obrigações, como realizar missa cotidiana no local em favor da alma do infante D. Henrique, atender os marinheiros e peregrinos que desejassem se confessar e receber a eucaristia²⁴⁷. Segundo o cronista de D. Manuel, a ordem recebeu a vintena das mercadorias da Índia para viverem bem nessa casa e poderem rezar missa ao infante²⁴⁸.

Em 1498 foi realizada a doação aos jerônimos e a Ordem de Cristo recebeu em troca pela perda da ermida a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que antes tinha sido uma

²⁴⁶ Infante Dom Henrique “em todolos portos donde ordinariamente estas naos partiram, edificou casas doraçam, em que tinha capellaens pera administrarem os Sacramentos da Egreja àquelles que andauam nestas viajens. Entre estas casas huma era da adoçam de Bethem no surgidouro de Rastello, huma legoa da cidade de Lisboa, na qual, por ser ligar donde mais não partiam a fazer estas viajens, E tornavão, tinha certos freires sacerdotes da ordem de cavalaria de Christus, de que ele eragouernador, & administrador.”

GOIS, D. (1502-1574). **Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria**. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749, p.65.

²⁴⁷ SANTOS, C. D. Op. cit.

²⁴⁸ “ao presente he pouuada [pelos jerônimo] com muita obseruancia, & exemplo de bom viuer o direito da vintena, que se paga na casa da India, das mercadorias de partes que a ella vem, & por acrecentar a instituição da Missa que ho infante dom Henrique fundara na [fim p. 66] naquelle lugar, ordenou que estes Frades dizessem outra, na qual ao lauar das mãos o sacerdote dixelle ao pouo que rogasse a Deos pela alma do Infante dom Henrique, primeiro fundador daquela casa, & ali pola del Rei, & de todos seus sucessores.”

GOIS, D. Op. cit. p.66-67.

sinagoga. A Ordem de Cristo era uma ordem militar portuguesa extremamente rica e de prestígio²⁴⁹. D. Manuel primeiro tinha se tornado mestre da ordem em 1484, antes de se tornar rei e, em 1516, seguindo a mesma política adotada pelos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, obteve do papa o padroado das três ordens militares do reino, Ordem de Cristo, Ordem de Santiago e Ordem de Avis²⁵⁰.

As narrativas sobre a origem do mosteiro de Santa Maria de Belém frequentemente repetem a história da transformação da ermida fundada pelo infante Dom Henrique em um mosteiro e a transferência dos cavaleiros de Cristo para a sinagoga que fora transformada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Porém, Rafael Moreira aponta que a ermida do infante dom Henrique “não era uma simples ermida, mas uma igreja, dotada de instalações e com capacidade suficiente para algumas centenas de pessoas.”²⁵¹ Moreira também aponta que as narrativas sobre a ligação entre o Mosteiro de Santa Maria de Belém e a viagem de Vasco da Gama são posteriores a sua construção.

A narrativa sobre a ermida do infante colocava a fundação de D. Manuel em consonância com a história de tantos outros mosteiros jerônimos que tinham sido edificadas onde originalmente encontravam-se ermidas, indicando a anterioridade do culto nos locais em que eram realizados os mosteiros, além da humildade relacionada à edificação de suas casas. Também, não era necessário grande esforço para fazer a ligação entre a viagem de Vasco da Gama e a edificação como um agradecimento pelos sucessos portugueses no mar, mesmo sendo apresentada a posteriori, não é incoerente com as ações do monarca, revelando, assim, suas possíveis intenções.

A substituição especificamente da Ordem de Cristo na fundação do Monastério de Santa Maria de Belém deve ser destacada. Como as ordens militares estavam ligadas à

²⁴⁹ “O primeiro é o Grão-Mestre da Ordem de Cristo, função que pertencia a El-Rei. A Ordem é rica, por isso que lhe foram anexadas todas as províncias descobertas, tanto na África como na Ásia e no Brasil, como todas as ilhas e Índias Orientais.”

GÓIS, D. *Descrição da Espanha*. In: idem. **Opúsculos Históricos**. Tradução do original latino pelo Prof. Dias de Carvalho. Pôrto : Livraria Civilização, 1945, págs. 91-123, p. 100.

²⁵⁰ CURTO, D. R. *A cultura política*. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**. Vol 3. No Alvorecer da modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs.111-176.

²⁵¹ MOREIRA, R. ‘*Com antiga e moderna arquitectura*’. *Ordem Clássica e Ornato Flamengo no Mosteiro de Belém*. In: LOPES, P. S.; FRANCO, A. (orgs.). **Jerónimos 4 séculos de pintura**: [catálogo]. Lisboa Mosteiro dos Jerónimos. Instituto Português do Património Cultural, 1992, 2 vols, vol I., págs.24-39, p. 28.

imagem militar e relacionadas com os avanços ultramarinos²⁵² que faziam de Lisboa “a cabeça do reino”, entregar o novo monastério aos jerônimos marcava uma mudança na imagem da monarquia associada à fé cristã: não enfocava uma religiosidade guerreira, mas aquela dedicada à vida contemplativa e aos estudos bíblicos, dos padres da igreja e dos autores da antiguidade grega e romana.

Além disso, como indicamos anteriormente, a Ordem dos Jerônimos tinha sido mais incentivada pela monarquia castelhana que a portuguesa, tendo um desenvolvimento muito mais rápido e com maior número de casas no reino vizinho, sobretudo a partir do reinado de Henrique IV de Castela. D. Manuel daria especial atenção a essa ordem e escolhendo-a para guardar sua sepultura. Mesmo com grande número de casas, inclusive algumas com aposentos reais muitas vezes ocupados por membros da nobreza castelhana, a ordem não tinha ainda sido escolhida para panteão dinástico em Castela²⁵³. Depois da fundação de Santa Maria de Belém e da morte de D. Manuel, não por acaso, Carlos I de Castela, também imperador Carlos V do Sacro Império, ao tentar reforçar sua imagem de rei castelhano no final da vida, escolheria passar seus últimos dias com os jerônimos de Yuste e Felipe II se inclinaria a realizar sua imponente fábrica do Escorial.

A partir da construção de Nossa Senhora de Belém seu prior passou a ocupar o topo da hierarquia da ordem no reino, sendo o provincial, tirando a primazia de mosteiro de Penha Longa como casa-mãe da Ordem até 1517. A relevância adquirida pela Ordem de São Jerônimo no reinado de Dom Manuel I fez com que o monarca pedisse autorização ao papa para construir ao todo 12 mosteiros jerônimos no reino, mas apenas três foram edificadas: Santa Maria de Belém (Lisboa), Nossa Senhora da Pena (Sintra) e o Convento das Berlengas, este último realizado por pedido da rainha D. Maria²⁵⁴.

Como local da monarquia por excelência, onde os corpos dos monarcas repousariam, as opiniões sobre os motivos da escolha dos jerônimos para habitar o local são

²⁵² OLIVAL, F. *As Ordens Militares na historiografia portuguesa (séculos XVI-XVIII). Notas de balanço*. Penélope: Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, vol 17, 1997, págs.97-108, p.100.

²⁵³ MOREIRA, Rafael. *‘Com antiga e moderna arquitectura’. Ordem Clássica e Ornato Flamengo no Mosteiro de Belém*. In: In: LOPES, P. S.; FRANCO, A. (orgs.). **Jerônimos 4 séculos de pintura**: [catálogo]. Lisboa Mosteiro dos Jerônimos. Instituto Português do Património Cultural, 1992, 2 vols, vol I., págs.24-39.

²⁵⁴ SANTOS, C. D. Op. cit.

fundamentais, que Góis apenas justificava “pela muita deuoção que [o rei] tinha ao glorioso S. Hieronymo”²⁵⁵.

José da Felicidade Alves aponta para a importância da escolha dos Jerônimos, porém não resolve a questão: “Somos levados a pensar que grandes razões estiveram nos bastidores desta decisão. Razões decerto integradas numa estratégia política ou jogo de correlação de forças. Talvez já estivesse isto programado pelo Rei D. João II...”²⁵⁶

Porém, Rafael Moreira aponta que a escolha da ordem era bastante original, sobretudo por ser um grupo de religiosos muito próximos à monarquia espanhola e até então pouco conhecida em solo português. Claramente, a ordem tinha se desenvolvido pouco em solo lusitano até aquele momento, mas não era pouco conhecida, já que, inclusive, era comum que os reis se hospedassem em Santa Maria do Espinheiro. Para Moreira, a explicação da escolha desses religiosos deveria ser buscada na política de matrimônios de D. Manuel com princesas castelhanas, intentando unificar a Península Ibérica em seu favor, o que era um projeto bastante possível, pois o rei português chegou a ser jurado herdeiro pelos Reis Católicos em 1498, “e pelo caráter especial daquela ordem, toda voltada ao serviço de um conceito sagrado da monarquia.”²⁵⁷

D. Manuel deve ter percebido a importância crescente da ordem e as vantagens de aproximar-se desses monges no tempo em que permaneceu no reino vizinho durante as negociações para o casamento do príncipe Afonso e Isabel de Aragão e Castela, que depois se tornaria sua primeira esposa. Depois, em seu casamento com D. Maria, a rainha teria reforçado a atenção do rei para os monges cuja ordem era fruto ibérico.

Novamente nas palavras de Rafael Moreira, o Monastério de Belém deve ser pensado como um monumento “à escala da Península e não do reino: um Escorial à beira-mar, prefigurando aquele que seu neto Filipe II viria a erguer, meio século mais tarde, noutra estilo e com maior sucesso político [...]”²⁵⁸. A proximidade entre os projeto do Escorial e de

²⁵⁵ GOIS, D. **Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria**. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749, p.66.

²⁵⁶ ALVES, J. F. Op. cit., p.19-20.

²⁵⁷ MOREIRA, R. **Jerónimos**. Lisboa: Verbo, 1991, p.05.

²⁵⁸ Ibid, p.30.

Santa Maria de Belém pode explicar também o desdém de José de Siguenza ao descrever o mosteiro português em sua *História da Ordem de São Jerônimo*.

Diferentemente do que seria a experiência do Escorial, cuja história da edificação foi contada cuidadosamente pelo observador privilegiado frei José de Siguenza, durante o reinado de D. Manuel o Mosteiro de Santa Maria de Belém não teve um autor que escrevesse uma obra exclusivamente sobre sua edificação, mas sua memória foi guardada com especial destaque dentro da narrativa sobre o reinado de seu fundador. Damião de Góis, Garcia de Resende, João de Barros apresentaram a iniciativa de D. Manuel I edificar esse mosteiro completamente inserida nas glórias das conquistas. A localização do relato sobre a construção sempre se encontra próximo à narrativa sobre chegada da Índia para não restar dúvidas de que essa era motivação e o agradecimento à Virgem Maria, protetora do reino, expressos em Belém. Nas obras dedicadas à cidade de Lisboa, como “Da fábrica que falece a cidade de Lisboa”, de Francisco de Holanda, e a “Descrição da Cidade de Lisboa”, de Damião de Góis o monumento de D. Manuel é colocado com um dos edifícios de destaque da cidade.

Damião de Góis, na *Crônica de D. Manuel* apresenta nos primeiros capítulos a morte, testamento e sucessão de D. João II, dando enfoque à legitimidade de D. Manuel como novo monarca. Depois trata de alguns momentos anteriores de sua vida, como o recebimento da esfera armilar como divisa, sua educação e o dia de seu nascimento, indicando sinais em seu nascimento de que seria rei e que alcançaria terras distantes durante seu governo:

“[seu nascimento no] dia em que cahio ha solenne festa do Corpo de Deos. E parece que houue em seu nascimento mysterio, [...] por o dia em que nasceo ser da inuocação do venerabile Sacramento, lhe poserão nome Emanuel, o qual nome He hu[m] dos grandes do Senhor Deos, cuja festa se celebraua naquelle dia, em que lhe aprouue dar este Principe à vida deste mundo, pera seu sancto nome ser tam exalçado, & glorificado quomo ao presente he per todo ho universo, onde per meo, industria, & despesa desse magnânimo Rei ha nação Portuguesa per armas, ou per amor pode penetrar.”²⁵⁹

Na sequência, escreve sobre primeiros anos de seu reinado. Entre os assuntos destacados trata da questão dos judeus, da partida de Vasco da Gama, do primeiro casamento, com Isabel, das alianças com os reinos vizinhos, da morte no parto da rainha

²⁵⁹ GOIS, D. *Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria*. Lisboa: Off. De Miguel Manescal da Costa, 1749, p.05.

após pouco mais de um ano de casamento, do novo casamento com a irmã de sua falecida esposa e da fundação do Mosteiro de Belém, junto com a torre.

Além das motivações do monarca, a escolha do nome e do local é apresentada pelo cronista. Era Nossa Senhora de Belém, porque daquele local saíam a maioria das naus, era frequentado por povos de toda as partes do mundo, que deviam ter um local para rezar, receber sacramentos e ouvir missa. As três motivações dessa fundação eram o agradecimento à Virgem pela chegada à Índia, dar igreja aqueles que frequentavam Belém devido ao porto do local e ser sepultura digna de rei tão valoroso.

É importante ressaltar que Belém é o único edifício que recebe um capítulo inteiro para tratar de seu significado dentro do reinado de Dom Manuel. As demais edificações do rei são agrupadas no capítulo intitulado: “Das Igrejas, mosteiros, ospitais castelos fortalezas, & outras obras que el Rei dom Emanuel fez do novo, E mandou reparar, E dos lugares que ganhou aos mouros em Africa, E em Asia”. Nesse capítulo o destaque também é Belém, obra pela qual inicia o texto, indicando que esse edifício foi finalizado por D. João III²⁶⁰. Também indica as obras dos mosteiros jerônimos de Nossa Senhora da Pena, Mato e Berlengas que fez “per deuaçam da Rainha donna Maria sua molher”²⁶¹. As anotações sobre os demais edifícios construídos por D. Manuel I apresentam-se como uma listagem dos nomes, eventualmente com referência à localização, ou edifício que estava no mesmo local anteriormente. As obras de reparo e ampliação também tem indicação do nome do edifício, local e breves considerações do que foi realizado pelo rei.

O Mosteiro de Santa Maria de Belém é lembrado por João de Barros, em sua obra “Décadas da Ásia”. Na primeira década, capítulo XII, o autor trata especificamente da fundação de Santa Maria de Belém. O relato da fundação anterior do infante é apresentado e a entrega aos jerônimos também justificada pela devoção do monarca. As motivações para a nova fundação são as mesmas, em especial para agradecer à Virgem pela chegada à Índia, que

²⁶⁰ “Fundou de nouo pera sua sepultura, & da Rainha donna Maria sua molher, & de seus filhos o mosteiro da inuocação de nossa Snehora de Belem junto da praia, huma legoa da Cidade de Lisboa, abaixo de Rastello & o dotou, & pouou de religiosos da ordem de Sam Hieronymo: como já fica dito, obra que nenhuma de quantas a em toda Europa faz auantagem, nem em grandeza nem em manificencia, o qual mosteiro não acabou de todo, por lho a morte estrouar, no que el Rei dom Ioam terceiro seu filho procedeo, & fez huma grande parte sem dele lho ainda deixar acabado.”

Ibid, p.599.

²⁶¹ Ibid, p.599.

tinha sido tomada pelo infante D. Enrique como protetora daquele local de saída das naus. O rei, como imitador do infante, edificava ali um monastério digno da grandeza que seu império vinha alcançando²⁶².

A escolha do local aparece com destaque na apresentação de Belém por João de Barros. Era de onde tinham partido as naus esperançosas, desde o infante Dom Henrique, que chegariam finalmente à Índia. Além de local de saída, Belém era a porta de entrada e primeira imagem ao se chegar por mar a Lisboa. Por isso o mosteiro era a primeira impressão que teriam os viajantes a chegar a uma cidade que enriquecia e que além de ser precisava parecer poderosa. Assim coloca Barros:

"procedeu da mais notável e maravilhosa obra que os homens viram, pois por ela foi o mundo estimado em mais do que se dele cuidava antes que descobríssemos esta sua tão grande parte, convinha que numa tal memória de gratificação fosse feita em lugar onde as nações de tão várias gentes como o mundo tem, quando entrassem neste Reino a primeira cousa que vissem, fosse aquele sumptuoso edifício fundado, das vistorias de toda a redondeza delle."²⁶³

Segundo o discurso de Barros, o mosteiro era como um pórtico, cumprindo o mesmo papel de um templo de Júpiter para os antigos romanos na entrada da cidade, para Lisboa celebrar as vitórias portuguesas, "um templo dedicado áquele vivo e divino templo que é a madre de Deus da vocação de Belém"²⁶⁴. Com a imagem da Virgem, Barros reforça a missão cristã contra infiéis e pagãos contida na expansão marítima:

"Porque como nêste auto de ser madre e virgem, triunfou do príncipe das trevas, dando espiritual vitória a todo gênero humano, assim era cousa mui justa que os triunfos das temporais vitórias que por suas intercessões os Portugueses haviam daver dos príncipes e reis das trevas da infidelidade de todo paganismo e mouros daquelas pârtes do oriente, quando entrássem pela barra de Restelo com as naus carregadas deles, achassem casa sua tão grande para os recolher, como ela fora liberal em conceder as petições deles nos autos das necessidades."²⁶⁵

²⁶² "El-rei Dom Manuel, como imitador deste santo e católico avoengo, vendo que sucedera a este infante em ser governador e perpétuo administrador da ordem da milícia de Cristo, e assim prosseguiu este descobrimento, tanto que veio Vasco da Gama, em que se terminou a esperança de tantos anos que era o descobrimento da Índia, quis como premicias desta mercê que recebia de Deus em louvor de sua madre (a quem o infante tinha tomado por sua protectora para esta obra) fundar um sumptuoso templo na ermida da vocação de Belém."

BARROS, J. (c.1496-1570). **Décadas**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945-1946, vol I, p.94.

²⁶³ Ibid, p.94-95.

²⁶⁴ Ibid, p.95.

²⁶⁵ Ibid, p.95-96

A localização do mosteiro como porta de entrada da cidade, juntamente com a torre de Belém, gerou problemas de adequação dos interesses do rei e das características da vida monástica, pois algumas mercadorias eram desembarcadas sob os arcos do mosteiro, próximo às celas dos monges. Segundo Siguenza, por desejarem viver em silêncio, os jerônimos de Belém acordaram com o rei de abrir mão de parte das rendas, podendo o monarca dar o quanto considerasse necessário para o sustento dos monges, em troca de não receber mais tais mercadorias próximas ao mosteiro²⁶⁶.

Além do elogio da construção de Santa Maria de Belém inserido nos textos relacionados aos feitos de Dom Manuel, seja na crônica de seu reinado ou nas ‘Décadas da Ásia’, Damião de Góis em sua ‘Descrição de Lisboa’ e Francisco de Holanda em sua obra ‘Da fábrica que falece a cidade de Lisboa’ também devem ser lembrados aqui sobre os discursos construídos para guardarem a memória e a imagem pretendida da monarquia nesse monastério.

A descrição de Góis para o mosteiro de Belém é bastante breve em sua obra sobre Lisboa, apenas indicando onde se localiza o mosteiro, que ali também se encontrava o mausoléu de D. Manuel, guardado pela Ordem de São Jerônimo, que fora terminado por D. João III e que também guardando esta casa está no mar a torre²⁶⁷.

²⁶⁶ SIGUENZA, J. Op. cit., p.72.

²⁶⁷ “Então, da mesma banda, sobre a praia, ao chegar-se mais perto da cidade, eis o baluarte de Belém.

E aí se depara um templo grandioso consagrado à Santíssima Virgem, juntamente com um cenóbio de monjes que professam a regra de São Jerónimo. É construção de incrível sumptuosidade e magnificência, que o glorioso rei D. Manuel, ainda em vida, destinou e mandou erguer seu mausoléu, todavia foi D. João III, agora felizmente reinante, filho de D. Manuel, quem ordenou a ampliação do monumento, que ainda anda em obras.

A tal respeito pode se ler aí num arco uma célebre quadra do nosso [André de] Resende, em grandes letras, que não me repugna transcrever, pois numerosos estrangeiros ali a vão copiar:

VASTA MOLE SACRVM DIVINAE IN LITORE MATRI

REX POSVIT REGVM MAXIMVS EMMANUEL.

AVXIT OPVS HAERES REGNI ET PIETATIS; VTERQUE

STRVCTVRA CERTANT, RELIGIONE PARES.

[O que quer dizer:

O rei Dom Manuel, dos reis o maior, na praia edificou vasto e grandioso templo, à mãe de Deus consagrado.

O seu herdeiro, no reino e na piedade, a obra ampliou, iguais na fé, ambos na construção disputam primado.]

A não descrição atenta de nenhum aspecto do monumento nessa obra de Damião de Góis é compreensível por pretender dar uma imagem ampla da cidade, sobretudo ressaltando seu papel como uma cabeça do reino e do império em construção, valorizando a antiguidade do povoamento, a filiação às narrativas de fundação da cidade por Ulisses, a luta contra os muçulmanos, os templos que demonstravam a adesão e comprometimento à fé cristã e os edifícios públicos relacionados com o comércio ultramarino. A valorização da antiguidade de Lisboa era também apresentada por Francisco de Holanda²⁶⁸.

Lisboa e Sevilha eram as duas cidades rainhas dos oceanos, segundo Damião de Góis. Lisboa era a responsável por ordenar o império ultramarino lusitano, de criava as leis que deveriam ser seguidas em muitas terras na África e Ásia, cujos governantes eram novos vassallos do rei português. Além do mosteiro de Belém e sua torre na foz do Tejo, os edifícios mais elogiados por Góis, que davam dignidade à cidade, eram aqueles construídos por iniciativa régia para ser uma capital, os monumentos públicos, com destaque para sete construções: o Templo da Misericórdia, o Hospital de Todos os Santos, o armazém e a alfândega (mandados construir por D. João III), a Casa da Índia (para onde iam os produtos do comércio ultramarino) e o depósito de armas (para conquista do Oriente). Damião de Góis constrói uma imagem ideal e elogiosa da conquista, livre de conflitos, fracassos, assim como uma visão gloriosa de Lisboa como capital imperial²⁶⁹.

Em frente deste templo ergue-se uma torre de quatro pisos, construída em pedra de cantaria. Foi também já mencionado rei Dom Manuel que empreendeu a sua edificação sobre rochas lançadas no mar, de forma que, ficando cercada de água por todos os lados, se tornou bem segura contra qualquer inesperada violência ou ataque dos inimigos; e devido à estreiteza da passagem, tornasse impossível a quaisquer navios conseguirem aproximar-se da cidade, sem consentimento dos que estavam de guarda à torre”

GOIS, D. **Descrição da Cidade de Lisboa**. Tradução, apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.42-43.

²⁶⁸ “quer a fundasse Ulisses, quer Hércules grego, quer outro capitão grego ou cartaginês [...] ela é mais antiga que Roma.”

HOLANDA, F.(1571). Op. cit.

²⁶⁹ “Mas tais faltas são largamente compensadas por um outro título de glória: hoje em dia, este mesmo Tejo dá leis e normas através de todas as costas do Oceano, na África e na Ásia. A essas leis se submetem, livremente ou à força reis e príncipes dessas províncias, os quais prestam vassalagem aos Portugueses, e muitos deles, em número crescente, vivem na obediência à fé de Cristo. O que sucede com maior acatamento, não só nos domínios das Índias, mas também nos territórios da China, e nos confins dos Japoneses, povo até há pouco desconhecido na Europa.”

GOIS, D. **Descrição da Cidade de Lisboa**. Tradução, apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p.58

Diferentemente, Francisco de Holanda com a sua obra “Da fábrica que falece a cidade de Lisboa”, em que o pintor que retornara do período de aprendizado com os mestres italianos apresenta uma série de conselhos ao rei Dom Sebastião para engrandecer e melhorar a cidade, dando feição digna da importância que conquistara. As intervenções de D. Manuel I, entre elas o Mosteiro e Torre de Belém, fazem parte das iniciativas que mais tinham contribuído para engrandecer a cidade, que ainda precisava de muitas outras obras, que o tempo de vida do Venturoso não foi suficiente para realizar:

“E o felicíssimo rei vosso bisavô, El –Rei Dom Manuel, que com o triunfo e vitória de Índia quase a renovou de todo, cercando-a da parte do mar com o cais que a rodeia e Paços, muito melhor do que pela terra a tinha cercado El-Rei Dom Fernando com o seu muro de argamassa, que foi uma grande obra, e assim mesmo com o sumptuoso Mosteiro de Belém,e Torre, e com a Misericórdia.

[...]

Ora El-Rei vosso avô de gloriosa memória, quem duvida que, se o não atalhara a morte, que houvera de fazer grandíssimas obras em Lisboa? Como me dizia quando vim de Itália: assim na fortaleza do Castelo, como em trazer as águas de Belas, como em outras muitas obras, o que se pode bem conjecturar somente em o começo da fortaleza de S. Gião [S. Julião] e dos Paços que em Enxobregas vos deixou começado para os Vossa Alteza acabar, com tudo o mais que a Lisboa falece.”²⁷⁰

Tanto nas obras de descrição e elogio, quanto naquelas que se prestavam a dar conselhos para melhorar a cidade, o Mosteiro de Belém aparece como grande obra de D. Manuel e edifício de destaque na cidade de Lisboa. Dentro das obras históricas, sua descrição é bastante sucinta, mas deixa clara sua importância como guardião da memória do reinado do venturoso e dos feitos dos portugueses nas navegações.

Siguenza mantém a mesma narrativa sobre a história da construção de Santa Maria de Belém. Em primeiro lugar, evoca a fundação do local pelo infante Dom Henrique, cuja imagem é extremamente elogiosa: “a quien deue toda España las nauegaciones de Oriente y Occidente [...] aficionado a las Mathematicas, estudio que no arma mal a los Principes. Supo bien Astrologia, Gramatica y Cosmografia [...]”²⁷¹.

O monge jerônimo também apresenta Lisboa destacando sua importância dentro da península e de toda Europa:

²⁷⁰ HOLANDA, F. Op. cit., p15.

²⁷¹ Ibid., p. 70.

“Bastará dezir, pues ya los religiosos Geronimos de Portugal, y nosotros somos vnos, la fundacion de la casa de Belen, que es de las ilustres casas que tiene esta religion, y que no ennoblece poco à aquella cuidad famosa, conocida por grande en todo el mundo. De las de España con clara ventaja la mayor. De Europa ygal con las mayores [...]”²⁷²

A grandeza da cidade se deve tanto pelo seu grande número de habitantes, quanto por seu papel de porto, cuja qualidade, juntamente com a de seus navios, também é destacada: “El mas copioso y estendido puerto, y mas seguro que se puede dessear, donde tiene á las puertas de sus casas los galeones y nauios que poco menos dan vna buelta al mondo, los mayores y mejores que em el se han fabricado.”²⁷³ E continua confirmando a posição como uma cidade de enorme valor no contexto ibérico e europeu: “[...] podemos dezir con verdade lo que vn próprio Poeta suyo dixo, que si ò Europa, ò España²⁷⁴ es en el mundo, como un anillo, Lisboa es como la piedra engastada en el.”²⁷⁵

Dois aspectos são importantes na escolha do local desse edifício. Em primeiro lugar a importância que Lisboa adquiriria naquele momento, tornando-se a cabeça do reino, como já aparecia em documentação oficial de Dom Manuel I²⁷⁶, mas também seu afastamento da área urbana de Lisboa, tanto para marcar seu espaço distinto do local de exercício de poder, como para reforçar sua ligação com a expansão marítima.

²⁷² SIGUENZA, J. Op. cit., Tomo II, p.69.

²⁷³ Ibid, p.70.

²⁷⁴ Vale ressaltar que o termo Espanha aparece frequentemente na documentação querendo significar a totalidade dos reinos da Península Ibérica. Como enumera Damião de Góis:

“A Espanha divide-se em doze reinos, a saber: Castela-a-Velha e Castela-a-Nova, Leão, Aragão, Portugal, Navarra, Granada, Valência, Toledo, Galiza, Algarves, Múrcia, Córdova.”

GÓIS, D. *Descrição da Espanha*. In: idem. **Opúsculos Históricos**. Tradução do original latino por Dias de Carvalho. Porto: Livraria Civilização, 1945, pp.91-, p.95.

²⁷⁵ SIGUENZA, J. Op. cit, Tomo II, p.70.

²⁷⁶ “Dom Manuel per graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, senhor de Guiné e da conquista, navegação e comércio de Etiópia, Arábia e da Índia; fazemos saber que considerando nós a obrigação em que somos de buscar toda maneira de bons regimentos e ordenanças per onde nossos reinos e senhorios sejam bem regidos e governados, principalmente esta nossa muito nobre e sempre leal cidade de Lisboa e por ser a cabeça deles; e de que deve sair todo bom exemplo pera totalas cidades e vilas dos ditos nossos reinos e senhorios[grifo nosso]; [...]

Regimento dos vereadores e oficiais da Câmara de Lisboa, de 1502 Apud GARCIA, José Manuel. Op. cit. p.39.

Santa Maria de Belém precisava ficar em um local isolado, menos pela necessidade dos monges, como já indicamos anteriormente, do que para ser um local de destaque em relação à vida comum da cidade, para marcar o espaço em que os reis repousariam pela eternidade como um solo sagrado e retirado dos afazeres cotidianos do rei. Um local de destaque para se recordar a continuidade do poder dos reis através de seus antepassados e de seus sucessores. Marcava distinção nítida em relação ao espaço do governo cotidiano, da ação mundana e cotidiana. Ainda assim, o trânsito daqueles que chegavam e partiam do reino por aquele porto permitia inúmeros observadores para o edifício e a lembrança da proteção da Virgem para o reino e suas conquistas.

Lisboa vinha ganhando importância em fins da Idade Média. Pela localização, com o Tejo desembocando no mar, passou a concentrar importantes organismos da administração e da Fazenda, como a Casa dos Contos, Alfândega, Casas da Mina, Guiné e Índia, tribunais superiores. Sua população também começa a superar as demais cidades de peso na política e economia do reino, contando com cerca de treze mil habitantes em 1528²⁷⁷. Sendo uma cidade portuária era mais fácil de garantir o abastecimento da corte, o que também contribuía para a maior permanência dos reis nesta cidade, ainda que a mobilidade dos reis pelo reino não cessasse nesse momento²⁷⁸. Com o crescimento da burocracia necessária ao governo do reino e do comércio ultramarino, a mobilidade também era afetada, fenômeno que é comparado por Joaquim Romero Magalhães ao que se passaria em Madrid de Felipe II²⁷⁹.

Em Lisboa Dom Manuel I ocupou-se, ao mesmo tempo, em construir o local de perpetuação da imagem de sua dinastia com Santa Maria de Belém, e em estruturar o espaço

²⁷⁷ MAGALHÃES, J. R. *O enquadramento do espaço nacional*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**. Vol 3: No Alvorecer da modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs.19-61

²⁷⁸ Os reis portugueses do início da Idade Moderna ainda preferiam passar o inverno em Almeirim e o verão em Sintra. Também se afastavam da cidade quando ocorriam surtos de peste, o que é favorecido pelo crescimento das conexões com diferentes partes do mundo. Há epidemias em 1505, 1510, 1521-1522, 1531 e grandes pestes em 1569-1570 e 1598-1603.

Ibid.

²⁷⁹ “Felipe II, que tanto viajara, ao chegar a responsável pelo imenso império que herdara, conquistara e comprara, vai-se fixando em torno ao alcácer da vila de Madrid: El Pardo, La Casa de Campo, El Escorial, Aranjuez, El Bosque de Segovia. Desde 1561 passam a estar sediados em Madrid os organismos de governo, nomeadamente os conselhos. Felipe III ainda hesitou entre Madrid e Valladolid, decidindo-se pela primeira.”

Ibid, p.56.

da administração real. O monarca transferiu o paço do alto da colina para a ribeira, deixando a estrutura medieval para a região em que edifícios de comércio e administração ligados ao comércio marítimo se concentravam, como alfândega, armazéns, fundições, ferraria, cordoarias, estaleiros navais, etc. Há também obras de arruamento, obras em chafarizes e portas da cidade, nos cais e outros²⁸⁰. O Paço da Ribeira era a residência real e armazém da Casa da Índia, por isso também chamado de Paço da Índia²⁸¹. Segundo Paulo Pereira:

“[...] houve aspectos pragmáticos na edificação conjunta do Paço e da Casa da Índia, também houve razões simbólicas, que de resto, se repercutem numa macro-ideologia imperial exclusivamente portuguesa, ou de matriz portuguesa – ou ainda mais exclusivamente manuelina. Assim, de forma eloquente, o Paço Real de Lisboa, coincidia em função efectiva e prática, com a esfera armilar, corpo de empresa do rei, e com o seu título.”²⁸² P.08

A cidade de Lisboa foi alvo de grande número de obras e intervenções urbanísticas durante o período de D. Manuel e o local em que os principais edifícios de Propaganda Régia se encontravam tinham enorme importância nas intenções de comunicação da monarquia. Dessa forma, a localização do mosteiro de Belém foi cuidadosamente pensada para ser uma portada da cidade, para reforçar a proteção da Virgem nas ações da monarquia no reino e em sua expansão para África e Ásia, na construção de um local sagrado, isolado, para guardar os corpos régios, que eram a expressão maior do poder que se mantinha e transmitia para além da vida dos monarcas, mas também através da ação de cada um daqueles homens que foram ali sepultados, os dois corpos do rei.

Devido à sua importância como monumento da monarquia, o Mosteiro de Santa Maria de Belém recebeu enorme atenção já no século XVI, sendo protegido por sucessivos

²⁸⁰ FARIA, M. F. (coord.). **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio**. História de um espaço urbano. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

²⁸¹“Os aposentos do rei ficavam num corpo perpendicular ao rio, embora recuado, dando para corpos hierarquizados, estes paralelos ao rio, nos quais se situavam, em sucessão, de ponte para nascente, os aposentos do príncipe, a capela de S. Tomé, a Sala Grande – o verdadeiro pólo diplomático, de etiqueta e cerimonial do Paço – , seguido dos aposentos da Rainha e dos aposentos dos Infantes; paralelamente a este último corpo corria o que fora destinado a aposentos das Infantas, consagrando o [fim p.05] »apartamento« segundo os sexos.”

PEREIRA, P. **Lisboa** (séculos XVI e XVII). Discurso proferido no simpósio internacional »Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos« no Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de Novembro de 2006, p.05-06. Disponível em:

http://www.dhm.de/archiv/ausstellungen/neue-welten/pt/docs/Paulo_Pereira.pdf

²⁸² Ibid, p.08

decretos, pois a proximidade com o porto de saída das naus trazia certos inconvenientes. D. João III, em 1524, proibiu a construção de qualquer edifício que prejudicasse a vista do mosteiro a partir do rio. Também proibiu prostíbulos em suas proximidades (1538) e que se estendesse roupa defronte do mosteiro (1548)²⁸³.

Siguenza também trata do significado do nome desse mosteiro, que se relacionava às navegações e à imagem dos Reis Magos sendo guiados por Deus até o menino Jesus. Da mesma forma, os portugueses pediam à Virgem e aos mesmos Reis Magos que lhes guiassem no oceano:

“Lleuo por abogada de tan atrevida peregrinacion a nuestra Señora, y a los três reyes Magos, rogandoles que le guiassen y le mostrasen otras nuevas estrelas, nuevos hombres y nuevos mundos. Partian las armadas de aquel lugar mismo que los primeiros moradores llaman La estrela, y fabricando ali la hermita, veniale bien llamarla Belen, pues hasta ali guió la estrela a los magos, y desde ali desseaua y pedia el, que le guiassen a el.”²⁸⁴

José da Felicidade Alves indica que a passagem bíblica sobre os Reis Magos, além de apresentar o caminho guiado pela estrela para que pudessem adorar o menino Jesus, também apresentava Cristo como rei-sacerdote-profeta através dos presentes recebidos: ouro (como rei), incenso (como sacerdote) e mirra (como profeta). A imagem evocada no mosteiro através de seu nome e localização reforçava a imagem do Cristo Rei e da monarquia de caráter sagrado²⁸⁵.

A descrição de frei Siguenza se mostra positiva em relação às qualidades da cidade de Lisboa e da história dos reis portugueses envolvidos nas navegações e nas fundações de sua ordem. Dom Manuel é visto como governante que “començo a levantar su animo a cosas altas, y prosseguir y rematar felizmente la nauegacion comenzada de sus passados”²⁸⁶.

A valorização de Portugal deve ser compreendida tanto por seu papel em relação à Cristandade, às suas relações de aliança com Castela, mas, sobretudo, como naquele momento em que Siguenza escrevia, como o elogio de mais um dos territórios sob o

²⁸³ MOREIRA, R. **Jerónimos**. Lisboa: Verbo, 1991, p.06.

²⁸⁴ Ibid, p.70.

²⁸⁵ ALVES, J. F. **O mosteiro dos jerónimos**. Descrição e evocação. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

²⁸⁶ SIGUENZA, J. Op. cit. tomo II, p.70.

comando de Felipe II, exaltando a sua herança, última peça que permitiria ao monarca ter o controle de toda a península e um império em que o sol jamais se punha.

Dom Manuel aparece como monarca responsável pelo aspecto do edifício que se realizaria²⁸⁷, assim como Felipe II aparece como rei-arquiteto na “Historia primitiva y exacta del monasterio del Escorial”. Mas se a importância de Lisboa e de sua história é valorizada por Siguenza, a avaliação do edifício realizado para o Monastério de Santa Maria de Belém recebe muitas ressalvas do frei. Para o cronista, ainda que seja “vna de las bellas fabricas que tuuiera Europa”, seu arquiteto “no sabia el arte de los antiguos, ni auia llegado a España en aquellos tiempos la nobleza de el Arquitectura Latina y Griega”²⁸⁸. Siguenza considera que aquele edifício era o melhor que se podia realizar sem o conhecimento dos antigos.

Toda a obra de Siguenza é dominada por esse critério em suas críticas à arquitetura. Siguenza toma a arquitetura à antiga como padrão a ser seguido e valorizado, criticando as obras realizadas à maneira moderna. Apesar de sempre fazer a ressalva sobre o tempo, os conhecimentos e possibilidades dos artífices e de seus patronos, as críticas estão sempre presentes.

As descrições mais detidas sobre características do edifício e suas soluções arquitetônicas foram formuladas por autores espanhóis, a serviço de Felipe II, o que revelava o interesse desse governante. Siguenza e Don Juan de Borja apresentam mais elementos para se compreender como era Santa Maria de Belém em fins do século XVI, sendo que o enfoque do embaixador castelhano estava no panteão realizado por Dona Catarina, como apresentaremos a seguir.

Apesar da iniciativa de D. Manuel, a construção não foi finalizada em seu reinado, podendo ser identificadas mudanças significativas nas intenções com tal edifício. Por isso apresentaremos a seguir, em linhas gerais, a evolução da fábrica até o momento em que se concretiza a União Ibérica.

²⁸⁷ “La planta deste edificio, fue de animo verdaderamente Real [...] y sin duda si se acabara conforme al pensamiento del Rey, y se pusiera en execucion todo el designio, fuera vna de las bellas fabricas que tuuiera Europa,[...]”.

Ibid, p.71.

²⁸⁸ Ibid, p.71.

3.3. A construção

A participação de diferentes arquitetos e escultores ao longo do processo de construção do mosteiro é bem marcada pela historiografia contemporânea. O Mosteiro de Santa Maria de Belém teve dois grandes momentos de obras construtivas e mecenato régio. O primeiro com Dom Manuel, seu fundador, que contratou Diogo de Boytaca para iniciar as obras, e posteriormente, com a rainha D. Catarina, esposa de D. João III, que remodela as sepulturas régias da igreja e faz muitas doações ao mosteiro.

A primeira pedra da construção foi posta no dia 06 de janeiro de 1501, Dia de Reis²⁸⁹. A pedra empregada na construção foi o calcário branco liós, abundante na região. Como indica Moreira, Portugal tinha longa tradição na alvenaria de pedra e cantaria²⁹⁰.

Na planta original traçada por Boytaca o mosteiro teria área quatro vezes maior, com quatro claustros de diferentes tamanhos, sendo que apenas um deles foi concluído. Seria nesta primeira fase da construção, segundo Moreira, que teríamos soluções com emprego do gótico final em sua versão portuguesa, o manuelino, representado pelo gosto magnificente e naturalista. Em 1504, D. Manuel I fez a doação da vintena de todos os rendimentos que vinham das navegações, da Mina, da Índia e do Brasil, para assim poder financiar as obras desse grandioso mosteiro²⁹¹.

O primeiro mestre, Diogo Boytaca (c. 1460-1528)²⁹², foi sucedido por João de Castilho (c. 1475-1552)²⁹³, Diogo de Torralva (c.1500-1566) e finalmente Jerónimo de Ruão (1530-1601). João de Castilho teria iniciado seus serviços em Belém sob supervisão de

²⁸⁹ MOREIRA, R. **Jerónimos**. Lisboa: Verbo, 1991.

²⁹⁰ MOREIRA, R. *Arquitetura: Renascimento e classicismo*. In: PEREIRA, P. (dir.). **História da Arte Portuguesa**, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, págs.303-375.

²⁹¹ DIAS, P. **Os portais manuelinos do mosteiro dos jerónimos**. Coimbra: Instituto de História da Arte/ Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra, 1993

²⁹² Mestre de obras provavelmente de origem francesa, que já estava em Portugal desse a década de 1490, sendo sua primeira obra documentada em solo português o Mosteiro de Jesus dde Setúbal. Era gero de Mateus Fernandes, mestre de obras do Mosteiro da Batalha, realizando obras com linguagem gótica, conhecida como manuelina.

MOREIRA, R. **Jerónimos**. Lisboa: Verbo, 1991.

²⁹³ Era originário de Santander e deve ter chegado a Portugal antes de 1509.

Ibid.

Boytaca, em 1516, substituindo-o no ano seguinte. Até cerca de 1530, quando foi transferido para as obras no Convento de Cristo de Tomar, realizou importantes soluções no Mosteiro de Santa Maria, como as abóbodas e pilastras da igreja, o varandim do claustro e a sacristia. D. João III pausou as obras do mosteiro após terminar a estrutura iniciada pelo pai e ter realizado o contrato para o segundo claustro, que não foi realizado, por volta de 1523, desviando verbas e operários para as obras de Tomar.

Quando as obras foram retomadas por D. João II, foi contratado como mestre de obras Diogo de Torralva, que atuou em Belém de 1540 a 1551. Foi incumbido de concluir o mosteiro e tornar a capela-mor digna de receber o túmulo de D. Manuel, que fora sepultado inicialmente na igreja velha do infante D. Henrique, que ainda estava de pé. Também realizou o claustro superior e o coro, onde em 1542 começaria a ser cantada a missa. Suas interferências na obra apresentam técnica mais apurada, segundo Moreira, e motivos exclusivamente renascentistas, como a portaria e a escada (que foram substituídos no século XVII), o desenho do cadeiral do coro, as galerias norte e noroeste do andar alto do claustro (decorados com medalhões à romana).

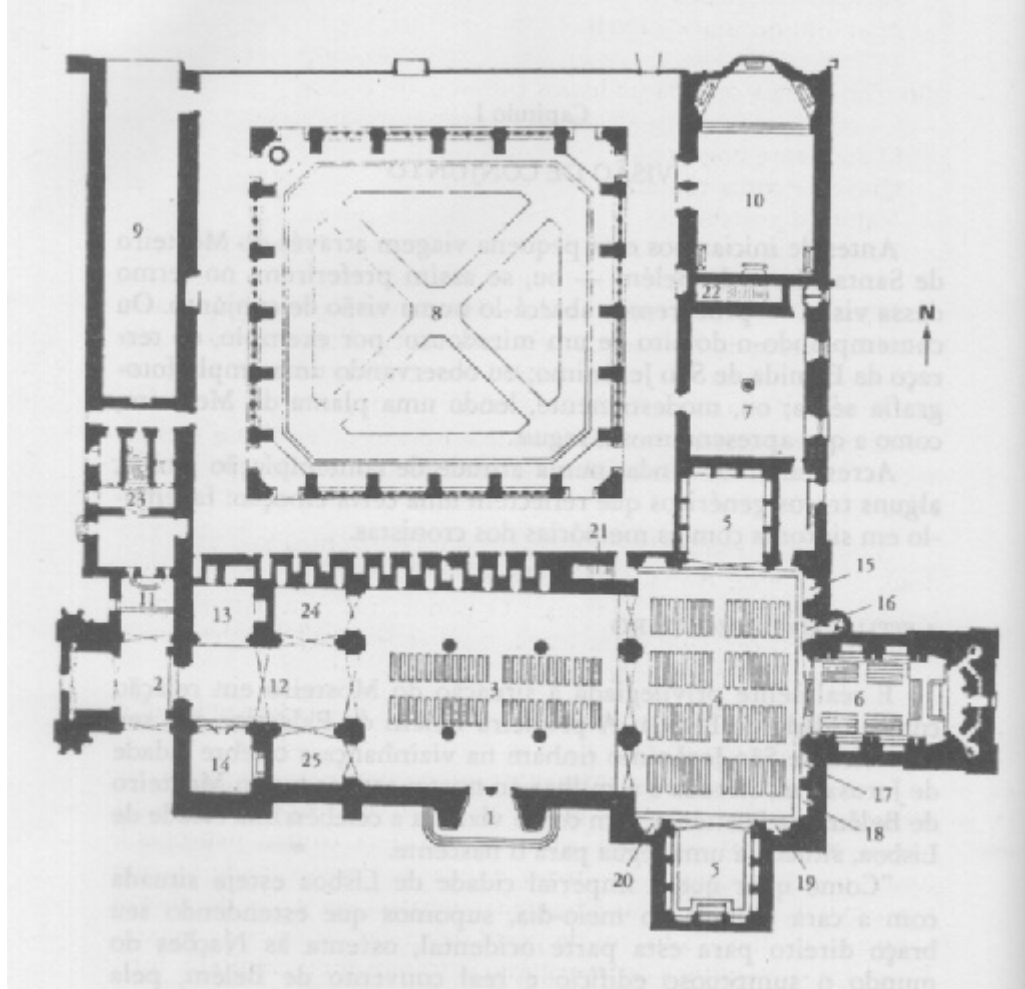
Por volta de 1563 as obras passaram a ter como responsável Jerónimo de Ruão, que finalizou o mosteiro, tendo sido sepultado em seu claustro. Realizou interferências que resultaram no aspecto atual da capela mor, finalizou os jardins do claustro, a varanda com fonte na extremidade do dormitório, o pátio à esquerda da portada. Durante seu período à frente das obras, Ruão teve recursos reduzidos, pois D. Sebastião restringindo as despesas régias para ter recursos para a construção de fortalezas e Felipe II desviou a vintena da pimenta para financiar o Escorial, a partir de 1584.

Paulo Pereira aponta que a sucessão de mestres de obras, numerosos artífices origens variadas e as diferentes escolhas dos reis que interferiram no Mosteiro de Santa Maria de Belém deram ao “manuelino” uma incrível multiplicidade de fórmulas, de ornamentos, pelo qual o ‘estilo’ passou a ser admirado:

“A arquitetura de D. Manuel resulta da acumulação de opções, como vimos já: umas vem na comunidade da arquitectura quatrocentista e do gótico internacional, plano e despojado; outras representam a continuidade da arquitectura flamejante – que entre nós se dizia ‘ao modo de Inglaterra’; outras, ainda, são incorporação total ou pontual de motivos mudéjares e mouriscos; outras resultam da introdução de tipologias do mediterrâneo e de tipologias norte-europeias, combinadas e conjugadas; outras ainda, por fim, resultam da absorção de formulários decorativos proto-renascentistas, tais como o

‘plateresco’ espanhol; e a tudo isto acrescenta-se o incrível peso da iconografia heráldica de D. Manuel.”²⁹⁴

Figura 20: Planta geral do mosteiro atualmente. O número 1 representa o portal sul, 2 o portal poente, ambos dando acesso à Igreja.



Fonte: ALVES, José da Felicidade. Op. cit., p.42.

Também, durante o reinado de D. João III, o cenário português se abria para as influências trazidas da Itália, voltando suas atenções para a arquitetura à antiga. Há artífices ativos no reino que promovem inovações, como mestre Francisco (Porto), João Roiz de Sá Meneses, doutor João de Barros, o helenista Aires Barbosa (fixado em Aveiro), Sá de Miranda (em Braga), Gonçalo Baião e Brás Pereira Brandão. O próprio rei promoveu obras em Évora na década de 1530, como o aqueduto ‘ao romano’ (1533), para criar uma simbologia imperial nesta cidade, evocando seu passado como parte do Império Romano. Nas entradas régias em

²⁹⁴ PEREIRA, P. **Mosteiro dos Jerónimos**. Lisboa: Escala, 2002, p.48.

Coimbra, em 1527, o cerimonial incluiu orações de Sá de Miranda, arcos do triunfo concebidos por João de Ruão e três autos de Gil Vicente, demonstrando a mudança de gosto e linguagem da Propaganda Régia. Também, na década de 1540 há o crescimento da circulação de tratados de artes em Portugal, com *Medidas del Romano* (Diego de Sagredo), a tradução do *De architectura* de Vitrúvio por Pedro Nunes (levado para a Espanha por Felipe II), a tradução de Frontino e Alberti por André Resende²⁹⁵.

Dessa sucessão de arquitetos e mudanças nos rumos e de linguagem do edifício, os principais espaços em que o monarca, em especial D. Manuel, apresentava-se e perpetuava-se nesse mosteiro eram o claustro, a igreja, os túmulos do rei e de seus familiares e as duas portas de acesso à Igreja, que foram especialmente lembradas por aqueles que escreveram sobre esse monumento. Nas palavras de Rafael Moreira, o Mosteiro de Santa Maria de Belém “Era, acima de tudo, uma peça de propaganda, com a qual D. Manuel queria menos conquistar o céu do que a admiração dos seus contemporâneos”²⁹⁶.

3.4. Os portais

Damião de Góis, na Crônica de Dom Manuel I, ao tratar de Belém, apresenta que a Igreja do mosteiro tinha duas portas. Descreve assim a porta travessa, contra a praia:

“he a môr, & mais sumptuosa, na qual mandou por em pè, na columna do meo da porta, a imagem do Infante dom Henrique primeiro author destas nauegações, talhada de vulto em pedra, armado com cota darmas, & a espada nua na mão, aleuantada pera riba, do qual modo se afigurão todollos Reis, & príncipes que em pessoa se acharão em feitos de guerra, & nelles forão vencedores.”²⁹⁷

A entrada mais bela, suntuosa e visível do mosteiro era a porta em que a figura central era o Infante Dom Henrique, que não representava apenas aquele príncipe, mas todos aqueles grandes guerreiros da casa real que tinham construído as vitórias do reino. Estavam implícitas as vitórias em África e Ásia e as vitórias em nome da fé. Esse portal comunicava a

²⁹⁵ MOREIRA, R. *Arquitectura: Renascimento e classicismo*. In: PEREIRA, P. (dir.). **História da Arte Portuguesa**. Vol II. . Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, págs.303-375.

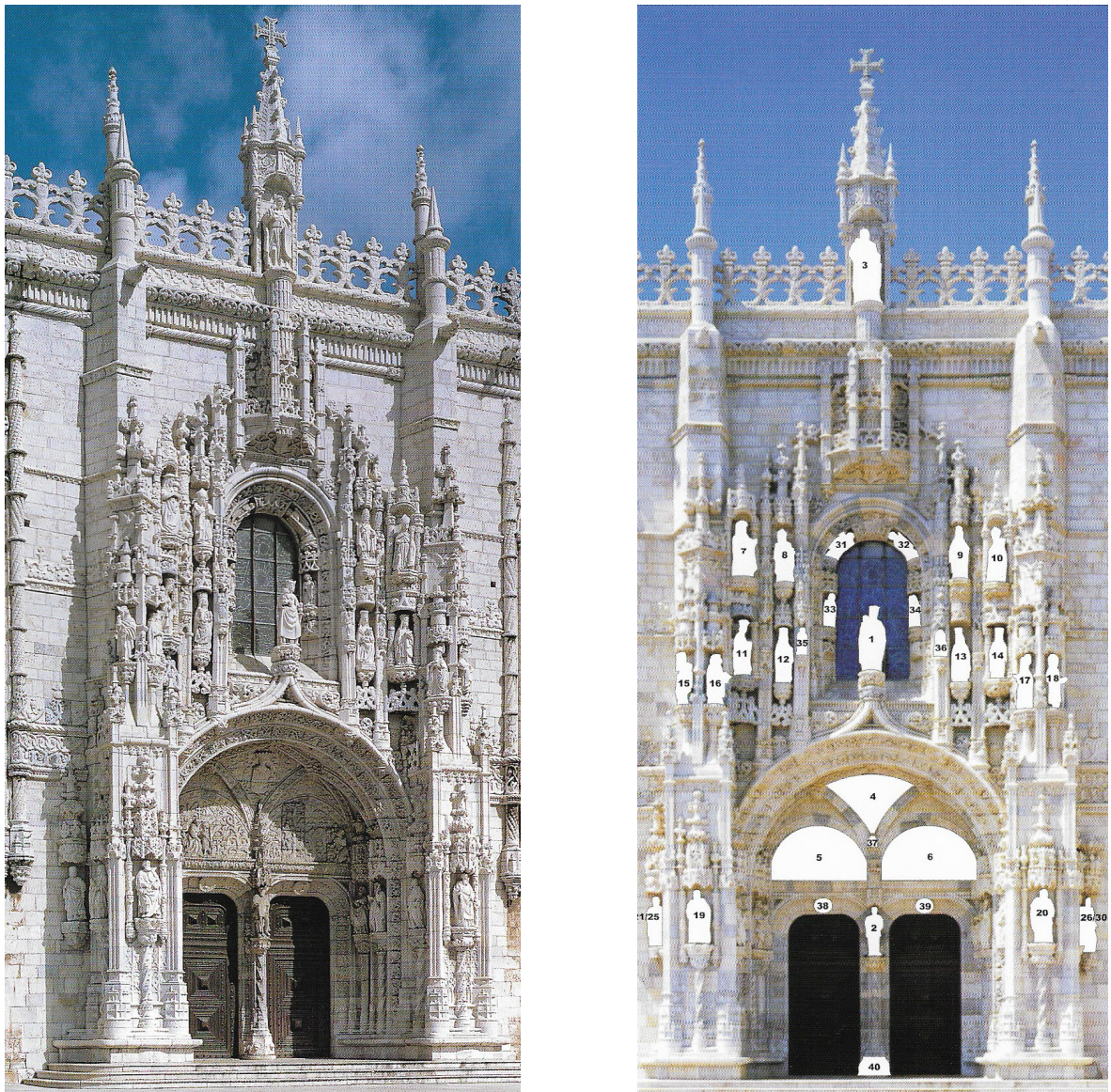
²⁹⁶ MOREIRA, R. *O mosteiro dos jerónimos: de Belém a Óbidos*. In: PESTANA, B. (coord.). **Linha do Oeste – Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes**. Lisboa: Assíria e Alvim, 1998, págs.262-273, p.267.

²⁹⁷ GOIS, D. (1502-1574). **Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria**. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749, p.66.

igreja do mosteiro ao espaço exterior em que ocorriam grandes cerimônias, como procissões, festividades relacionadas às navegações²⁹⁸.

Segundo Pedro Dias, analisando os livros de pagamento do mosteiro, em dezembro de 1518 o portal sul, ou porta travessa, já estaria finalizado, sendo que suas obras foram dirigidas por João de Castilho, realizadas ainda no momento em que D. Manuel estava presente no controle das obras. O portal sul tem 32 metros de altura e 12 de largura. Podemos ver a organização das estátuas na imagem a seguir.

Figura 21: Portal lateral do Mosteiro de Santa Maria de Belém. À direita, a imagem indica com números cada uma das principais estátuas que compõe o portal.



Fonte: PEREIRA, P. **Mosteiro dos Jerônimos**. Lisboa: Scala, 2003, p.58 e 64.

²⁹⁸ ALVES, José da Felicidade. Op. cit.

No esquema apresentado por Paulo Pereira, a imagem indicado com o número 1, que é o centro de toda a composição, corresponde à estátua de Nossa Senhora dos Reis, o número 2 representa (mais próxima da porta) o infante D. Henrique e o número 3 o Arcanjo S. Miguel, marcando com essas três imagens o centro do portal. Ainda na parte mais baixa, mais terrena nessa representação, logo acima do portal, com o número 4 estão as armas de Portugal, 5 e 6 trazem cenas da vida de S. Jerônimo. Acima da imagem da Virgem, com os números 7, 8, 9 e 10 temos respectivamente S. Jerônimo, Santo Agostinho, São Gregório Magno e Santo Ambrósio, doutores da Igreja. Abaixo dessas imagens, na mesma altura da Virgem, com os números 11, 12, 13 e 14 temos representações de outras santas: Santa Catarina, Santa Apolônia, Santa Anastásia, Santa Luzia. Com os números 15, 16, 17 e 18 estão representados os profetas Daniel, Ezequiel, Jeremias e Isaías. Com os números 19 e 20 estão as estátuas de São Pedro e São Paulo, e os demais apóstolos representados nas estátuas numeradas de 21 a 30. De 31 a 36 estão anjos músicos, 37 a estátua de São Sebastião. Acima de cada uma das portas, com o número 38 a medalha da rainha D. Maria e 39 a Medalha de D. Manuel.

Góis assim continua, sobre a segunda porta:

“A outra porta he a principal, posto que não seja tamanha como a porta da taussa, polo causar huma fermosa, & comprida varanda de pedra talhada, que de sobrella sae de longo do caminho publico, ate o cabo de todollos jardins, & edificio deste mosteiro, sobella qual esta ho dormitorio dos Frades. Nesta mandou el Rei por a sua imagem, de huma parte, assentada em geolhos, em hum setual, suberto de vestido roçantes, & da outra banda, tambem em geolhos, em outro setal a rainha donna Maria sua molher. Estas duas imagens são talhadas de vulto em pedra lioz, & os rostos ambos tirados assaz bem ao natural.”²⁹⁹ P.66

A porta principal, que dava acesso aos fundos da igreja, permitindo a vista direta do altar a quem por ela entrava, era menor e mais modesta. Era a principal, por isso ali convinha que se colocasse a imagem do rei e da rainha, representados em estátuas ajoelhadas em atitude de oração, apresentando-os como cristãos que cuidam de suas almas, bem como indicando logo na entrada que aquele espaço guardava seus corpos. No Escorial, Felipe II, Carlos V e seus familiares também seriam representados em estátuas ajoelhadas, mas nesse caso as imagens se encontravam em local de maior importância dentro da igreja, nas laterais do altar-mor, acima do panteão dinástico.

²⁹⁹ GOIS, D. Op. cit., p.66.

Figura 22: Porta axial do Mosteiro de Santa Maria de Belém



Fonte: PEREIRA, P. **Mosteiro dos Jerônimos**. Lisboa: Scala, 2003, p.68.

João Barros indica que a escolha de fazer a porta lateral mais suntuosa era uma mostra da magnanimidade do rei, que dava maior expressão para a porta que tinha como esculturas mais importantes a Virgem de Belém e o infante Dom Henrique:

"E foy ainda el Rey tam magnânimo na glória da edificação deste templo de Belém, que tomou pera o lugar de sua imagem e da raynha dona Maria sua molher a porta mais pequena fronteira ao altar mor: e mandou por a imagem daquele excellente Príncipe infante dom Anrique na porta travessa por ser mais principal em vista, armado como oje aparece sobre a coluna do meyo.

[...]

"Com a qual obra fica o infante dom Anrique louvado no que fez por louvor de Nossa Senhora, e el-rei dom Manuel com muito maior, porque então se consegue êle dobrado ante Deus por glória, e, acerca dos homens, por fama, quando das nossas obras, por razão dalguma pequena parte, que nelas outrem pôs, lhe queremos dar o todo, e o contrário quando queremos esconder o todo pela parte, que nela posemos."³⁰⁰

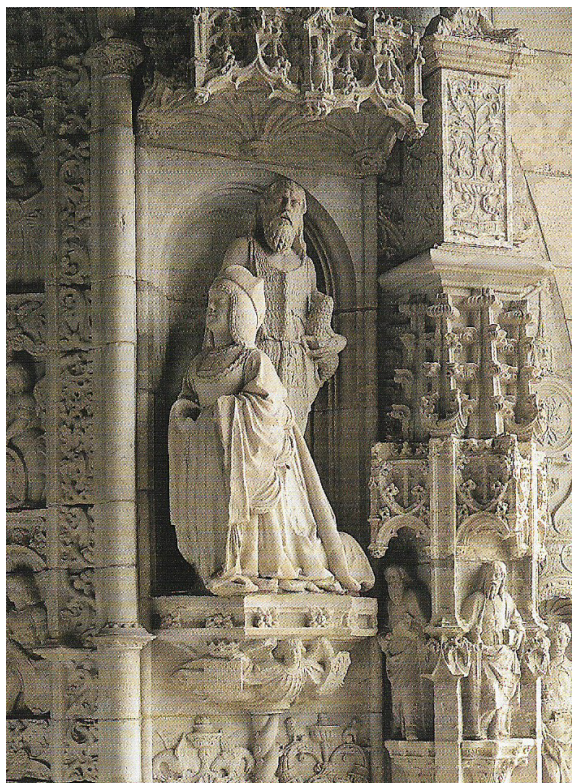
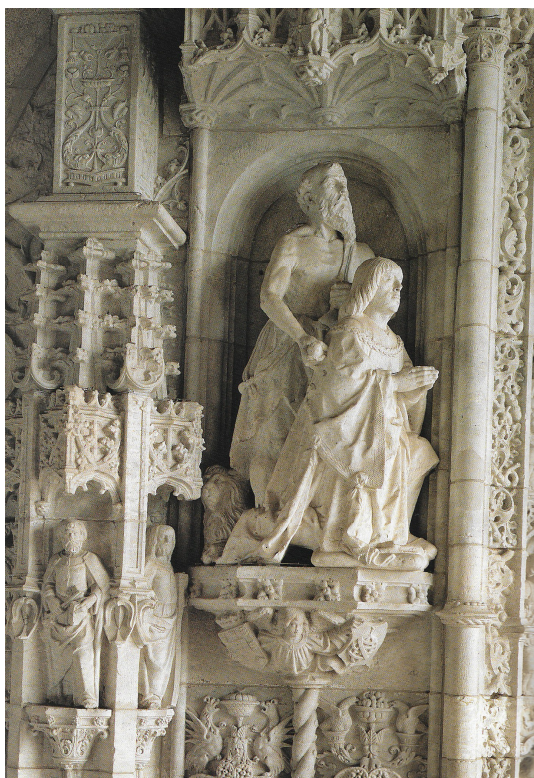
A modéstia do rei em dar honra era apenas aparente, já que guardar a memória do infante era também colocar-se como seu herdeiro, reforçar seu pertencimento à casa de Avis

³⁰⁰ BARROS, J. Op. cit., p.97

e aos seus desejos de expansão que tão afortunadamente tinham culminado com a chegada à Índia durante seu reinado. Além disso, era um jogo engenhoso, de manter o decoro de representar o rei na porta principal, mas dar maior valor ao passado e à tradição ao dar maior suntuosidade à porta lateral em que representa o infante, guardando assim a memória do passado glorioso da família real. A composição da porta travessa é muito mais complexa do que a porta axial, com inúmeras figuras, apresentando-se em sua grandiosidade como porta principal.

A porta axial, principal segundo a hierarquia dos espaços da igreja, foi realizada por Nicolau de Chanterrene e sua equipe. Provavelmente esse escultor já estaria em Santa Maria de Belém em 1517 realizando essa obra, mas João de Castilho deve ter atuado também nesse portal³⁰¹. Na parte mais alta da composição temos um presépio, novamente fazendo referência à protetora do monastério, com as armas de Portugal logo abaixo, sustentadas por dois anjos. Ao lado esquerdo, a cena da anunciação e ao direito a Virgem com o menino e São José (a Sagrada Família).

Figura 23: À esquerda, a estátua de D. Manuel no portal axial de Belém; e à direita, D. Maria.



Fonte: PEREIRA, P. **Mosteiro dos Jerônimos**. Lisboa: Scala, 2003, p.66 e 71.

³⁰¹ DIAS, P. Op. cit.

Em destaque estão as figuras reais: à direita D. Maria de joelhos com S. João Batista em pé, que era seu santo protetor, e à esquerda D. Manuel também de joelhos, com S. Jerônimo. Pedro Dias considera que a forma como o casal real foi representado os colocava como guardiões do templo e adoradores de Cristo Menino, fazendo alusão aos Reis Magos³⁰².

Segundo Rafael Moreira, os Reis Magos na Bíblia eram interpretados teologicamente como uma prefiguração da monarquia sagrada, que também seria a base do poder do rei ungido David, e depois na imagem de Cristo, que era rei e sacerdote³⁰³. Dom Manuel se apresenta como todas essas personagens bíblicas, como Rei Mago na escolha do local e da proteção de Nossa senhora de Belém para esse monastério, como David no claustro e como Cristo nas chagas que são recorrentes na decoração do claustro e da abóbada da Igreja, lembrando que Damião de Góis já apontava a feliz coincidência de ser chamado Emanuel, um dos nomes divinos, e ter se tornado rei, apesar de não ser dos primeiros na linha sucessória ao trono português³⁰⁴.

3.5. Claustro

Siguenza é bastante crítico à arquitetura do claustro de Santa Maria de Belém por ter sido realizado em ‘arquitetura moderna’. Ainda que na fábrica de Santa Maria de Belém se utilizasse bons materiais, tal emprego pouco valia para torna-la melhor, pois não sabiam lavrar nem polir a pedra, segundo sua opinião. O uso de numerosos ornamentos, “de follages, y de figuras y molduras, y mil visages”, apenas encarecia e tornava mais demorada a obra. A fachada lateral, a igreja, o antecoro e dormitórios eram de mármore e repletos de elementos ornamentais, que Siguenza assim enumera: “florones, morteretes, ressaltos, canes,

³⁰² Ibid.

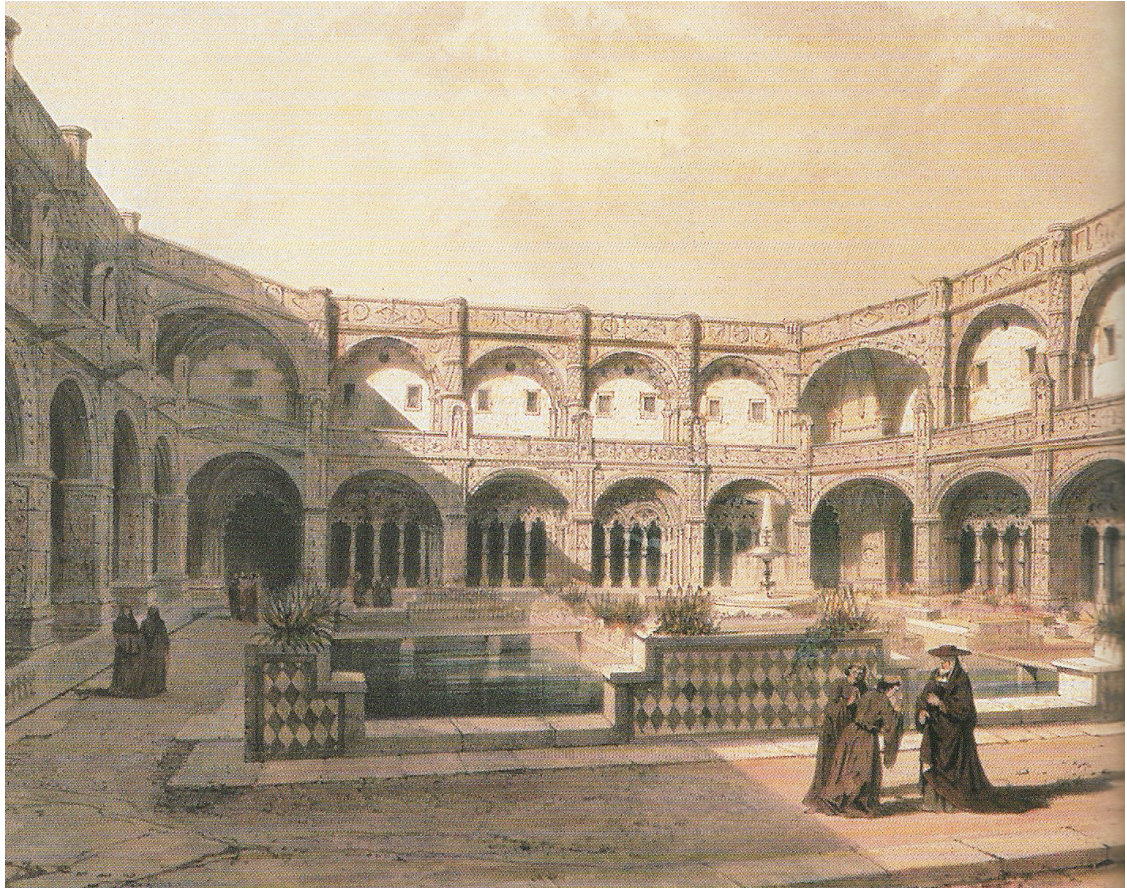
³⁰³ MOREIRA, R. *‘Com antigua e moderna architectura’*. *Ordem Clássica e Ornato Flamengo no Mosteiro de Belém*. In: PORTUGAL. **Mosteiro dos Jerónimos - Jerónimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. I, págs.24-39.

³⁰⁴ “Ihe poserão nome Emanuel, o qual nome He hu[m] dos grandes do Senhor Deos”

GOIS, D. **Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria**. Lisboa: Off. De Miguel Manescal da Costa, 1749, p.05.

pirâmides, y otros mil maharrachos que no se como se llaman, ni el que los hazia tampoco.”³⁰⁵

Figura 24: ‘Claustro do Convento de Belém’, litografia de William Barclay, em *Le Portugal Pittoresque et Architectural* (séc. XIX)



Fonte: PEREIRA, P. **Mosteiro dos Jerônimos**. Lisboa: Scala, 2002, p.18.

Apesar de todas essas críticas do monge jerônimo, o autor considerava o claustro de boas proporções, com quatro fontes de água, mas com pinturas vistas também de forma negativa por Siguenza: “adornado en las estaciones o esquinas de buena pintura, para de aquel tempo, que por no tener muchos gusto del primor de este arte, la estiman en mas de lo que es.”³⁰⁶ Na imagem apresentada anteriormente, uma litografia do século XIX, é possível ver como era o claustro antes do restauro e antes da eliminação das fontes de água que ficavam ao centro e eram revestidos com azulejos do século XVI.

³⁰⁵ SIGUENZA, J. Op. cit., p.71.

³⁰⁶ Ibid, p.71.

Figura 25: Aspecto atual do claustro de Santa Maria de Belém.



Fonte: Acervo pessoal.

O claustro é o espaço com maior número de ornamentos, onde o chamado ‘estilo manuelino’ se expressa com grandiosidade. O termo surgiu no texto de 1842 de Francisco Adolfo Varnhagen³⁰⁷ intitulado “Notícia histórica e descritiva do Mosteiro de Belém”³⁰⁸, no qual o historiador brasileiro definia o manuelino como um estilo original português que tinha sua maior expressão no Mosteiro de Santa Maria de Belém. Enquanto Siguenza via nas

³⁰⁷ Varnhagen nasceu na região de Sorocaba, em 1816, tendo vivido por muitos anos em Portugal, Espanha e Áustria-Hungria. Recebeu educação primária em Portugal, onde serviu o exército e iniciou suas pesquisas na Torre do Tombo. Somente teve reconhecida sua nacionalidade brasileira na década de 1840 por meio de um decreto imperial. Fez parte da diplomacia brasileira, servindo em Portugal e na Espanha. Por desenvolver pesquisas históricas, foi convidado a integrar o IHGB. Realizou levantamentos em arquivos europeus sobre o Brasil Colonial, o que gerou sua mais importante obra, “História Geral do Brasil”, publicada em dois tomos (1854 e 1857). Neste livro, sua visão da história brasileira valoriza a ação portuguesa na formação do Brasil, deixando em segundo plano a participação de negros e indígenas. Escreveu também “O descobrimento do Brasil”, “O Caramuru perante a história”, “Tratado descritivo do Brasil em 1587”, “História completa das lutas holandesas no Brasil”, “Épicos brasileiros”, entre muitas outras obras.

FILHO, M. JORNAL DA UNICAMP Campinas, 28 de setembro a 4 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2009/ju443pdf/Pag04.pdf, acesso em 05/01/2016

³⁰⁸ “A paixão – que paixão lhe podemos chamar – com que nos temos inclinado á architectura – á não clássica principalmente – e o desejo de dar a conhecer um estylo original portuguez não definido até agora, com seus principaes caracteres, fizeram occorrer a idéa de o apresentar no seu verdadeiro e mais qualificado typo – Belem.”

VARNHAGEN, F. A. **Notícia histórica e descritiva do Mosteiro de Belém**. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos conhecimentos Utela, 1842.

invasões à Península que sucederam o Império Romano um período de decadência, considerando os povos germânicos e muçulmanos promotores da destruição da boa arquitetura, Varnhagen valorizou o que foi edificado nesse momento, sobretudo pela ligação entre o ‘gótico’ como expressão riqueza da Igreja³⁰⁹. Varnhagen também desvalorizava a arquitetura à antiga, considerada como um retrocesso, momento em que “A igreja veio a tornar-se outra vez escrava da Grecia pagã e a meter-se de novo sob o jugo, de que se libertára”³¹⁰. Dessa forma, o mosteiro de Belém é elogiado com expressão dessa arquitetura que não se submetera à linguagem da Antiguidade Clássica.

O autor lista dez características que identificariam o manuelino: predomínio de arcos de volta inteira e arco sarapanel; tolerância por outros tipos de arco; existência de abóbadas sustentadas em altos pilares polistilos, ou enfeixados, com pedestais; grande número de esculturas e relevos extravagantes (bustos em medalhões, arabescos, bestiais, etc.); ausência de molduras retas, presença de nichos de estátuas e baldaquinos torreados e rendados; “ódio continuo a repetições de monótona igualdade nos capiteis, mísulas e gárgulas e em geral falta de symetrias bilaterais”³¹¹; adoção de formas oitavadas; uso das divisas conhecidas do rei fundador e de escudos com três flores esculpidas iguais, que simbolizariam a ordem de Aviz³¹².

As escolhas de Varnhagen parecem bastante vagas sobre a especificidade do manuelino como um “estilo”, principalmente por se pautar nos ornamentos para descrevê-lo. Como elemento mais individualizado estaria a iconografia heráldica do rei, como o uso de suas divisas, a esfera armilar, escudos com representações da Ordem de Aviz, etc. As simbologias náuticas, associadas aos descobrimentos, que depois se fariam presente no discurso que aprofunda o nacionalismo iniciado pela interpretação de Varnhagen, não

³⁰⁹ “As ordens da Grecia e Roma, que nem tinham podido n’outras eras arrostar os ventos e gelos do norte, ficara submergidas debaixo das ruinas causadas por esses invasores fortes, chamados bárbaros, que trouxeram em seu máximo auxilio o christianismo, e com este as bases para o progresso da construção dos edificios religiosos. – O argumento das riquezas do clero e a fundação de muitas igrejas produziu uma architectura original, que pela cooperação dos membros da associação veio com o andar dos tempos a apresentar vários estylos, cujas símplies feições denunciarão, ao historiador entendido, o tempo em que foi feita a obra.”

SIGUENZA, J. Op. cit., p.08.

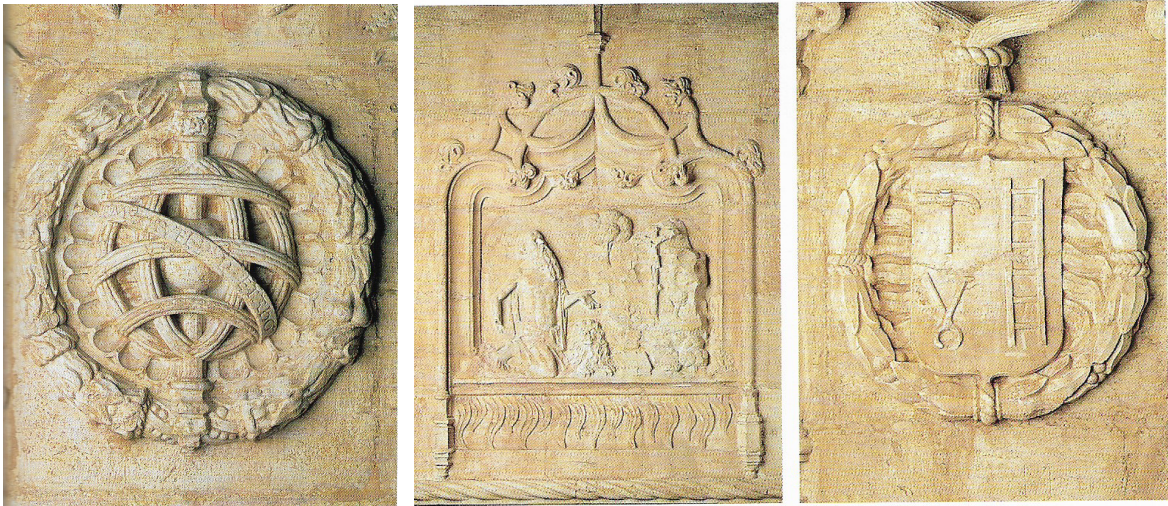
³¹⁰ Ibid, p.08.

³¹¹ Ibid, p.10.

³¹² Ibid, p.10.

aparecem entre as dez principais características apontadas pelo historiador. Segundo Pereira, os elementos decorativos náuticos existentes hoje em Belém, como cordas, peixes, âncoras, naus, são obra de restauradores do século XIX, que viam no manuelino o estilo representativo da expansão marítima portuguesa, interferindo anacronicamente na obra³¹³.

Figura 26: Pormenores dos ornamentos do claustro: à esquerda a esfera armilar, ao centro cena com São Jerônimo penitente e à direita coluna escada, torque e martelo (instrumentos de flagelação de Cristo)



Fonte: PEREIRA, Paulo. Op. cit., p.105 e 107.

Figura 27: Pormenores dos ornamentos do claustro: à esquerda o globo terrestre com a cruz, ao centro coroa de espinhos e à direita coluna da flagelação de cristo com a corda



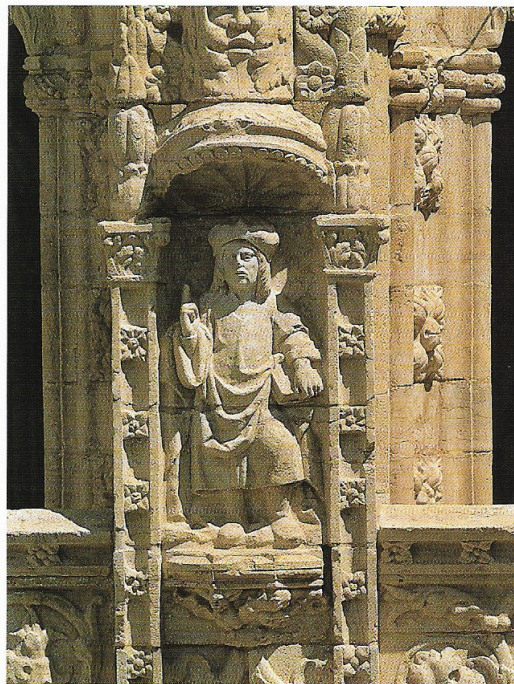
Fonte: PEREIRA, Paulo. Op. cit., p.100 e 105.

³¹³ PEREIRA, P. **Mosteiro dos Jerónimos**. Lisboa: Escala, 2002.

Com a heráldica o rei reforçava sua presença em todo o edifício. Além disso, o próprio escudo de Portugal como passou a ser interpretado no século XVI reforçava a ligação entre rei e Cristo no milagre de Ourique, como já apontamos. Na divisa de Dom Manuel, como também mencionado anteriormente, expressava-se a mensagem sobre o domínio dos mares e a construção de um império cristão com avanços em todos os continentes conhecidos naquele momento. Além da própria heráldica a favor do discurso sagrado sobre a monarquia, as chagas de Cristo eram recorrentemente apresentadas como ornamento do claustro.

Além dessa forma de apresentar a monarquia através da imagem de Cristo, segundo Rafael Moreira, o próprio rei teria sido representado na estátua de David que se encontrava em posição de destaque no claustro³¹⁴.

Figura 28: D. Manuel como rei Davi



Fonte: PEREIRA, P. Op. cit., p.100.

³¹⁴ “D. Manuel aparece sob os traços do próprio David, ladeado pelas virtudes e por Profetas e Santos, para cujo suporte e contemplação houve que acrescentar um varandim corrido a toda a volta, como um balcão régio.”

MOREIRA, R. “Com Antigua e Moderna Arquitetura”. *Ordem Clássica e Ornato Flamengo no Mosteiro de Belém*. In: PORTUGAL. **Mosteiro dos Jerónimos - Jerónimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. I, págs.24-39, p.32.

As soluções para o claustro em si só renderiam um extenso trabalho, dada a profusão de elementos ornamentais, da multiplicidade de formas de apresentar a imagem da monarquia em seu caráter sagrado. Ainda que os monarcas portugueses não fossem ungidos o discurso que liga o monarca como imagem de Cristo-rei, da proteção divina nas ações dos governantes é constante em todo o edifício de Santa Maria de Belém.

3.6. Igreja e panteão dinástico

Ao adentrar a Igreja, a presença do rei inunda o local com o uso da heráldica régia em profusão na ornamentação do teto, assim como estava presente no claustro. Sobretudo no cruzeiro “centro físico e simbólico do edifício, cuja caixa domina exteriormente todo o conjunto arquitetônico”³¹⁵, nas palavras de Moreira, há inúmeros ornamentos com emblemas da monarquia, como a cruz de Cristo, a esfera armilar de D. Manuel, o ramalhete de três boninas (de D. Maria), a letra M (inicial do nome do casal de fundadores), escudos e escudetes com as armas reais e as cinco chagas de Cristo.

Rafael Moreira considera que a forma do edifício, como um túnel, emularia a gruta de Belém³¹⁶.

Siguenza descreve a igreja: de nave única, com cruzeiro de admirável grandeza, sustentado por pilares delgados “puestos por gentileza mas que por necesidad [...]”³¹⁷. Sua abóboda é criticada pelo cronista, pela escolha do arquiteto em realizar algo tão grande, o que considera “locura e indiscrecion en buena Arquitectura, porque el edificio es para asegurarme, y no que viaa en el con miedo de si se me viene encima.”³¹⁸

³¹⁵ MOREIRA, R. *Jerónimos*. Lisboa: Verbo, 1991, p.11.

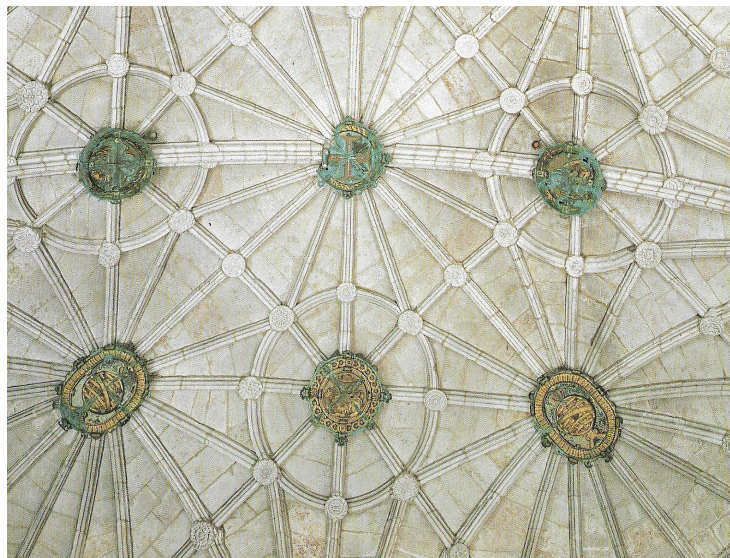
³¹⁶ “O edifício forma um comprido ‘túnel’ (a lembrar a gruta de Belém) pela sucessão de volumes prismáticos encaixados uns nos outros em enfiada rectilínea de tamanhos decrescentes: da massa cúbica e lisa do cruzeiro à caixa rendilhada da igreja e à interminável galeria do Dormitório, já pronto em 1517, assentado em arcadas sobre a praia (embora muito adulterada pelos restauros do século XIX).”

MOREIRA, R. *O mosteiro dos jerónimos: de Belém a Óbidos*. In: PESTANA, B. (coord.). *Linha do Oeste*. Óbidos e Monumentos Circundantes. Lisboa: Assíria e Alvim, 1998, p.262-273.

³¹⁷ SIGUENZA, J. Op. cit., p.71.

³¹⁸ Ibid, p.71.

Figura 29: Detalhe da Abóbada da Igreja



Fonte: PEREIRA, P. Op. cit., p.76.

Figura 30: Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém



Fonte: Acervo pessoal.

As características gerais da arquitetura da igreja eram comuns ao que se realizava em Portugal em fins do século XV, chamado na época de arquitetura moderna, em oposição à arquitetura à antiga, com referência à Antiguidade Clássica. As colunas muito altas, com aspecto de fragilidade em relação ao volume total do edifício, a profusão de elementos ornamentais, nichos, estátuas, etc.

Além da arquitetura em si, os objetos doados por D. Manuel para a igreja também podiam reforçar a imagem do edifício como agradecimento pela proteção da Virgem nas navegações. Um objeto deve ser especialmente lembrado, por ser destaque nos momentos festivos celebrados nessa igreja: a custódia de Gil Vicente. D. Manuel mandou Gil Vicente fazer uma custódia com o primeiro tributo em ouro vindo da Índia. A peça, que hoje se encontra no Museu de Arte Antiga de Lisboa, apresenta os doze apóstolos ajoelhados em círculo.

Figura 31: Custódia feita por Gil Vicente para a Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém.



Fonte: Site do Patrimônio Cultural Português³¹⁹

Para Moreira, a adoração da hóstia na custódia, presença viva de Cristo, segundo a crença católica, fazia alusão também à glorificação e veneração do próprio rei, retomando o

³¹⁹ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-nacional-de-arte-antiga/> Acesso em 10/01/2018

discurso de justificativa divina do poder real³²⁰. A custódia trazia em si atenção especial do culto, é dos objetos mais importantes para a liturgia, pois é através dela que se faz a contemplação do milagre assistido a cada novo culto de transformação do pão em corpo de Cristo, de relembrar a última ceia e o sacrifício na cruz que funda e é peça central do Cristianismo. O Cristo que morre para salvar a humanidade, que se doa completamente, mas que ressuscita no terceiro dia dando a esperança da vida eterna.

A atenção a cada pequena parte, cada pequeno detalhe, em profusão de formas que reiteram a mensagem da salvação da humanidade através da crença em Cristo, bem como a imagem do rei como aquele que cuida de seu reino em seus aspectos terrenos, mas também favorecendo a salvação da alma de seus súditos é o discurso expresso em todo mosteiro de Belém, mas em especial na Igreja, por ser espaço de enorme importância para a oração, bem como ser o espaço em que os reis repousariam pela eternidade.

Inicialmente D. Manuel pretendia ser enterrado no mosteiro da Batalha, o que justificaria os investimentos em obras que realizou nas Capelas Imperfeitas³²¹. A partir de 1513 o monarca decidiu mudar seu local de enterramento para o Mosteiro de Santa Maria de Belém, deixando expresso em seu testamento de 1517 que fosse enterrado abaixo dos degraus do altar-mor, em campa rasa, de modo que se pudesse andar sobre sua sepultura, com enterro com cerimonial simples.

Para Moreira, a escolha do monarca para seu sepultamento reforçava a duplicidade do corpo do rei, a distinção entre o corpo físico, que jazia numa sepultura simples, e a grandiosidade do poder e de sua dinastia, no edifício que envolvia essa sua sepulcro³²². Para Buesco, a atitude do rei de sepultar-se em campa rasa podia expressar sua

³²⁰ Além da Custódia, segundo Moreira, o templo fora pensado para servir também como um relógio de sol, com a ocorrência do fenômeno de penetração dos raios solares por toda a extensão do edifício, indo do dormitório, ao antecoro, atravessando toda a Igreja até chegar ao altar, percorrendo mais de 300 metros, fato que acontecia entre 13 a 20 de fevereiro e 28 a 30 de outubro, próximo ao período de aniversário da subida ao trono do rei, em 25 de outubro. É importante indicar esse fato, que já fora apresentado por Siguenza e Diogo de Jesus, porém, não estamos ainda convencidos completamente da intencionalidade desse fenômeno.

Ibid, p. 267.

³²¹ BUESCO, A. I. Op. cit.

³²² O corpo humano e perecível do rei cabia, modestamente, numa campa rasa[...]. Mas a ‘segunda natureza’, imortal e divina, do Rei exigia um outro tratamento, em que o edifício em si, enquanto mausoléu dinástico, que constitui o invólucro material do seu espírito eterno e o garante da continuidade e estabilidade da instituição.”

humildade cristã perante a morte, mas também, ao escolher o altar-mor como local em que seria sua tumba não guardava nenhuma humildade, pois esse espaço era reservado às relíquias dos santos e cerimônias litúrgicas, reforçando a sacralidade da monarquia³²³.

Para Atanázio, a escolha do rei indicava que todo o monastério se configurava como seu mausoléu monumental, digno de seu reinado³²⁴. Moreira também aponta que a ausência de alusões fúnebres nos túmulos do monastério de Belém indicava que o edifício como um todo constituía o mausoléu do rei: “todo o edifício foi concebido para simbolizar a superação e anulação da morte diante dos valores perenes da vida.”³²⁵

Como as obras da igreja não estavam finalizadas no momento da morte de D. Manuel, o monarca foi sepultado primeiramente na ‘igreja velha’ henriquina, que continuava em pé. Em 1551 foi realizada a cerimônia de transladação dos ossos de Dom Manuel, momento em que os desejos expressos em seu testamento foram rigorosamente observados, com o rei e a rainha enterrados no centro da capela-mor, ocupando o local mais digno dentro da igreja, em conformidade com a dignidade que tinham. Para Moreira, o local escolhido para o enterro reforçava a ligação dentre o rei e Cristo. A cabeceira do mosteiro se destinava exclusivamente aos sepultamentos de pessoas de sangue real e estava isolada do restante da área pública por uma grade³²⁶.

No cruzeiro, do lado da epístola, estava o local destinado ao sepultamento do Cardeal D. Henrique, filho de D. Manuel, que depois se tornaria o último monarca da dinastia de Avis antes da União Ibérica, ao lado do infante D. Duarte. Do lado do evangelho ficaria o cardeal D. Afonso. Assim, havia uma hierarquia na organização das sepulturas: a capela-mor destinava-se apenas aos reis, o cruzeiro para os infantes (segundo a dignidade das

MOREIRA, R. “*Com Antigua e Moderna Arquitetura*”. *Ordem Clássica e Ornato Flamengo no Mosteiro de Belém*. In: PORTUGAL. **Mosteiro dos Jerónimos. Jerónimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. I, pp.24-39, p.32.

³²³ BUESCO, A. I. Op. cit.

³²⁴ ATANÁZIO, M. C. Mendes. *Contributo de João de Castilho para o espaço e estrutura da arquitectura do manuelino*. in: DIAS, P. (coord.) **As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimientos** – II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Coimbra: Livraria Minerva, 1987, págs. 259-275, p.262.

³²⁵ MOREIRA, R. **Jerónimos**. Lisboa: Verbo, 1991, p.14.

³²⁶ MOREIRA, R. *Com Antigua e Moderna Arquitetura*. *Ordem Clássica e Ornato Flamengo no Mosteiro de Belém*. In: PORTUGAL. **Mosteiro dos Jerónimos. Jerónimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. I, págs.24-39.

funções que tinham exercido em vida), na capela do transepto do evangelho ficavam os infantes que tinham morrido na infância (os ‘anjinhos’) e na capela fronteira os bastardos régios.

Na Crônica de Dom Manuel, de Damião de Góis, a descrição da morte do rei é apresentada de forma exemplar, lembrando primeiramente seus grandes feitos na África e Ásia, bem como tinha deixado boa descendência. O rei rodeado pela família, com a esposa e filho e herdeiro, Dom João, ainda lúcido e rezando para preparar-se para a glória³²⁷. O cronista reforça o Mosteiro de Belém fora edificado para a sepultura do rei, de sua segunda esposa, D. Maria, e de seus filhos³²⁸. D. Maria foi a esposa de D. Manuel por mais longo tempo e que deu grande descendência ao monarca. Seu primeiro casamento durou cerca de um ano com D. Isabel, que foi enterrada em Toledo, no convento de Santa Isabel. D. Leonor, que era esposa de D. Manuel no momento em que faleceu, casou-se novamente com o rei francês Francisco I.

D. João III inicialmente não aceitou seu local de sepultamento em Belém e decidiu fundar seu panteão próprio em Tomar, iniciativa abandonada devido à sua morte prematura, em 1557. A rainha D. Catarina assumiu como regente em 1557 até 1562, quando, apesar de D. Sebastião ainda não ter idade para assumir o trono, decidiu afastar-se do governo para cuidar apenas da educação do futuro rei, seu neto, e dos cuidados com a reconstrução e ampliação da capela-mor de Belém para servir de panteão dinástico dos Avis-Beja, sendo que o cardeal D. Henrique ficou como novo regente.

O novo desenho para o panteão régio foi realizado entre 1560-1565, com inspiração nas obras de Michelângelo, na sacristia de San Lorenzo dos Médicis. Jerónimo de

³²⁷ “começaram de lhe dar os verdadeiros sinais da morte, nos quais teue tanto esforço ate que faleceo, & tam perfeita memoria que em alta, & clara voz, dizia os sanctos[?] Psalmos, de que sabia muitos de cor, com os prelados, & religioso que os ao redor da sua cama stauaão rezando [...]”

GOIS, D. **Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria**. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749, p.594.

³²⁸ “até que o leuaram ao mosteiro de Bethalem, que foi duas oras ante manhã, o qual ele começou de edificar de nouo pera sua sepultura, & da Rainha sonna Maria sua molher, & de seus filhos, como já fica apontado, & pro o corpo da Egreja não ter ainda acabado o lançaram a egreja velha em huma sepultura rasa, pelo ele assi mandar, donde depois el Rei dom Ioam terceiro seu filho fez trasladar seus osso pera a noua.”

Ibid, p.594.

Ruão, com as iniciativas de D. Catarina, tentou conciliar a arquitetura à romana com a ornamentação flamenga anterior.

A capela-mor teria sido realizada por Jerónimo de Ruão e Lourenço de Salzedo o responsável pela pintura do retábulo. D. Catarina, além de ter abandonado o desejo do marido sobre seu sepultamento em Tomar, decidiu ampliar a capela-mor de Belém contrariando as recomendações dadas nas Cortes de Lisboa de 1562, que interditavam os gastos com quaisquer obras que não tivessem caráter defensivo, contrariando inclusive os desejos de D. Sebastião de paralisar as obras³²⁹.

Figura 32: Exterior da cabeceira da Igreja do Mosteiro de S. Maria de Belém ampliada por D. Catarina.



Fonte: Acervo pessoal.

Apesar de Francisco de Holanda não ter participado dessa obra, Sylvie Deswartes considera que provavelmente influenciou no programa iconográfico do mausoléu³³⁰, que foi

³²⁹ DESWARTE-ROSA, S. *Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém*. In: PORTUGAL. **Jerónimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. II, p. 40-67.

³³⁰ Ibid.

completamente reformulado, afastando-se drasticamente das intenções de D. Manuel para aquele monumento.

A capela-mor realizada a pedido de D. Catarina distinguia-se completamente do restante da igreja. Com linguagem à antiga, em planta semi-circular, marcada por colunas exentas em dois andares, jônicas no andar baixo e coríntias no andar alto, com feições sóbrias, com destaque para as imagens do retábulo e os túmulos dos casais reais, D. Manuel e D. Maria (lado do Evangelho), D. João III e D. Catarina (lado da Epístola).

Figura 33: Altar-mor da Igreja do Monastério de Santa Maria de Belém.



Fonte: Acervo pessoal.

As telas de Salzedo para o retábulo-mor retratavam, na parte baixa, à esquerda, uma cena da infância de Jesus e à direita a adoração dos Reis Magos. As três telas apresentadas na parte superior retratam cenas da paixão de Cristo: à esquerda Cristo carregando a Cruz; ao centro, Cristo morto sendo colocado em seu sepulcro; e à direita, Cristo atado à coluna.

A descrição da obra do mausoléu é apresentada a Felipe II em carta de Juan de Borja:

“La Reyna [D. Catarina] luego a todo la presteza possible mando a su costa acabar la capella de admirable piedra colorado, pardo, verde y blanco y de columnas de marmol blanco, y el suelo de piedra de las mismas colores com quatro sepulturas puestas cada una sobre dos elefantes, para el Rey su marido y para sus padres suegros deste Alt.a y outra para si, dos em cada lado dela capilla, la del Rey Don Manuel y dela Reyna Doña Maria su muger al lado de la epistola con coronas grandes doradas por remates de las esculturas que tienen mucha Magestade por la grandeza e hermosura delas piedras y assi mando hazer y poner em la capilla un muy grande retable y vidreiras que mando traer de Venecia para las ventanas de vidrio christalino.”³³¹

Os elefantes aparecem em muitas das obras de Francisco de Holanda, como em uma ilustração em seu livro *Antiguallas*, ou seu desenho para o Aqueduto das Águas Livres e para a Praça do Rosio. O elefante também teve presença marcante na entrada triunfal da embaixada de Tristão de Cunha a Roma a mando de D. Manuel, em 1514, retomando também o tema das entradas triunfais romanas, em que o elefante evocava a glória e a eternidade, sendo por isso bastante adequado dentro da iconografia fúnebre de um monarca que tinha vassallos nos mais remotos cantos da terra. Além disso, o elefante tinha sido empregado em outro mausoléu, em Rimini, no Templo Malatesta, por ser emblema heráldico da família Malatesta.

Holanda deveria, segundo Deswartes, conhecer a obra *Tractatus de Elephante*, de Eliano, que tratava da religião dos elefantes, que se inclinam no momento de aparição do sol e da lua, que seriam figurações de Cristo e da Virgem Maria, sendo assim, a escolha dos elefantes para sustentar as arcas funerárias dos reis lusitanos mais uma vez evocava a imagem cristocêntrica da monarquia³³², além de fazer referência às conquistas e aos animais que eram trazidos da Índia, com os quais o monarca muitas vezes se apresentava aos seus súditos em Lisboa, em cortejos de D. Manuel pelas ruas da cidade, do Paço até o Rossio³³³. Também, os elefantes representam elementos de evocação do antigo e referências à arquitetura efêmera, já

³³¹ Archivo General de Simancas, Estado E.390, f.133. “Relación que se tuvo em la translacion de los huesos del Rey Don Juan y del Rey Don Manuel y de la Reina Dona Maria a la Capella Mayor de Belem. 1572.” Apud. DESWARTE-ROSA, S. *Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém*. In: PORTUGAL. **Jerónimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. II, págs. 40-67, p.57.

³³² Ibid.

³³³ CARITA, E. **Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna** (1495-1521). Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

que era um animal que constantemente se apresentava em cerimônias romanas da antiguidade, como os triunfos ou nos cortejos fúnebres dos imperadores, sendo assim, um animal que representaria o poder real, bem como a temperança, piedade, eternidade, virtudes associadas à soberania. Assim a presença de figurações de elefantes em Belém seria o resultado da erudição do artista que idealizou os túmulos e do conhecimento que existia dos elefantes em Portugal³³⁴.

Figura 34: Túmulo sustentado por elefantes na Igreja do Monastério de Santa Maria de Belém.



Fonte: Acervo pessoal.

A capela-mor foi inaugurada na cerimônia de transladação dos ossos de D. Manuel, que foi registrada pelo embaixador de Felipe II, Juan de Borja:

“A los treze de outubro se hizo transladaçion de los huesos del Rey dom Juan, y Rey D. Manuel y de la Reyna doña Maria ala capilla nueva que la Rayna le ha hecho en Belén; hizole com mucha solemnidad y esta y ala capilla acabada y

³³⁴ VALE, T. L. M. *O exotismo e o Poder Político: as representações de elefantes na tumularia régia de Santa Maria de Belém*. in: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS. **Ciclo de Exposições ‘Memórias do Oriente – Os construtores do Oriente Português’**. Porto: Câmara Municipal, 1998.

puesta em su perfection. Es edificio muy para ver. Quede la Reyna muy contenta de haver le dado fim (cosa que tanto deseava).”³³⁵

Nesse momento da segunda transladação dos ossos de D. Manuel (a primeira ocorrida em 1551, da antiga igreja do infante para a igreja nova do mosteiro de Belém) o sermão do padre Diogo Paiva de Andrade apresentava os reis do Antigo Testamento vistos pelos profetas como ‘figuras de Cristo’. O padre também estabelece um paralelo entre D. Manuel, como rei belicoso, assim como David, e D. João III, rei que teria conseguido manter a paz e por isso mesmo pôde construir as igrejas que seu pai deixou por fazer, assim como Salomão. Dessa forma, o padre sobrepunha as iniciativas da rainha D. Catarina para a construção de Belém, ao apresentar D. João III como Salomão, à fundação manuelina³³⁶.

Nesse contexto de apropriação de Santa Maria de Belém por D. Catarina, reforçando a memória de D. João III como continuador da obra, que o templo é conhecido por intermédio das palavras de Juan de Borja por D. Felipe II. Posteriormente o rei conheceria o mosteiro, bem como Siguenza também visitaria essa casa.

As escolhas de D. João III para continuar a obra que ficou inacabada ao fim do reinado de D. Manuel não são questionadas por Siguenza, que apenas aponta que o novo monarca finalizou as obras do coro, dos dormitórios e muitas partes das capelas do claustro alto. Também terminou o cruzeiro da Igreja, que chama de “obra fantástica y de admiracion”. Já as intervenções realizadas com comando da rainha Dona Catarina de Áustria, irmã do imperador Carlos V são consideradas de melhor qualidade pelo historiador. A rainha derrubou a capela-mor para torna-la maior e empregou mármore e jaspes como materiais. Os sepulcros que mandou edificar para D. Manuel, D. João III e suas esposas são de mármore “graciosas y de buena proporción, assentada cada vna sobre dos elefantes de marmol pardo, tan natural que causan admiración a la vista.”³³⁷

Siguenza ainda aponta algumas desproporções, mas considera que com as iniciativas da rainha “ya se yua descubriendo alguna lumbre de la Arquitectura

³³⁵ DESWARTE-ROSA, S. *Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém*. . In: PORTUGAL. **Jerónimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. II, págs. 40-67.

³³⁶ Ibid.

³³⁷ SIGUENZA, J. Op. cit, p.72.

buena”³³⁸. Ainda assim, as críticas feitas são amenizadas com a justificativa de que “la culpa es del tempo y de los Arquitectos que no sabian conocer ni mirar lo bueno, ni entonces auia em Castilla cosa que se pudiesse comparar com aquella”³³⁹.

Apesar da mudança empreendida por D. Catarina, a forma discreta como os túmulos dos reis se fundem à estrutura arquitetônica do altar mor parece manter a mesma intenção de D. Manuel de ter em toda a igreja do monastério seu mausoléu, agora com forma ainda mais digna e mais adequada à linguagem de fins do século XVI. As notícias sobre esse monumento por parte de escritos castelhanos, Siguenza e Don Juan de Borja, demonstram o interesse naquele monumento lusitano pelo novo governante de toda a península, Felipe II.

³³⁸ Ibid, p.72.

³³⁹ Ibid p.72.

Capítulo IV:

O Escorial e a imagem de defesa da fé pela Monarquia Hispânica

“El buen asiento y tierra está puesta
La casa de artificio sin segundo,
De innúmeras grandezas tan compuesta
Que no tiene un símil en el mundo.”

Luis CABRERA DE CORDOBA, **Laurentina**³⁴⁰

4.1. Contexto e motivos para a edificação do Escorial

Felipe II (1527-1598) tornou-se rei de Espanha após a abdicação de seu pai, Carlos V (1500-1558), que em 1555 decidiu refugiar-se no Monastério de *San Jerónimo de Yuste*, junto ao qual edificou um palácio, como indicamos anteriormente. O jovem príncipe já estava integrado ao governo de Espanha antes dessa data, devido aos momentos de ausência de seu pai. Carlos V e Felipe II eram membros da dinastia dos Habsburgos, que fora introduzida na Espanha pelo casamento de D. Joana, filha dos Reis Católicos, e Felipe I de Habsburgo, pais do futuro Carlos I de Espanha e também imperador Carlos V. A sucessão dos Reis Católicos foi um momento de apreensão sobre o futuro dos reinos que eram governados conjuntamente por Isabel e Fernando. Após a morte de muito de seus herdeiros a coroa passou a ser direito de Joana, que foi declarada louca por seu pai, deixando o trono ao seu filho Carlos de Gante, que assumiu o poder após a regência do cardeal Cisneros³⁴¹.

Carlos V era senhor de inúmeros territórios na Itália, Países Baixos, Sacro Império, Reinos da Espanha, as colônias americanas, etc., e ser governante tão poderoso implicava em longos períodos de ausência da península. Até 1539 a Imperatriz Isabel era a regente nos momentos de viagem de Carlos V. Com o falecimento de sua esposa, o

³⁴⁰ CABRERA DE CORDOBA, L.(1559-1623). **Laurentina**. Edición de Lucrecio Perez Blanco. [s.l.]: Biblioteca Ciudad de Dios, 1975, p.81.

³⁴¹ MARTÍNEZ MILAN, J. *Inestabilidad política y conflicto en Castilla tras la muerte del Rey Fernando. La regencia del Cardenal Cisneros*. In: MARTÍNEZ MILAN, J.(dir.). **La corte de Carlos V**. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V. Madrid: [s.n.], 2000, tomo I, págs. 141-150.

imperador escolheu Juan Pardo Tavera (1472-1545)³⁴² como regente, que auxiliou na preparação de Felipe II para o exercício do poder.

Em 1543, precisando ausentar-se devido aos conflitos com os príncipes protestantes do Sacro Império e das inimizades que geravam insegurança nos territórios disputados com a França, Carlos V decidiu que era o momento do jovem príncipe Felipe envolver-se profundamente com o governo do que seria sua herança na Península Ibérica. Além da regência, o imperador também preparou o primeiro casamento do seu filho, que ficou acertado com sua prima, Maria Manuela de Portugal, filha de Dom João III (irmão da imperatriz Isabel) e Dona Catarina (irmã do imperador Carlos V). Por serem primos por parte paterna e materna, foi necessária a autorização papal para o casamento.

Nesse primeiro momento de governo de Felipe II seu pai enviou-lhe algumas cartas com instruções sobre aspectos importantes de seus reinos, de seus servidores e apontando quais deveriam ser suas maiores preocupações. Nessas instruções é marcante que uma das principais heranças recebidas por Felipe II de seu pai era a defesa da fé católica. Na carta que escreveu em Palamós, a 4 de maio de 1543, o imperador aponta:

“Para este efecto, ante todas cosas, habéis menester determinaros en dos cosas; la una y principal: tener siempre a Dios delante de vuestros ojos, y ofrecedle todos los trabajos y cuidados que habéis de pasar, y sacrificarás estar muy pronto a ellos; y lo otro, creed y ser sujeto a todo buen consejo.

[...]

Como dicho esta, le habéis de tener [Deus] siempre delante de los ojos. Nunca os descuidéis de servirle. Sed devoto y temeroso de ofenderle, y amadle sobre todas cosas. Sed favorecedor y sustentad su fe. *Nunca permitáis que herejías entren en vuestros Reinos* [grifo nosso]. Favoreced la santa Inquisición y tened cuidado de mandar a los oficiales de ella que usen bien y rectamente de sus oficios y administren buena justicia. Y, en fin, por cosa del mundo no hagáis cosa, ni por cosa que os pueda acontecer, que sea en su ofensa.”³⁴³

³⁴² Juan Pardo Tavera (1472 – 1545) começou sua formação estudando gramática e Madrigal. Coursou latim, retórica e cânones em Salamanca, conseguindo o título de bacharel em 1500. Em 1504 se tornou licenciado em Decretos pela Universidade de Salamanca e se tornou reitor da mesma instituição. Alcançou vários benefícios eclesiásticos, sobretudo com apoio de seu tio, o frei Diego de Deza, que se tornaria inquisidor geral em Sevilha em 1505. Em 1534 foi nomeado arcebispo de Toledo e em 1541 se tornou regente do reino. Teve papel destacado como mecenas artístico em Toledo.

FERNÁNDEZ COLLADO, A. **La catedral de Toledo en el siglo XVI: vida, arte y personas.** Toledo: Diputación Provincial de Toledo, 1999.

³⁴³ **Instrucciones de Carlos V a Felipe II (Palamós, 4 de mayo de 1543).** FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. Corpus Documental de Carlos V. Salamanca: 1975, t. II, pp. 90-103. Disponível na web no site do Centro Virtual Cervantes: http://www.cervantesvirtual.com/bib/historia/CarlosV/7_4_instrucciones.shtml

A preocupação com a questão religiosa, sobretudo internamente em seus reinos, favorecendo a Inquisição e ocupando-se em barrar qualquer avanço protestante na Monarquia Hispânica, se manteve sobretudo no momento em que o Concílio de Trento foi convocado e a Igreja Católica passou a organizar-se sobre a maneira como trataria a questão das Reformas Religiosas. Nas instruções de 1548, Carlos V escreve a seu filho:

“Y para que os alumbre y sea más propicio, debéis tener siempre muy encomendada la observancia, sustentamiento y defensión de nuestra santa fe generalmente, y en especial en todos los dichos reinos, Estados y señoríos que nos heredaréis, favoreciendo la divina justicia y mandando que se haga curiosamente, y sin elección de personas y contra todos sospechosos y culpados, y teniendo solicitud y cuidado de obviar por todas las vías y maneras que pudiéredes con derecho y razón en las herejías y sectas contrarias a nuestra antigua fe y religión.

Y porque después de tantos trabajos y gastos que yo he hecho y sostenido por reducir a nuestra fe y religión los desviados en esta Germanía no se ha hallado otro medio ni remedio suficiente que el del Concilio [...]”³⁴⁴

A abdicação e retirada de Carlos V significava que aos vinte e nove anos de idade Felipe II tornava-se senhor de toda a Península Ibérica, exceto Portugal que seria incorporado em 1580³⁴⁵. Apesar de uma das instruções do imperador insistir para que o então príncipe Felipe II buscasse ao máximo a manutenção da paz³⁴⁶, no momento da abdicação, junto com seu território, Felipe II herdava também a inimizade com a França, com quem disputava territórios nos Países Baixos e Itália. O imperador julgava os reis franceses pouco

³⁴⁴ **Testamento político del Emperador - Instrucciones de Carlos V a Felipe II sobre política exterior (Augusta a 18 de enero de 1548)**. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. (ed.) Corpus de Carlos V. Salamanca : Universidad de Salamanca, 1975, v. II, pp. 569-592]. Disponível na web no site do Centro Virtual Cervantes: http://www.cervantesvirtual.com/bib/historia/CarlosV/7_4_instrucciones.shtml

³⁴⁵ “Después de retirado el invictísimo Emperador Carlos V en el Monasterio de San Jerónimo de Yuste, y hecha aquella tan illustre hazaña, que fue como la corona de otras muchas de su vida, Felipe II, su hijo, que á la sazón era de 29 años de edad, recibió el gobierno de estos reynos, que le tocaban por heredad legítima.”

SIGUENZA, F. J. **História primitiva y exacta del monasterio del Escorial**. Madrid: Imprenta y Fundacion de M. Tello, Impresor de Câmara de S. M. Isabel la Católica, 1881. Edición Fac-simile. Valladolid: Editorial Maxtor, 2003, p.11.

³⁴⁶ “Y porque de las cosas que más a Dios encomiendo es la paz, sin la cual no puede ser bien servido, demás de los otros infinitos inconvenientes que trae la guerra y se siguen della debéis tener continuo cuidado y solicitud de obviarla por todas las vías y maneras posibles, y nunca entrar en ella sino forzadamente, y que Dios y el mundo sepan y vean que no podéis hacer menos.”

Testamento político del Emperador - Instrucciones de Carlos V a Felipe II sobre política exterior (Augusta a 18 de enero de 1548). FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. (ed.) Corpus de Carlos V. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1975, v. II, pp. 569-592. http://www.cervantesvirtual.com/bib/historia/CarlosV/7_4_instrucciones.shtml

confiáveis, pois não cumpriam as tréguas e acordos de paz. Porém, era necessário tentar manter a paz com esse reino para não enfraquecer a Cristandade³⁴⁷.

Assim, o início do reinado de Felipe II foi marcado pela guerra contra a França e é nessa disputa que o monarca espanhol teve sua primeira vitória. A Batalha de *San Quintin*, do dia 10 de agosto de 1557, seria a justificativa para a construção do *Monastério de San Lorenzo el Real del Escorial*:

“Fue ésta la primera de la victorias que tuvo Felipe II, y acerto por celestial acuerdo á ser en 10 días de Agosto, fiesta del glorioso mártir San Lorenzo, español, á quien su niñez tuvo este piadoso Príncipe singular devoción: entendió que un principio tan ilustre de sus cosas le venía por su favor e intercesiones en el cielo, y así, desde aquel punto, concibió en su pecho un alto propósito de hacerle algún señalado servicio.”³⁴⁸

A vitória no dia de São Lourenço também é lembrada no poema *Laurentina*, do historiador Luis Cabrera de Córdoba, que compõe um elogio a São Lourenço e ao monastério edificado por Felipe II em sua homenagem:

Y el caso recelando el Rey, fundara
aqueste Monasterio sin segundo,
a donde en paz perpetua se quedara,
la que la paz ha dado a todo el mundo
y el nombre y la ocasión perpetuara,
dándole por patrón, al que el profundo
con las llamas de amor y materiales
abrsa y sus cavernas infernales.

Este fue San Laurencio, nuestro hispano
fénix divina en fuego renovada,
en cuyo santo día soberano
se obtuvo la victoria señalada,
que la discordia y su furor tirano

³⁴⁷ “Cuanto a Francia, yo he hecho siempre todo lo que se ha podido desde que comencé la reinar, por vivir en paz .con el rey Francisco difunto, y muchas buenas obras y por ello y su consideración y pasado muchos tratados de paz y tregua, los cuales nunca ha guardado; como es notorio, sino por el tiempo que no ha podido renovar guerra o ha querido esperar de hallar oportunidad de dañarme con disimulación; ni han aprovechado mis grandes oficios hechos. A lo que se ha podido imaginar y entender del rey moderno, su hijo, y las pláticas que lleva en todas partes, se comprende que está puesto en seguir las pisadas y heredar la dañada voluntad de su padre y que los pasados reyes de Francia han tenido a los nuestros. Mas como quier que sea, os aconsejo que miréis que tengáis gran advertencia de guardar con él paz, tanto quanto pudiéredes, y señaladamente por el servicio de Dios, bien público de la Cristiandad, y por lo que importa a los reinos, Estados y señoríos que yo os dejaré.”

Ibid.

³⁴⁸ SIGUENZA, F. J. **História primitiva y exacta del monasterio del Escorial**. Madrid: Imprenta y Fundacion de M. Tello, Impresor de Cámara de S. M. Isabel la Católica, 1881. Edición Fac-simile. Valladolid: Editorial Maxtor, 2003, p.13.

dejó en el hondo abismo sepultada,
y sacó de la guerra paz dichosa,
y la pérdida hizo provechosa.

Porque, viendo Laurencio invocado
su nombre de Felipe invicto fuera,
que en su querida patria ha dominado,
como a su natural favorecida;
mas, porque era él de Francia bautizado,
aunque la gran victoria no le diera.
hizo que el premio todo lo gozase,
y sólo el vencedor honra sacase³⁴⁹.

O fato de São Lourenço ser um santo espanhol é valorizado por Siguenza³⁵⁰ e Cabrera³⁵¹, autores que escrevem sobre a construção do Escorial e que tem ponto de vista

³⁴⁹ CABRERA DE CORDOBA, L. (1559-1623). **Laurentina**. Edición de Lucrecio Perez Blanco. [s.l.]: Biblioteca Ciudad de Dios, 1975, p.119.

³⁵⁰ A trajetória do padre José de Siguenza (1544-1606) como escritor e religioso está intimamente ligada à monarquia, do que advém a sua importância enquanto observador da construção do Escorial e propagador da memória da monarquia através desse edifício. José de Siguenza nasceu em 1544, na cidade de Siguenza (Guadalajara), filho de um clérigo, Asensio Martínez, e uma viúva, Francisca Espinosa.

Siguenza ingressou na Facultad de Artes da Universidad de Siguenza em 1561, onde estudou Lógica e Filosofia, recebendo o grau de bacharel em 1563, mesmo ano em que iniciou seus estudos em Teologia, que se prolongam até 1566 Neste ano se dirigiu ao Monastério Jerónimo de Santa María el Perral, onde iniciou sua vida religiosa. Em 1590 transferiu-se definitivamente ao monastério do Escorial, onde viveu durante os anos mais decisivos e dramáticos de sua vida junto à coroa. Foi processado pelo Tribunal do Santo Ofício de Toledo, entre 1592 e 1593. Foi absolvido de todas as acusações, tendo deixado como legado diversas obras escritas e, supostamente, tendo influenciado algumas soluções para a ornamentação do palácio, monastério e basílica do Escorial. Foi elevado a prior da Ordem por duas vezes e faleceu em 1606.

As principais fontes para conhecer a História da Ordem de São Jerônimo, da qual fez parte, são os escritos do frei Jose de Siguenza, entre eles, a “Vida de San Jerónimo” (publicada em Madrid em 1595) e a “Historia de la Orden de San Jerónimo, cujo terceiro volume se intitula “Fundación del Monasterio del Escorial por Felipe II”, publicado em 1605.

ASENJO PELEGRINA, J. J. *Notas para el estudio de la vida y de la obra de fray José de Sigüenza*. **Wadal-Hayara**: Revista de estudios de Guadalajara. Guadalajara: Institución provincial de cultura "Marqués de Santillana", N.º. 6, 1979, págs. 127-138, disponível em:

<http://biblioteca2.uclm.es/biblioteca/CECLM/ARTREVISTAS/Wad/wad06Asenjo.pdf> Acesso em 15 de outubro de 2015.

DÍAZ DÍAZ, T. "*El entierro de San Lorenzo*", *posiblemente el mejor cuadro de Juan Fernández de Navarrete "el Mudo" (Padre Sigüenza)*. In: JAVIER CAMPOS, Francisco e SEVILLA, Fernández de (coord.). **El Monasterio del Escorial y la pintura**: actas del Simposium, 1/5-IX-2001 / , 2001, págs. 561-580

³⁵¹ Luis Cabrera de Córdoba (1559-1623) também teve grande proximidade ao monarca Felipe II devido à sua família. Seu avô morreu na Batalha de San Quintín e seu pai, Don Juan Bautista Cabrera de Córdoba viveu na corte como criado da casa real dos Habsburgos desde essa perda. Juan Cabrera de Córdoba viveu parte considerável de sua vida no Escorial, se instalando no local desde o início da construção do mosteiro de San Lorenzo el Real nos albergues no entorno do edifício que serviam para abrigar os servidores da coroa. Ele era o responsável pelo controle e vigilância da ‘fábrica y obra’ do mosteiro, sendo que em 1572 recebeu o cargo de Gobierno y Superintendencia de los bueyes y carretería para a construção do monastério, supervisionando a

privilegiado por terem sido testemunhas oculares de tal empreendimento da monarquia. Ambos julgam tal coincidência como um sinal divino de apoio à causa espanhola frente ao rei francês. Os dois autores reforçam a relação do santo com o reino de Felipe II. No entanto, Siguenza acrescenta que o rei já era devoto desse santo desde a infância: “por la particular devoción”³⁵².

Siguenza dá enfoque na necessidade de se construir edifícios em memória de Deus e dos santos que se mostravam favoráveis às ações do monarca ao longo de seu governo, reforçando o agradecimento aos céus pelo benefício que recebiam. Não apenas as batalhas deveriam ser lembradas, argumento muitas vezes apresentado por Cabrera para tratar dos grandes feitos de Felipe II, mais ainda deveria ser valorizada a fé daquele governante. Dessa forma, o edifício deveria se apresentar como um sinal da fidelidade do monarca à religião católica:

“Reconociendo los muchos y grandes beneficios que de Dios Nuestro Señor hemos recibido y cada día recibimos, y cuando Él ha sido servido de encaminhar y guiar los nuestros hechos y los nuestros negocios a su santo servicio y de sostener o mantener estos nuestros reinos en su santa fe y religion y en paz y justicia: entendiendo con esto cuánto sea delante de Dios pia y

obra, controlando o trabalho e os salários A maior parte das gratificações pelos anos de fidelidade e bons serviços à coroa recebe no final da vida.

Luis Cabrera de Córdoba nasceu em Madrid, em 1559. Em 1581 foi a Lisboa acompanhando o embaixador D. Luis Cardenal para cumprir serviços encomendados por Felipe II. Não há muitas notícias sobre seus estudos, apenas que o abandonou para servir ao rei em viagens e outros assuntos e sabemos que era ajudante de seu pai. O seu serviço ao monarca consistia em obter informações sobre os problemas existentes nos reinos que constituíam a Monarquia Hispânica, atuando muitas vezes de forma secreta, como um espião. Em 1588, recebeu o título de guarda maior de montes, prados, defesas, caça, pesca e lenha do Escorial, que cuidava especialmente dos montes reservados à caça do rei, título que manteve até 1599. Também era responsável por receber embaixadores que vinham à Espanha. Ficou no Escorial até 1599 e depois foi nomeado *Tapicero Mayor* da rainha Margarida de Áustria, esposa de Felipe III, preparando os aposentos onde vivia o rei no Alcázar de Madrid.

Luis Cabrera de Córdoba escreveu, sobretudo, o gênero História, dedicando-se a guardar para a posteridade os feitos do reinado de Felipe II, sempre em tom bastante elogioso. Entre suas obras temos: “Historia de Felipe II”, “Historia para entenderla y escribirla”, “Advertencia sobre la educación del Príncipe”, “Elogium Rui Gomenzeii”, “Relactio vitae mortisque Caroli infantis Philippi II”, “Relaciones de las cosas sucedidas en las cortes de España desde 1599 hasta 1614” e “Laurentina”. O poema “Laurentina” não foi completamente preservado, sendo que hoje temos conhecimento apenas dos cantos primeiro, vigésimo terceiro, vigésimo quarto, vigésimo quinto, vigésimo sexto, vigésimo sétimo e vigésimo oitavo.

GARCÍA LÓPEZ, A. *El Escorial, en Luis de Cabrera de Córdoba*. in: CAMPOS, Francisco Javier; SEVILLA, Fernández de (coords.). **Literatura e imagen en El Escorial**: actas del Simposium (1/4-IX-1996). 1996, págs. 667-682.

³⁵² SIGUENZA, J. (1544-1606). **Cómo vivió y murió Felipe II**, por un testigo ocular. Madrid: Apostolado de la Prensa, 1928. Edição Facsímile: Valladolid: Editorial Maxtor, 2008, p.14.

agradable obra y grato testimonio y reconocimiento de los dichos beneficios el edificar y fundar iglesias y monasterios, donde su santo nombre se bendisse y alaba, y su santa fe con la doctrina y ejemplo de los religiosos siervos de Dios se conserva y aumenta, y para que así mismo se ruegue e interceda a Dios por nos y por los Reyes nuestros antecessores y sucesores y por el bien de nuestras animas, y la conservación de nuestro Estado real [...]"³⁵³

Benito Arias Montano, conselheiro de Felipe II, responsável pela organização da biblioteca do Monastério do Escorial, também justificava como parte fundamental das obrigações do monarca a manutenção da fé e realizar obras para lembrar os favores divinos e permitir o culto religioso: “El principal oficio del Príncipe, sea el cuydado de la religion, y de las cosas que tocan al culto diuino, y reuerencia suya, haziendo, reedificando, y dotando; y mas despues de vna vitória.”³⁵⁴

O edifício físico era, ao mesmo tempo, o agradecimento pela providência, a busca por dar exemplos ao seu povo que, vendo tal monastério se lembraria da necessidade de se manter a fé. Seria um elemento para manter a religiosidade entre sua população, o que significaria manter a proteção divina para a manutenção de seu reino e seus súditos.

O rei é, segundo esse discurso, responsável pela manutenção de seu povo na fé que professava. Era um defensor dessa fé católica frente às novas religiões cristãs que surgiam a Norte de Espanha, como luteranos e calvinistas, e frente aos seus inimigos mais antigos, os muçulmanos a Oriente e a Sul. A função do rei, mais do que manter seu Estado, era de manter a religião de seu Estado em suas fronteiras e expandi-la nas colônias, tarefa que foi engrandecida com a incorporação de Portugal e suas colônias, o que compunha para Felipe II um “império em que o sol nunca se punha”.

A providência divina agindo em favor da causa espanhola frente ao rei francês e a origem hispânica do santo que intercedeu por Felipe II em sua vitória são dois aspectos fundamentais na memória construída para se contar a origem do mais majestoso monumento construído pelo rei prudente.

Como é apontado por Bouza, Felipe II foi ator de si mesmo, percebeu de forma muito clara e insistente em suas ações que a imagem régia era uma construção feita através de

³⁵³ Ibid, p. 12-13

³⁵⁴ MONTANO, A. **Aforismos sacados de la historia de Publio Cornelio Tácito**. Barcelona: [s.n], 1614, p17v. Apud. MÍNGUEZ, V. *Introducción. De Dios y los reyes hispanos en la Edad Moderna*. In: Idem (ed.). **Visiones de la monarquía hispánica**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007, págs. 9-16, p.13.

gestos, cenários, festas, escritos, etc. O rei era mais do que o agente da política que colocava em prática em guerras, no comércio, nas conquistas, nas leis, etc., ele era a imagem que propagava aos seus súditos e aos seus inimigos, muitas vezes comunicando-se de maneiras distintas com cada ator social de seu tempo. Fazer-se presente era uma das forças da monarquia para manter-se, construindo opiniões sobre esse poder³⁵⁵.

Ainda assim, Felipe II não permitiu que se escrevesse sobre seu reinado enquanto ainda vivia, o que fez com que muitos dos relatos de seus contemporâneos fossem de seus inimigos. Tal postura contribuiu para a ‘Legenda Negra’, sendo o rei descrito como fanático religioso por aqueles que estavam envolvidos em conflitos com Espanha, sobretudo por motivações religiosas, como foram os conflitos com os Países Baixos, que se estenderam por praticamente todo seu reinado³⁵⁶. Tal proibição de se escrever uma história oficial foi interpretada como traço da personalidade do monarca, demonstrando sua aversão à vaidade, além do gosto pela dissimulação e pelo segredo³⁵⁷. No entanto, a partir do século XVII alguns historiadores espanhóis passaram a escrever sobre seu reinado, entre eles Siguenza e Cabrera de Córdoba, ambos tendo conhecido e servido ao monarca. Siguenza seria a fonte para a fortuna crítica sobre a História do Escorial, sendo já citado por Cabrera de Córdoba ao

³⁵⁵ BOUZA, F. **Imagen y propaganda**: Capítulos de história cultural del reinado de Felipe II. Madrid: Akal, 1998.

³⁵⁶ A Guerra dos oitenta anos, conflito entre as províncias do norte dos Países Baixos e Castela, teve início no reinado de Felipe II, que herdou esse território de Carlos V. Foram muitas as causas do conflito, em primeiro local a resistência da elite local em ter um monarca estrangeiro, que governava a distância, não sabia a língua local e conhecia pouco de seus costumes. Em 1555 Carlos V abdicou do poder nos Países Baixos em favor de seu filho, que em 1559 decidiu instalar-se em Castela deixando Margarita de Parma, filha de Carlos V, como governadora general dos Países Baixos, junto com um Conselho de Estado composto pela alta nobreza local. Deste conselho também fazia parte o cardinal Granvela, que era o representante do rei e grande influenciador das decisões da governadora. Guillermo de Nassau, Príncipe de Orange, tornou-se importante opositor do governo instituído por Felipe II, por motivos religiosos e pela perda de influência que tinha sobre as decisões de seu país. As tensões entre nobreza local e os representantes da monarquia se agravaram com o governo do duque de Alba, Don Pedro Álvarez de Toledo, gerando a resistência armada que culminaria na independência das províncias do norte em relação à Espanha. Além disso, o aumento dos impostos e a repressão religiosa inflaram a insatisfação da população com relação à monarquia, fazendo crescer a adesão ao movimento emancipacionista.

GALLEGOS VÁZQUEZ, F. *La guerra de los Países Bajos hasta la Tregua de los Doce Años*. In: **Revista Aequitas**: Estudios sobre historia, derecho e instituciones, n.º. 4. [s.l.]: Veritas, 2014, págs. 167-252

³⁵⁷ PARKER, G. **Felipe II**. (1979/1991) Madrid: Alianza Editorial, 2004.

tratar dessa fábrica de Felipe II. A escrita sobre o monarca após sua morte tomou contornos muito mais elogiosos, diminuindo o peso da *legenda negra*³⁵⁸.

Dessa forma, os grandes esforços por se edificar um monastério em homenagem ao santo do dia de sua primeira vitória seria, aos olhos de Felipe II, mais eficiente que as obras que proibiu de serem escritas sobre seu reinado para a apresentação da imagem de uma monarquia favorecida pela providência divina e que deveria desempenhar papel de destaque na política europeia por tal motivo, bem como na defesa da fé no contexto das reformas. É interessante perceber como a História que seria escrita sobre Felipe II, sobretudo através das palavras dos dois historiadores que destacamos em nosso trabalho, percorreria os mesmos locais e temas que se expressavam no edifício do Escorial e essa é a nossa escolha de leitura desse monumento.

A maneira como se constrói a História do reinado de Felipe II vinha para reforçar a mensagem expressa arquitetonicamente no Escorial, sobretudo por aqueles que conviveram com o monarca e acompanharam sua edificação. Ainda que Luis Cabrera de Córdoba insista no prólogo de sua obra de que tal empreitada foi motivada por iniciativa própria, tendo sido publicada apenas no reinado de seu sucessor, a imagem ali expressa é coerente com a desejada pela monarquia, pois foi produzida por um sujeito que viveu no ambiente cortesão que se formou em torno de Madrid e do Escorial e que foi beneficiado pela proximidade com o monarca.

A motivação para a escrita da História do reinado de Felipe II por Cabrera de Córdoba seria a educação do neto de Felipe II, o futuro Felipe IV, que deveria assumir um reino profundamente empregnado pela questão religiosa, em especial pelos desdobramentos da Reforma Protestantes sentidos na organização política da Europa e que culminaria com a Guerra dos 30 anos. Nesse contexto a imagem expressa pelo Escorial recebia maior atenção enquanto forma de propaganda da monarquia e de sua defesa da fé.

A providência divina é o motor da história de Felipe II de Cabrera de Córdoba e da narrativa do frei José de Sigüenza sobre a construção *do Monastério de San Lorenzo el Real del Escorial*. Dessa maneira, a imagem de humildade e submissão aos desígnios divinos é

³⁵⁸GARCÍA CÁRCEL, R. *Felipe II y los historiadores del siglo XVII*. In: BENNASSAR PERILLIER, B. [et al.]. **Vivir El siglo de oro**, poder, cultura e historia en la época moderna. Estudios en homenaje al profesor Ángel Rodríguez Sánchez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003 (1ª Ed.), págs.285-316.

fortalecida na construção do discurso dos dois cronistas. Ao mesmo tempo, elevam e valorizam a monarquia, como aliada na defesa da fé e da Igreja, colocando o rei espanhol em papel de destaque na manutenção da religião católica.

Ainda que as vitórias militares glorifiquem os reis e por isso os relatos de guerra ocupem a maior parte da obra de Cabrera de Córdoba sobre Felipe II, como os inúmeros episódios relatados sobre a longa guerra empreendida pelos Países Baixos contra Felipe II, ou sobre a vitória que garantiu a sucessão ao trono português, ou as considerações feitas sobre as ações militares que tinham engrandecido seus antecessores castelhanos e portugueses, tais vitórias são constantemente justificadas pela providência divina. O principal motivo de honra do rei espanhol era a maneira como Deus cuidava dos rumos de sua História.

As palavras dos historiadores que narraram a construção do Monastério de San Lorenzo el Real del Escorial, ou apenas o Monastério de El Escorial, eram fundamentais para a construção da imagem do rei. Como aponta Bouza: “Un monarca, sobre todo en España, era un ser prácticamente inaccesible, casi mítico, al que sólo podían ver un escasísimo número de personas y, sin embargo, su rostro era conocido en los más remotos lugares de la monarquía.”³⁵⁹

O monarca fazia-se presente em moedas e estampas de sua imagem em papel. Além dessas formas de representação das feições faciais e do corpo físico do rei, as intervenções urbanas, os edifícios levantados sob patrocínio régio, as narrativas escritas e a circulação de imagens dos palácios, igrejas, monasterios e da arquitetura efêmera produzida para cerimônias reais contribuem para que a Propaganda Política, já que inúmeros recursos buscam propagar a imagem do rei para além do seu círculo mais íntimo, difundindo-se e tornando-se inteligível aos seus receptores de formas distintas.

A maneira do rei apresentar-se em cada um de seus reinos era diferente, marcando a identidade e as particularidades do que era o poder em cada um de seus domínios. Ainda que a imagem fosse plural, muitas das decisões e alguns aspectos de sua comunicação política com seus súditos mantinham pontos centrais de unidade, em principal reforçando a defesa da fé.

³⁵⁹ BOUZA, F.; SANTIAGO, E. *Grabar la Historia. Grabar en la Historia*. In: OLLERO, J. (ed.). **Los Austrias**. Grabados de La biblioteca Nacional. Madrid: Biblioteca Nacional, 1993, págs.14-20, p.19.

Figura 35: Retrato de Felipe II, por Sofonisba Anguissola, c. 1575.



Fonte: PARKER, G. **Imprudent King**: a new life of Philip II. New Heaven/London: Yale University Press, 2014.

Felipe II aparece de negro no quadro de Sofonisba Anguissola, como é comumente representado, escolha entendida como forma do rei demonstrar sua modestia e austeridade³⁶⁰. No entanto, usou brocado, como era costume dos reis portugueses, durante suas entradas régias em Portugal, maneira como foi retratado por Alonso Sánchez Coello, trazendo no canto superior esquerdo o escudo de armas apresentando os inúmeros reinos de Felipe II, entre eles Portugal³⁶¹.

³⁶⁰ René Taylor sugere que o uso do preto poderia não ser um sinal de modéstia do rei e sim ter motivações astrológicas, buscando com a cor favorecer a influência de mercúrio, planeta da intelectualidade, sobre sua personalidade.

TAYLOR, R. **Arquitectura y magia**. Colaboraciones sobre la Idea de El Escorial. Trad. José Luis Oliver Domingo. Madrid: Siruela, 3ª ed., 2000.

³⁶¹ “Importa insistir que não existiu uma imagem única da majestade do rei D. Filipe, extensível a toda a sua Monarquia, a qual se caracterizava, como já dissemos, pelo reconhecimento da pluralidade jurisdicional dos diferentes domínios que a integrava.”

BOUZA ÁLVARES, F. *Introdução*. In: idem (organização, introdução e notas). **Carta para duas infantas meninas**. Portugal na correspondência de D. Felipe I para suas filhas (1581-1583). Trad. Nuno Senos. Lisboa: Dom Quixote, 1998, p.21-22.

Figura 36: Felipe II em sua coroação como rei de Portugal, por Alonso Sánchez Coelho, 1581.



Fonte: PARKER, Geoffrey. Op. cit.

Em 1521, algumas cidades se revoltaram contra a autoridade de Carlos I, negando-se a aceitar as decisões de um monarca considerado estrangeiro, ainda que fosse o herdeiro legítimo, neto dos Reis Católicos. Tais eventos ficaram conhecidos como *Revolta dos Comuneros* e tiveram grande impacto na educação de Felipe II, que foi preparado para ser um rei espanhol, tendo passado toda sua infância em Castela e recebido os primeiros ensinamentos de tutores espanhóis. Nesse sentido, o Escorial também era um esforço de criar uma imagem unitária da monarquia, que pudesse ser entendida pelos aspectos em comum do governo de Felipe II em seus diversos territórios.

Segundo Geoffrey Parker, Felipe II foi um rei excessivamente espanhol, sedentário, envolvido profundamente nas questões peninsulares, diferente de seu pai, frequentemente ausente da península e ocupado em muitas guerras³⁶². A decisão de Carlos V por passar seus últimos dias em terras castelhanas em um mosteiro jerônimo, em Yuste, e deixar a cargo de seu filho a escolha de seu local de sepultamento demonstravam a preocupação do imperador com a questão espanhola e a sucessão de seu filho em terras

³⁶² PARKER, G. **Felipe II**. (1979/1991) Madrid: Alianza Editorial, 2004.

ibéricas, voltando-se para a península após os conflitos gerados pela Reforma Protestante no Sacro Império.

Siguenza e Cabrera, a segunda motivação, provavelmente a mais importante, para a construção do monasterio de San Lorenzo del Escorial, era dar uma morada eterna digna ao imperador Carlos V. O imperador tinha escolhido passar seus últimos dias em Yuste, adquirindo, segundo Checa Cremades, a imagem de um monarca oculto, que seria retomada, em certo sentido, com a escolha de Felipe II construir alguns aposentos para si mesmo e para a rainha no Escorial. O imperador deixava a imagem de grande guerreiro no final da vida para aproximar-se ainda mais de Deus e preparar-se para a vida eterna³⁶³.

Em ambos os monasterios, Yuste e o Escorial, a construção dos aposentos reis visava permitir que o monarca acompanhasse a missa em momentos de enfermidade e indisposição, sendo que em Yuste a câmara do imperador fora construída em um edifício adjacente à igreja do monasterio, solução que, segundo Chueca, caracterizava-se como uma tradição medieval. Nesse sentido, o Escorial seria herdeiro dessa mesma tradição³⁶⁴. Para Chueca Gotia, o Escorial era “meta final de toda uma trayectoria medieval”³⁶⁵, uma continuidade das últimas iniciativas de seu pai em Yuste: “Los reyes que empiezan por preparar su última y definitiva morada van aficionándose a vivir entre los muros claustrales em una como anticipación de lo que serán sus honras fúnebres el día de mañana.”³⁶⁶ Para o autor, a grandiosidade do Escorial teria ofuscado seu caráter conservador, de mantenedor de uma tradição, ainda que também fosse reflexo de seu tempo e das tentativas de restauração da Cristandade, de busca por demonstrar a antiguidade da missão da monarquia como defensora da fé católica.

³⁶³ CHECA CREMADES, F. (*PLUS*) *ULTRA OMNIS SOLISQUE VIAS. La imagen de Carlos V em el Reinado de Felipe II.* In: **Cuadernos de Arte e Iconografía.** Núm. 1, Tomo I, 1988.

³⁶⁴ El Escorial, en la línea de Spalato, de Constantinopla, de Rávena, de Aguisgram, de Westminster, de Saint-Denis, es una de las fórmulas más grandiosas ensayadas por la realeza para significar su império sobre los hombres como reflejo de la coluntad divina. Es la última de estas grandes acrópolis y acaso la más significativa y perfecta en su desmedida ambición.”

CHUECA GOTIA, F. Op. cit., p.49.

³⁶⁵ Ibid, p.40.

³⁶⁶ Ibid, p.15.

Além de local em que viveria para se preparar para a morte, Carlos V havia se inclinado a enterrar-se no altar mor da igreja de Yuste, desejo bastante semelhante ao apresentado por Dom Manuel I de Portugal no também monasterio jerônimo de Santa Maria de Belém.

Segundo Cali, a condenação da pompa em sepulturas, além de apresentada por Diego de Sagredo em suas “Medidas del Romano”, era uma influência de Erasmos no comportamento do imperador e de seu filho, a valorização da pobreza evangélica. O autor fora próximo de Carlos V e também influenciou Felipe II, Siguenza e Arias Montano, os três principais agentes da construção do Escorial³⁶⁷. Ao mesmo tempo em que o ato de enterrar-se em uma sepultura simples ou em uma cripta abaixo do altar mor parecia ser um ato de humildade régia, a grandiosidade do edifício construía a imagem de valorização da monarquia.

Figura 37: “La Gloria” (1551-1554), de Ticiano, óleo sobre tela, 346x240cm.



Fonte: Site oficial do Museo del Prado³⁶⁸.

³⁶⁷ CALI, M. (1980) **De Miguel Angel a El Escorial**. Momentos del debate religioso em el arte del siglo XVI. Trad. José Luis Sancho y Anselmo Alonso. Madrid: Akal, 1994.

³⁶⁸ Imagem disponível na web em: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/la-gloria/66149817-6f88-4e5f-a09a-81f63a84d145> Acesso em 20/01/2017.

Junto à sepultura deveria ser colocado um retábulo de alabastro com a pintura “Glória”, de Tiziano, cujo original foi trasladado por Felipe II ao Escorial, em 1574, e uma cópia de Antonio de Segura colocada no altar mor de Yuste, em 1580. A pintura tinha caráter devocional e funerário e teria sido utilizada por Carlos V para preparar-se para a morte, fonte de inspiração religiosa para manter-se firme na fé até seu último suspiro³⁶⁹.

A imagem apresentada no quadro do Tiziano traz uma representação da monarquia aliada à fé. No terço superior da pintura temos a representação da Santíssima Trindade, Pai e Filho de manto azul e a pomba símbolo do Espírito Santo ao fundo. Logo abaixo das três figuras divinas, do lado direito da imagem, vemos Carlos V ajoelhado, com a coroa ao seu lado, a imperatriz Isabel de Portugal, um pouco atrás do imperador, às costas do casal imperial, seu filho Felipe II. Dessa forma, o quadro guarda a imagem de continuidade dinástica e da busca familiar pela salvação de suas almas como fieis e como representantes da monarquia.

Figura 38: Pormenor da obra “Glória”, de Tiziano



Fonte: Web site do Museo del Prado.

O primeiro sepultamento de Carlos V realizou-se na capela maior do monastério de Yuste, porém, em seu testamento outorgado em Flandres em 6 de junho de

³⁶⁹ Ibid.

1554, deixou a cargo de seu filho, Felipe II, a preparação de seu funeral, especificando o cerimonial que deveria ser realizado, mas não define o local em que seu corpo seria guardado definitivamente. Segundo Cabrera de Córdoba o imperador “Confianza de su obediencia y piedad se le daria con tal pompa y suntuoso edificio, que ningun griego, itálico ó aleman emperador le haya tenido semejante[...]”³⁷⁰. Dessa forma, ainda segundo o historiador: “Vino en España el Rey [Felipe II], y luégo trató de hacerle conveniente á la grandeza de tan poderoso y rico monarca [...]”³⁷¹

Dessa maneira, a edificação do monastério de *San Lorenzo el Real del Escorial* cumpria múltiplas funções e respondia a diversas motivações. Era, ao mesmo tempo, local de sepultamento de Carlos V, do próprio Felipe II e dos demais descendentes da monarquia espanhola, sendo ainda hoje a última morada dos reis espanhóis. Também era o símbolo da grandeza do reino e da providência divina que agia para seu engrandecimento, por isso a motivação de ser realizada em honra do santo em cujo dia se deu a primeira vitória do novo monarca. Era a imagem da luta contra as heresias, do papel da Monarquia Hispânica ao lado do papado para a defesa da fé católica, o que se reverteria nos sinais divinos de apoio à Casa Real. Cabrera de Córdoba apresenta desta forma o significado da construção do Escorial:

“Fue edificada esta máquina grande, rica, santa, artificiosa, provechosa, la octava maravilla del mundo em órden y la primera em dignidade, casa de campo de recreacion espeiritual y corporal, no para vanos pasatiempos sino para vacar á Dios, donde le cantan cada dia divina alabanzas con tan continho coro, oracion, limosna, silencio, estúdio, letras, com tanta observância de los religiosos, que viven em ella como Arsenios, Macarios, Paulos, Hilariones. Y em vergüenza y confusion de los hereges enemigos crueles de la Iglesia Católica, que com impiedade y tiranía asolaban los templos en tantas provincias, para que viesen que no se cansaba de favorecer y amparar la fe Cristiana contra ellos con las armas: pero continuamente la ampliaba, y edificaba templo tan grande quanto era su fe, ennobleciendo á España, y levantando mauseolo al religioso, invicto y máxima su padre Carlos V y á sus decendientes: cosa bien puesta em razon necesaria, y que muestra su gran poder em la grandeza de la obra, em su traza y perfeccion de su compuesto la ecelencia de su entendimiento, dando por todo mayor emiencia á su Estado. Dióle nombre de San Lorenzo el Real de la Victoria, por la que alcanzó en su santo dia y octava em Francia estando sobre la ciudad de San Quintin, como consta del principio de la

³⁷⁰ CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. **Filipe Segundo**, Rey de España. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribau C^a, 1877, tomo I, p.370.

³⁷¹ Idem, tomo I, p.370.

dotacion qu epodré aqui, para se vea fue devocion, no obligacion de voto[...]"³⁷²

Dessa maneira, as motivações expressas pelo monarca na carta de fundação do monastério transcrita e reforçada nas palavras de Siguenza, eram edificar um monastério em homenagem a São Lorenzo, que fosse entregue à ordem de São Jerônimo, pela particular devoção do monarca pelo santo homenageado e pela ordem escolhida, e que fosse um edifício que pudesse favorecer a unidade religiosa como exemplo de fé, além de ser sepultura para o imperador, a imperatriz, para Felipe II e seus descendentes. Para alcançar tais motivações o monarca tomou diversas atitudes para garantir que sua fábrica expressasse seus anseios.

4.2. Construção da fábrica e seus atores

Em 1559, Felipe II chamou o arquiteto Juan Bautista de Toledo para servir à coroa nas muitas obras reais³⁷³. Toledo tinha atuado junto a Michelângelo na Basílica de São Pedro, em Roma, e naquele momento servia ao vice-rei espanhol em Nápoles. Foi nomeado como ‘arquiteto real’, envolvido exclusivamente com as obras da coroa e com contrato vitalício³⁷⁴. A partir de 1561, começou a procurar um local adequado para a edificação do *Monastério de San Lorenzo el Real de El Escorial*. No mesmo ano, os monges jerônimos também se reuniram em Capítulo em Lupiana, momento em que decidiram aceitar a entrega desse novo monastério à ordem e escolheram um dos freis para auxiliar o arquiteto nas traças, para

³⁷² Ibid, tomo I, p. 371.

³⁷³ Antes de iniciar as obras do Escorial, Juan Bautista de Toledo na reconstrução do castelo de Aceca, no monastério das Desclazas Reales, e também na reedificação do palácio de Aranjuez. Enquanto se dedicava à construção do Escorial, Toledo se desdobrava em outras obras, como o Bosque de Segóia, o alcázar de Madrid, as casas de El Pardo, Aranjuez, etc.

³⁷⁴ “Es nuestra merced y voluntad que agora y de aqui em adelante para em toda vuestra vida seais nuestro arquitecto, y como tal nos hayais de servir y srivais em hacer las trazas y modelos que os mandáremos, y em todas nuestras obras, edificios y otras casas dependientes del dicho oficio de arquitecto, y residir em nuestra corte, ó donde por nos os fuere mandado y ordenado; y como á tal arquitecto se os guarden las preeminências al dicho oficio anexas y concernientes sin que cosa alguna ni em parte dello se os ponga embarazo ni impedimento alguno.

LLAGUNO AMIROLA, E. **Noticias de los Arquitectos y Arquitectura en España desde su Restauración**. Vol 2, Xix, N.7, 230f Apud. WILKINSON-ZERNER, C. **Juan de Herrera: arquitecto de Felipe II**. Ediciones AKAL, 9 de jul de 1996, p.13.

que o edifício fosse adequado e coerente às necessidades dos religiosos. Em 23 de abril de 1563 foi colocada a primeira pedra.

Segundo Agustín Ruiz de Aracaute³⁷⁵, a relação com a Ordem de São Jerônimo não foi de colaboração durante todo o processo de edificação do Escorial. Segundo o autor, quando os monges viram a grandiosidade da obra recearam pela tranquilidade dos que ali viveriam e que não poderiam realizar seus ofícios cotidianos em um edifício que constantemente com visitantes. Por isso, a ordem quase se recusou a viver no monastério, sendo até considerada a possibilidade de ali instalar três conventos das Ordens Militares de Castela. Aracaute finaliza apontando que a manutenção dos jerônimos no Escorial foi conseguida graças à persistência do próprio monarca.

A escolha como arquiteto para as obras do Escorial de Juan Bautista de Toledo, “varon de gran juicio y excelente maestro em arquitectura”, nas palavras de Siguenza³⁷⁶, marcava uma importante mudança de Felipe II em relação à maneira de se fazer arquitetura no reinado de seu pai. O novo monarca estava bastante atento e valorizava os novos conhecimentos trazidos da Itália no campo das artes e da filosofia. Circulavam em sua época muitos livros impressos de arquitetura, filosofia, matemáticas, etc. vindos da Itália, muitos traduzidos para o castelhano. A escolha de um arquiteto que tinha atuado em São Pedro marcava o desejo de se aproximar da arquitetura à maneira antiga vinda da Itália, sem intermediações e, sobretudo, marcava o desejo de aproximar-se do discurso universalista de Roma através da arquitetura de São Pedro³⁷⁷.

A centralidade da arquitetura e dos jardins entre as preocupações de Felipe II fora herdada de seu pai, sendo que os investimentos da coroa em diversos campos artísticos cresceram consideravelmente nesses reinados, como foi bem estudado por Checa Cremades ao tratar do mecenato de Felipe II³⁷⁸. Foi criada por Carlos V a “Junta de Obras y Bosques”,

³⁷⁵ ARCAUTE, A. R. **Juan de Herrera**, arquitecto de Felipe II (1936). Madrid: Instituto Juan de Herrera, 1997.

³⁷⁶ SIGUENZA, J. **La Fundacion del Monasterio de el Escorial**. Valencia: CMC Editor, 2010, p.34.

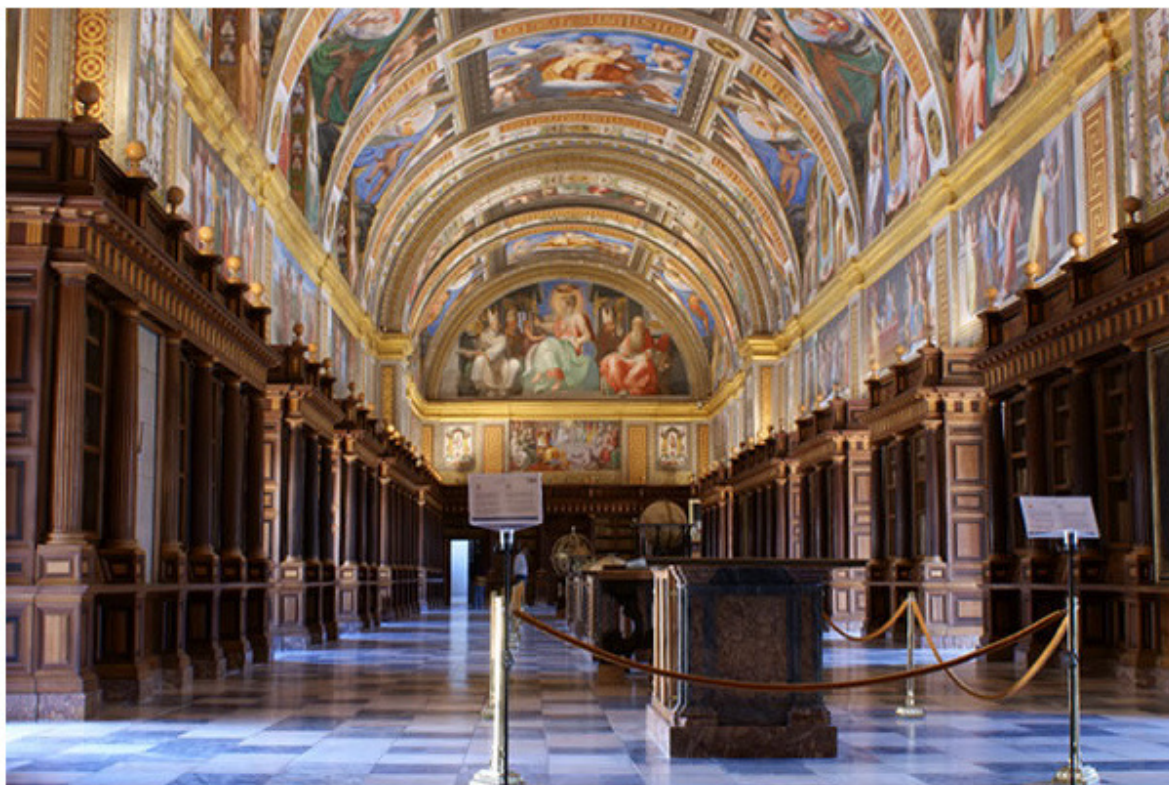
³⁷⁷ O trabalho de Maria Cali traz um grande esforço de demonstrar a aproximação entre a linguagem desenvolvida por Michelângelo em Roma, a mudança de sua forma de expressar a religiosidade em suas obras no contexto do concílio de Trento e as soluções arquitetônicas e dos afrescos presentes no Escorial.

CALI, M. (1980) **De Miguel Angel a El Escorial**. Momentos del debate religioso em el arte del siglo XVI. Trad. José Luis Sancho y Anselmo Alonso. Madrid: Akal, 1994.

³⁷⁸ CHECA CREMADES, F. **Felipe II: mecenas de las artes**. Madrid : Nerea, c1992.

que era responsável por conservar e aumentar o patrimônio dos Habsburgos na Espanha. Felipe II manteve tal órgão, no qual os servidores ali alocados eram escolhidos pelo próprio rei entre pessoas de nobreza comprovada³⁷⁹. A criação do órgão também estava ligada ao momento em que a monarquia passou a ser protagonista das iniciativas arquitetônicas no reino. Sobretudo com Felipe II, as iniciativas arquitetônicas com patrocínio régio ganharam maior vulto³⁸⁰. Criar, ampliar, reformar e manter os palácios e demais obras reais eram de grande importância para a monarquia como parte da imagem que construíam sobre si mesmos, sendo por isso coerente colocar dentro da administração régia tais atribuições.

Figura 39: Visão geral da Real Biblioteca do Monastério do Escorial.



Fonte: Web site do Patrimonio Nacional Español³⁸¹.

³⁷⁹ GARCÍA MORALES, M.V. *Los artistas que trabajan para el Rey: La Junta de Obras y Bosques*. In: **Tiempo y Forma**, Serie VI, Historia del Arte, t.3, 1990, pp.123-136.

³⁸⁰ Segundo Fernand Checa Cremades, até a construção do Escorial a nobreza era a principal responsável por solicitar serviços de artistas vindos da Itália.

NIETO ALCAIDE, V. M.; MORALES, A. J.; CHECA, F. **Arquitectura del Renacimiento en España, 1488-1599**. 2. ed. Madrid: Cátedra, 1993.

³⁸¹ Imagem disponível na web em: <http://rbme.patrimonionacional.es/home/Galeria-Fotografica/Salon-principal.aspx> Acesso em 06/09/2017.

O monarca também se preocupava com a aquisição de livros de diversas áreas, que eram fonte de conhecimento para si mesmo e para a formação de uma elite de letrados que valorizavam o estudo da língua latina e das artes antigas e que formariam o corpo de servidores da coroa. Tal preocupação ficou marcada na edificação do Escorial em sua rica biblioteca. Em 1553, sua biblioteca em Madrid contava com 812 volumes condicionados em 23 estantes, tendo nessa coleção obras de Erasmo, Maquiavel, Dante, Vitruvius, etc. Em 1576 já possuía cerca de 2000 manuscritos e 2545 obras impressas. No momento da morte de Felipe II a biblioteca do Escorial já contava com 14 mil volumes, com obras em grego (1150), em hebraico (94) e manuscritos árabes (um pouco menos de 500). Grande parte da riqueza desse acervo se devia à figura de Arias Montano, que chegou ao monastério para ser seu bibliotecário em 1576, renunciando ao cargo em 1592, quando foi sucedido por Sigüenza³⁸².

A leitura de textos de arquitetura fez parte da formação de Felipe II e colocou-o em contato com as novidades vindas, sobretudo, da Itália. Em 1541 se deu sua iniciação nos conhecimentos sobre arquitetura com a aquisição da obra “Medidas Del Romano”, de Diego de Sagredo. Os preceptores do príncipe Honorato Juan, Calvete de Estrella preocupavam-se em atualizar o futuro monarca nessa disciplina. Esses mestres responsáveis pela educação do futuro rei foram fundamentais para que o jovem príncipe Felipe desenvolvesse o apresso pelos livros, valorizados na cultura da Idade Moderna como fator de distinção social e promotor da educação da nobreza³⁸³. Em 1542, Calvete de Estrella comprou para o príncipe as obras “Polifilio” (de Francesco Colonna), “De Architectura” (de Alberto Durero), além de livros sobre pintura, perspectiva e geometria. Em 1544 a biblioteca principesca contava com um exemplar de “De origine Verona” (de Saraina), livro ilustrado sobre ruínas e edifícios da Antiguidade Clássica da cidade de Verona. Também tinha a primeira edição de Vitúvio em italiano, livros de Sebastiano Serlio³⁸⁴. Algum de seus preceptores provavelmente escreveu

³⁸² GARCÍA CÁRCEL, R. **Los contrastes de Carlos V y Felipe II en la política cultural**. Texto faz parte da coletânea publicada no Centro Virtual Cervantes, fruto do Seminário realizado entre 27 e 28 de outubro, na sede do Instituto Cervantes de Bruxelas, com o título «Dos monarcas y una historia en común: España y Flandes bajo los reinados de Carlos V y Felipe II», disponível na web em: http://cvc.cervantes.es/literatura/espana_flandes/3_carcel.htm

³⁸³ SÁNCHEZ-MOLERO, J. L. G. *La biblioteca de Honorato Juan (1507-1566), maestro de príncipes y obispo de Osma*. In: **Pliegos de Bibliofilia**, n.09. Madrid: Travira Impresores, 1º trimestre de 2000.

³⁸⁴ SÁNCHEZ-MOLERO, J. L. G. *Los Orígenes de la imagen salomónica del Real Monasterio de San Lorenzo del Escorial*. In: FERNÁNDEZ DE SEVILLA Y JAVIER CAMPOS, F. (coord.). **Literatura e imagen en El Escorial**: actas del Simposium (1/4-IX-1996). Escorial: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina 1996, págs. 721-750.

um ‘Tratado de arquitetura’ dedicado ao príncipe, com comentários breves sobre a arquitetura de Vitrúvio³⁸⁵.

A coleção de livros sobre arquitetura de Felipe II tinha muitas obras em comum com a do arquiteto que finalizaria as obras do Escorial, Juan de Herrera, que possuía obras de Vitrúvio, Alberti, Serlio, Vignola, Sagredo, Philibert de l’Orme, Rusconi, além de livros de astrologia, fortificação, aritmética, geometria, artilharia³⁸⁶. Ao analisar as obras existentes nas bibliotecas dos arquitetos a serviço da coroa castelhana ao longo do século XVI, Alicia Cámara Muñoz identificou que os autores mais frequentes e, dessa forma, influentes, eram Vitrúvio, Alberti, Vignola e Serlio (geralmente as traduções para o castelhano dos livros III e IV realizadas por Villalpando em 1552).

Em 1567, Juan Baustista de Toledo faleceu em Madrid. O arquiteto tinha perdido a família e parte de seus bens (entre eles alguns de seus livros) na viagem que os traziam para Castela. Além disso, o trabalho excessivo no Escorial e demais obras reais contribuiu para que a saúde do arquiteto se debilitasse, levando à sua morte³⁸⁷. Seus ajudantes, Juan de Herrera³⁸⁸, Juan de Valencia (enteado de Luis de Vega, que tinha sido *maestro mayor* do Alcázar

³⁸⁵ WILKINSON-ZERNER, C. **Juan de Herrera**. Arquitecto de Felipe II. (1993) Trad. Isabel Balsinde. Madrid: Akal, 1996.

³⁸⁶ Herrera possuía: “De Architectura Libri Decem” (sec. I a.C.), de Vitruvius; “De re aedificatoria” (1452), de Leon Batista Alberti; “I sette libri de architectura” (1570), de Sebastiano Serlio; “Regola delli cinque ordini di architettura” (1562), de Giacomo Vignola; “Medidas del Romano” (1527), de Diego de Sagredo; “Les livres de architecture (1567), de Philibert de l’Orme; “Dell’architettura di Gio Antonio Rusconi” (1590), de Rusconi, entre outros.

CÁMARA MUÑOZ, A. **Arquitectura y sociedad en el Siglo de Oro**. Madrid: Ediciones El Arquero Textos Universitários, 1990.

³⁸⁷ Nos últimos anos de serviço de Juan Bautista de Toledo para Felipe II a relação entre arquiteto e rei foi bastante complicada. Além do excesso de trabalho, o rei passou a solicitar que outros arquitetos opinassem sobre as obras do Escorial, entre eles Francesco Paccioto, que teceu críticas aos planos para a basílica do monastério. Em 1564, permitiu que o prior convocasse uma reunião com alguns arquitetos estrangeiros, entre eles Rodrigo Gil de Hontañón e Henán Gonzales de Lara. Além disso, costuma-se atribuir a Juan de Herrera o papel de ‘supervisor’ dos trabalhos de Toledo. Apesar de ser seu aprendiz e auxiliar nas obras do Escorial, o rei teria pedido que Herrera realizasse desenhos com os quais o rei poderia acompanhar o desenvolvimento da obra.

WILKINSON-ZERNER, C. Op. cit.

³⁸⁸ Não há muitas notícias sobre a formação de Herrera antes de ser discípulo de Juan Bautista de Toledo. Ele mesmo se declarava como autodidata. Sabe-se que chegou à corte de Valladolid aos dezessete anos, em 1547. Em 1548 fazia parte do grupo de jovens cortesãos que viajavam com Felipe à Bruxelas e Itália e que, dessa forma, ganhavam conhecimento dos assuntos políticos do príncipe regente. Integrou as tropas imperiais dos Áustrias no Piemonte e, depois das campanhas de Flandres, passou a fazer parte da guarda pessoal de Carlos V,

de Madrid) e Jerónimo Gilli, ficaram responsáveis por continuar as obras que estavam sob seu comando. Juan de Herrera foi escolhido para continuar a fábrica do Escorial.

No mesmo ano em que Juan Bautista de Toledo morreu, Felipe II escreveu uma nova carta de fundação para o monastério aumentando o número de religiosos que abrigaria de cinquenta para cem monges³⁸⁹, instituindo também um colégio para a ordem com claustro separado, onde se pudesse ler Artes e Teologia. Também criava, através desse documento, um seminário para meninos com 30 vagas.

Em 1569, o prior do Escorial foi nomeado como responsável pela continuidade das obras do monastério. Apenas em 1579, Juan de Herrera, “hombre de gran ingenio, y que alcanço mucho em matemáticas”³⁹⁰, nas palavras de Siguenza, passou a ser o responsável pelas obras do Escorial. Tinha como ajudantes em seus serviços Pedro del Yermo, seu sobrinho e Francisco de Mora, que realizaria muitas obras para o Duque de Lerma durante o reinado de Felipe III (1568-1621). Entre as contribuições de Herrera para o prosseguimento das obras é muito lembrada a organização do trabalho, que permitia que a fábrica fosse levantada com rapidez invejável. Siguenza faz o seguinte elogio: “[Foi] la traza de Juan de Herrera tan buena, que dentro de un año subió por igual la fábrica de la iglesia em el

a chamada “guarda alemã”. Provavelmente aprendeu a desenhar no exército, pois era comum que ali se praticassem cartografia e arte de fortificação. Em sua estadia em Bruxelas teve contato com o séquito do imperador, destacando-se seu contato com Juanelo Turriano, engenheiro e relojoeiro. Herrera e Juan de Valencia também tinham realizado serviços a Honorato Juan, que fora tutor de Felipe II e que estava encarregado da educação do herdeiro, o príncipe Don Carlos, que depois viria a falecer de forma trágica, após se rebelar contra o pai. Juan de Valência era responsável pela cópia do texto manuscrito e Herrera pelas ilustrações do tratado de astronomia medieval ‘Libro de las Armellas’.

Ibid.

³⁸⁹ “Parecióle depues al Rey que no igualaba esta traza á sus deseos, que era cosa ordinaria un convento de San Jerónimo de cinquenta religiosos, y que conforme sus intentos y la majestad del oficio divino que pretendía resplandeciese aquí, y para las memorias que se habían de hacer por sus padres, era pequeño número, acordó que fuesen los religiosos ciento, y el convento fuese el más ilustre que hubiese en España, no solo de religiosos de San Jerónimo, sino de las Órdenes Monacales; pidió parecer á algunos maestros de arquitectura sobre cómo se podía hacer esto; unos decían que se mudase la planta, otros que se hiciesen nuevos claustros, y otros daban otras trazas.

Fray Antonio de Villacastin, el obrero principal, dio en lo que ahora se ve, que sin mudar la planta, el edificio se levantase en alto otro tanto más[...].”

SIGUENZA, J. **História primitiva y exacta del monastério del Escorial**. Madrid: Imprenta y Fundacion de M. Tello, 1881. Edición Fac-simile, Valladolid: Editorial Maxtor, 2003, p.55.

³⁹⁰ Ibid, p.103.

contorno treinta piés en alto, que és, al suelo del coro y claustro, segunda planta y elección de toda esta fábrica con gran admiracion de todos y notable contento de S.M.”³⁹¹

A preocupação em buscar um arquiteto que tinha atuado na Itália e de escolher como seu sucessor alguém que foi educado, em grande medida, no próprio fazer do Escorial como discípulo de Juan Bautista de Toledo, demonstrava a preocupação em se adotar uma nova forma de trabalho e uma nova linguagem para essa fábrica.

Nesse sentido o Escorial se opunha ao gosto pela arquitetura mudéjar e mourisca, que fora mantido pelos monarcas anteriores³⁹². Carlos V havia rivalizado com a Alhambra ao construir seu palácio ao lado do edifício muçulmano³⁹³, escolhendo uma arquitetura à romana, realizado pelo arquiteto Pedro Machuca³⁹⁴, mas antes do imperador assumir a herança dos reis católicos, muitos monarcas continuaram a edificar incorporando elementos mudéjares em seus edifícios. Com o Escorial, uma obra *ex novo*, a linguagem à italiana abandonava definitivamente o passado muçulmano, que deveria ser superado, segundo os escritos da época, voltando-se para a linguagem também adotada pelo papa, aliando-se mais uma vez simbolicamente à luta em defesa da fé católica.

³⁹¹ Ibid, p.110.

³⁹² O termo mudéjar se refere aos muçulmanos que permaneceram em território ibérico após o processo de reconquistas. A designação deriva da palavra “mudayyin”, que significa ‘submetidos’, ‘aqueles que foram subjulgados’. Seus contemporâneos os nomeavam como ‘mouros’, ou ‘sarracenos’ e integravam o grupo envolvido em trabalhos agrícolas, manuais nas cidades e o comércio, comumente viviam em bairros separados, as mourarias, nas grandes cidades ibéricas dos séculos XIII, XIV e XV. Com a conversão forçada ocorrida durante o governo dos Reis Católicos a população de origem muçulmana convertida passa a ser designada como mouriscos.

SARASA SÁNCHEZ, E. *La sociedad mudéjar*. In: LACARRA DUCAY, M. C. (coord.). **Arte mudéjar en Aragón, León, Castilla, Extremadura y Andalucía**. Zaragoza: Institución ‘Fernando el Católico’, 2006, págs.07-29.

³⁹³ TAFURI, M. *El Palacio de Carlos V en Granada: arquitectura "a lo romano" e iconografía imperial*. In: **Cuadernos de la Alhambra**, n. 24 (1988), págs. 77-108.

³⁹⁴ Segundo Francisco de Holanda (1517-1585), alguns pintores, chamados de “águilas” tinham sido responsáveis por trazer o renascimento na pintura como discípulos de Michelângelo em terras espanholas, homens que tinham aprendido a linguagem à antiga em Itália e retornado à terra natal com tais novidades. Seriam eles: Ordóñez, Machuca, Siloé e Alonso Berruguete.

A inserção da linguagem italianizante teria grande favorecimento durante o reinado de Carlos V, sobretudo após sua decisão de edificar uma catedral e um palácio (dentro do complexo da Alhambra) em Granada. Segundo Fernando Marías, com Pedro Machuca, o palácio de Carlos V junto à Alhambra ‘se convertiría en el edificio más italiano del suelo español’.

MARÍAS, F. **El siglo XVI**. Gótico y Renacimiento. Madrid: Silex, 1992, p.97.

Nesse sentido, ainda que, como apontado anteriormente, haja uma discussão iniciada por Checa Cremade sobre o peso da tradição dos palácios-monastérios nas escolhas das soluções para o Escorial, é importante salientar a intenção com a qual se pretendia que tal obra fosse interpretada por seus contemporâneos. Por isso os registros de José de Sigüenza são tão importantes em nosso trabalho, pois revelando o discurso que se contruía sobre a imagem do poder impressa em tal fábrica. Sigüenza coloca a obra do Escorial como obra à antiga, valorizando-a como edifício fiel aos ensinamentos da arquitetura dos antigos e por isso mesmo deve ser comparado às obras do passado e posta como superior às contemporâneas:

“Pretendo, pues, ahora, en el postrero libro de esta historia, mostrar la verdad y prueba de esto, dando cumplida noticia de la ilustre fábrica del monasterio de San Lorenzo el Real, que, sin agraviar a ninguna, osaré decir que es de las más bien entendidas y consideradas que se han visto en muchos siglos y que podemos cotejarla con las más preciosas de la antigas y, tan semejante con ellas, que parecen parto de una misma idea.

En grandeza y majestade excede a cuantas ahora conoceos, ni se rinde a alguna de las antiguas (no hablo de las sagradas ni de las claramente fabulosas porque no hay comparación en lo que es diverso género).”³⁹⁵

Ao não mencionar nenhuma fábrica para comparar ao Escorial, apenas apontando que seria mais bem compreendida se colocada em paralelo com as obras antigas e que excede em majestade suas contemporâneas, destaca ainda mais a obra sobre a qual se propõe a narrar. Além disso, ao mencionar que não deve ser comparada a obras sagradas e fabulosas, ou fantásticas, Sigüenza pode estar sugerindo que a comparação do Escorial com o templo de Salomão, que foi defendida por Villalpando, deve ser pensada apenas de forma retórica, não é uma reconstrução de um edifício de medidas e soluções vindas do céu.

A argumentação de Sigüenza de valorização da antiguidade greco-romana e de superação do passado medieval também se aproxima dos textos italianos que apresentavam um declínio gerado pelas invasões dos povos germânicos na Idade Média. No caso ibérico a argumentação é adaptada colocando o período muçulmano como motivo da decadência peninsular, o que seria identificado também na “má qualidade” de seus edifícios. Os elementos estilísticos muçulmanos, antes valorizados pelos monarcas cristãos pós-reconquista, passam a ser rechaçados, o que ganhava novo significado com as investidas contra o Islã, como a Batalha de Lepanto. Nas palavras de Sigüenza:

³⁹⁵ SIGÜENZA, J. **La Fundacion del Monasterio de el Escorial**. Valencia: CMC Editor, 2010, p.07.

“Luego, en poniendo los pies en los umbrales de la puerta principal, se comienza a descubrir una majestade grande y desusada en los edificios de espana, que habia tantos siglos que estaba sepultada en la barbárie ó grosería de los godos y árabes, que seneñoreándose de ella por nueto pecado apenas nos dejaron luz de cosa buena, ni de primor, ni en letras ni en las artes.”³⁹⁶

Segundo Alicia Cámara Muñoz³⁹⁷, a participação de Juan de Herrera na finalização da obra foi fundamental para que os desejos de Felipe II fossem efetivamente expressos em seu monastério, sobretudo no que diz respeito à linguagem arquitetônica escolhida pelo monarca. A autora considera que o contato com o futuro monarca desde jovem pode ter proporcionado a Herrera uma série de conhecimentos e gostos em comum com seu senhor. O aprendizado com Juan Bautista de Toledo, Honorato Juan e Juanelo Turriano colocou Herrera em contato com o humanismo e a arquitetura à antiga.

Ao mesmo tempo em que Herrera servia bem ao rei continuando as obras arquitetônicas, também desempenhou importante papel e influência sobre o governante. Além de atuar como uma espécie de promotor de publicações, emitindo pareceres favoráveis às iniciativas de alguns autores³⁹⁸, Herrera, movido pelo contexto de favorecimento e valorização das matemáticas existente no reinado de Felipe II, conseguiu, com apoio do monarca, criar a “Academia de Matemáticas”, área valorizada pela relação com a navegação. Até aquele momento, três grandes centros de estudos matemáticos tinham se destacado na Espanha: Universidade de Alcalá de Henares, Universidade de Salamanca e Casa de Conreación de Sevilla³⁹⁹.

³⁹⁶ SIGUENZA, J. **História primitiva y exacta del monasterio del Escorial**. Madrid: Imprenta y Fundacion de M. Tello, Impresor de Cámara de S. M. Isabel la Católica, 1881. Edición Fac-simile. Valladolid: Editorial Maxtor, 2003. p.264.

³⁹⁷CÁMARA MUÑOZ, A. **Arquitectura y Sociedad en el Siglo de Oro**. Madrid: Ediciones El Arquero Textos Universitarios, 1990.

³⁹⁸ Herrera atuou favorecendo certos autores, dando seus pareceres para a aprovação real. Emitiu pareceres favoráveis para proposta de Pedro Ambrosio Ondériz de traducir a obra “Perspectiva e especulária” de Euclides; também para a publicação em castelhano da tradução de Patricio Caxesi da “Regra das cinco ordens da arquitectura, de Vignola; para a edição do tratado de fortificação de Cristóbal de Rojas, “Teoria y Practica de fortificacion, conforme las medidas y defensas de estos tiempos, repartida en tres partes”, entre outras obras.

CERVERA VERA, L. **Intervención de Juan de Herrera en Ediciones de Libros**. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan, 1996.

³⁹⁹ ESTEBAN PIÑEIRO, M. *La ciência en el siglo XVI español*. In: HOURCADE, J.L.G.; YUSTE, J.M.M. **Andrés Laguna**. Humanismo, Ciência y Política en la Europa Renacentista. Congresso Internacional (Segovia,

Em 1584, Herrera publicou a “Institucion de la Academia Real de Mathematica”, espécie de estatuto da academia que estava criando, que incentivava que homens de todos os ofícios que pudessem se valer de bons conhecimentos matemáticos ouvissem as leituras realizadas⁴⁰⁰. A proposta de Herrera voltava-se para a expansão da iniciativa, sendo que em 1588, enviou uma proposta às Cortes de Castela para que se fundassem academias de matemáticas em diversas cidades do reino (Burgos, Jaén, Valladolid, Toledo, Salamanca, Madrid, Soria, Segovia e Guadalajara), proposta discutida por quatro anos, mas que foi recusada pelas próprias cidades, devido ao custo⁴⁰¹. O principal êxito de Herrera nessa empreitada foi o incentivo às atividades dos professores envolvidos com a Academia de Matemáticas, sobretudo na realização de traduções de obras de autores antigos e contemporâneos para o castelhano⁴⁰².

O perfil de Herrera é muito importante para se pensar o resultado conseguido por Felipe II em sua principal iniciativa como rei no campo da arquitetura. Por longo tempo se discutiu a autoria dessa obra, apesar dessa questão ser ainda estranha no contexto em que a obra foi realizada. Siguenza apresenta a contribuição de Juan Bautista de Toledo e Juan de Herrera como arquitetos responsáveis pela obra, mas a imagem do monarca é uma constante em toda a história de sua edificação, a História da fundação do Escorial é entrelaçada e parte fundamental da História de Felipe II para o monge jerônimo. Frei Juan de San Gerónimo (O.S.H.), apresentou o Escorial como uma obra do rei em suas memórias, que não foram

22-26 de noviembre de 1999). Madrid: Junta de Castilla y León; Consejería de Educación y Cultura, 2001, págs.22-40, p.23.

⁴⁰⁰ Profissões enunciadas por Herrera: aritméticos teóricos e práticos, geômetras, astrônomos, músicos, cosmógrafos, pilotos, arquitetos, fortificadores, engenheiros, maquinários, artilheiros, mestres em aparatos bélicos, encanadores e niveladores de águas para aquedutos e canais de irrigação, relojeiros, pintores e escultores.

ESTEBAN PIÑEIRO, M. *Las Academias técnicas en la España del siglo XVI*. In: **Quaderns D’História de Penguineria**. Volum V. Barcelona: Universitat Politècnica da Catalunya, 2003, págs.10-18.

⁴⁰¹ PARKER, G. Op. cit.

⁴⁰² “Aunque como parte de sus actividades se vertieron al castellano obras de autores como Euclides (libros XI y XII de los Elementos), Arquímedes (Equiponderantes), Teodosio (Perspectiva y Especularia) y Apollonio (Cónicas), hay que tener en cuenta que se trataba de texto de geometría esenciales para la astronomía y el trazado de cartas geográficas y marítimas o, como em el caso de *De los cuerpos flotantes* de Arquímedes, útiles para las cuestiones relacionadas con la navegabilidad y seguridad de los navios.”

SANCHEZ RON, J.M. *La ciencia en el Monasterio del Escorial*. In: JAVIER CAMPOS Y FERNADEZ SEVILLA, F.. **Actas del Simposium**. Escorial: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, págs.39-72, p.62.

publicadas até o século XIX. Frei Antonio de Villascatin, irmão leigo jerônimo, ‘obrero mayor’ do Escorial também escreveu suas memórias sobre a construção desse monastério em que era o responsável por supervisionar as obras para a comunidade monástica, e não menciona Herrera em seu texto⁴⁰³. Além de Juan Bautista de Toledo e Herrera, também contribuíram na obra Paciotto, Gaspar de Vega, Rodrigo Gil de Hontañón, mas a participação precisa de cada um desses homens não é clara. Nesse sentido é bastante plausível a postura de Catherine Wilkinson Zerner sobre a questão da autoria do Escorial, considerando que Felipe II como autor da obra: “Desde el punto de vista de la arquitectura en sí, resulta muy dudoso, pero como programa fue sin duda del rey.”⁴⁰⁴

A planta que fora desenhada por Juan Baustitas de Toledo traz em sua solução a integração completa de todas as funções presentes no edifício em um bloco maciço. Realizada pelo primeiro arquiteto do Escorial, a ‘traza universal’ permaneceria em suas características gerais até a finalização da obra⁴⁰⁵. Herrera, que continuou a obra de Toledo, teria se apropriado dessa planta valorizando as formas geométricas em sua escolha pela desornamentação exterior do edifício, aproximando-se da arquitetura militar, dando ao Escorial a imagem de uma fortaleza⁴⁰⁶, sobretudo devido às torres em cada uma das pontas do quadrilátero formado pelo complexo, o que é bastante coerente com o discurso de Cabrera e de Sigüenza, apresentando o Escorial como um local de defesa, uma fortaleza contra as heresias, como indicaremos adiante ao tratar da questão da coleção de relíquias de Felipe II acomodadas no local.

⁴⁰³ Juan de San Gerónimo escreveu “Memorias de Fray Juan de San Gerónimo, monge que fué, primero de Guisando, y después del Escorial sobre vários sucesos del reinado de Felipe II”, que foi publicado em “Colección de Documentos inéditos para la historia de España”, vol VII, ed. M. Salvá y P. Sainz de Baranda, Madrid, 1845 (reed. Madrid, 1985)

As memórias de frei Antonio de Villacastín foram publicadas por P. Julián Zarco Cuevas, *Memorias de Fray Antonio de Villacastín, Documentos para la Historia del Monasterio de San Lorenzi el Real de El Escorial*, I, 2ª ed, Madrid, 1985.

WILKINSON-ZERNER, C. Op. cit.

⁴⁰⁴ Ibid, p.90.

⁴⁰⁵ TAVARES, D. **Juan de Herrera**: disciplina na Arquitectura. Porto: Dafne, 2005.

⁴⁰⁶ NIETO ALCAIDE, V; MORALES, A. J; CHECA CREMADES, F. **Arquitectura del renacimiento en España**, 1488-1599. Madrid: Cátedra, 1993, p. 312.

Figura 40: Sétimo desenho de Herrera, ‘Scenografiae totius fabricae S. Laurentii in Escoriaii’



Fonte: CERVERA VERA, L. **Las Estampas y el Sumario de El Escorial por Juan de Herrera** (1956). Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid/Fundación Cultural C.O.A.M., 1998.

Herrera esteve à frente das obras do Escorial durante dois terços da construção. As consultas a outros arquitetos que tanto geraram conflitos com Juan Baustitas de Toledo, sobretudo no que dizia respeito aos desenhos da basílica, desapareceram durante o período em que dirigiu as obras.

Além de finalizar as obras da principal fábrica de Felipe II, Herrera foi um dos responsáveis por tornar a imagem do monastério parte eficiente da Propaganda Régia. A sua relação com a obra e a grandiosidade do edificio foram eternizados nas estampas publicadas pelo arquiteto. Além da intenção de difusão da imagem desse monumento, as estampas são fruto das escolhas de um servidor extremamente próximo ao rei do que deveria ser apresentado àqueles que não poderiam ver a obra em loco.

4.3. Características gerais da obra e difusão de sua imagem através de estampas

Para difundir tal imagem da monarquia os escritos de Siguenza e Cabrera de Córdoba são fundamentais, como já apontamos, por propagarem a mensagem pretendida através desse edificio para muitos mais receptores do que aqueles que poderiam efetivamente

visitar tal monastério. Além dos escritos, as imagens em estampas do monastério foram fundamentais para o mesmo fim.

Assim como o papa buscava difundir e ser modelo ao permitir que Rafael estampasse levantamentos do que deveria ter sido a Roma Imperial⁴⁰⁷, da qual a Cristandade reivindicava ser herdeira, as estampas do Escorial realizadas por Juan de Herrera e Perret buscavam difundir a imagem da grandiosidade desse monumento, que era também celebrada e traduzida em suas intenções através dos escritos de Siguenza e Cabrera de Córdoba.

Cervera Vera, ao estudar e organizar a publicação das estampas (e seu sumário, que tornava as imagens mais inteligíveis ao público) do Escorial que tinham sido realizadas por Herrera, afirma que esse inspirava-se em outras iniciativas de se estampar edifícios antigos e contemporâneos⁴⁰⁸, considerando que aquela fábrica realizada pelo rei espanhol deveria ser conhecida em outros reinos, sobretudo nas colônias espanholas na América. Herrera teria começado a pensar na possibilidade de realizar as estampas por volta de 1583, sendo tal atitude apoiada pelo monarca.

O autor ainda considera tal iniciativa como uma mostra de seu caráter de homem renascentista, valorizando sua atuação na construção do Escorial, sobrepondo sua importância aos demais artífices que atuaram para levantar tão grandioso monumento, o que é apoiado na interpretação de Wilkinson-Zerner, que indica que tal empreendimento de Herrera consolidava-o como autor da obra, apagando a memória dos demais servidores da coroa, apropriando-se da imagem final do edifício⁴⁰⁹. Herrera realizou os desenhos das traças e de algumas partes importantes do Escorial, encarregando Pedro Perret de preparar as lâminas para serem impressas por Francisco Testa e Jerónimo Gaeta. Em 1590 as estampas já estavam impressas com o sumário, sendo que em 1589, Felipe II concede, através de uma

⁴⁰⁷ DI TEODORO, F. P. **Rafael, Baldessar Castiglione e la lettere a Leone X sulle rovine di Roma.** Bologna: Nuova Alfa, 1996.

⁴⁰⁸ “Y Herrera pensaba que, al igual de Lafreri, Rossi, Cock y otros artistas, que habían grabado muchas fábricas excelsas de la antigüedad y aun algunas modernas, que representadas em magníficas estampas eran admiradas por los arquitectos y artistas, podía representarse este monastério, pues ‘de uma insigne fábrica era justo se diese muestra por todo el mundo’, para admiración de todos aquellos que tenían noticia de su construcción y para conocimiento de la posteridade.”

CERVERA VERA, L. (1954). **Las estampas y el Sumario de El Escorial por Juan de Herrera.** Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid/ COAM, 1998, p.34-35.

⁴⁰⁹ WILKINSON-ZERNER, C. Op. cit.

cédula real, autorização para Herrera enviar 300 coleções das estampas (de 10 papéis cada) à Ciudad de los Reyes (Peru).

Figura 41: Sexto desenho de Herrera ‘ortographia exterior meridional del templo i convento de s. lorencio el real del escurial. i. aposentos reales’



Fonte: CERVERA VERA, Luis. Op. cit.

Têm-se notícias de cinquenta e duas mil estampas impressas por Testa e Gaeta para Herrera, mas apenas há dados das três mil enviadas ao Peru (300 coleções de 10 estampas cada), as demais não se sabe como foram distribuídas. Até 1619 todas as estampas tinham sido vendidas⁴¹⁰. Nas palavras de Herrera, sua motivação era “Por hazer participantes a los desseosos de saber la grandeza de la fabrica de San Lorenzo el Real del Escorial [...]”⁴¹¹

As imagens que circulam através das estampas de Herrera tinham os seguintes títulos descritivos:

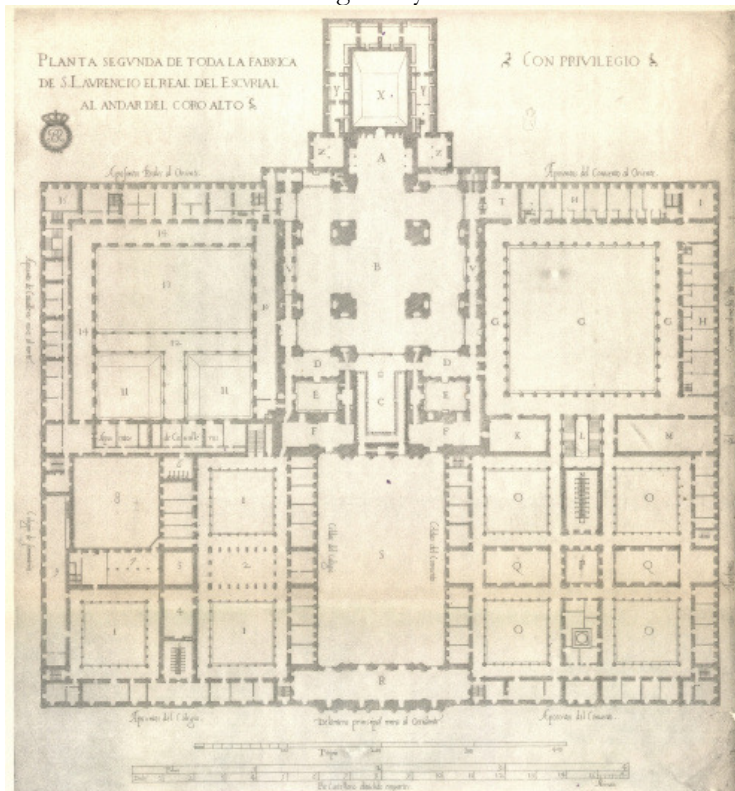
- Primeiro desenho: *planta primera y general de todo el edificio*
- Segundo desenho: *planta segunda de toda la fabrica de s. laurencio el real del escurial al andar del coro alto*

⁴¹⁰ CERVERA VERA, Luis (1954). **Las estampas y el Sumario de El Escorial por Juan de Herrera**. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid/ Fundación Cultural C.O.A.M., 1998.

⁴¹¹ Idem.

- Terceiro desenho: *ortographia de la entrada del templo de s. lorencio el real del escurial. i. seccion interior del convento. i. colegio*
- Quarto desenho: *ortographia i seccion interior del templo de s. lorencio el real del escurial com su retablo i altar maior i claustros del convento i casa real*
- Quinto desenho: *ortographia i seccion interior del templo de s. lorencio el real del escurial. i. parte del convento i. apposentos reales*
- Sexto desenho: *ortographia exterior meridional del templo i convento de s. lorencio el real del escurial. i. aposentos reales*
- Sétimo desenho: *scenographia totius fabricae s. laurentii in escoriali*
- Oitavo desenho: *ortographia del retablo que esta en la capilla maior de s. lorentio el real del escurial*
- Nono desenho: *ortoghaphia del sacrario del altar maior de san lorencio el real del escurial. salutis pub. pontif. unico ies. christo philippus. ii. rex joan. ferrerae arte trezzij opera hispanica mater. dic.*
- Décimo desenho: *seccio i parte interior del sacrario del altar maior de as lorecio el real del escurial*
- Décimo primeiro desenho: [esquerda] *cvtodia del sanctissimo sacrameto de. s. lorencio el real;* [direita] *ignographia del sacrario i cvstodia de san lorencio el real.*

Figura 42: Segundo desenho de Herrera ‘Planta segunda y de toda la fabrica...?’



Fonte: CERVERA VERA, Luis.Op. cit

Além da visão geral do edifício, com as plantas do primeiro e do segundo pavimentos (primeiro e segundo desenhos) e uma perspectiva geral da obra (sétimo desenho), as estampas de Herrera destacam espaços privilegiados da fábrica. A entrada da basílica é estampada no terceiro desenho, em que se apresenta também o convento e aposentos reais.

Figura 43: Terceiro desenho de Herrera ‘Ortographia dela entrada del templo...’



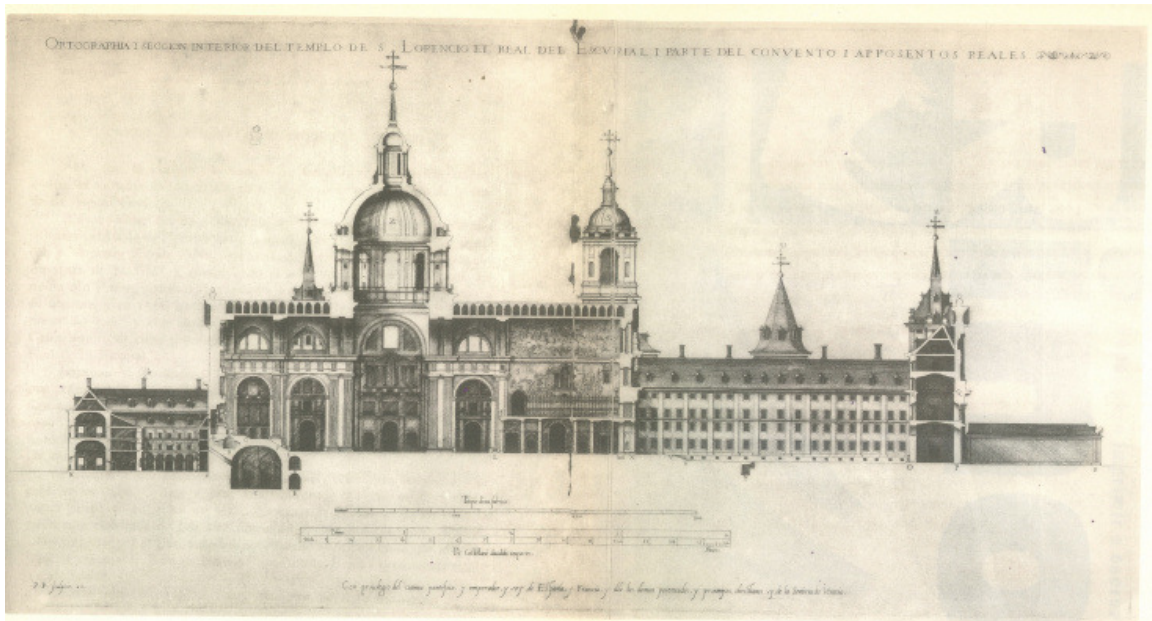
Fonte: CERVERA VERA, Luis. Op. cit

Figura 44: Quarto desenho de Herrera ‘Ortographia i seccion del Templo...’



Fonte: CERVERA VERA, Luis. Op. cit

Figura 45: Quinto desenho de Herrera ‘Ortographia i seccion del Templo...’



Fonte: CERVERA VERA, Luis.Op. cit

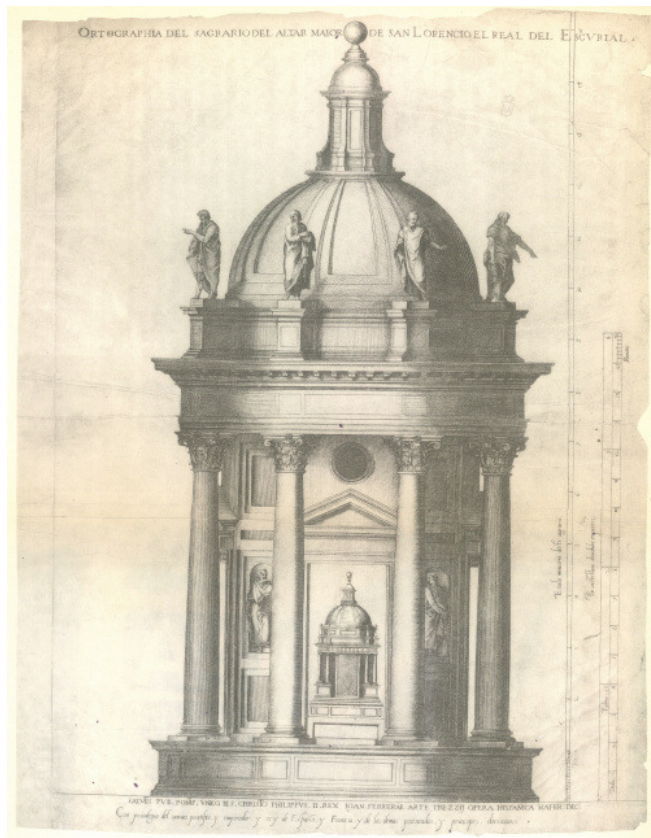
O templo é destacado no desenho de sua fachada (terceiro desenho), que deixa clara sua centralidade como corpo ordenador de todo o complexo do Escorial e sua cúpula imponente, que o coloca também como espaço de destaque na fábrica de Felipe II. O corte do quarto desenho destaca o grandioso retábulo mor dentro do templo, e dá uma ideia geral da organização interior dos espaços que constituem o edifício e a organização dos claustros dos dois lados do templo. As dimensões templo em relação a todo edifício é destacada no quinto desenho, que traz uma seção do templo e do convento que enfatiza as dimensões das naves do templo.

Dessa forma, as estampas de Herrera dão uma visão do geral para o particular. A custódia (décimo primeiro desenho, esquerda), o sacrário (nono, décimo e décimo primeiro desenho, direita), o retábulo do altar-mor (oitavo desenho) e a fachada da igreja (templo) do Escorial são os espaços com maior destaque, pois são individualizados na apresentação iconográfica realizada pelo arquiteto.

No sumário das estampas, Herrera inicia a identificação dos principais espaços do Escorial apresentados na planta geral (primeiro desenho). A ordem da descrição leva em conta a sacralidade dos espaços, em primeiro lugar indicando o sacrário, custódia e altar-mor do templo, locais de maior importância na escala do sagrado. Na sequência identifica a porta de acesso ao sacrário e o oratório, de onde a família real assistia as missas. Identifica também os relicários, sem descrevê-los. Depois dessas primeiras palavras indicando os locais de maior

destaque do edifício, Herrera ocupa-se primeiro em descrever brevemente o convento, o templo, o colégio e a casa real, para depois dedicar-se ao que se apresenta em suas estampas. A descrição de Herrera não apresenta os significados pretendidos nas diversas soluções escolhidas para o edifício, ou como se apresenta a monarquia no espaço do palácio-monastério.

Figura 46: Nono desenho de Herrera ‘Ortographia del sagrario del altar maior...’



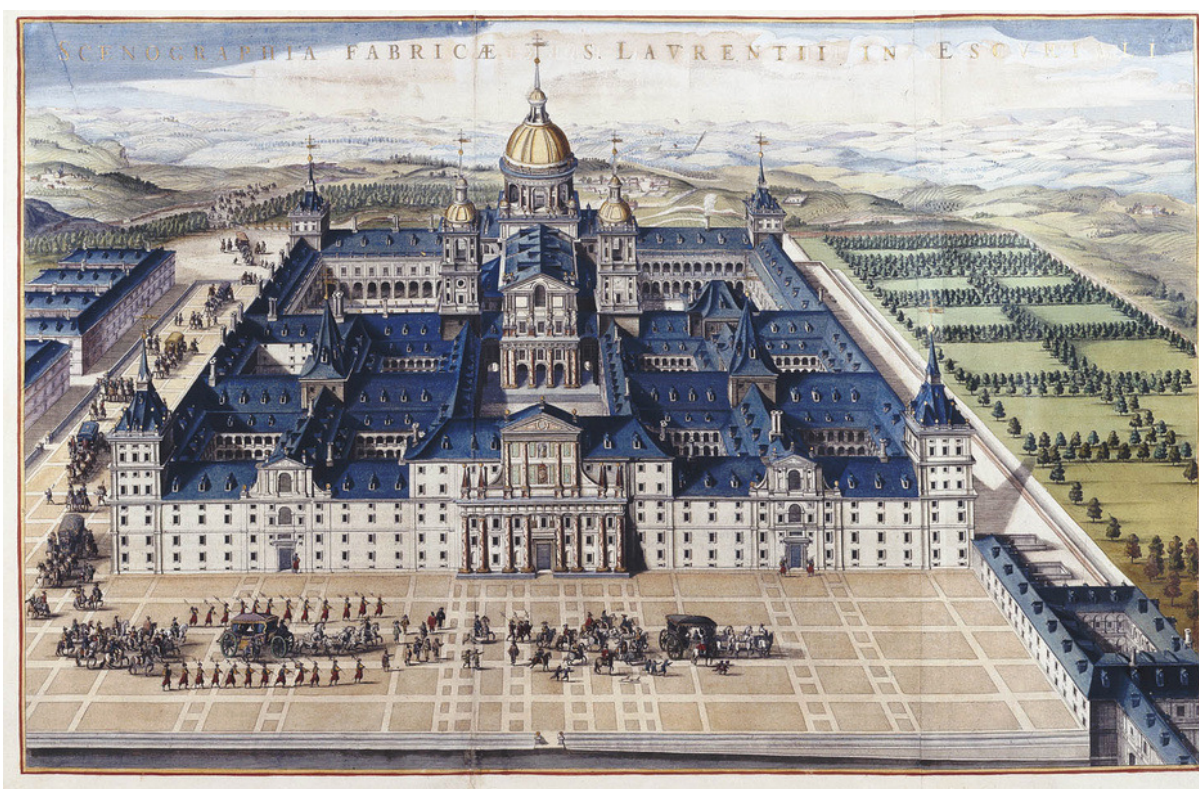
Fonte: CERVERA VERA, Luis.Op. cit

As estampas de Herrera foram copiadas muitas vezes para ilustrar diversas obras, sobretudo o sétimo desenho, que se trata de uma vista geral do edifício. Abraham Ortelius incluiu-o em sua obra *Theatrum*; Martin Zeiller (1589-1661) editou um manuscrito anônimo em Nuerberg (1637) sobre uma viagem através de Portugal e Espanha por um alemão desconhecido utilizando o mesmo desenho; Pedro de Villafranca (gravador de obras reais de Felipe IV) copiou-o também para ilustrar a obra ‘Descripción breve del Monasterio de S. Lorenzo’, do frei jerônimo Francisco de los Santos, em 1657; o arquiteto J. Leroux copiou cinco estampas de Herrera (terceiro, quarto, quinto, oitavo e sétimo desenho sem o entorno do edifício) para ilustrar a tradução inglesa da obra do padre Francisco de los Santos

(impressa em Londres, em 1760). Outra descrição do Escorial utilizou as estampas de Herrera para sua ilustração: a ‘Descripción del Monasterio de San Lorenzo el Real’, do padre Andrés Ximénez traz o primeiro, terceiro, quarto, quinto, sexto e sétimo desenhos de Herrera, com algumas modificações.

Joan Blaeu, filho do cartógrafo Willem Janszoon Blaeu, da importante família de cartógrafos holandeses, incluiu oito gravuras de Herrera para ilustrar sua obra “Geographica blavianae”: seis desenhos da fábrica (primeiro, terceiro, quarto, quinto, sexto e sétimo desenhos) e dois do tabernáculo construído por Jacome Trezzo (nono e décimo desenhos).

Figura 47: Estampa de Herrera utilizada na ilustração do Atlas “Geographica blavianae”.



Fonte: Biblioteca Nacional de España⁴¹².

A obra de Juan Alvarez de Colmena, “Les délices de l’Espagne & du Portugal” (edições em Liege em 1707 e 1715) tem seu segundo tomo ilustrado com o nono e décimo desenhos de Herrera (nono e décimo desenhos). As mesmas gravuras aparecem em outras obra de Colmenar, “Annales d’Espagne et de Portugal” (Amsterdam, 1741). Além dessas

⁴¹² Imagem disponível no site da Biblioteca Nacional de España (BNE) em: http://www.bne.es/es/Micrositios/Exposiciones/BNE300/documentos/300anos_184-185.pdf

obras em destaque, até o século XIX as gravuras de Herrera foram tomadas como base para se ilustrar obras relacionadas ao Escorial, ou que tratavam dos reinos de Espanha e Portugal.

A profusão de cópias demonstra a importância das imagens estampadas por Herrera e a enorme fortuna alcançada, sendo difundidos em obras até o século XVIII. Importantes homens possuíram tais estampas, entre eles o próprio Felipe II (que tinha uma coleção de traças dos edifícios reais), o rei da Pérsia (dado ao embaixador para levar ao rei depois de visita ao Escorial em 1601), Pompeo Leoni (que fez as estaturas orantes da igreja) e Francisco Velázquez. O sumário com a descrição de Herrera para cada uma das estampas estava presente na biblioteca de Francisco de Mora (discípulo de Herrera), de El Greco e Pompeu Leoni (possuía um exemplar em sua residência em Madrid).

A valorização dos espaços sagrados nas estampas de Herrera reforçam a imagem religiosa do edifício. Apesar de ser também palácio de Felipe II, seus aposentos ocupavam porção bastante modesta em relação ao complexo. A principal imagem expressa nesse monastério era a do rei inserido no espaço monástico, a imagem de rei-monge de Felipe II que foi bastante difundida⁴¹³. Ainda que seus aposentos sejam pequenos dentro da grandiosidade da obra, o rei transborda a sua presença em todo o edifício. O monarca utiliza-se da tradição ibérica dos palácios monásticos para apropriar-se desse espaço e fazer a imagem real sobressair-se à imagem dos religiosos que ali viviam. Como Dom Manuel tinha feito com Santa Maria de Belém, mais do que um monastério jerônimo, aquele espaço era a apresentação da monarquia, de seu poder, do império que construía, da religiosidade da monarquia, do papel que desempenhavam na difusão da religião, na rivalidade com o poder papal.

Felipe II, dessa forma, estava em consonância com as mudanças ocorridas após as Reformas Protestantes, com a confessionalização do seu território, com a identificação dos súditos como fiéis, que era bastante anterior no caso Espanhol, mas que ganha aparato institucional reforçado para manter o controle dos súditos em termos de fé, dando maior peso à Inquisição, assim como a participação de religiosos dentro do campo de servidores mais próximos do monarca também cresceu nos anos de crise da Cristandade⁴¹⁴.

⁴¹³ CHUECA GOTIA, F. Op. cit.

⁴¹⁴ GARCÍA CÁRCEL, R. Op. cit.

Os monarcas da Idade Moderna tinham sua devoção explicitamente apresentada a seus súditos e vizinhos. A defesa da fé do monarca e de seu reino, depois das Reformas Protestantes, eram motivos de guerras, muitas vezes mascarando motivações mais mundanas de seus promotores. Os reis que se mantinham católicos guardavam os títulos dados pelo papa e herdados de seus antecessores: os reis espanhóis eram os “Reis Católicos” e os franceses “Reis Cristianíssimos”.

Segundo Senellart, os reis europeus da Idade Moderna tinham como parte fundamental de seu poder o exercício militar, manter a defesa interna e externa de seus reinos, coordenar a economia (mercantilismo, marca fundamental do período), e também “vê-se que o governo está essencialmente ligado à função de polícia, no sentido de manutenção da ordem e da regulamentação dos costumes”⁴¹⁵. Dessa forma, regular os costumes passava pelo controle religioso de seus súditos e era também parte da propaganda política régia, da maneira como deveriam apresentar-se em suas ações, gestos, nas pinturas, na arquitetura, etc. aos seus governados.

4.4. Incorporação de Portugal na Monarquia Hispânica e valorização de um cristianismo ibérico no Escorial

A união de todos os reinos da Península Ibérica sob o governo de um único monarca fortaleceu a imagem de defensor da religião católica de Felipe II, já que Portugal também buscava afirmar-se em sua missão de expandir o cristianismo pelos territórios conquistados além mar. A escolha da mesma da mesma ordem religiosa para o panteão real espanhol que havia sido escolhido por D. Manuel reforça a unidade religiosa entre os reinos da Monarquia Hispânica. Siguenza apresenta da seguinte forma a importância da posse de Portugal:

“Después de haber tomado la posesión del nuevo Reino de Portugal, con que volvió España a la perfección antigua y se cerró el cerco de la Corona e Imperio de toda ella sobre una tan católica y pía y prudentísima cabeza, don y merced del cielo reservada, por más de novecientos años, para Felipe II; [...] vióse en él, digo, lo que jamás desde aquellos dos padres del linaje humano, Adán y Noé, en ningún Príncipe terreno se há visto, que con sus brazos e Imperio abraza toda la redondez de la Tierra, y tiene súditos y

⁴¹⁵ SENELLART, M. **As artes de governar**: do regimen medieval ao conceito de governo. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006, p.36.

vassallos en todas las quatro partes del mundo, Asia, Africa, Europa y la última llamada América, [...] y lo que es más admirable, digno de memoria eterna, que debajo del nombre de Felipe II se vió por primera vez hacerse sacrificio al verdadero Dios y ofrecerle a su Hijo Jesucristo en todas estas quatro partes de la tierra habitable [grifo nosso] y en las islas más escondidas y remotas, y allí suena el nombre dulcíssimo de nuestro Reparador y Maestro Jesucristo, y de la Iglesia Católica, llevado por sus vassallos y súbditos, lo que tampoco se había visto en tempo de algún Príncipe Cristiano, ni de muchos juntos. Premio y parte de gloria de la piedad y mérito de tan Católico Monarca, de quien dijo aguda y graciosamente un português que no se ponía el sol jamás en Casa del Rey Felipe.”⁴¹⁶

Cabrera também ocupou-se de colocar a sucessão ao trono português como obra da providência divina. Inicialmente, o cronista de Felipe II apresenta alguns dos relatos milagrosos que eram difundidos sobre o nascimento de D. Sebastião, como a visão que sua mãe teve ainda grávida de mouros entrando em seus aposentos⁴¹⁷. A imagem de D. Sebastião como um cavaleiro cristão na luta contra os muçulmanos tinha sido bastante difundida em seu reinado, reafirmando sua ligação com D. Afonso Henriques e com a origem do reino português na luta contra os mouros. No momento do nascimento de D. Sebastião, inclusive, estava em questão a canonização do primeiro rei português, o que explicava o ambiente em que cresceu e que alimentou enorme expectativa em seu futuro como governante e que foi transformado em espera messiânica com sua morte. D. Sebastião era o sucessor desejado de D. João III depois de nove herdeiros terem falecido, a expectativa em torno desse governante como garantidor da independência do reino de Portugal e a educação recebida dos avós (sua mãe retornou à Castela como regente na ausência de seu pai, Carlos V), faziam dele uma espécie de salvador da nação⁴¹⁸.

Em 1572, Dom Sebastião iniciou as campanhas militares contra os muçulmanos, invadindo o norte da África em 1574. Depois das primeiras investidas, voltou para o reino para buscar apoio financeiro e homens para iniciar a guerra no Marrocos. Entre dezembro de

⁴¹⁶SIGUENZA, J. **Cómo vivió y murió Felipe II**, por un testigo ocular. Madrid: Apostolado de la Prensa, 1928. Edição Facsímile: Valladolid: Editorial Maxtor, 2008, p.76-77.

⁴¹⁷ “Escribese, y por tradicion se disse por caso raro y prodigioso, precedido á su nacimiento, que em una noche vió a princesa doña Juana, su madre, estando preñada dél, en el palácio de Lisboa, entrar en su aposento gran número de figuras de moros vestidos de diversos colores: dudando en si serian las guardas de la Cámara, entraron segunda vez los moros fantásticos, y cayó con desmayo en brazos de sus damas.”

CÓRDOBA, L. C.. **Filipe Segundo**, Rey de España. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribauy Cª, 1876-1877, Tomo II, p.343.

⁴¹⁸ MEGIANI, A. P. T. **O Jovem Rei Encantado**. Expectativas de Messianismo Régio em Portugal, séculos XIII e XVI. São Paulo: Hucitec, 2003.

1576 e janeiro de 1577, encontrou-se com Felipe II em Guadalupe para tratar de seu casamento, questão sobre a qual D. Sebastião tinha resistido por muito tempo. Desse encontro ficaria arranjado que o rei português se casaria com uma infanta castelhana assim que alguma tivesse idade para isso, o que garantiu o apoio de Felipe II para a campanha no Marrocos. O historiador Luis Cabrera de Córdoba insiste nas tentativas de Felipe II fazer seu sobrinho desistir de tais intentos: “Aconsejáronle en la jornada de Africa, [...], y disuadiéndola D. Filipe le pidió que á lo menos no fuese á ella, fundado em el puro celo y amor que le movia”⁴¹⁹. E reforça ainda a teimosia de Dom Sebastião:

“Don Sebastian, rey de Portugal, que por natural ferocidade, ó permission divina, tenía la jornada que deseaba hacer en Africa por justa, no daba oidos á los que la disuadian á su parecer, justamente endurecido á los ruegos de la reina doña Catalina, su abuela, y del cardenal D. Enrique, su tio, consejos de sus más fieles, y advertências del Rey Católico.”⁴²⁰

Tais posturas do historiador tinham por intenção fortalecer a legitimidade do direito à sucessão de Felipe II em Portugal, contrastando a imagem do Rei Católico como prudente e zeloso com seus parentes, e o rei português como imprudente e teimoso, invertendo a imagem de defensor da fé cristã, do salvador esperado pelo povo português, inclusive, colocando em suas considerações que o fracasso em Alcácer-Quibir poderia ser entendido como castigo de Deus:

“Pareció particular determinacion de Dios el hacerse esta jornada, ó para castigo ó provecho de los pueblos, que de tempo en tempo, con voluntad de infinita sabiduría, muda fatalmente los impérios y señoríos, y las monarquias tienen sus años críticos en que desfallecen. Culpas merecen castigo, y éstos mudanzas, y la de Portugal se juzgó encaminaba á su perdicion, pues de cuantas cosas para desordenar esta jornada se hicieron, no impidieron su execucion, cayendo todo tan á punto, como si la mano de Dios conduxera los portugueses á los limitados términos de su monarquia con escondidos fines de su alto juicio, que ninguno podia alcanzar, porque suele castigar al que más quiere.”⁴²¹

Com o desaparecimento de D. Sebastião no norte da África, seu tio-avô, o cardeal Dom Henrique, tornou-se rei já idoso e, como cardeal, sem possibilidades de gerar sucessores naturais. Para minimizar o problema sucessório, D. Henrique convocou as Cortes, em 1579, para que os pretendentes ao trono apresentassem a fundamentação jurídica de seu direito

⁴¹⁹ CORDOBA, L. C.. **Filipe Segundo**, Rey de España. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribauy Cª, 1876-1877, Tomo II, p.347.

⁴²⁰ Ibid, p.398.

⁴²¹ Ibid, p.397.

sucessório. Sentenciou ao desterro, à ilegitimidade e desnaturalização D. António, prior do Crato, filho do infante D. Luis, que também pretendia suceder o cardeal. Daqueles que desejavam tornar-se rei de Portugal, três candidatos apresentaram argumentos mais convincentes e que conseguiram angariar maior apoio da nobreza e de governantes de outros reinos: Felipe II de Espanha, D. António (prior do Crato) e D. Catarina de Bragança.

Felipe II, através de Cristóvão de Moura, conseguiu uma importante rede de aliados na nobreza, clero e burocracia real, conseguindo apoio através de ameaças e promessas. D. António tinha apoio da Inglaterra e D. Catarina de Bragança, filha de Dom Duarte, tinha apoio da França. Felipe II usou como um dos argumentos a seu favor o fato dos outros dois pretendentes serem apoiados por reinos com muitos hereges, que entrariam em Portugal para guerrear a favor do candidato que apoiavam e traria, além da guerra, o perigo religioso de dar espaço para aqueles que não seguiam a fé de Roma.

Depois de muito debate, Felipe II consultou juristas em Salamanca e Alcalá de Henares que o apoiaram a invadir o reino e tomar militarmente o que seria seu por direito. D. António também avançou militarmente sobre Portugal e foi aclamado rei em Santarém, com apoio de algumas cidades, mas sendo derrotado. D. António conseguiu fugir pelo norte do reino e se exilou inicialmente na Inglaterra e depois na França. O apoio a D. António continuou na Ilha Terceira até 1582, e ocorreu uma tentativa de regresso a Portugal com apoio da Inglaterra, comandada por Francis Drake, em 1589, pouco após a derrota da Armada Espanhola contra a Inglaterra, em 1588.

Mafalda Soares da Cunha considera que o protestantismo dos ingleses apoiadores de D. António foi um fator importante na propaganda de dissuasão do apoio popular ao pretendente ao trono. A autora também considera que apesar do apoio popular inicial a D. António, conforme o sebastianismo foi crescendo, a população passou a esperar mais o retorno do rei desaparecido do que apoiar um pretendente natural do reino. D. António faleceu em 1595, desaparecendo assim a principal oposição a Felipe II⁴²².

Segundo John Elliot, a união entre Portugal e os demais reinos ibéricos poderia ser considerada uma união *aeque principaliter*, o que significava que reinos

⁴²² CUNHA, M. S. *A questão jurídica na crise dinástica*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

continuavam sendo tratados como unidades distintas após a união, conservando leis, foros, direitos próprios, garantindo a sobrevivência da identidade de Portugal dentro da Monarquia Hispânica. Felipe II tornou-se, assim, soberano de Castela, Aragão, Nápoles, Sicília, Milão, Franco Condado, Países Baixos e territórios americanos da coroa de Castela, de Portugal e de seus domínios além-mar, sendo o maior senhor da Europa da segunda metade do século XVI.

Apesar da identidade de cada reino ser preservada, Felipe II buscava concentrar maior poder em suas decisões. Segundo Joaquim Romero Magalhães: “Se houve poder pessoal extenso (mais autoritário que absoluto) na época moderna foi o seu, apesar de condicionado pelo tempo dos percursos e pelos foros e costumes da diversidade estrutural dos seus reinos e senhorios, cidades, vilas e grupos sociais.”⁴²³

A valorização de Portugal como parte da Monarquia Hispânica apresenta-se em especial no poema de Luis Cabrera de Córdoba intitulado *Laurentina*, poema a São Lourenço. No prólogo são apresentadas as glórias passadas do reino português e dos demais reinos da península que se somam para dar grandeza ao território unificado sob a imagen de Felipe II: “El rio Tajo, viendo que V. M. goza ya todo lo que él baña, por ser cosa que él en extremo deseaba, determina de hacer una fiesta y triunfo para celebrar estos felices sucesos.”⁴²⁴

Cabrera também rememora em seu poema a fundação de Lisboa, a sucessão dos reis portugueses, a prematura morte de Dom Sebastião e apresenta as ordens militares de Alcântara, Calatrava e Santiago. Ao mesmo tempo em que guarda a memória e grandeza do reino português também trata sobre os primeiros reis povoadores da Espanha, desde Ataulfo até Rodrigo (último rei dos Godos), e de Pelayo até os dias do reinado de Felipe II. Depois de apresentar a tradição e a história herdadas por Felipe II em seus reinos ibéricos, Cabrera escreve sobre a entrada de Felipe II para ser reconhecido como rei de Portugal. Apenas após apresentar esse passado ibérico que culmina com a grandeza do domínio espanhol, um império em que o sol jamais se punha, Cabrera apresenta a descrição do Escorial.

⁴²³ MAGALHÃES, J. R. *Felipe II*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p.564.

⁴²⁴ CABRERA DE CORDOBA, L. **Laurentina**. Edición de Lucrecio Perez Blanco. [s.l.]: Biblioteca Ciudad de Dios, 1975, p.23.

O Escorial no poema *Laurentina* se colocava como local de celebração da grandeza alcançada pela monarquia filipina. É interessante a menção ao rio Tejo, cujo curso se inicia no reino de Aragão (na serra de Albarracim), estendendo-se pelo território do reino de Castela e parte considerável do curso em Portugal. É o rio mais extenso da Península Ibérica, importante para a navegação e integração do território ibérico⁴²⁵, e que desagua em Lisboa, junto ao outro panteão régio guardado pela Ordem de São Jerónimo em que Dom Manuel e seus filhos repousavam.

Figura 48: Moeda comemorativa da incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica com a inscrição do poeta Juvenal sobre Alexandre, o Grande 'NON SVFICIT ORBIS', 'o mundo não é o suficiente'.



Fonte: PARKER, G. **Imprudent king**: a new life of Philip II. New Heaven/London: Yale University Press, 2014.

A incorporação de Portugal na Monarquia Hispânica representava a restauração da unidade peninsular que teria sido quebrada nas invasões muçulmanas. A unidade física-geográfica também era a unidade religiosa no passado visigótico e no presente de Felipe II como rei cristão católico. Nesse sentido, a União das Coroas Ibéricas engrandece o papel de seu monarca como aquele que deve guiar seu povo, que deve cuidar da boa observância da

⁴²⁵ A partir da incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica, muitos projetos de integração territorial peninsular começam a ser pensados e alguns vão sendo executados, alguns deles colocando o Tejo como uma importante via para o transporte fluvial e integração dos reinos de Portugal e Castela. Em 1585 o engenheiro Antonelli apresentou a Felipe II um projeto para tornar o curso do Tejo navegável de Lisboa a Talavera. O Tejo já era navegável de Lisboa a Abrantes e diversos projetos vão sendo apresentados para que o rio pudesse comunicar ainda mais os territórios peninsulares. Além de facilitar o contato e o governo com maior acessibilidade de Portugal pelo monarca, sobretudo aproximando Madrid e Lisboa, peças fundamentais do poderio de Felipe II, era importante nesse momento pensar o reconhecimento e defesa da costa portuguesa, fundamental economicamente para o monarca devido à entrada de produtos coloniais.

SANZ SANJOSÉ, Gloria. *Comunicaciones interiores al Tajo en el siglo XVI*. In: **Cuadernos de Investigación Histórica**. Madrid: Fundacion Universitaria Española/Polígono 'El Palomo,' n.2, 1978, pp.459-478.

religião católica mantida pelos reinos ibéricos no contexto das Reformas Protestantes, pois além de cuidar da preservação dessa fé na Europa, Felipe II colocava-se como um grande continuador da missão dos apóstolos de levar a palavra ao mundo⁴²⁶, pois tinha sob sua coordenação um império, como lembrado por Siguenza, em que o sol nunca se punha.

A maneira como se constrói a narrativa sobre a construção do Escorial nas obras dos cronistas, sobretudo de Siguenza e Cabrera de Córdoba, valoriza o lugar de Portugal dentro dos domínios filipinos. Sobretudo nas palavras de Siguenza, que constrói a História do Escorial como a história da fé do monarca, de sua submissão aos desejos divinos que o colocam como agente e beneficiário da providência de Deus, os eventos relativos a Portugal são sempre destacados, entre eles, o momento em que Dom Sebastião foi se encontrar com Felipe II para pedir conselhos e apoio militar ao tio, o que é apresentado por Siguenza como o momento em que teria deixado seu reino como herança ao monarca castelhano:

“Desde aqui se marchó, el 11 de diciembre [de 1576], a nuestra Señora de Guadalupe, para verse allí com el Rey de Portugal; lo que se trató entre los dos, y las razones de estas vistas con lo que allí pasó, otros lo han ya dicho: a mi parecer, no fué outra cosa aquella junta, por lo que el efecto ha mostrado, sino un como decir que venía a entregar aquel Reino Don Sebastián en manos de Felipe: testigo de la donación y entrega, la Santísima Virgen y su Hijo, en cuya mano están los derechos y disposiciones de todos los Reinos y Reyes.”⁴²⁷

Talvez nessa valorização da unidade religiosa conquistada com a união de Portugal aos demais reinos ibéricos esteja a explicação do porque o Escorial não apresentar em sua imagem do poder dos Habsburgo símbolos claros do poderio ultramarino de Felipe II, o primeiro monarca a ter súditos em todos os continentes conhecidos. A importância das colônias nessa imagem do poder estava na missão evangelizadora, que era engrandecida com a incorporação dos territórios lusitanos no além mar. A população das colônias, vice-reinos, feitorias, etc. eram relevantes enquanto possibilidade de conversão ao catolicismo, do crescimento do povo que observava a fé propagada desde Roma. Mesmo em um momento em que o colecionismo e a posse os artigos vindos do Oriente, África e América eram

⁴²⁶ No Evangelho segundo São Marcos, é narrado o episódio após a crucificação em que Cristo ressuscitado aparece aos discípulos: “E disse-lhes: ‘Ide por todo mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado.’” (Marcos 16, 15-16)

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Editora Paulus, 1ª ed., 9ª reimp., 2013.

⁴²⁷ SIGUENZA, J. **Cómo vivió y murió Felipe II**, por un testigo ocular. Madrid: Apostolado de la Prensa, 1928. Edição Facsímile: Valladolid: Editorial Maxtor, 2008, p.59.

valorizados, Felipe II não se vale desses elementos no Escorial para enaltecere seu poderoso império, diferentemente da escolha de Dom Manuel por construir seu sepulcro na foz do Tejo, de onde saíam as embarcações lusitanas, lembrando a relação entre o poder crescente de seu reino e o porto de Lisboa, que ligava a Europa à África, Ásia e ao Brasil.

Assim, as características particulares, o exotismo desse mundo sob o domínio dos Habsburgos espanhóis se apresenta como mais importante dentro da missão de levar a fé ao mundo do que por suas próprias possibilidades de enriquecimento da Europa, ou valorização de qualquer uma de suas particularidades. Em certo aspecto é uma postura autoritária de demonstração do poder, de apagamento do outro, de sobreposição da cultura europeia através da fé, de desvalorização do outro porque não compartilha do mesmo credo, um outro que só passa a importar na medida em que pode ser arrebanhado, convertido ao cristianismo.

Ao mesmo tempo em que enfoca a matriz ibérica do cristianismo que se espalha pelo mundo através da missionação, a imagem do Escorial não se volta apenas ao público europeu, pois, como apontamos anteriormente, um volume considerável das estampas impressas dos desenhos de Juan de Herrera foram enviadas para o Peru buscando difundir essa imagem da fé sem qualquer mescla com os elementos americanos.

Por isso também a escolha dos jerônimos como ordem religiosa que guardava o monumento. Mesmo que o discurso exposto seja de valorização do caráter cristão da monarquia, de sua defesa da fé e missão evangelizadora pelo mundo, o cristianismo apresentado na grandiosa fortaleza da fé que era aquele monastério se caracterizava pelos elementos locais, pelo que havia de mais hispânico no modo de ser cristão dos Habsburgos ibérico, a começar pela ordem contemplativa exclusivamente peninsular em seu ramo masculino que zelaria pelas almas e corpos da dinastia que ali repousaria.

Cabrera de Córdoba, em seu poema *Laurentina*, justifica que a ordem era famosa pela vida santa e de clausura⁴²⁸. Tal motivo pode ter influenciado sua escolha, pois em um momento de crise, a discricção da vida em clausura, a pureza da religiosidade contemplativa, o passado eremítico, de desapego do mundo e busca por aproximar-se de Deus faziam desses homens exemplos de entrega à religião, entrega que era emulada pela monarquia que buscava preparar-se para a glória eterna vivendo próxima aos monges jerônimos. Era a busca de

⁴²⁸ Que habitan esta casa referida / frailes de los Jerónimos llamados, / Religión de famosa y santa vida / por su clausura y canto celebrados, [grifo nosso]/ donde la santidad siempre se anida, / que en su patrón Jerónimo estampados / los muy pobres y humildes corazones, / son otros santos Paulos o Hilariones.

reafirmar a tradição em um momento de quebra de unidade, reafirmava a instituição católica, a hierarquia e o papel do rei como defensor do Papa, aliado a homens considerados mais santos que os demais, por dedicarem exclusivamente suas vidas a aproximarem-se de Deus e orarem pelo povo e pelas almas dos que já não estavam entre nós. Era a reafirmação da necessidade de intercessão.

A escolha da ordem implicava também no isolamento do monastério em relação à corte. O Escorial era próximo de Madrid, mas guardava o afastamento necessário para a tranquilidade dos monges realizarem seus ofícios cotidianos e para que o rei tivesse seus momentos de retiro. Nas palavras de Sigüenza:

“Pretendía siempre que fuese própria casa de San Jerónimo, que estuviese fuera y aun lejos de poblado, donde los religiosos ni tuviese fuera y aun lejos de poblado, donde los religiosos ni tuviesen quien los estorbase la quietude de su contemplación, y cuando él quisiese retirarse del bullicio y ruido de su corte, el lugar mismo le ayudase a levantar el alma em santas meditaciones, de que no tenía poco ejercicio y gusto.”⁴²⁹

A escolha do local do monastério deveria atender às necessidades da Ordem, que se alinhavam a boas condições para uma morada eterna dos reis e infantes espanhóis, além das boas condições indicadas pelos tratados de arquitetura, sobretudo tomando como referência Vitruvius:

“Pasearon las faldas y laderas de estas sierras y, mirando las calidades y partes de uno y outro sitio, conforme a la doctrina de Vitruvio, autor de excelente juicio em el arte, se fueron siempre resolviendo em éste donde ahora está sentada la casa.”⁴³⁰

A relação entre o poder real e a edificação do monastério dedicado à São Lourenço por Felipe II se encontra também nas palavras de Sigüenza na proximidade com que trata da questão da escolha do local da corte do rei e do local em que construiria aquele que seria o panteão real. Assim, o lugar dos afazeres do governo deveria estar próximo do lugar de descanso eterno, sem que o espaço do poder terreno invadisse o espaço do sagrado da monarquia, assim como também era a relação entre a cidade de Lisboa e o mosteiro de Santa Maria de Belém.

⁴²⁹ Ibid, p.16.

⁴³⁰ Ibid, p.17.

O Mosteiro do Escorial também deveria ser um refúgio do monarca, a possibilidade de distanciamento do tumulto do mundo, o afastamento necessário para governar sozinho em alguns momentos. Por isso a escolha de monges dedicados à vida contemplativa, não uma ordem mendicante, ou atuante no mundo com a missão. O Escorial deveria ser propriamente a morada de São Lourenço, sendo em região afastada para dar tranquilidade aos monges fazerem suas meditações e não se atrapalharem com barulhos e confusões, beneficiando também os momentos de refúgio do monarca.

Dessa forma, trataremos adiante dos espaços em que a monarquia apresenta-se no edifício do Escorial. Como indicamos anteriormente, todo o edifício e sua grandiosidade se apresentam como um monumento à monarquia e sua defesa da fé. Porém, há espaços privilegiados para a monarquia discursar sobre si mesma nesse monastério e tais espaços apresentam muitos pontos de contato com a construção do discurso escrito sobre o reinado de Felipe II por Siguenza e Cabrera.

4.5. Espaços de apresentação da monarquia no Escorial

4.5.1. Palácio Real: Sala das Batalhas

Como indicamos no início deste capítulo, a necessidade de se lembrar dos feitos militares dos antigos governantes é uma constante na obra do historiador Luis Cabrera de Córdoba. As vitórias militares de Felipe II e de seus antecessores eram retomados em sua ‘História de Felipe II’ para glorificar aquele reinado. O autor ressalta que antigamente as grandes vitórias deveriam ser celebradas ano a ano para que sua memória se preservasse. O próprio monastério do Escorial era a lembrança da vitória militar de San Quintin e Cabrera inclusive chama o monastério de *San Lorenzo el Real de la Victoria*. Da mesma forma, dentro do Escorial, justamente no espaço em que o rei receberia seus convidados, como embaixadores de outros reinos, há uma galeria que faz parte do modesto palácio do rei dentro do monastério cujas paredes são pintadas com cenas de batalhas que deveriam ser lembradas.

É interessante ressaltar que na concepção de História de Cabrera de Córdoba, definida como “narracion de verdades por hombre sábio, para enseñar bien vivir”⁴³¹, o conhecimento do passado era matéria de príncipes, que deveriam se instruir na arte de bem

⁴³¹ CABRERA DE CÓRDOBA, L. **Historia para entenderla e escribirla**. Madrid: Luis Sanchez, 1611, fol. 11f.

governar, aprendendo com os acontecimentos do passado: “[A História é] vida de la memoria, maestra de la vida, anunciadora de la antigüedad, *preparaciõ importante para los actos políticos* [grifo nosso], que haze cautso con los peligros, y con los sucessos agenos seguros.”⁴³² A História permitia ao príncipe conhecer como tinham agido os antigos governantes e imitá-los no que convinha⁴³³. A importância da disciplina vinha de sua finalidade e destinatário: “Es noble por la dignidade de quien la usa, pues son Principes, Emperadores, Reyes, Governadores de Republicas, y Capitanes, a quienes por la imitaciõ es necessaria.”⁴³⁴ E era responsabilidade do príncipe escolher um homem sábio que tivesse os atributos necessários para escrever as verdades de outros tempos, escolher o que era importante ser lembrado, adequar-se aos tipos (humana e sagrada) e subtipos de Histórias (universal, genealógica e tópica/provincial).

Nesse sentido, era adequada a escolha de pintar as batalhas dentro do Palácio Real e em sua porção relativamente mais aberta a visitantes que vinham ao Escorial para tratar de questões políticas, espaço utilizado para passeios cobertos e recepções solenes. Essas pinturas foram realizadas na galeria sul do palácio real integrado ao complexo do Monastério do Escorial e na documentação é identificada por muitos nomes⁴³⁵, mas hoje é mais conhecida como a Sala de Batalhas⁴³⁶.

⁴³² Ibid, Fol.5v.

⁴³³ “Uno de los médios mas importantes para alcançar la prudência tan necessária al Principe em el arte del Reynar, es el conocimiento de las historias. Dã noticia de las cosas hechas, por quien se ordenan las venideras, y assi para las consultas son utilíssimas. El que mira la historia de los antiguos tempos atentamente, y lo que enseñan guarda, tiene luz para las cosas futuras, pues una misma manera de mundo es toda.”

Ibid, fol. 1v.

“La imitaciõ buena maestra enseña la historia; y si la naturaleza, el artificio, y el exercicio valen mucho para la perfeccion de las cosas; sin comparacion es mayor el provecho que de la imitacion se recibe.”

Ibid, fol. 1v.

⁴³⁴ Ibid, fol. 5v.

⁴³⁵ Fernandez de Sevilha identifica alguns nomes para essa porção do palácio real dentro do Escorial: galeria dos aposentos da rainha, galeria dos aposentos do rei, galeria de Sua Magestade, galeria real privada ou simplesmente galeria do rei, galeria das batalhas, galeria do palácio e casa real, etc.

JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. *Los frescos de la Sala de Batallas*. In: idem (coord.). **El Monasterio del Escorial y la pintura**: actas del Simposium, 1/5-IX-2001, 2001, págs. 165-210.

⁴³⁶ Ibid.

Dentro do Palácio Real Felipe II havia quartos para uso exclusivo do rei, o que estava expresso na carta de fundação do monastério, que ninguém além do rei e dos próximos reis que o sucederiam, ocupassem aqueles aposentos. Também havia quartos destinados à rainha, mas que, devido à última viuvez de Felipe II, passaram a ser também destinados às infantas, e algumas galerias em que desempenhava seus afazeres políticos durante a estadia no Escorial, recebendo embaixadores, legislando, concedendo audiências etc.

As paredes da Sala de Batalhas foram pintadas pelos artistas genoveses ao serviço do rei: Niccolò Granello (c.1550-1593), Fabrizio Castello (c.1560-1617), Orazio Cambiaso y Lazzaro Tavarone⁴³⁷. Apenas duas porções do Palácio Real receberam decoração com temática bélica no Monastério do Escorial na época de sua fundação. A outra grande galeria que compunha esse palácio, a galeria oriental, chamada ‘das infantas’ recebeu ornamentação com temática religiosa e moralizante, com pinturas de Hieronymus Bosch (1450-1516)⁴³⁸.

Outros palácios de Felipe II também receberam em sua decoração imagem de exaltação dos feitos militares do monarca e de seus antecessores. O Alcázar de Madrid tinha pinturas murais com representações das vitórias de Carlos V sobre os príncipes protestantes, bem como representações da Batalha de San Quintín. O Palácio de El Pardo tinha oito quadros com representação da tomada do duque de Saxonia por Carlos V⁴³⁹. Tal prática de pintar afrescos em palácios com temas militares que exaltassem os feitos da família que tinha

⁴³⁷ Niccolò Granello e Fabrizio Castello eram pintores genoveses que tinham ingressado no serviço a Felipe II como parte da equipe de Giovanni Battista Castello, chamado el Bergamasco (c.1500-1569).

Bergamasco e Luca Cambiaso (1527-1585) foram chamados de Gênova por Felipe II para servir nas obras reais e tiveram grande reconhecimento na Espanha por suas atuações sob patrocínio régio. Foram responsáveis por realizar pinturas decorativas à romana, chamadas de ‘pintura de grutesco’, atuando no Alcázar de Madrid, no palácio de El Pardo, Valsaín e Escorial. Apenas no Escorial essas pinturas decorativas permaneceram ao longo dos séculos. Também atuaram nesses serviços Giovanni Maria da Urbino, Niccolò Granello e Castello Fabrizio. Integram a equipe de ajudantes e discípulos de Luca Cambiaso seu filho, Orozio Cambiaso, e Lazzaro Tavarone (1556-1641). As equipes de Bergamasco e Luca Cambiaso se uniram em trabalhos encomendados no Escorial pelo rei, entre eles a ‘Sala de Batalhas’.

GARCÍA-FRÍAS CHECA, C. *Artistas genoveses en la pintura decorativa de grutescos del monasterio de San Lorenzo de El Escorial*. In: COLOMER, J. L.; BOCCARDO, P.; DI FABIO, Cl. (dirs.). **España y Génova: obras, artistas y coleccionistas**. Madrid: Fundación Carolina, 2003, págs.113-128.

⁴³⁸ GARCÍA-FRÍAS CHECA, C. *Las series de batallas del Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial. Frescos y pinturas*. in: GARCÍA GARCÍA, B. J. (coord.). **La imagen de la guerra en el arte de los antiguos Países Bajos**. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2006, págs.135-170.

⁴³⁹ Ibid.

o edificado não era comum apenas na Espanha, sendo que Tavalera, que atuou nos afrescos da Sala de Batalhas do Escorial, ao retornar à Gênova, em 1591, pintou afrescos com o tema do cerco de Lisboa pelo Duque de Alba no palácio *Spinola*, antigo palácio da família Grimaldi para exaltar a participação de Francesco Grimaldi nessa batalha como comandante da cavalaria⁴⁴⁰. A decoração com temática militar em palácio era comum também em outros reinos, como França, Escócia e Inglaterra.

Na Sala de Batalhas, na parede meridional, é representada a batalha de ‘La Higuieruela’, vitória de Juan II de Castela em 1431, e na parede oposta, entre as janelas, foram retratados nove episódios da batalha de Felipe II contra a França, com representações da Batalha de San Quintin, e batalhas marítimas nos Açores para consolidação da sucessão ao reino de Portugal.

Figura 49: ‘Galería de Batallas’ do Palácio Real no Monastério de San Lorenzo El Real del Escorial, com pinturas afresco de Nicollò Ganello, Fabrizio Castello, Lazzaro Tavarone e Orazio Cambiaso.



Fonte: GARCÍA-FRÍAS CHECA, C. *Artistas genoveses en la pintura decorativa de grutescos del monasterio de San Lorenzo de El Escorial*. In: COLOMER, J. L.; BOCCARDO, P.; DI FABIO, C. (dirs.). **España y Génova: obras, artistas y coleccionistas**. Madrid: Fundación Carolina, 2003, págs.113-128.

⁴⁴⁰ VALLADARES, R. **A conquista de Lisboa**. Violência militar e comunidade política em Portugal (1578-1583). Lisboa: Textos Editores, 2010.

A decoração do teto dessa galeria foi iniciada em 1584, realizada por Granello, Castello, Tavarone e Orazio, sendo finalizada em 1585. A decoração das paredes da Sala de Batalhas começaram a ser realizadas em 1587, sendo a pintura da Batalha de la Higuieruela a primera a ser contratada.

Na pintura da abóboda são representados os deuses romanos. De oriente a ocidente podem ser identificados: Mercurio, Juno, Marte, Netuno, Anfitrite, Vulcano, Pomona, Proserpina, Saturno, Cibele, Flora, Prometo e Ceres. Na extremidade oriental está representado Hércules e na oriental Hebe, retomando o mito de fundação da Hispânia por Hércules e seu sobrinho Hispano⁴⁴¹. A identificação das divindades foi realizada por Cármen Gracia-Frias Checa a partir da restauração finalizada em 2002⁴⁴². Segundo a autora, a escolha dessas divindades coroando os feitos militares de Felipe II e Don Juan II de Castela tinha como finalidade a exaltação da grandesa da dinastia dos Habsburgos.

Nicollò Ganello, Fabrizio Castello, Lazzaro Tavarone e Orazio Cambiaso participaram da realização do afresco da Batalha de la Higuieruela, campanha militar liderada por Juan II de Castela, da dinastia Trastámara, que foi parte importante do avanço cristão frente aos muçulmanos em Granada, ocorrendo em 1431. A vitória seria resultado da iniciativa do condestável, mestre da Ordem de Santiago e valido do rei, Dom Álvaro de Luna, nobre de grande riqueza, que gozava do apreço e proteção real. Os cronistas da época indicam que se não fosse a atitude pacifista do valido, que convenceu o rei a volta a seu reino depois daquela vitória, alegando que uma ofensiva definitiva teria enorme custo ao monarca,

⁴⁴¹ A Primeira Crónica Geral de Espanha foi escrita entre 1270 e 1289, sob orientação de Afonso X, rei de Leão e Castela entre 1252 e 1284. Essa obra tinha por finalidade contar o passado ibérico desde o Dilúvio. Segundo a crónica, o primeiro fundador da península teria sido Túbal, quinto filho de Jafet e neto de Noé. Esse território teria sido nomeado de Hesperia, sendo esse momento original uma era de unidade do território peninsular. Posteriormente teria se desdobrado a fragmentação do território, com muitos senhores locais, entre eles um gigante tirano chamado Gerion, que dominava a região entre Douro e Tejo. Esse tirano teria sido vencido por Hércules, que teria entrado na península desembarcando em Cádiz, onde teria erguido uma estátua, as portas de Hércules. Além de derrotar Gerion, Hércules teria fundado diversas cidades e derrotado senhores locais, devolvendo a unidade política. Ao abandonar Hesperia, Hércules teria deixado como governante seu sobrinho, Hispano, que teria a tarefa de pacificar os territórios conquistados. Por isso o território teria adotado um nome em homenagem a seu fundador: Hispania. Depois de pacificar a região, Hispano teria se retirado em Cádiz em seus últimos dias.

KRUS, L. *Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a Primeira Crónicas Geral de Hesperia*. In: **Penélope**. Fazer e Desfazer História, n.04, nov.1989, pp.05-18.

⁴⁴² GARCÍA-FRÍAS CHECA, C. *Las series de batallas del Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial. Frescos y pinturas*. in: GARCÍA GARCÍA, B. J. (coord.). **La imagen de la guerra en el arte de los antiguos Países Bajos**. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2006, págs.135-170.

poderia ter finalizado o processo de reconquista muito antes das bem sucedidas campanhas de Isabel, a Católica. A culpabilização do nobre era coerente naquele momento, dado que Álvaro de Luna caiu em desgraça alguns anos depois dessa vitória militar⁴⁴³.

O modelo para a pintura da Batalha de la Higuera era uma antiga pintura em claro-escuro encontrado nas arcas do Alcázar de Segóvia e levada ao Escorial em 1581. Os pintores estavam obrigados por contrato a seguir o modelo dado, retratando os trajes e armas exatamente como o apresentado no desenho dado como padrão⁴⁴⁴. É possível que o pintor do dito quadro tenha sido uma testemunha ocular da batalha a serviço de Juan II.

Figura 50: Parte da pintura da “Batalla de la Higuera”, de Nicollò Ganello, Fabrizio Castello, Lazzaro Tavarone e Orazio Cambiaso.



Fonte: GARCÍA-FRÍAS CHECA, C.Op. cit.

Se na grande parede que retrata a Batalha de la Higuera os quatro pintores genoveses atuaram em conjunto, as cenas da parede oposta foram atribuídas separadamente a cada pintor. As quatro primeiras cenas retratando os embates entre Felipe II de Espanha e Henrique II de França foram pintadas por Castello e consistiam nos seguintes episódios: cerco de San Quintín pelo exército de Felipe II, a própria Batalha de San Quintín, o assalto e

⁴⁴³ NIETO SORIA, J. M. (2010). *El ciclo ceremonial de la batalla de La Higuera* (1431). In: **Estudios de Historia de España**, 12(2). Disponible en: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/ciclo-ceremonial-batalla-la-higuera.pdf> consulta em 25/08/2017.

⁴⁴⁴ GARCÍA-FRÍAS CHECA, C. *Las series de batallas del Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial. Frescos y pinturas*. in: GARCÍA GARCÍA, B. J. (coord.). **La imagen de la guerra en el arte de los antiguos Países Bajos**. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2006, págs.135-170.

tomada da vila e a rendição de Chatelet. As quatro cenas seguintes foram pintadas por Tavarone: a saída do exército de Felipe II de San Quintín para Hayan, assalto e incêndio do castelo de Hayan, um episódio da Batalha de Gravelinas e a derrota do exército francês em Gravelinas. A nona e última cena dos conflitos em solo francês (descrita como a espera dos exércitos francês e espanhol acampados em Doullens antes da abertura das negociações) e as duas cenas retratando as vitórias de Felipe II contra Dom António, prior do Crato, pretendente ao trono português que tinha se dirigido aos Açores para retomar forças contra o rei castelhano foram realizadas por foram realizadas por Granelo.

Figura 51: Batalha de San Quintín, pintada por Fabrizio Castello, Sala de Batallas do Monastério de San Lorenzo de El Escorial.



Fonte: GARCÍA-FRÍAS CHECA, C.Op. cit

Os modelos para as pinturas das batalhas contra França foram os desenhos de Rodrigo Diriksen (conhecido como Rodrigo de Holanda), genro do pintor flamenco Antoon van den Wijngaerde. Provavelmente Diriksen baseou-se nos desenhos de seu sogro, que foi responsável por registrar algumas campanhas de Carlos V e Felipe II a mando desses monarcas.

A Sala de Batalhas e a galeria oriental do palácio privado do rei foram os dois únicos espaços dentro do Escorial que receberam decoração militar no momento de sua fundação. Nessa galeria oriental foi colocada uma série de seis quadros retratando a Batalha de Lepanto, realizados por Luca Cambiaso, dispostos na parede em frente às janelas.

Figura 52: Niccolò Granello, Campanhas militares de Felipe II nos Açores ocorridas entre 1582 e 1583 para a consolidação da sucessão ao trono espanhol.



Fonte: PARKER, G. **Imprudent King**. a new life of Philip II. New Heaven/London: Yale University Press, 2014.

A escolha das cenas de batalha que seriam retratadas dentro da Casa Real do Escorial é bastante coerente. A maior parte dos conflitos apresentados ocorreram durante o reinado de Felipe. Lepanto apresenta a defesa da cristandade contra o inimigo muçulmano que avançava sobre a Europa, reforçando a imagem que estava na origem desses reinos ibéricos com as guerras de reconquista. Em relação à França, a Batalha de San Quintin era uma disputa territorial herdado de seu pai, que também expressava uma disputa pelo protagonismo de dois reinos que se justificavam pela fé católica em um contexto de quebra da unidade cristã europeia. A grandiosidade dos dois reinos, o quanto poderiam abrir seus tentáculos de influência e controle de outros territórios e como justificavam muitas de suas ações políticas como legítimas pelo papel que desempenhavam junto ao papado estão expressas e valorizadas por Felipe II na Batalha de San Quintin, que coloca a Espanha em um

momento de vantagem em relação ao rei francês como defensor da Cristandade e de reino favorecido pela providência divina.

Por fim, as disputas nos Açores, local onde se refugiou Dom António, permitiram a unidade peninsular, mais um argumento para o protagonismo de Felipe II em defesa da fé católica. Com a herança de Portugal o monarca unia todos os reinos que tinham como justificativa ideológica de suas formações a reconquista e que colocavam a luta contra o muçulmano como parte da missão de seus reinos. Tal missão de origem fora acrescida pela expansão ultramarina, processo também compartilhado entre Portugal e Castela, que colocava esses reinos como multiplicadores do mundo cristão em suas colônias através da missão evangelizadora que justificava ideologicamente tal poderio além-mar, como já apontamos anteriormente.

As imagens, assim como a História escrita, podiam ser utilizadas para ensinar aqueles que a viam pelo exemplo, sejam eles os visitantes em tempos de Felipe II, sejam os sucessores do monarca, reforçando a função de guardar a memória para ensinar a bem governar, como indicava Cabrera. Dessa forma, a escolha do local de menor apelo religioso permitia que tal temática fosse decorosa, ainda que a proximidade da Casa Real com o altar-mor do Templo não deixasse escapar a mensagem de que aquele reinado e aqueles feitos só eram possíveis pela providência divina, discurso explícito também nos escritos de Sigüenza e Cabrera.

De tantas possíveis batalhas que poderiam ser lembradas e exaltadas nos afrescos da Sala de Batalhas para indicar a continuidade entre a Reconquista e a defesa da fé de Felipe II, a escolha da Batalha de las Higuieruelas pode se justificar também pela desejo de se fazer um relato imagético fiel ao período devido à existência de um desenho da época. Tal preocupação é coerente com o desejo de apresentar no Escorial um exemplo em seu tempo e para a posteridade, assim como era a História escrita. A decoração da abóbada da sala de Batalhas com deuses da antiguidade greco-romana engrandecia ainda mais as cenas retratadas em suas paredes, representações pagã no espaço laico desse edifício, que não se chocavam com a sagralidade expressa no conjunto do Escorial, apresentados como metáfora da glória e grandesa da Monarquia Hispânica.

Além da justificativa através dos feitos militares para a valorização de seu reino, outros temas presentes na História escrita sobre Felipe II se apresentam no Escorial para seu

engrandecimento, fazendo com que o edifício seja um todo coerente em sua apresentação da monarquia, como continuaremos apontado adiante.

4.5.2. *Pátio dos Reis*

A fachada principal do Mosteiro de San Lorenzo El Real de El Escorial é bastante sóbria, tendo apenas a estátua de São Lourenço e o Escudo de Armas Real para marcar a identidade do local, a lembrança da interceção do santo em favor da monarquia na Batalha de San Quintín.

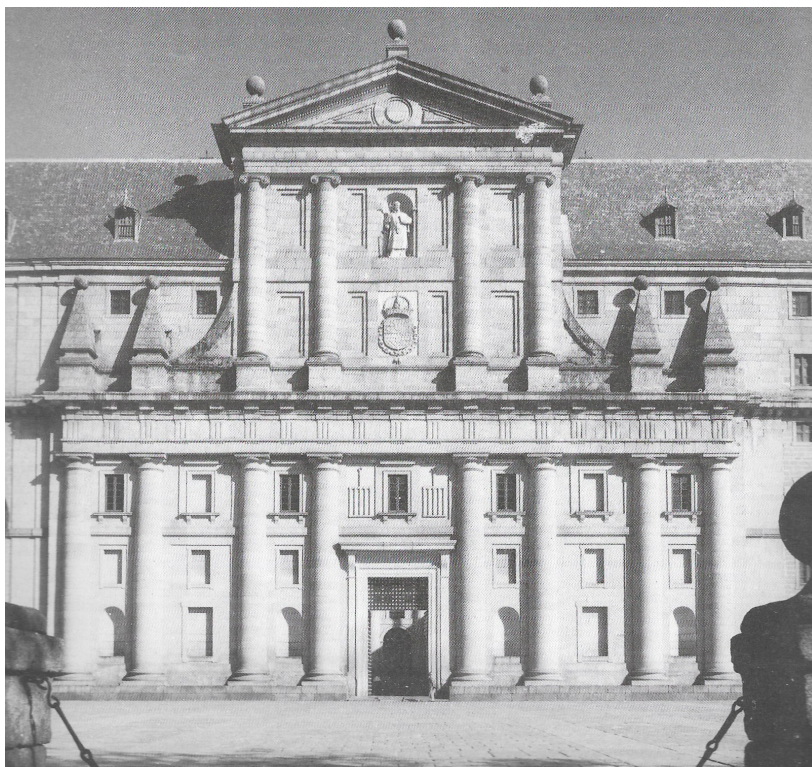
Em 1582 Felipe II firmou contrato com Juan Bautista Monegro para se realizar a estátua de San Lorenzo que ocuparia o nicho central na porção superior da fachada principal do monastério e o escudo de armas do rei. O corpo da estátua, de cerca de quatro metros, foi esculpido em granito. As mãos, cabeça e pés foram esculpidos em mármore e a grelha (atributo do santo) em bronze dourado. Sua aparência é jovem, com vestimenta de diácono e leva o livro dos evangelhos. A fachada traz ornamentação sóbria, apenas com esferas e pirâmides, dando ênfase a imagem do santo. O escudo de armas do rei traz a coroa imperial, indicando também a presença e homenagem a Carlos V no edifício. O escudo está envolto no colar da Ordem do *Toison de Oro* e seu interior é composto pelas armas de Castela e Leão, Aragão, Sicília, Portugal, Borgonha e Brabante⁴⁴⁵.

Ao transpor-se a entrada principal abre-se um pátio em que se pode ver a fachada da basílica do Monastério. Esse pátio marca uma preparação para a entrada no templo, uma espécie de transição entre o espaço laico exterior e o interior sacralizado. Esse pátio é chamado de *Pátio de los Reyes*, pois a fachada da basílica tem estátuas de reis do Antigo Testamento. Os desenhos desse pátio foram enviados por Herrera em 1567 para a *Academia de Disegno*, em Florença, cujo parecer implicou na solução de reduzir suas dimensões, criando essa imagen de preparação para a entrada da basílica⁴⁴⁶.

⁴⁴⁵ MARTÍN GONZÁLEZ, J. J. *Interacción: arquitectura y escultura en El Escorial*. In: JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. (coord.). **La escultura en el Monasterio del Escorial**: Actas del Simposium. Madrid: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 1994, págs.31-57.

⁴⁴⁶ WILKINSON-ZERNER, C. Op. cit.

Figura 53: Fachada principal do Monastério de San Lorenzo El Real de El Escorial



Fonte: WILKINSON-ZERNER, C. **Juan de Herrera**, Arquitecto de Felipe II. Madrid: Akal, 1996, p.102.

As esculturas dos reis do Antigo Testamento forem realizadas, assim como a estátua de São Lourenço, por Juan Bautista de Monegro, com contrato firmado antes da fachada principal do monastério, em 1580. Foram colocadas as estátuas de Josafat, Ezequias, Davi, Salomão, Josias e Manassés, respectivamente. A identificação de que se trata de imagens de reis se dá pelos atributos trazidos: uso do manto, da coroa e do cetro. A proporção colossal das imagens atrai o olhar do espectador. Da mesma forma que a estátua de São Lourenço, os corpos dos reis foram esculpidos em grantito, as cabeças, mãos e pés em mármore branco e os atributos de cada rei, como coroas, cetros e emblemas, foram realizados em bronze dourado a fogo. As estátuas são colocadas na fachada em 1584⁴⁴⁷.

⁴⁴⁷ MARTÍN GONZÁLEZ, J. J. Op. cit.

Figura 54: Pormenor do terceiro desenho de Herrera em que se vê a fachada da basílica e um corte do Pátio dos Reis.



Fonte: CERVERA VERA, L. Op. cit.

As imagens de Davi e Salomão destacavam-se como parte central da composição, o que retoma a imagem do momento de maior glória dos reis de Judá que é atribuída a esses dois monarcas, sendo Salomão modelo de rei sábio e prudente. No lado do Evangelho da Basílica, que é hierarquicamente superior ao da Epístola, encontra-se a estátua de Davi, que recebe maior importância, dessa forma, na composição da fachada. Os outros quatro reis representados aparecem numa atitude de escolta dos dois grandes reis ao centro, e a organização das imagens não segue a cronologia dos reinados. O programa para a decoração da fachada da basílica é atribuído por Sigüenza a Arias Montano, capelão de Felipe II e primeiro bibliotecário do Escorial. Cabrera considera que tal escolha também fora influenciado por Sigüenza: “prior que fue de aquel célebre y religioso convento, varon observante y eminete de todas letras y lenguas, y de no vulgar elocuencia em la española y latina”⁴⁴⁸.

⁴⁴⁸ CABRERA DE CÓRDOBA, L. **Filipe Segundo**, Rey de España. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribauy C^a, 1877, p. 63.

Figura 55: Estátuas dos reis do Antigo Testamento na fachada da Basílica do Monastério de San Lorenzo El Real de El Escorial



Fonte: Acervo pessoal.

Segundo Martín González, cada um dos reis foi pensado nessa fachada em sua relação com o Templo de Salomão, buscando, dessa forma, fortalecer a imagem do Escorial como novo Templo de Salomão⁴⁴⁹. Davi foi o responsável por receber a incumbência de construir um templo para ser morada divina, tarefa que foi transmitida a seu filho, Salomão, que levou a cabo a construção. Josafat seria lembrado por sua missão de destruir os bosques dos povos idólatras e por ter restaurado as funções do templo, por isso leva na mão a naveta, instrumento para se guardar os incensos de uso litúrgico. Josias, que é representado com um pergaminho na mão direita, representando o texto do Deuteronômio, que também trata da reparação do templo. Manasés, que passou por um período de impiedade, engrandeceu o templo para demonstrar seu arrependimento, por isso traz como atributos o esquadro e o compasso.

⁴⁴⁹ MARTÍN GONZÁLEZ, J. J. Op. cit.

Ao mesmo tempo em que eram mais uma das manifestações do esforço de cristianização da Antiguidade, valorizando as referências do Antigo Testamento no discurso sobre as obras realizadas sobre o patrocínio régio, também justificavam o poder real pelo desejo divino. Assim como os Reis da Antiguidade eram escolhidos por Deus para guiar seu povo, a Monarquia Hispânica, encarnada na dinastia dos Habsburgos, era a expressão do desejo divino daqueles que deveriam conduzir o destino político de seus súditos e guiar com seus exemplos de fé para a salvação da alma dos fieis sob seu comando⁴⁵⁰.

O uso retórico da imagem do templo de Salomão para valorizar uma edificação realizada por um monarca não era uma novidade de Felipe II. Durante toda a Idade Média e Moderna esse era o modelo divino a se reproduzir, imitar e evocar, assim como diversos monarcas quiseram se apresentar como o filho de Davi, por sua sabedoria advinda diretamente do favor divino. A dinastia que antecede Carlos V e Felipe II, os Trastâmaras, já utilizavam a iconografia salomônica para representar os reis espanhóis, entre eles Enrique II (c.1333-1379), Juan I (1358-1390) e Enrique IV (1425-1474). Também há moedas do século XV que representam o governante sentado no trono acompanhado de um leão, iconografia também inspirada em Salomão. Alfonso X, chamado de ‘O sábio’, também se considerava herdeiro desse rei bíblico⁴⁵¹.

A interpretação de que o Escorial seria uma recriação exata do Templo de Salomão não aparece na obra de Sigüenza nem de Cabrera. O primeiro autor a defender tal inspiração para o monastério foi o jesuíta Juan Bautista Villalpando, que fora discípulo de Juan de Herrera. Na carta de fundação do Escorial tal simbologia não é expressa. Ainda assim, Sánchez-Molero indica que a educação artística do monarca foi marcada por diversas leituras relacionadas ao tema do templo de Salomão, como o “Livro das Maravilhas e viagem à Terra Santa”, de Mandeville; “De antiquitatibus” e “De bello judaico”, de Flávio Josefo;

⁴⁵⁰ “De la misma manera que Dios nombraba a los reyes del Antiguo Testamento para que gobiernasen a su pueblo, así España —nuevo «pueblo elegido»— es regida por sus reyes que son, a su vez, los defensores y valedores del catolicismo frente a sus enemigos.”

CORNEJO, F. J. *Felipe II, San Hermenegildo y la imagen de la “Sacra Monarquía”*. In: **Boletín del Museo del Prado**, tomo 18. Madrid: Fundación Amigos del Museo del Prado, 2000, págs. 25-38, p.26.

⁴⁵¹ MÍNGUEZ, V. *El rey de España se sienta en el trono de Salomón. Parentescos simbólicos entre la casa de David y la Casa de Austria*. in: Idem (ed.). **Visiones de la monarquía hispánica**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007, págs. 19-56

“Liber chronicarum”, de Schedell; também tinha notáveis reconstruções renascentistas do Templo de Jerusalém, concebidas pelo filósofo e exegeta François Vatable (c.1493-1547)⁴⁵².

Para Siguenza, o Felipe II se apresentava como novo Salomão ao edificar o Escorial pelo empenho em fazer uma obra digna para ser ofertada a Deus: “[...] la manera de fabricar esta iglesia y labor de ella imito mucho á la del mismo Salomon, la traza e ingenio fué, que la piedra toda se labrase en las canteras, de surte que, al pie de la obra, ni en el templo, apenas se oyese el golpe del pico ni martillo [...]”⁴⁵³.

Siguenza também apresenta o Escorial como Templo de Salomão e como Arca de Noé por ser local de salvação das almas. O dilúvio é uma metáfora da crise religiosa vivida pela Cristandade com as Reformas Religiosas e a imagem do Escorial como Templo de Salomão, Arca de Noé e Tabernáculo de Moisés, coloca as iniciativas de Felipe II como legitimamente continuadoras da tradição bíblica, como o caminho correto para se seguir em meio à pluralização das correntes religiosas cristãs⁴⁵⁴.

A imagem da tradição representada por Salomão não era novidade, mas ganha maior fôlego com a magnífica fábrica do Escorial. Por uma bula papal de 1510, Fernando o Católico, avó de Carlos V, foi reconhecido como rei de Nápoles e Jerusalém, de onde advém a associação da imagem dos reis espanhóis com Salomão e os reis do Antigo Testamento. Carlos V, além de herdar os títulos de seus avós maternos, também recebeu o título de Imperador dos Romanos, que era justificado como herança de Carlos Magno. Em sua coroa, trazia a mesma inscrição do rei franco, *Rex Salomon*. Carlos V e seus descendentes também

⁴⁵² SÁNCHEZ-MOLERO, J. L. G. *Los Orígenes de la imagen salomónica del Real Monasterio de San Lorenzo del Escorial*. In: JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. (coord.). **Literatura e imagen en El Escorial**: actas del Simposium (1/4-IX-1996). Escorial: Instituto Escorialense de Investigaciones Históricas y Artísticas, 1996, págs. 721-750.

⁴⁵³ SIGUENZA, J. **História primitiva y exacta del Monasterio del Escorial**. Madrid: Imprenta y Fundicion de M. Tello, 1881. Edição Fac-simile Valladolid: Maxtor, 2003, p.105.

⁴⁵⁴ “Aquí, como en un arca de Noé, se salvan muchas almas que, huyendo del diluvio del mundo, se encierran dentro de sus marcos en una estrecha obediência, esperando con gran firmeza no olvidará Dios a los que así se fiaron de su palabra. Aquí, como en el Tabernáculo de Moisés, se asienta el mismo Dios em la verdadera arca del testamento sobre las alas de los querubines, se aprende la ley divina, se guarda, se ejecuta, disputa, defende, enseña. Aquí, como en outro Templo de Salomón, a quien nuestro patrón y fundador, Felipe II, fue imitando en esta obra, suenan de día y de noche las divinas alabanzas, se hacen contínuos sacrificios, humean siempre las inciensas, no se apaga el fuego ni faltan panes recientes delante de la presencia divina y debajo de los altares reposan las cenizas y los huesos de lso que fueron sacrificados por Cristo.”

eram mestres da *Orden do Toison de Oro*, que colocava como uma de suas missões a recuperação de Jerusalém para a Cristandade. Além disso, Carlos V também seria identificado como rei sábio e filósofo, sobretudo por seu contato com Erasmo, o que estabeleceria a relação com Salomão. Em uma de suas representações aparece em um trono leonino em um privilégio a favor do Ayuntamiento de Sevilla⁴⁵⁵.

O pai de Felipe II era ora identificado com Davi, ora com Salomão. Na obra de Juan Cristóbal Calvete de Estrella, ‘El felicíssimo viaje del muy alto y muy poderoso Príncipe don Phelippe, hijo del Emperador don Carlos Quinto Máximo, desde España a sus tierras de la Baxa Alemaña, con la descripción de todos los Estados de Bravante y Frandes (Amberes, 1552)’ o cronista registra a viagem de Felipe II para ser reconhecido como herdeiro de Carlos V nos países Baixos, apresentando em seu relato como o imperador foi associado à imagem do rei Davi e seu filho como Salomão nas festividades realizadas pela entrada do herdeiro nas cidades visitadas⁴⁵⁶.

Na celebração do vigésimo terceiro capítulo da Ordem do *Toison de Oro*, na Catedral de Gante (Flandres), foi pintada a tela “La visita de la reina de Saba al rey Salomón”, pelo pintor Lucas de Heere (Gante – Catedral Saint-Bavon, 1559). Nessa pintura se representava metaforicamente a aliança entre Felipe II (Salomão foi representado com as fisionomias do monarca) e os Países Baixos (representado pela rainha de Saba).

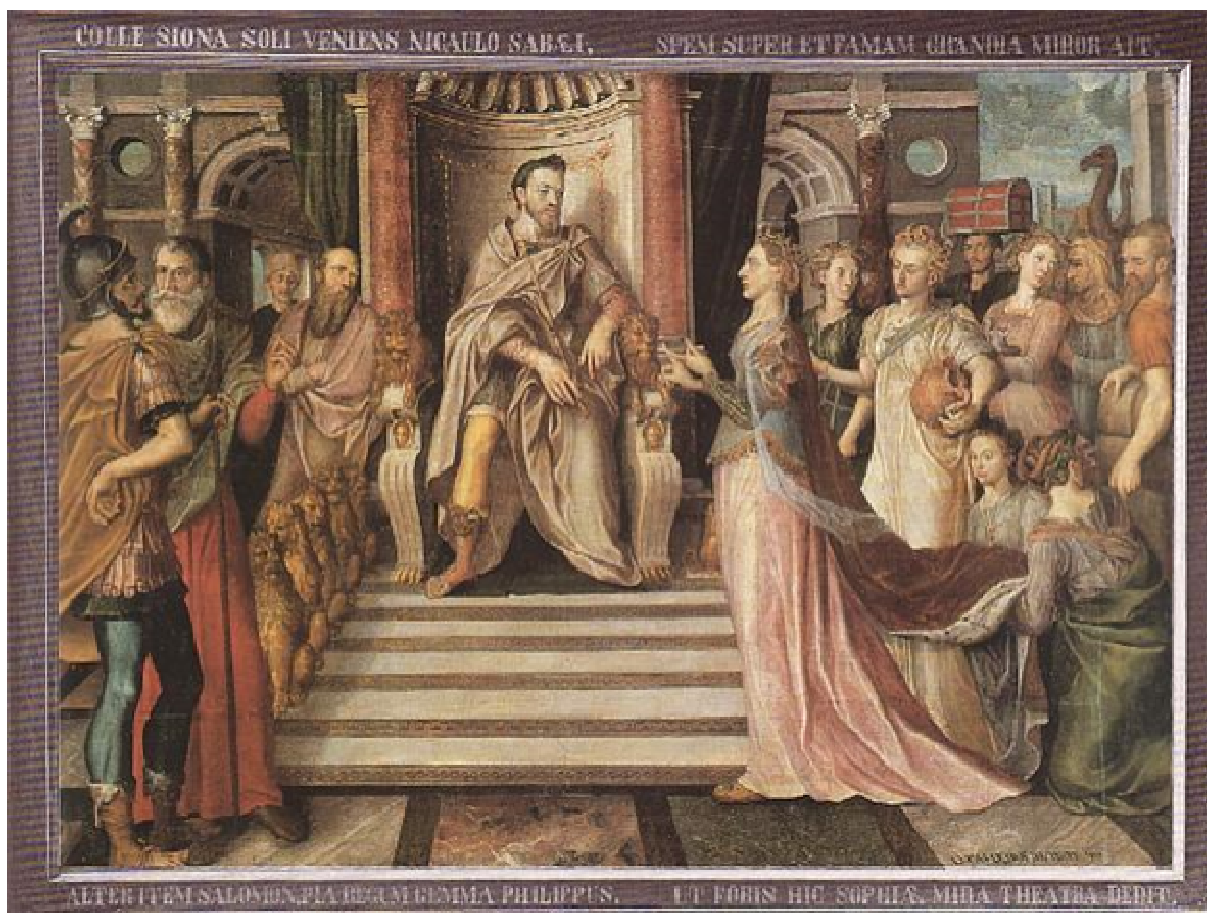
No mesmo ano que em Lucas de Heere pinta ‘A rainha de Saba ante Salomão’ a mesma cena é representada em miniatura por Hans Holbein, o jovem, na Biblioteca Real do Castelo de Windsor. A fisionomia de Henrique VIII aparece na imagem de Salomão. A dinastia dos Tudor na Inglaterra também reivindicava a imagem de seus monarcas como novos reis de Israel, justificando que representavam a verdadeira fé, sem a contaminação da igreja de Roma, após a criação da Igreja Anglicana pelo monarca. Eduardo VI, sucessor de Henrique VIII, se associou a imagem do rei Josias do Antigo Testamento, como o iconoclasta (2R, 23, 4-14). A rainha Elisabeth, última representante da dinastia, era comparada a Ezequías, que destruiu a serpente de bronze de Moisés (2R, 18, 4)⁴⁵⁷.

⁴⁵⁵ MÍNGUEZ, V. Op. cit.

⁴⁵⁶ Op. cit. Op. cit.

⁴⁵⁷ MÍNGUEZ, V. Op. cit.

Figura 56: “La visita de la reina de Saba al rey Salomón”, do pintor Lucas de Heere (Gante – Catedral Saint-Bavon, 1559)



Fonte: WAITOLLER, G. A. *Sancho rex sacerdos: 'quedaron todos admirados y tuvieron a su gobernador por um nuevo Salomón'*. In: FUNES, L. (coord.). **Hispanismos del Mundo: Diálogos y Debates en (y desde) el Sur**. Madrid: Miño y Dávila Editores, 2016, págs.495-504, p.503.

Felipe III de Espanha, quando fez suas entradas régias em Portugal, recebeu como homenagem dos Alfaiates da cidade de Lisboa um arco triunfal em que é representado como Salomão, em um trono acima de seis degraus e doze leões, dois em cada uma das extremidades dos degraus, como é descrito por Lavanha⁴⁵⁸.

Felipe IV também é representado como Salomão na estampa do livro “Mausolee ... a la memoire de ... Isabelle Claire Eugenie” (Bruselas, 1634), sendo o rei acompanhado dos símbolos característicos do poder (coroa, cetro, manto, colar da Orden del Toison de Oro, armadura e almoada) e a inscrição sobre sua cabeça *In sapientia potestas*, com a águia dos

⁴⁵⁸ LAVANHA, J. B. **Viagem da Catholica Real Magestade del Rey Filipe II.** [sic] N.S. ao Reyno de Portugal e relação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. Magestade a mandou escrever por João Baptista Lavanha seu coronista mayor. Madrid: Thomas Iunti Impressor del Rei N.S., 1623, folio 51 verso.

Habsburgos (símbolo imperial) e os doze leões, que podem representar tanto a Flandres como Salomão⁴⁵⁹.

Felipe II preocupava-se em eternizar sua fé através de um edifício, como havia feito Salomão e por isso era um novo Salomão, por favorecer a Igreja, não necessariamente por recriar exatamente o templo salomônico em suas medidas. Além de Salomão, Cabrera também compara Felipe II a outros reis do Antigo Testamento, entre eles alguns que se apresentam na fachada da basílica. Segundo Cabrera, Felipe II foi justo como Josías, preocupado em honrar a Deus como Davi, comparável a Ezequías pela riqueza e a Moisés pela forma suave como morreu. Também o comparou aos reis da Antiguidade pagã, como Júlio César, Nerva, Trajano (pela justiça), Antonino (pela piedade), Felipe da Macedônia (pela prudência). As comparações também retomam nomes da Idade Média, como Afonso, o sábio, e São Luís (Luís IX da França) e reis que o antecedem em poucas gerações, como seu pai, Carlos V (como penitente e defensor da religião católica); seu bisavô, Fernando, o Católico, (pelo conhecimento da razão de Estado) e Dom João II de Portugal ‘en ser señor de sí y de seus negócios’⁴⁶⁰. A escolha desses reis, mais uma vez marcava a ideia de continuidade entre reis do Antigo Testamento, escolhidos por Deus, e dos reis cristãos europeus que seriam seus sucessores no papel de manutenção e defesa da fé, privilegiando os ascendentes de Felipe II, ou governantes que o antecederam em reinos que Felipe II mantinha aliança, como a França (através do casamento com Isabel de Valois, que gerou as infantas Isabel Clara Eugênia e Catarina Micaela) e do reino de Portugal, que herdara pela sucessão devido ao parentesco por linha materna.

⁴⁵⁹ MÍNGUEZ, V. Op. cit.

⁴⁶⁰ “Celebren un Príncipe que su gloria puso en la seguridad de consciéncia con que vivió y murió; y deprecio estatuas, troféus, empresas que para su duracion tantos procuraron. Com el renombre de *Perfeto* le sinifiqué, y porque le hacía sospechoso la curiosidad, remití al lector darle el que por bien tuviere; pues fue justo como Josías; celoso de la honra de Dios como David; penitente y defensor de la religion como su padre Carlos V Máximo; **en edificar el mayor templo, Salomon[grifo nosso]**; em favorecer la Iglesia, Constantina Magno; Ezequías, em riqueza; Asuero, em majestade; em gravedad, Nerva, emperador; em la justicia, Trajano; Antonino, em piedad; Filipe, rey de Macedonia, em prudência; em el obrar atentadamente é igualdad de vida, Quinto Fabio Máximo; em estimar los sábio, Don Alonso el Sabio, rey de Castilla; Gordiano, emperador, em ser venerado de sus magistrados; Luis XI, rey de Francia, em saber dissimular em mejor parte; y San Luis, em deshacer los bandos de su reino em oir igualmente, Don Fernando, rey de Nápoles; em el continuo despacho, Julio César; Alexio, emperador, em el hacer colégios; el rey Don Juan II de Portugal, em ser señor de sí y de sus negocios; Don Fernando el Católico, su bisabuelo, em el conocimiento de la razon de Estado; em la devocion, Teodosio Magno; em suavidade de muerte, Moises.”

CABRERA DE CÓRDOBA, L. **Filipe Segundo**, Rey de España. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribauy C^a, 1876-1877.

Quando o Santíssimo é trasladado à nova igreja do Monastério do Escorial, em 9 de agosto de 1586, na véspera da comemoração da vitória de San Quintin, os ritos oferecidos por Felipe II em uma vigília são comparados aos sacrifícios feitos por Salomão para glorificar a Deus. Salomão sacrificava ovelhas e bezerras e Felipe II “le iban ofreciendo y sacrificando loores, alabanzas, gracias y lágrimas de corazones contritos, devotos y humildes, próprio manjar de Dios”⁴⁶¹. Ao tratar do mesmo evento, Cabrera também compara Felipe II a Salomão: “[Felipe II] haciendo como Salomon infinitas gracias á Dios con alta meditacion por haberle hecho tantos favores y mercedes que le dejase acabar una fábrica que habia comenzado con tanto deseo de que en ella fuese adorado siempre, bendito y alabado y servido.”⁴⁶²

Dessa maneira, a preparação para a entrada no espaço sagrado da basílica do Escorial, além de anunciar a homenagem e agradecimento feitos a São Lourenço pela intercessão em favor do monarca, também apresentava uma concepção de poder sagrado da realeza que edificava aquele monastério em memória da fé cristã, como exemplo a ser seguido por seus súditos e inimigos. A construção da imagem de poder favorecido pela providência divina e sagralidade da realeza se mantém e é reforçado no interior da basílica.

4.5.3 *Altar-mor, relicários, aposentos do reais e panteão dinástico*

Dentre as partes que compõe o grande *Monastério de San Lorenzo el Real de El Escorial*, a basílica é o centro desse imponente conjunto. A maneira como Felipe II buscou marcar sua presença nesse templo apresenta novamente a imagem de uma monarquia sagrada, como parte coerente do discurso que se expressa no Escorial.

Na História da construção do Escorial apresentada na obra de José de Sigüenza o monge ocupou-se com a mesma preocupação em relatar a edificação material e espiritual da fábrica que seria, ao mesmo tempo, espaço sagrado, palácio e morada eterna da monarquia.

A construção espiritual se fazia com os monges que passaram a habitar o Escorial, com as orações e rituais religiosos realizados para santificar o espaço e pela presença

⁴⁶¹ SIGUENZA, J. **Cómo vivió y murió Felipe II**, por un testigo ocular. Madrid: Apostolado de la Prensa, 1928. Edição Facsímil: Valladolid: Editorial Maxtor, 2008, p.82.

⁴⁶² CABRERA DE CÓRDOBA, L. **Filipe Segundo**, Rey de España. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribauy C^a, 1876-1877.

de relíquias de santo na basílica do monastério. As relíquias eram fundamentais para se consagrar os altares presentes naquele templo. Como descreve Siguenza:

“En este santo y consagrado templo, hay cuarenta altares consagrados (...) En cada uno de estos, están puestas en la cueva ó sepulcro que se hace en medio de la mesa, muchas reliquias de santos, y creo que desde el principio de la Iglesia hasta hoy, no se ha visto templo donde haya cosa semejante: memoria digna de la insigne piedad de Felipe II y digna basílica y casa Real del gran mártir Lorenzo (...)”⁴⁶³

Siguenza fora um dos responsáveis por cuidar das relíquias do Escorial, tendo recebido o cargo de ‘reliquiero’, e, dessa forma, conhecia muito bem essa que foi uma das maiores coleções de Felipe II. As relíquias reunidas no Escorial compunham uma das maiores riquezas do edifício, sendo mais um símbolo da defesa de Felipe II frente às heresias, como Siguenza e Cabrera de Córdoba qualificam as religiões reformadas. O monarca havia conseguido uma autorização papal para trasladar relíquias de igrejas do Sacro Império que tinham se convertido ao luteranismo⁴⁶⁴. Nesse gesto o rei aparece mais uma vez como aquele que defende a fé católica, protegendo fisicamente os corpos e vestígios materiais daqueles que foram exemplos a serem seguidos pelos demais cristãos.

O Escorial como fortaleza da fé, local de refúgio e defesa da cristandade é apresento no frontispício da “Felipe II, Rey de España” de Luis de Cabrera de Córdoba. Felipe II aparece com a espada em mãos e as suas costas está a alegoría da Igreja, sendo protegida pelo monarca que enfrenta a heresia. Ao fundo vemos o Escorial, ilustração realizada a partir das estampas de Herrera e sobre o edifício tem a inscrição “Summa Ratio pro Religione”.

⁴⁶³ SIGUENZA, J. **História primitiva y exacta del monasterio del Escorial**. Madrid: Imprenta y Fundación de M. Tello, Impresor de Cámara de S. M. Isabel la Católica, 1881. Edición Fac-simile. Valladolid: Editorial Maxtor, 2003, p.193.

⁴⁶⁴ “Porque de todo punto quedase colmado este único santuario y gloria de la piedad de Felipe II, con los tesoros y riquezas del cielo, con sumo secreto y de años atrás había el prudentísimo Monarca alcanzado licencia, privilegios y breves de los Sumos Pontífices, para sacar por las más lícitas y santas maneras que pudiese, de toda Alemania, reliquias de todos los santos de cualquier iglesia ó monasterio que quisieren conceder á sus peticiones, y de cualquier tamaño ó grandeza, aunque fuesen cuerpos enteros de santos. Habidas estas licencias, y ofreciéndoseles ministros que supiesen ejecutar sus devotos deseos, sin perdonar ningún género de costa ni de interés, se allegaron en diversas iglesias, monasterios y conventos de Alemania, gran suma y tesoro de ellas, gratificando á los interesados con larga mano.”

Ibid, p.195.

Figura 57: Frontispício da obra de Luis Cabrera de Córdoba, “Felipe II, Rey de España”.



O culto aos santos e às relíquias era muito antigo no cristianismo, sendo já defendido por Santo Agostinho, reafirmado inúmeras vezes pelos papas ao longo da Idade Média, sobretudo nos momentos em que as heresias ganhavam fôlego⁴⁶⁵. Com as Reformas Protestantes o Concílio de Trento reforça o culto aos santos e às relíquias, um dos aspectos mais importantes de diferenciação no que diz respeito ao culto e à doutrina entre as religiões cristãs. Segundo as atas do concílio tridentino, “los santos, que reinan con Cristo, deben ser

⁴⁶⁵ Santo Agostinho já escrevia defendendo o culto dos santos, homens que tinham dedicado a vida a seguir o evangelho, muitos chegando ao martírio. No concílio de Niceia, o papa Silvestre I (314-335) cria o ofício dos martirianos, que eram os religiosos encarregados de cuidar das relíquias dos santos.

Como o culto aos santos muitas vezes era interpretado como idolatria, também muito se escreveu sobre isso, sendo que no II Concílio de Niceia (787) o papa Adriano I, assim como já tinha feito Santo Agostinho, distingue esse culto ao culto de adoração, que apenas poderia ser destinado a Deus. Apenas no século X passam a ser realizados os processos de canonização.

Alguns cuidados deveriam ser tomados para a realização do culto a alguma relíquia, com a certificação de sua autenticidade pelo papado.

MEDIAVILLA MARTÍN, B; RODRÍGUEZ DÍEZ, J. (transcripción, introducción e índices) **Documentos para la Historia del Monasterio de San Lorenzo el Real de El Escorial**. Las reliquias del Real Monasterio del Escorial. Documentación Hagiográfica. Madrid: Ediciones Escorialenses, 2004.

venerados e invocados y que ellos ofrecen sus oraciones a Dios por nosotros; y que sus reliquias deben ser veneradas”⁴⁶⁶. Porém, os abusos no culto das relíquias são advertidos: “En la invocación de los santos, en la veneración de las reliquias y en el uso sagrado de las imágenes deberá ser rechazada cualquier superstición, eliminada toda torpe búsqueda de dinero y, finalmente, evitada toda indecencia”⁴⁶⁷.

Devido ao seu grande número de reliquias no Escorial, Mediavilla Martín e Rodríguez Díez o chamam de “grande relicário de relicários”⁴⁶⁸. A percepção da importância da coleção de relíquias de Felipe II para a edificação espiritual dessa casa é indicada por Siguenza, como uma das muitas realizações feitas pelo monarca para dignificar e sacralizar tal espaço. O cronista jerônimo frei Jerónimo de Sepúlveda (+ 1634), também destaca a guarda das relíquias como importante motivo para a existência desse monumento: “no fue sino que esta su Casa y hechura suya fuese sepulcro de cuerpos santos; y así procura [Felipe II] con tantas veras de traerlos tan a costa suya y hacerles tan ricos y costosos relicarios”⁴⁶⁹.

Até 1591 os santos homens e as santas mulheres se distribuía em altares em lados distintos da Igreja, organizados em retábulos pelo reliqueiro frei Juan de San Jerónimo. Na nave esquerda (dedicada a Anunciação) estavam colocadas as relíquias das santas mulheres e na nave à direita (dedicada a São Jerónimo) se encontram os retábulos com relíquias de santos homens. Tal divisão dialogava também com a disposição dos aposentos reais, que abraçavam a cabeceira da igreja. Os aposentos da rainha se encontravam ao lado esquerdo e os do rei ao lado direito.

⁴⁶⁶ *Bula Iniunctum nobis*, 13-XI-1564 (Denzinger, 1867). Apud. MEDIAVILLA MARTÍN, Benito e RODRÍGUEZ DÍEZ, José Op. cit., p.15.

⁴⁶⁷ Ibid.

⁴⁶⁸ “[...] gran Relicario de relicarios, es decir, Relicario en su doble acepción de pieza artística destinada a la conservación y veneración de la reliquia de un santo (sentido estricto) y también una capilla o reliquiario como conjunto de piezas concentradas en una iglesia o altar (sentido lato) para veneración general.”

MEDIAVILLA MARTÍN, B.; RODRÍGUEZ DÍEZ, J. (transcripción, introducción e índices) **Documentos para la Historia del Monasterio de San Lorenzo el Real de El Escorial**. Las reliquias del Real Monasterio del Escorial. Documentación Hagiográfica. Madrid: Ediciones Escorialenses, 2004, p.24.

⁴⁶⁹ Historia de varios sucesos y de las cosas notables que han acaecido en España y otras naciones desde el año de 1584 hasta el de 1603, en Documentos para la Historia de San Lorenzo el Real de El Escorial, ed. J. Zarco, Madrid 1924, IV, pp. 184-185. Apud. MEDIAVILLA MARTÍN, B.; RODRÍGUEZ DÍEZ, J. (transcripción, introducción e índices). Documentos para la Historia del Monasterio de San Lorenzo el Real de El Escorial. Las reliquias del Real Monasterio del Escorial. Documentación Hagiográfica. Madrid: Ediciones Escorialenses, 2004, p.25.

A partir de 1591, com as novas remessas de relíquias que chegam ao Escorial, o novo reliqueiro, frei José de Siguenza organizou os novos relicários nos frisos acima dos altares, com armário desenhador por Herrera, com pinturas de Bartolomeo Carducci (1560 – 1610), na nave da Anunciação, e Martín Gómez (c. 1500 – 1562), na nave de São Jerônimo. Entre as pinturas de Carducci para os relicários se pode ver representados São Mercúrio, mártir⁴⁷⁰; São Guilherme, duque de Aquitânia, e companheiro de Bernardo de Claraval, São Arnulfo (bispo), Santa Bega (abadessa), São Carlos Magno (imperador), São Constâncio (mártir). As pinturas de Martín Gomes representam São Maurício (chefe tebano), São Luís (rei da França), São Malcolm e Santa Margarida (reis de Escócia), Santa Isabel (rainha de Portugal) e São Gereão.

Ver tais relíquias é apresentado como um dos principais interesses dos visitantes do Escorial que tinham o privilégio de adentrar o edifício. Siguenza menciona a visita do rei, rainha e príncipe da Alemanha, em 1576. Entre as atividades destacadas dos convidados pelo monge, temos a visita às relíquias, à biblioteca, aos jardins e bosques que fazem parte desse complexo⁴⁷¹. Tais experiências tornavam, segundo Siguenza, “de suerte que dentro y fuera era para las personas Reales una estancia llena de Dulce entretenimento, y doquiera se leían o se oían alabanza divina.”⁴⁷²

A localização dos armários com relíquias permitia tanto que estivessem próximas dos aposentos reais, que pudessem ser veneradas pelo rei, que solicitava que algumas relíquias fossem colocadas em seus aposentos nos momentos de enfermidade, bem como fossem facilmente mostradas ao público na igreja.

⁴⁷⁰ Segundo a Legenda Aurea, São Mercúrio foi um soldado morto na Capadócia por ser Cristão a mando de um imperador chamado Juliano.

VARAZZE, J., Op. cit. p.219

⁴⁷¹ “unas veces visitaban las relíquias, otras las oficinas de la Casa, la librería, que ya comenzaba a ser ilustre, porque entró em ella a esta sazón de don Diego de Mendoza, donde había buenos originales griegos y árabes y de otras lenguas y diversas facultades; salíanse por aquellas dehesas de la Herrería y Frexneda, que en verano son unos hermosísimos jardines, parte de la misma Naturaleza compuestos, parte con la indústria llenos de flores y frutos, mucha caza, venados, jabalíes, conejos, liebres, diferencia de aves y harta copia de pescado;

SIGUENZA, J. **Como vivió e murió Felipe II.** por un testigo ocular. Madrid: Apostolado de la Prensa, 1928. Edição Facsímile: Valladolid: Editorial Maxtor, 2008, p.55-56

⁴⁷² Ibid, p.56

É interessante notar que, dentre as mais de sete mil relíquias reunidas no Escorial, de mais de seiscentos santos e santas identificados nos inventários, que o destaque recaia, em muitos casos, em santos ligados a diferentes dinastias europeias, como o Imperador Carlos Magno, personagem fundamental para a cristianização de grande parte da Europa Continental; São Luís, rei da França; e Santa Isabel, rainha de Portugal.

Segundo Inmaculada Rodríguez, havia uma disputa sobre a precedência entre os reis franceses (Reis Cristianíssimos) e espanhóis (Reis Católicos) no Concílio de Trento, sendo que os franceses argumentavam que tinham um rei reconhecido como santo o que os colocava em um lugar de superioridade na hierarquia da Cristandade e no discurso sobre o protagonismo dos reis nas questões religiosas da Idade Moderna. A Monarquia Hispânica buscava colocar-se como única defensora da Cristandade, o que se fortalece com a incorporação de Portugal em 1580 e também, posteriormente, no contexto da Guerra dos Trinta Anos⁴⁷³.

Para colocar-se também como precedido por monarcas santos, Felipe II favorece a memória de São Luís e Santa Isabel no Escorial. No caso de São Luís, por Felipe II ser descendente do rei santo francês (Luís IX, de França, nascido em 1226 e morto em 1270) por linhagem feminina, já que sua mãe era Blanca de Castela (rainha consorte de França e regente na menoridade do filho, nascida em 1188 e morta em 1252); e por ter se casado como uma princesa francesa, Isabel de Valois. No caso de Santa Isabel (1271-1336), filha mais velha de Pedro III de Aragão (1239-1285) e rainha consorte de Portugal, por ser de origem aragonesa e por considerar-se herdeiro de reis e rainhas portuguesas a partir da incorporação de Portugal na Monarquia Hispânica, além de sua mãe, Isabel de Portugal, ser filha de Dom Manuel I de Portugal e Maria de Aragão e Castela.

Durante todo o período de União Ibérica foram produzidas muitas imagens da santa portuguesa em telas e estampas, entre elas a tela de Martín Gomez no Escorial e uma estampa com o retrato da santa realizada por Cornelis Galle, pai, para a obra de Juan de Caramuel Lobkowitz, *Philippus Prudens Caroli V Imp. Filius Lusitaniae, Algarbiae, Indiae, Brasiliae Legitimus Rex Demonstratus*, publicada em Amberes em 1639, em que se defendia o direito de

⁴⁷³ RODRÍGUEZ, I. *Los reyes santos*. MÍNGUEZ, V. (ed.). **Visiones de la monarquía hispánica**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007, págs. 133-170.

Felipe II sobre o trono português. Na obra são retratados vários reis portugueses e apenas duas rainhas: Isabel e Joana, uma santa reconhecida e uma candidata à canonização.

Porém, no texto de Sigüenza dois santos espanhóis são destacados para santificar o templo do Escorial: São Lourenço, a quem o edifício é dedicado, e São Hermenegildo. As relíquias de ambos os santos deveriam ser utilizadas para a fundação da basílica:

“Tras ella [a relíquia de São Lourenço] pongamos luego la que ninguna duda tiene, digna de que se le fundase una iglesia, la del valeroso Rey y mártir San Hermenegildo, martirizado por su padre, que no pedía menor tirano ni verdugo tan ilustre mártir. Esta se puso en un riquísimo cofre que ofreció la señora Infanta doña Isabel Eugenia Clara a su padre, el Rey don Felipe II, que no se pudo emplear mejor.”⁴⁷⁴

Ambos os santos espanhóis viveram em momentos decisivos para a formação da Cristandade, quando estava se firmando como uma grande religião que seria hegemônica em parte considerável da Europa.

São Hermenegildo (564-585) era filho do rei visigodo Leovigildo, cristão ariano, que tinha se rebelado contra o pai e se proclamado rei, alegando motivos religiosos, já que Hermenegildo seguia a ortodoxia romana. Por causa de sua rebelião foi preso e executado, sendo considerado mártir pela fé pelo papa Gregório Magno, passando a ser cultuado em diversas cidades da Península Ibérica ao longo da Idade Média, como Toledo, Sevilha, Zaragoza, Santiago, Ávila, Salamanca e Plasencia. O martírio de São Hermenegildo teria influenciado seu irmão, Recaredo, a aderir ao cristianismo ortodoxo, seguindo Roma, o que seria o iniciador do caráter católico dos reis espanhóis, linhagem reafirmada durante toda a Reconquista.

Felipe II esforçou-se ao longo de seu reinado para difundir o culto a São Hermenegildo, reafirmando o caráter sagrado de sua monarquia. A fórmula de tratamento para o rei era normalmente “Sacra, Católica y Real Majestad”, reforçando o caráter sagrado de seu ofício. Nesse sentido, o monarca incentivou cronistas a escreverem obras sobre o período em que viveu São Hermenegildo⁴⁷⁵ e fez algumas intervenções para a preservação do local em

⁴⁷⁴ SIGÜENZA, J. *La fundación del Monasterio de El Escorial*, Madrid, 1986, p. 361 Apud CONEJO, F. J. *Felipe II, San Hermenegildo y la imagen de la «Sacra Monarquía»*. In: *Boletín del Museo del Prado*, Tomo 18, ano 2000, págs. 25-38.

⁴⁷⁵ Um dos mais importantes cronistas a fixar a história de São Hermenegildo foi Ambrosio de Morales (1513-1591), que era muitas vezes o acessor do monarca nos assuntos relativos às relíquias dos santos. Esse cordobês se dizia devoto do santo desde a adolescência e que teria recebido uma graça por sua intercessão. Há notícias,

que a tradição indicava que havia ocorrido o martírio do santo, uma torre da muralha islâmica de Sevilha, chamada de “torre de la Puerta de Córdoba”, onde havia uma pequena capela em que se realizava o culto ao mártir. Também pediu ao papa que se fixasse uma data para as festividades do santo⁴⁷⁶ e, após a coincidência do nascimento de seu filho (e que seria seu sucesor) Felipe no dia de São Hermenegildo, decidiu por trasladar as relíquias que eram cultuadas no monastério de Sigena (a cabeça do santo), em Huesca, para o Escorial, o que ocorreu em 1585⁴⁷⁷.

Para Cornejo, o interesse de Felipe II em reavivar e difundir o culto a São Hermenegildo relacionava-se a manutenção do ideal de ‘linhagem eleita’, que justificaria uma monarquia com origem divina. Nesse sentido, o altar levantado para as exéquias reais em Sevilha que também era dedicado a São Hermenegildo estava em conformidade com a propaganda da imagem real de Felipe II como herdeiro do santo. Nesse altar vinha escrito “Hermenegildo Rey, confiesa deber al Rey de su nación y familia, honra de quien mucho ha recibido, y ansí le procura divino auxilio en sus exequias, y le ofrece corona con gloria”⁴⁷⁸.É

dadas pelo próprio autor, de que em 1569 estava escrevendo a história do martírio do santo em um poema, que foi finalizado em 1576 e impresso em 1577. Também tratou sobre a história de Hermenegildo em sua ‘Crónica General de España’ (tomo II, libro XI), publicada em 1574. Para escrever sobre a história do santo nessa obra, Morales destocou da opinião dos cronistas que mencionaram os eventos que levaram a execução do príncipe que viveram em tempos dos reis visigodos, como São Isidoro de Sevilha, Juan de Biclano e Gregório de Tours, que condenavam a rebelião do filho contra o pai.

Em 1570 é representada a peça teatral “Tragédia de San Hermenegildo” dentro da catedral de Sevilha, provavelmente escrita por Juan de Mal Lara. Em 1591 os jesuítas Hernando de Ávila e Melchor Mucha também escreveram e apresentaram uma peça sobre “La Tragedia de San Hermenegildo” em agradecimento ao cabildo municipal pelo financiamento da construção de um novo edifício para o colégio de São Hermenegildo. Segundo Cornejo: “La categoría literaria de esta pieza teatral y, como consecuencia de ella, la gran difusión que alcanzó entre los numerosos colegios jesuítas de otras ciudades y países contribuyeron como ningún otro medio a la extensión del conocimiento y culto al santo-rey español.”

CORNEJO, F. J. *Felipe II, San Hermenegildo y la imagen de la “Sacra Monarquía”*. In: **Boletín del Museo del Prado**. Madrid: Fundación Amigos del Museo del Prado, n.18, 2000, págs.25-38, p.31.

⁴⁷⁶ Felipe II solicitou ao papa Sixto V através de seu embaixador em Roma, Juan de Zúñiga, que o culto de San Hermenegildo se estendesse por toda a coroa espanhola. O pedido foi concedido pela bula de 12 de fevereiro, estabelecendo a data de 13 de abril para a celebração do santo.

RODRÍGUEZ, I. *Los reyes santos*. MÍNGUEZ, V. (ed.). **Visiones de la monarquía hispánica**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007, págs. 133-170.

⁴⁷⁷ CORNEJO, F. J. *Felipe II, San Hermenegildo y la imagen de la “Sacra Monarquía”*. In: **Boletín del Museo del Prado**. Madrid: Fundación Amigos del Museo del Prado, n.18, 2000, págs. 25-38.

⁴⁷⁸ «GENTILI REGI, REX HERMENEGILDUS HONOREM, DE SE PRAECLARE MERITO, DEBERE, FATETUR: EXBQUIIS ERGO PRAESENS PRAESSENTIUS OFFERT NUMINIS AUXILIUM, ET MERITAM PRO LAUDE CORONAM».

interessante notar o título de “rei”, o que, de certa forma, estava em conformidade com o desejo de se buscar um rei santo no passado espanhol, ainda que, nesse caso, o título fosse bastante questionável. Apesar de todos os esforços de Felipe II, São Hermenegildo apenas foi canonizado definitivamente em 1639, pelo papa Urbano VIII⁴⁷⁹.

Ao retomar a filiação da Monarquia Hispânica ao passado visigótico buscava-se reforçar o vínculo da unidade territorial da Península Ibérica justamente no momento em que se realizava a União das Coroas Ibéricas. Além da valorização da imagem de São Hermenegildo, o período visigótico e a ideia de filiação entre seus reis e a dinastia dos Habsburgos também foram muito valorizados nos textos produzidos durante o reinado de Felipe II. Além do cronista real Ambrosio de Morales, que escreve a “Crónica General de España” (iniciada por Florián de Ocampo), Antonio de Herrera y Tordesillas também se dedicou a rememorar o período visigodo em seus escritos.

A entrega do edifício a São Lourenço e o culto às relíquias do santo em sua basílica também faz parte da valorização de uma propaganda de uma religiosidade ibérica, expressa nos reis santos de quem Felipe II se justifica como herdeiro, bem como em outros santos de origem peninsular. No poema *Laurentina*, de Cabrera de Córdoba, é apresentada a referência ao santo na solução final da planta do edifício, que se assemelharia a uma grelha, instrumento pelo qual São Lourenço foi martirizado:

“Y, aunque fuera dès cuadro no ha ofendido
la traza que en él todo se ha guardado,
ni un punto deformado o pervertido,
porque sin ocasión se ha edificado,
que todo una parilla ha parecido,
en que el patrón Laurencio fuera usado,
según las divisiones que tuviera
y astil aqeste cuarto se hiciera.

Ora fuese con este pensamiento,
o que por accidente es retratada
la parrilla furiosa del tormento,
do la inocente carne fue abrasada,
las torres con su grave fundamento
forman los pies, la red despiadada
los patios, e su cuerpo del hispano

A tradução e o original em latim são retirados de:

CORNEJO, F. J. *Op. cit.*

⁴⁷⁹RODRÍGUEZ, I. *Los reyes santos*. MÍNGUEZ, V. (ed.). **Visiones de la monarquía hispánica**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007, págs. 133-170.

la tercia parte y templo soberano.

A donde es adorada su figura,
celebrando su claro vencimiento,
su firme fe y alma santa y pura,
el martirio, cruelísimo tormento;
y en la presente edad y en la futura, movido
en tanto que quisiera el firmamento,
se harán en vuestras aras ofrecido
inciensos, mirra y ámbar escogido.”⁴⁸⁰

A inspiração da grelha de São Lourenço para a planta do monastério parece pouco provável já que, como apontamos anteriormente, a organização dos claustros era bastante coerente com a tipologia dos demais edifícios da Ordem de São Jerônimo com elevado número de monges. As relíquias enterradas no altar principal para se consagrar a igreja eram as de São Lourenço e dos doze apóstolos, junto com um pergaminho com o nome do nuncio que consagrou o a igreja e seu altar⁴⁸¹.

A devoção de Felipe II por São Lourenço e a dedicação de sua fábrica do Escorial a esse santo revela um traço importante de sua defesa da fé expressa no edifício. Segundo a *Legenda Áurea*, São Lourenço era de origem espanhola e fora levado à Roma pelo beato Sisto. Teria vivido por volta do ano 1000 da fundação da cidade de Roma, momento em que o imperador Felipe aceitara o cristianismo como religião. Ainda segundo o monge dominicano, o imperador Felipe fora assassinado por Décio, soldado que ganhara prestígio após reprimir uma revolta na Gália e retornar vitorioso à Roma. O filho do imperador assassinado, também de nome Felipe, teria pedido ao beato Sisto e a Lourenço que toda a riqueza de seu pai fosse entregue à Igreja e aos pobres, fugindo logo após esse evento. Ao tornar-se imperador, Décio começou a perseguir os cristãos, o que gerou grande número de mártires e as torturas primeiramente a Sisto para que negasse a religião cristã. Sisto foi decapitado, depois de entregar os tesouros para Jerônimo, que o teria distribuído aos pobres. Jerônimo também foi torturado para negar a religião e para entregar o tesouro do imperador que fora doado à

⁴⁸⁰ CABRERA DE CÓRDOBA, L. **Laurentina**. Edición de Lucrecio Perez Blanco. [s.l.]: Biblioteca Ciudad de Dios, 1975, p.150.

⁴⁸¹ “El año de M.D.xc.v. á 30 dias del mes de Agosto, yo, Camilo Cayetano, Patriarca de Alejandría, Nuncio Apostólico eb los reinos de España, consagré esta iglesia y este altar, en honra de San Lorenzo, y encerré en él las reliquias de San Lorenzo y de los doce Apóstoles, San Estéban y otros mártires (...)”

SIGUENZA, J. **Historia Primitiva y Exacta del Monastério del Escorial**. Madrid: Imprenta y Fundacion de M. Tello, Impresor de Cámara de S. M. Isabel la Católica, 1881. Edición Fac-simile. Valladolid: Editorial Maxtor, 2003, p. 179.

Igreja. Após muitas torturas e resistência de Jerônimo, foi colocado em uma grade de ferro sobre brasa para ser grelhado e assim morto de forma bastante lenta e cruel⁴⁸².

A escolha de um santo espanhol para se dedicar tão imponente edifício é parte do discurso de reforço do passado de defesa da fé católica por parte dos espanhóis, da antiguidade da religião nesse território, marcando a temporalidade contínua entre aqueles que foram defensores da fé no passado e Felipe II em seu tempo. A ideia de uma tradição mais antiga legitima a posição que o monarca buscava nas disputas políticas abertas pelas Reformas Protestantes. A história de São Lourenço guardada como exemplo pedagógico aos fieis pela *Legenda Áurea*⁴⁸³, de luta pela fé é importante em momentos de crise do cristianismo.

Felipe II escolhia como patrono do Escorial um santo que teria entregado a vida para manter-se firme em sua fé, que era questionada e perseguida pelos poderosos de seu tempo. O santo tinha vivido no momento de tensão, em que a religião se expandia com tanta força quanto era reprimida pelas autoridades do Imperio Romano. Da mesma forma que o santo de devoção era exemplo de firmeza na fé, o monarca buscava colocar-se como inteiramente entregue, até seus últimos dias, à religião e a sua missão de defesa e propagação do catolicismo.

O espaço destinado às reliquias unia o palácio com o altar-mor e santificava a basílica reforçando o discurso da monarquia sagrada. O altar-mor era o local de maior confluência entre a apresentação religiosa e dinástica.

A basílica, como já indicamos, era o elemento central da composição de todo o complexo do Escorial, por isso tinha recebido tanta atenção do rei, que pediu que Paciotto avaliasse os desenhos de Toledo para esse espaço. Em 1567, ano em que Juan Bautista de Toledo morreu, foram enviados muitos projetos diferentes para a basílica do Escorial para a Academia de Florença avaliar. O resultado final partiu dos desenhos e das ideias de Toledo, mas foi reformulado por Paciotto, quem Siguenza considera seu verdadeiro autor. Além do espaço de maior importância e sacralidade dentro da basílica, é em volta do altar-mor se

⁴⁸² VARAZZE, J. Op. Cit.

⁴⁸³ Como aponta Hilário Franco Júnior, um dos papéis da coletânea de vidas de santo que compõe a *Legenda Áurea* era servir de exemplo para a pregação.

organizava o palácio real e abaixo desse local sagrado estão os sepultamento da família real, sendo, por isso, o local de maior ênfase no discurso dinástico apresentado no Escorial por Felipe II.

O retábulo do altar-mor, devido a sua importância dentro da basílica, também recebeu grande atenção de Felipe II. Seu desenho foi realizado por Juan de Herrera, executado com supervisão de Pompeo Leoni e as pinturas foram dirigidas por Pedro Castello. A preocupação com a execução do retábulo da basílica também já havia sido expressa por Carlos V, que deixou como um de seus desejos que o local em que fosse sepultado tivesse um sacrário riquíssimo. Por isso, a custódia ocupa local central e é o elemento em torno do qual todo o conjunto se organiza. Os materiais utilizados para realizar essa estrutura que unia elementos arquitetônicos, escultóricos e pinturas eram nobres, com jaspes e bronze dourado a fogo, que tornava o material mais durável.

O retábulo era composto por oito telas e quinze estátuas, ordenadas em três pisos. No primeiro piso, com colunas dóricas, foram colocadas as estátuas dos quatro doutores da Igreja: Santo Agostinho, São Jerônimo, São Ambrosio e São Gregório. No segundo piso, com colunas jônicas, foram colocadas as estátuas dos quatro evangelistas: São Lucas, São João, São Marcos e São Mateus. No terceiro piso, com colunas coríntias, foram colocadas as estátuas de Santiago e Santo André. O coroamento do retablo, de ordem compósita, recebeu cinco grandes figuras: São Pedro ao lado do Evangelo, São Paulo ao lado da Epístola, no centro Jesus crucificado, a Virgem Maria e São João⁴⁸⁴.

No centro do piso dórico, sobre o embasamento, se encontra o sacrário e a custódia, que é a parte mais externa do sacrário, realizada em jaspe e bronze, apresentando-se como um templete circular, com oito colunas coríntias, formando quatro nichos preenchidos com estátuas de São Pedro, São Paulo, Santo André e São Thiago. A porção aberta da custódia tem portas em cristal transparente, coroadas com frontão triandular e óculos de cristal.

⁴⁸⁴ BUSTAMANTE GARCÍA, A. *Las estatuas de bronce del Escorial. Datos para su historia (V)*. in: **Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte** (U.A.M.). Vol. XI., 1999, págs.129- 143.

Figura 58: Retábulo do altar mor da basílica do Monastério do Escorial, realizado por Pompeo Leoni (1533-1608), Jacome da Trezzo (1515-1589) e Juan Baustita Comane (?-1582). As estátuas orantes das famílias de Carlos V e Felipe II encontram-se nas laterais do altar-mor, voltadas para o retábulo.



Fonte: GARCIA-FRÍAS, C.; SANCHO GASPAR, J. L. **Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial**. Madrid: Patrimonio Nacional / Reales Sitios, 2010.

Os locais de permanência em vida, durante a preparação para a morte e de descanso perpétuo se organizam em torno do altar. A continuidade da monarquia e a memória os fundadores do monastério são reforçadas com as estátuas orantes postas nas laterais do altar-mor. É a forma mais explícita de apresentação da presença dinástica no local e a escolha de serem representados em oração perpétua marca a presença viva e esperança de salvação eterna da monarquia enquanto instituição e de seus membros enquanto cristãos.

Figura 59: Estátuas orantes de Felipe II e sua família no Escorial, por Pompeo Leoni (1597-1600)



Fonte: PARKER, G. **Imprudent King**: a new life of Philip II. New Heaven/London: Yale University Press, 2014.

Para Wilkinson-Zerner, ao escolher realizar as estátuas em atitude orante, a mensagem de continuidade dinástica se sobrepunha ao tema funerário, o que é reforçado pelo fato de não estarem ali representados todos os membros da família enterrados no Escorial até o momento⁴⁸⁵. Dom Manuel também havia se representado em atitude orante na basílica em que se enterrou, porém essa estátua se encontra na porta de entrada da igreja.

As estátuas foram colocadas no mesmo nível do piso dórico do retábulo, na mesma altura do sacrário e custódia. Há a preocupação em manter a unidade do retábulo nas estátuas orantes, o material utilizado é igual ao das estátuas do retábulo, o bronze dourado a fogo, abandonando em 1592 a primeira intenção de serem de mármore policromático. Os

⁴⁸⁵ “Esas efigies eran las dramatis personae oficiales de El Escorial e inevitablemente, em esse marco, el mensaje dinástico pesa más que el tema funerário. No todas las estatuas representaban a Habsburgos muertos, y no todos los que están enterrados em El Escorial aparecen em el santuario. Hacia los anos noventa descansavan em la cripta abovedada, bajo el pavimento, diecisiete membro dela familia. Solo nueve tenían estatua, y el decimo era el próprio felipe II. Ni el Hermano ilegítimo del reu y mando militar, Juan de Austria, ni muchos de sus hijos pequenos, ni sus adoradas Hermanas Isabel y Catalina se incluyeron. Todas las estatuas representavan reyes y reinas, excepto Carlos, que, omo primer hijo de Felipe II, hubiera sido el herdeiro.”

elementos arquitetônicos que envolvem as estátuas também mantém o material do retábulo, sendo as colunas dóricas realizadas em jaspe.

No lado da epístola são colocadas as estátuas da família de Felipe II e no lado do evangelho a família de Carlos V, indicando a superioridade do imperador no local em que se apresenta. Carlos V e Felipe II são apresentados cobertos com brocados, com coroa, cetro e livro. O imperador está armado com espada no cinto, com capa com águila bicéfala bordada e é retratado como homem maduro; em seu grupo familiar estão a imperatriz Isabel, Dona Leonor (rainha de França, irmã do imperador), Maria, rainha de Hungria, todas apresentadas com feições jovens. Felipe II também está armado com espada no cinto, leva capa com suas armas e também é o único retratado como idoso em seu grupo familiar; acompanham-no Ana de Áustria (quarta esposa), Maria de Portugal (primeira esposa), o príncipe Carlos, e Isabel de Valois (terceira esposa). As efígies, como exigia o decoro, pela dignidade de suas personagens, não apresentavam qualquer defeito físico, pois as pessoas da realeza deveriam ser apresentadas em suas qualidades superiores. Ao lado de cada estátua há inscrições com os títulos e a relação que tinham com Carlos V e Felipe II.

A defesa da fé pela Monarquia Hispânica, a morte e a salvação da alma, a sacralidade da monarquia e a continuidade dinástica eram centro da mensagem expressa no Escorial. A presença da monarquia se fazia em diversos espaços do monastério, mas o ápice desse discurso se dava em torno do altar-mor, mas indicando que todo o Escorial era sepultura e exemplo de fé dos Habsburgos espanhóis. Os sepulcros definitivos foram realizados apenas durante o reinado de Felipe III.

Por isso, o encerramento da História da construção do Escorial de Sigüenza se dava com a morte de Felipe II e seu exemplo de bom cristão até os últimos suspiros. A História do reinado de Felipe II e da construção do Escorial estavam fundidas nas palavras do frei Jerônimo.

Toda a preparação, tanto de Carlos V como de Felipe II, para a morte eram fundamentais no pensamento medieval e moderno. O bom cristão deveria ter tempo para se preparar para a Glória. Felipe II pediu para confessar-se e tomou a extrema unção alguns dias antes de falecer. Segundo Sigüenza:

“Como en todo lo fue tan Rey y tan alto ánimo este gran Príncipe, parece que aún quiso reinar y enseñorearse sobre la muerte. La estaba aguardando y tratando de sus cosas con tanta igualdad de ánimo lo que á otros atemoriza,

que dijera el que le veía, no era él el que estaba tan al cabo, sin negocio de otro.”⁴⁸⁶

Adorava as relíquias dos santos e deixou por escrito como desejava ser velado: sem pompa, em silêncio, sem qualquer música. Foi velado por alguns religiosos e durante a noite seu corpo foi iluminado por apenas quatro círios. Pretendia com isso ser exemplo na morte: “Quiso tambien, como prudente y católico Príncipe, hacer una protestacion de a fe y de como moria en la obediencia de la Santa Iglesia[...]”⁴⁸⁷ Segundo o frei Jerónimo de Sepúlveda, o monarca deixou tudo planejado minuciosamente para que seu desejo pudesse ser rigorosamente cumprido⁴⁸⁸. Não eram necessários ritos exuberantes, o grande legado de Felipe II estava imortalizado em pedra em sua grandiosa obra do Monastério de San Lorenzo El Real de El Escorial.

⁴⁸⁶ SIGUENZA, J. **Historia primitiva y exacta del Monastério del Escorial**. Op. cit., p. 225.

⁴⁸⁷ Ibid, p.224.

⁴⁸⁸ BOUZA, F. **Imagen y propaganda**: Capítulos de história cultural del reinado de Felipe II. Madrid: Akal, 1998.

Conclusão

Como apresentamos ao longo das páginas anteriores, as relações estabelecidas entre a Ordem de São Jerônimo e os monarcas castelhanos e portugueses eram bastante distintas, porém com aspectos de aproximação. Enquanto em Castela o número de casas cresceu rapidamente logo nas primeiras décadas após o surgimento da ordem, em Portugal havia apenas quatro mosteiros em fins do século XV, quando D. Manuel subiu ao trono.

No primeiro século de existência dos jerônimos era comum receberem nobres e reis em suas dependências, porém, os monarcas ainda preferiam catedrais ou casas de ordens mendicantes como local de sepultamento. A entrega do santuário de Nossa Senhora de Guadalupe foi um dos momentos de destaque no desenvolvimento da ordem. Nesse monastério-santuário muitas funções foram acumuladas e a imagem de proteção da Virgem expressa nesse monumento justificava a luta contra os muçulmanos, as investidas cristãs ao norte da África, a perseguição aos judeus, etc. O santuário era local de preces de homens de todos os estratos sociais, inclusive de reis, como Afonso V de Portugal. Em momentos de disputas entre os reinos, as vitórias eram agradecidas com doações generosas ao santuário mariano, o que reforçava a imagem de favorecimento divino, legitimando seus governos. Com menor atratividade, Portugal também tinha no Convento de Nossa Senhora do Espinheiro um santuário mariano guardado pela ordem de São Jerônimo, que muitas vezes é lembrado como local de eventos milagrosos ou fantásticos relacionados às estadias de membros da família real em suas dependências.

Ainda assim, o protagonismo régio era menos evidente em tais ações do que seria nos mosteiros edificadas a pedido dos próprios reis e o primeiro governante a se interessar especialmente pelos jerônimos foi Henrique IV de Leão e Castela. Esse monarca provavelmente buscava construir seu palácio de descanso e sua morada eterna em *Santa Maria del Parral*, que acabou por não receber sua sepultura. Também edificou outro mosteiro da ordem próximo à Madrid, quando a vila ainda não tinha se transformado no principal centro cortesão castelhano. Por fim, escolheu para seu último descanso o santuário de Guadalupe. Sua sucessora, a rainha Isabel I, também se aproximou dos monges jerônimos, tendo como confessor um desses religiosos e escolhendo construindo um palácio em Guadalupe.

Esse ambiente de aproximação dos últimos Trastâmaras em relação aos jerônimos inspirou Dom Manuel I na escolha em entregar a esses religiosos sua principal

obra, o mosteiro de Santa Maria de Belém. Com esse monumento, o novo governante português olhava para os dois sentidos em que seu poder poderia se expandir. Olhava para a Castela, Leão e Aragão, já que fora jurado herdeiro dos Reis Católicos junto com sua esposa, por isso a escolha de uma ordem ibérica. Também olhava para as conquistas em África e Ásia que se tornavam possíveis e promissoras em seu reinado, por isso a escolha de realizar o monumento em Lisboa, no local de onde as naus partiam.

Dom Manuel dá um novo atributo aos monges jerônimos, que até então não tinham sido escolhidos para guardar panteões familiares de monarcas. A monumentalidade do edifício era o reflexo do enriquecimento do reino e a imagem expressa da monarquia, reiterada pela profusão ornamental, era a imagem cristocêntrica do rei. Diferentemente do Escorial, os escritos sobre o mosteiro de Santa Maria de Belém fazem parte de grandes obras sobre o reinado de Dom Manuel em que os autores reforçam a imagem do mosteiro como agradecimento pelos sucessos no além-mar que foram coroados com a chegada à Índia. Estava expressa no edifício a ligação com o passado e com a tradição, colocando D. Manuel como continuador das ações do Infante Dom Henrique, cuja estátua é colocada em local de destaque no portal mais suntuoso e de maior visibilidade da igreja do monastério, além da pretensa imagem de humildade do rei, em escolher sepultar-se em campa rasa e de colocar sua estátua na porta mais reclusa, ainda que fosse a principal.

Dom Manuel e Felipe II escolheram a Ordem de São Jerônimo como forma de reforçar as particularidades da religião ibérica e a unidade peninsular em sua defesa da fé. A escolha do monarca espanhol ocorreu anos antes da morte trágica de D. Sebastião que abriria espaço para que ele reclamasse o trono lusitano. Porém, Felipe II buscava continuar a postura de seu pai com o Escorial, que tinha escolhido aproximar-se dos jerônimos no final da vida para reforçar sua ligação com o território ibérico, depois de tantos anos tendo sofrido com a resistência de grupos que não viam com bons olhos serem governados por um monarca estrangeiro, ainda que fosse o herdeiro legítimo do trono. Felipe II reforçava sua hispanidade no início de seu reinado comemorando sua primeira vitória com a edificação do Escorial. Ao mesmo tempo, era o chefe de sua família, sendo tio do monarca português, marcando também sua posição de destaque no cenário ibérico lembrada na grandiosidade do Escorial. Com a incorporação de Portugal, a imagem de unidade, de defesa da fé e de valorização de elementos que reforçavam as particularidades da religiosidade ibérica é ampliado, pois a partir daquele momento todos os reinos ibéricos, que tinham se formado a partir da expulsão dos

muçulmanos da península e que levavam a fé católica para todos os continentes conhecidos e que agora estavam comunicados com a Europa através de seus domínios ultramarinos, eram governados pelo mesmo senhor.

Tanto Santa Maria de Belém como o Escorial eram frutos das possibilidades econômicas proporcionadas pelas conquistas e ligavam-se aos centros de poder, às capitais que se formavam. Ao mesmo tempo em que estavam prudentemente afastadas do ambiente cortesão, criando uma relação entre o espaço do sagrado e da memória da monarquia e o espaço dos afazeres mundanos cotidianos. No entanto, o Escorial aprofundou muitas das possibilidades vislumbradas no monastério lisboeta, sobretudo porque Felipe II voltou-se para o exemplo de seu avô lusitano reforçando e propagando sua imagem construída no Escorial com instrumentos diversos e de grande alcance. A escrita sobre o monumento, as estampas, as notícias que circulavam sobre o Escorial, comunicavam de forma eficaz sua posição de defensor da fé frente aos muçulmanos e aos protestantes, sendo que suas vitórias eram lembradas como sinais do favorecimento divino ao rei espanhol.

Felipe II também unia diferentes tradições no Escorial, que era o ápice do desenvolvimento dos palácios-monastérios, além de ser o panteão dinástico. Muito da comunicação expressa nesse edifício era reflexo do ambiente de Contra-Reforma, que impunham ao monarca apresentar de forma mais enérgica e explícita sua adesão ao catolicismo e sua postura combativa. Por isso, o Escorial era peça privilegiada de sua propaganda, reforçada por muitas iniciativas que difundiam sua imagem.

A relação entre a monarquia e a defesa da fé é distinta em Santa Maria de Belém e *San Lorenzo El Real del Escorial*. Enquanto que o mosteiro de Belém expressa o poder a partir da perspectiva do monarca como imagem de Cristo, mantendo a tradição medieval, o discurso no Escorial é mais combativo, próprio da Contra-Reforma, do governante como responsável pela defesa da fé frente às heresias, enquanto o islã se mantém como um inimigo externo. Para comunicar essas duas formas distintas de reforçar a ligação do poder temporal ao poder e aos desígnios divinos, ambos enfatizam o que há de específico na religiosidade local, nos milagres e lembranças dos feitos de seus antecessores, enquanto colocam-se como difusores do Cristianismo no mundo. Ambos os monumentos olham para a Península para colocarem-se no Mundo. A missão sagrada de Portugal e Castela era grandiosa, porque se colocavam como continuadores dos apóstolos, como aqueles que poderiam cumprir o desejo divino de espalhar a palavra para todas as partes conhecidas da Terra. Essa missão os colocava em posição de destaque na Europa e apenas os reinos ibéricos a compartilhavam, o

que é especialmente lembrado nos momentos e monumentos que marcavam a continuidade dinástica, a perpetuação da memória desses tempos áureos.

Referências

Documentos consultados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Fundo Mosteiro de São Jerónimo da Penha Longa (1352-1833) – PT/TT/MSJPL

- Traslado em forma pública da escritura do mosteiro de Penha Longa fez a condessa de Monsanto, D. Inês de Ayala, sobre a capela-mor, no qual tinham licença do rei para ela, seu marido, D. Pedro de Castro, seus filhos e sucessores, serem enterrados aí - PT/MSJPL/M001/00036

Fundo Mosteiro de Santa Maria de Belém (1297-1833) – PT/TT/MSMB

- Bula do papa Júlio II para priores de Santa Maria de Belém pagarem o dízimo da quinta da Palmeira (1511)

- Privilégio para o mosteiro de Belém tomar carne no asougue primeiro que pessoa algu[m]a por l Rey Dom João Terceiro e por El Rey Dom Sebastião

- Títulos de diversos contratos, cartas régias, provisões, alvarás, sentenças, recibos e contas – PT/TT/MSMB/M2

Fundo Colégio de S. Jerónimo de Coimbra (1476-1828) – PT/TT/CSJC

Documentos consultados no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Colégio de São Jerónimo

- Prazos – Livro do Índice de prazos e rendas e dos enfiteutas dos casais e das quintas, das igrejas de que é padroeiro e dos inventários dos ornamentos que cada uma tem do Real Colégio de S. Jerónimo

Mosteiro de São Marcos

- Bulas e documentos avulsos, 1553 – São Marcos 1

- Cópia de 1796 da Bula de 1553

- Capelas – São Marcos 1

- Doações – São Marcos 2

- Doação de 1451 de D. Brites de Meneses

- Doação de 1523 – ‘Doaçam que Regedor Ayres da Sylva fes a Donna Brites Castro ...’

- Privilégios – São Marcos 4
 - 1500 – confirmação de privilégios de D. João
 - 1453 – confirmação de bens em São Silvestre
 - 1478 – licença para possuírem certos bens
 - 1595 – isenção de impostos

Fontes impressas:

ALBERTI, L. B. (1404-1472). **Da Arte de construir**. Tratado de Arquitetura e Urbanismo. Tradução de Sergio Romanelli. São Paulo: Hedra, 2012.

_____. **Da pintura**. Trad. Antonio da Silveira Mendonça. Campinas: Editora UNICAMP, 2009.

BARROS, J. (c.1496-1570). **Décadas**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945-1946, vol I.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Editora Paulus, 1ª ed., 9ª reimp., 2013.

BOUZA ÁLVAREZ, F. (org., intro., notas). **Cartas para as duas infantas meninas: Portugal na correspondência de Felipe I para suas filhas (1581-1583)**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CABRERA DE CORDOBA, L. (1559-1623). **Laurentina**. Edición de Lucrecio Perez Blanco. [s.l.]: Biblioteca Ciudad de Dios, 1975.

_____. **Filipe Segundo**, Rey de España. Madrid: Imprenta, Estereotipia y Galvanoplastia de Aribauy Cª, 1876-1877, Tomo II, p.343. Cópia digital. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo, 2009-2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=4126>

_____. **Historia para entenderla e escribirla**. Madrid: Luis Sanchez, 1611.

GOIS, D. (1502-1574). **Descrição da Cidade de Lisboa**. Tradução, apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

_____. *Descrição da Espanha*. In: idem. **Opúsculos Históricos**. Tradução do original latino pelo Prof. Dias de Carvalho. Pôrto : Livraria Civilização, 1945, pp. 91-123.

_____. **Chronica do Felicissimo Rey D. Emanuel da Gloriosa Memoria**, há qual por mandado do Serenissimo Principe, ho Infante Dom Henrique seu Filho, ho Cardeal de Portugal, do Titulo dos Santos Quatro Coroados Damiam de Goes Collegio & compoz de novo. Lisboa: Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749. Disponível na biblioteca digital da BNP em: <http://purl.pt/288> Acesso em 20 de agosto de 2016.

HOLANDA, F. (1517-1585). **Da fábrica que falece à cidade de Lisboa**. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

LAVANHA, J. B. (c.1550-1624). **Viagem da Catholica Real Magestade del Rey Filipe II.** [sic] N.S. ao Reyno de Portugal e relação do solene recebimento que nelle se lhe fez S. Magestade a mandou escrever por João Baptista Lavanha seu coronista mayor. Madrid: Thomas Iunti Impressor del Rei N.S., 1623.

RESENDE, G. (1470-1536). **Crónica de Dom João II e miscelânea.** Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1973, p.275.

SIGUENZA, J. (1544-1606). **História primitiva y exacta del monasterio del Escorial.** Madrid: Imprenta y Fundacion de M. Tello, Impresor de Câmara de S. M. Isabel la Católica, 1881. Edición Fac-simile. Valladolid: Editorial Maxtor, 2003.

_____. **Historia de la Orden de San Jerónimo.** Madrid: Bailly-Bailliére e hijos ed., 1907.

_____. **Cómo vivió y murió Felipe II,** por un testigo ocular. Madrid: Apostolado de la Prensa, 1928. Edição Facsímile: Valladolid: Editorial Maxtor, 2008, p.14.

_____. **La Fundacion del Monasterio de el Escorial.** Valencia: CMC Editor, 2010, p.34.

VARAZZE, J. (1229-1298). **Legenda Aurea.** Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica de Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 825.

XIMENEZ, A. **Descripcion del Real Monasterio de San Lorenzo del Escorial.** Madrid: Imprenta de Antonio Marin, 1764.

Instrucciones de Carlos V a Felipe II (Palamós, 4 de mayo de 1543). FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. **Corpus Documental de Carlos V.** Salamanca: 1975, t. II, pp. 90-103. Disponível na web no site do Centro Virtual Cervantes: http://www.cervantesvirtual.com/bib/historia/CarlosV/7_4_instrucciones.shtml

Instrucciones secretas de Carlos V a Felipe II (Palamós, 6 de mayo de 1543). FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. **Corpus Documental de Carlos V.** Salamanca: 1975, t. II, pp.104-118. Disponível na web no site do Centro Virtual Cervantes: http://www.cervantesvirtual.com/bib/historia/CarlosV/7_4_instrucciones.shtml

Testamento político del Emperador - Instrucciones de Carlos V a Felipe II sobre política exterior (Augusta a 18 de enero de 1548). FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. (ed.) **Corpus Documental de Carlos V.** Salamanca : Universidad de Salamanca, 1975, v. II, pp. 569-592]. Disponível na web no site do Centro Virtual Cervantes: http://www.cervantesvirtual.com/bib/historia/CarlosV/7_4_instrucciones.shtml

Bibliografia:

ALBALADEJO, P. F. **Fragmentos de Monarquía**. Trabajos de Historia Política. Alianza Editorial, Madrid, 1992.

ALVAREZ VILLAR, J. *Ecos hispánicos del manuelino*. In: DIAS, P. (coord.) **As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos** – II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Coimbra: Livraria Minerva, 1987, págs. 80-95.

ALVES, A. M. **Iconologia do poder real no período manuelino**. À procura de uma linhagem perdida. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985.

ALVES, J. F. **O mosteiro dos jerónimos**. Descrição e evocação. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

ARCAUTE, A. R. **Juan de Herrera**, arquitecto de Felipe II (1936). Madrid: Instituto Juan de Herrera, 1997.

ARGAN, G. C. **Clássico e anticlássico**. Trad. Lourenzo Mammi. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. **Renacimiento y Barroco**. Trad. J. A. Calatrava Escobar. Madrid: Akal, 1976, 2v.

ARIAS MARTÍNEZ, M. *Sobre el retablo de San Jerónimo del pintor Jorge Inglés*. In: **Boletín del Museo Nacional de Escultura**, N.º. 1, págs. 7-14, 1996-1997

ARROYO, M. J. *Da imaginação à imagem: o sonho como criação na Espanha do Siglo de Oro*. In: FURTADO, J. F. (org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica**. Europa, América e África. São Paulo: Annablume, 2008, págs.161-172.

ARTUR, A.P.U. *Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha*. In: **Revista da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. XXXVI, 1992, págs.395-408.

ARTOLA, M. (dir). **Enciclopedia de Historia de España**. Vol. II: Instituições Políticas. Império. Madrid: Alianza, 1988, pp. 93-163.

ASENJO PELEGRINA, J. J. *Notas para el estudio de la vida y de la obra de fray José de Sigüenza*. **Wadal-Hayara**: Revista de estudios de Guadalajara. Guadalajara: Institución provincial de cultura "Marqués de Santillana", N.º. 6, 1979, págs. 127-138, disponível em:

<http://biblioteca2.uclm.es/biblioteca/CECLM/ARTREVISTAS/Wad/wad06Asenjo.pdf>
Acesso em 15 de outubro de 2015.

ATANÁZIO, M. C. M. *Contributo de João de Castilho para o espaço e estrutura da arquitectura do manuelino*. in: DIAS, P. (coord.) **As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos** – II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Coimbra: Livraria Minerva, 1987, págs.259-275.

AZEVEDO, C. M.(dir). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. 4 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

_____. (dir.). **História religiosa de Portugal**. 3 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

BARATA, A. F. **Breve Memória Histórica do Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro**, extramuros de Évora. Évora: Minerva Commercial, 1900.

BARATA, M. R. T. *Portugal e a Europa na Época Moderna*. In: TENGARRINHA, J. (org.). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo: EDUSC/EDUNESP, 2001, págs.183-204.

BASTOS, R. **A Maravilhosa Fábrica de Virtudes**. O decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822). São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2013.

BAXANDALL, M. (1972). **O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Trad. Maria Cecília Preto da Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Giotto and the orators: humanist observers of painting in Italy and the discovery of pictorial composition, 1350-1450**. Oxford: Clarendon Press, 1971.

BENASSAR, B.; VICENT, B. **España**. Los Siglos de Oro. trad. Teófilo de Lozoya e María Pons Irazábal. Barcelona: Crítica, 2000.

BENEVIDES, F. F. **Rainhas de Portugal**. As mulheres que construíram a nação. Lisboa: Marcador, 2011,

BETHENCOURT, F. *Os equilíbrios do Poder*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs.149-164.

BEVAN, B. **Estoria de Arquitectura Española**. Barcelona Barcelona: Editorial Juventud, 1950.

BILOU, F. **Convento do Espinheiro**. Memória e Património. Évora: Soartes, 2006.

BLOCH, M. (1924). **Os reis taumaturgos**. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOAVENTURA, D. M. R. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

BONET CORREA, A. **Figuras, modelos, e imágenes en los tratadistas españoles**. Madrid: Alianza Editorial, c1993.

_____. **Fiesta, poder y arquitectura: aproximaciones al Barroco español**. Akal: Madrid, 1990.

_____. **El urbanismo en España y Hispanoamerica**. Madrid: Cátedra, 1991.

BOUZA ÁLVARES, F. *Introdução*. In: idem (organização, introdução e notas). **Carta para duas infantas meninas**. Portugal na Correspondência de Filipe I para suas Filhas (1581-1583). Lisboa: Dom Quixote; Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

BOUZA, F. e SANTIAGO, E. *Grabar la Historia. Grabar en la Historia* OLLERO, J. (ed.). **Los Austrias**. Grabados de la Biblioteca Nacional. Madrid: Biblioteca Nacional, 1993.

BOUZA ÁLVARES, F. J. **Corre manuscrito**: una historia cultural del siglo de oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

_____. **Imagen y propaganda**. Capítulos de Historia Cultural del Reinado de Felipe II. Madrid: Akal, 1998.

_____. *Escribir en la corte. La cultura de la nobleza cortesana y las formas de comunicación en el Siglo de Oro*. in: BENNASSAR PERILLIER, B.; et. al. **Vivir el Siglo de Oro**. Poder, Cultura e História en la época moderna. Estudios en homenaje al profesor Ángel Rodríguez Sánchez. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003, pp.77-100.

_____. *La correspondencia del hombre práctico. Los usos epistolares de la nobleza española del Siglo de Oro a través de seis años de cartas del tercer conde de Fernán Núñez (1679-1684)*. In: **Cuadernos de Historia Moderna**. Anejos. 2005, pp.129-154.

BLOCH, M. **Os reis taumaturgos**. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRAGA, P. D. *Casamentos reais portugueses. Um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos XII-XIV)*. In: **Revista da Faculdade de Letras**. História. Porto: Universidade do Porto, serie II, vol XV-2, 1998, págs.1531-1537.

BRAUDEL, F. **El mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**. Trad. Mario Monteforte Toledo e Venceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

BRELAZ, C. (1811-1892). **Croquis de Cintra**: dessinés d'après nature et lithographiés. Lisbonne: Lith. de Manuel Luis, 1840, 18 litografias.

BUENO, B. P. S. *Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – mestres de ofício, “riscos” e “traças”*. In: **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material. Vol. 20, no. 1. São Paulo jan./jun. 2012, págs.321- 361.

BUESCO, A. I. **Memória e Poder**. Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BURKE, P. **Fabricação do Rei**. A Construção da Imagem Pública de Luis XIV. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Zahar, 1994.

CADIÑANOS BARDECI, I. *Los claustros del monasterio de San Jerónimo El Real*. **Archivo Español de Arte**, LXXX, 319, jul./set. 2007, pp.247-259.

CALI, M. (1980) **De Miguel Ángel a El Escorial**. Momentos del debate religioso em el arte del siglo XVI. Trad. José Luis Sancho y Anselmo Alonso. Madrid: Akal, 1994.

CÁMARA MUÑOZ, A. **Arquitectura y Sociedad en el Siglo de Oro**. Madrid: Ediciones El Arquero Textos Universitarios, 1990.

CAMÓN AZNAR, J. **La arquitectura y la Orfebrería Española del siglo XVI**. Madrid: Espasa-Calpe, S.A., 1970.

CARDIM, P.; COSTA, L. F.; CUNHA, M. S. (orgs.). **Portugal na Monarquia Hispânica**. Dinâmicas de Integração e de Conflito. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2013.

CARRETE PARRONDO, C. *Los conversos jerónimos ante el estatuto de limpieza de sangre*. In: **Helmantica**: Revista de filología clásica y hebrea. Tomo 26, N° 79-81. Salamanca: Universidade Pontificia de Salamanca, 1975, págs. 97-116.

CARITA, H. **Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CARVALHO, A. M. de. **Do mosteiro dos Jerónimos**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

CARVALHO, J. A. F. *Nas origens dos jerónimos na Península Ibérica: do franciscanismo à Ordem de S. Jerónimo – O itinerário de Fr. Vasco de Portugal*. **Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas**, série II, vol. 01. Porto: Universidade do Porto, 1984, págs. 11-131.

CASTRO, A. **Aspectos del vivir hispánico**. Madrid: Alianza Editorial, 1970, p.57.

CERVERA VERA, L. **Las Estampas y el Sumario de El Escorial por Juan de Herrera (1956)**. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid/Fundación Cultural C.O.A.M., 1998.

_____. **Intervención de Juan de Herrera en Ediciones de Libros**. Madrid: Instituto de Valencia de Don Juan, 1996.

CHAUNU, P. **La España de Carlos V**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

CHECA CREMADES, F. *(PLUS) ULTRA OMNIS SOLISQUE VIAS. La imagem de Carlos V em el Reinado de Felipe II*. **Cuadernos de Arte e Iconografía**. Núm. 1, Tomo I, 1988.

_____. **Felipe II: mecenas de las artes**. Madrid : Nerea, c1992.

CHUECA GOTIA, F. **Casas Reales em Monasterios y Conventos Españoles**. Madrid: Diana Artes Gráficas, 1966.

_____. **História de la Arquitectura Española**. Ávila: Fundación Cultural Santa Teresa, Colégio Oficial de Arquitectura de Madrid, Universidade da Coriña, 2001.

CHROSCICKI, J. A.; HENGERER, M.; SABATIER, G. (dir.). **Les funérailles principières en Europe: XVIe – XVIIIe siècle**. Versailles: Aulica, 2012.

COELHO, M. H. C. *O final da Idade Média*. In: TENGARRINHA, J. (org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2001, págs.43-74.

CORNEJO, F. J. *Felipe II, San Hermenegildo y la imagem de la “Sacra Monarquía”*. In: **Boletín del Museo del Prado**, tomo 18. Madrid: Fundación Amigos del Museo del Prado, 2000, págs. 25-38.

COSTA, L. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*. In: **ARS**, Ano 7, N° 16. São Paulo: 2010, págs.126-197.

CRUZ, A. *No V Centenário de Dom Manuel I*. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto: Universidade do Porto, Vol.1, 1970, págs.01-77.

CUNHA, M. S. *A questão jurídica na crise dinástica*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp, P.541

CURTO, D. R. *Língua e memória*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs.357-375.

_____. *A cultura política*. In: MATTOSO, J. **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs.111-176.

CYMBALISTA, R. *Relíquias sagradas e a construção do território cristão na Idade Moderna*. In: **Anais do Museu Paulista**. Vol. 14. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

D'AGOSTINO, M. H. **Geometrias simbólicas da arquitetura**. Espaço e ordem visual do Renascimento às Luzes. São Paulo: Editora Hucitec.

_____. **A beleza e o mármore**. O Tratado de Architectura de Vitruvius e o Renascimento. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. *João Baptista Lavanha, Vitruvius e la diffusione dei trattati italiani di architettura in Portogallo e Spagna nel XVI secolo*. In: MOREIRA, R E RODRIGUES, A. D. (coord.). **Tratados de arte em Portugal**. Lisboa: Scribe, 2011, pp.63-71.

_____. *As palavras e as pedras. De Architectura I, 2: o preceituário da boa arquitetura*. In: **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Carlos: Programa de Pós Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo / EESCUSP, n. 2, 2008, pp.164-181.

DE MADRID, Fr. Ignacio (O.S.H.). *La Orden de San Jerónimo*. In: MATEOS GOMEZ, Isabel; LOPEZ-YARTO ELIZALDE, Amelia; PRADOS GARCIA, Jose Maria. **El Arte de la Orden Jeronima: Historia Y Mecenazgo**. Madrid: Encuentro, 2000,

_____. *La Orden de San Jerónimo en perspectiva histórica* (Lección inaugural del Simposium). in: **La Orden de San Jerónimo y sus monasterios: espiritualidade, historia, arte, economia y cultura de uma Orden religiosa ibérica**. Actas del Simposium, 1/5-IX-1999. Madrid/Escorial: R.C.U. Escorial – Maria Cristina; Instituto Escorialense de investigaciones históricas y artísticas, 1999, págs.07-39.

DEDIEU, J.P. *O refluxo do Islã espanhol*. In: CARDILLAC, L. (org.) **Toledo**, séculos XII-XIII. Muculmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p.33-46.

DESWARTE-ROSA, S. *Le Panthéon royal de Belém*. In: GUILLAUME, J. (org.). **Demeures D'Éternité**. Eglises et chapelles funéraires aux XV^e et XVI^e siècles. Paris: Picard, 2005, pp. 157-198.

_____. *Francisco de Holanda e o Mosteiro de Santa Maria de Belém*. In: PORTUGAL. **Jerónimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. II, p. 40-67.

_____. *Prisca pictura e antiqua novitas Francisco de Holanda e a taxonomia das figuras antigas*. **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 14-27, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-

53202006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Fev. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-53202006000100002>.

DIAS, P. **Fydias Peregrino**. Nicolau Chanterene e a escultura europeia do Renascimento. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra/ CENEL, 1996.

_____. **Os portais manuelinos do mosteiro dos jerónimos**. Coimbra: Instituto de História da Arte/ Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra, 1993

_____. **A arquitectura gótica portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. (coord.) **As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos** – II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Coimbra: Livraria Minerva, 1987.

DÍAZ DÍAZ, T. "*El entierro de San Lorenzo*", *posiblemente el mejor cuadro de Juan Fernández de Navarrete "el Mudo" (Padre Sigüenza)*. In: JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. (coord.). **El Monasterio del Escorial y la pintura**: actas del Simposium, 1/5-IX-2001 / , 2001, págs. 561-580

DI TEODORO, F. P. **Rafael, Baldessar Castiglione e la lettere a Leone X sulle rovine di Roma**. Bologna: Nuova Alfa, 1996.

ELIAS, N. **Mozart**. Sociologia de um gênio. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. **A sociedade de corte**. Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.

ELLIOT, J. **La España Imperial: 1469-1716**. Trad. J. Marfany. Barcelona: Vicens Vives, 2005.

_____. **España, Europa y El mundo de ultramar (1500-1800)**. Trad. Marta Balcells y Juan Carlos Bayo. Madrid: Taurus, 2009.

ELORZA, A. *Las ideas políticas*. in: ARTOLA, M. (dir.). **Enciclopedia de Historia de Espana**. Vol. II. Iglesia. Pensamiento. Cultura. Madrid: Alianza Editorial, 1995, pp.129-153.

ESTEBAN PIÑEIRO, M. *Las Academias técnicas en la España del siglo XVI*. In: **Quaderns D'Història de l'enginyeria**. Volum V. Barcelona: Universitat Politècnica da Catalunya, 2003, pp.10-18.

ESTEBAN PIÑEIRO, M. *La ciência en el siglo XVI español*. In: HOURCADE, J.L.G.; YUSTE, J.M.M. **Andrés Laguna**. Humanismo, Ciencia y Política en la Europa Renacentista. Congresso Internacional (Segovia, 22-26 de noviembre de 1999). Madrid: Junta de Castilla y León; Consejería de Educación y Cultura, 2001, pp.22-40, p.23.

FARIA, M. F. (coord.). **Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio**. História de um espaço urbano. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

FEBVRE, L. **O problema da incredulidade no século XVI**. A religião de Rabelais. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. *Los frescos de la Sala de Batallas*. In: idem (coord.). **El Monasterio del Escorial y la pintura**: actas del Simposium, 1/5-IX-2001, 2001, págs. 165-210.

FERNÁNDEZ COLLADO, Angel. **La catedral de Toledo en el siglo XVI**: vida, arte y personas. Toledo: Diputación Provincial de Toledo, 1999.

FERREIRA, A. Aurélio da Costa. *O tanque e o jardim do claustro dos jerónimos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1913.

FILHO, Manuel. JORNAL DA UNICAMP Campinas, 28 de setembro a 4 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2009/ju443pdf/Pag04.pdf, acesso em 05/01/2016

FONSECA, Luís Adão. *Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV*. In: **Península**: Revista de Estudos Ibéricos. Porto: Universidade do Porto, n.9, 2003, p.53-61.

FONTE, Barroso da. **Pousada de Santa Marinha da Costa**. Lisboa/Mafra: Educação Elo, 1995.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Apresentação*. in: VARAZZE, Jacopo de (1229-1298). **Legenda Aurea**. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica de Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Ave Eva! Inversão e complementaridade de um mito medieval*. **Revista USP**, n. 31, setembro/novembro de 1996. São Paulo: Edusp, p. 52 – 67.

GALLEGOS VÁZQUEZ, Federico. *La guerra de los Países Bajos hasta la Tregua de los Doce Años*. In: **Revista Aequitas**: Estudios sobre historia, derecho e instituciones, n.º. 4. [s.l.]: Veritas, 2014, págs. 167-252

GARCÍA CÁRCEL, Ricardo. *Felipe II y los historiadores del siglo XVII*. In: BENNASSAR PERILLIER, Bartolomé... [et al.]. **Vivir El siglo de oro**: poder, cultura e historia en la época moderna. Estudios en homenaje al profesor Ángel Rodríguez Sánchez. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003 (1ª Ed.), pp.285-316.

GARCÍA CÁRCEL, Ricardo. *Los contrastes de Carlos V y Felipe II en la política cultural*. In: **Dos monarcas y una historia en común**: España y Flandes bajo los reinados de Carlos V y Felipe II. Texto disponível no site do Instituto Cervantes - http://cvc.cervantes.es/literatura/espana_flandes/3_carcel.htm Acesso em 06/08/2017

GARCÍA-FRÍAS CHECA, Carmen. *Artistas genoveses en la pintura decorativa de grutescos del monasterio de San Lorenzo de El Escorial*. In: COLOMER, José Luis; BOCCARDO, Piero; DI FABIO, Clario (dirs.). **España y Génova**: obras, artistas y coleccionistas. Madrid: Fundación Carolina, 2003, pp.113-128.

GARCÍA-FRÍAS, Carmen. *Las series de batallas del Real Monasterio de San Lorenzo de El Escorial. Frescos y pinturas*. in: GARCÍA GARCÍA, Bernardo José (coord.). **La imagen de la guerra en el arte de los antiguos Países Bajos**. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2006, pp.135-170.

GARCIA-FRÍAS, C.; SANCHO, J.L. **Real monastério de San Lorenzo de El Escorial**. Madrid: Reales Sítios de España, 2010.

GARCIA, José Manuel. As Iluminuras de 1502 do 'Livro Carmesim' e a Iconologia Manuelina. In: Cadernos do Arquivo Municipal, 1ª Série, nº 8, Lisboa: Camara Municipal de Lisboa / Direção Municipal de Cultura / Departamento de Bibliotecas e Arquivos / Divisão de Gestão de Arquivos, 2005, pp.38-55.

GARCÍA LÓPEZ, Aurelio. *El Escorial, en Luis de Cabrera de Córdoba*. in: CAMPOS, Francisco Javier; SEVILLA, Fernández de (coords.). **Literatura e imagen en El Escorial**: actas del Simposium (1/4-IX-1996). 1996, p.667-682.

GARCÍA MORALES, M.V. *Los artistas que trabajan para el Rey: La Junta de Obras y Bosques*. In: **Tiempo y Forma**, Serie VI, Historia del Arte, t.3, 1990, pp.123-136.

GARIN, Eugene. **O homem renascentista**. Lisboa: Presença, 1990.

GARIN, E. *A cidade ideal*. In: idem. **Ciência e vida civil no Renascimento Italiano**. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Editora UNESP, 1996, pp.57-80.

GINZBURG, C. *De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método*. In: idem. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.41-93.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro seguido pela inquisição. Trad. Maria Bethania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis ibéricos no final da Idade Média**. [s.l.]: Difel, 1995.

GONZÁLES ANTÓN, L. *El territorio y su ordenación político-administrativa*. In: ARTOLA, M. **Enciclopedia de Historia de España**. Vol. II: Instituições Políticas. Império. Madrid: Alianza, 1988, pp. 11-93.

GUILLAUME, Jean. *Avant-propos: Trois siècles d'architecture funéraire: rêves d'immortalité et peur du Purgatoire*. In: CHASTEL, André; GUILLAUME, Jean. (coord.). **Demeures d'Éternité**. Églises et chapelles funéraires aux XVe et XVIe siècles. Actes du colloque tenu à Tours du 11 au 14 juin 1996. Paris: Picard, 2005, pp.7-8.

HAUPT, Albrecht (1852-1932). A Arquitectura do Renascimento em Portugal. Introdução crítica de M. C. Mendes Atanázio. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

HESPANHA, A. M. *Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime*. In: idem (org). **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp.07-89.

JAGO, C. J. *Tributos y cultura política en Castilla, 1590-1640*. In: KAGAN, R.L.; PARKER, G. (eds.). **España, Europa y el mundo Atlántico**. Madrid: Marcial Pons; Junta de Castilla y León, 2001, pp.83-112.

JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco. "Los reyes de España y la orden de San Jerónimo en los siglos XV–XVI," en **Carlos V en Yuste. Muerte y gloria**

eterna. Catálogo de la Exposición, Monasterio de Yuste, 2008 Madrid: Patrimonio Nacional, 2008.

_____(coord.). **La Iglesia española y las instituciones de caridad**. Escorial: Ediciones Escorialenses; Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2006.

_____. *La Orden De San Jerónimo Y Sus Monasterios En Las Obras De Cervantes*. In: ASOCIACIÓN DE CERVANTISTAS / CENTRO DE ESTUDIOS CERVANTINOS. **Tus obras los rincones de la tierra descubren**. Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación de Cervantistas (VI CINDAC). Madrid: Ediciones del Centro de estudios Cervantinos, 2008, pp.201-214.

KAGAN, R.L. *Clío y la corona: escribir historia en la España de los Austrias*. In: KAGAN, R.L.; PARKER, G. (eds.). **España, Europa y el mundo Atlántico**. Madrid: Marcial Pons; Junta de Castilla y León, 2001, 113-150.

KANTOROWICZ, E. H. **Os dois corpos do rei**. Um estudo sobre teologia política medieval. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSSOVITCH, L. e AZEVEDO, R. M. *Artes, Arquitetura e História. Uma conversa entre Leon Kossovitch e Ricardo Marques de Azevedo a partir da noção de Renascimento*. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, V. 11, pp.10-23, 2002.

KOSSOVITCH, Leon; AZEVEDO, Ricardo Marques de. *Questão: artes, arquitetura e história uma conversa entre Leon Kossovitch e Ricardo Marques de Azevedo a partir da noção de renascimento*. **Revista Pós**, São Paulo , v. 11, p. 10-24, 2002 . Acessível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/issue/view/3946> , acesso em 10/jan./2015.

KUBLER, M. S. G. **Art and Architecture in Spain and Portugal and Their American Dominions (1500 to 1800)**. Bradford: Penguin Books, 1959.

KRUS, Luís. *Os heróis da reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a Primeira Crônicas Geral de Hespanha*. In: **Penélope**. Fazer e Desfazer História, n.04, nov.1989, pp.05-18.

LAUWERS, Michel. *Morte e Mortos*. Trad. Eliana Magnani. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Coordenação da tradução de Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC, vol II, 2002, pp.243-259.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Breve Relato Sobre as Construções Paulistas**(Colônia e Império). C.J. ARQUITETURA, v. 19, p. 6-12, 1978.

_____. *Organização urbana e arquitetura em São Paulo dos tempos coloniais*. In: PORTA, Paula. (Org.). **Historia da Cidade de São Paulo**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 1, p. 145-177.

LOEWEN, Andrea B.; D'AGOSTINO, Mário Henrique S. **Ornamento e Decoro em Alberti e Vitruvius**. In: *Desígnio*. São Paulo: Annablume / FAU-USP, n. 2, set./2004, p.70.

LOEWEN, Andrea Buchidid. **Lux pulchritudinis**. Sobre a beleza e ornamento em Leon Battista Alberti. São Paulo: Annablume, 2012.

LOYN, H.R. **Dicionário da Idade Média**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LICHTENSTEIN, J. (org.). **A pintura: textos essenciais**. Vol. 8: Descrição e interpretação. Trad. São Paulo: Ed. 34, Magnolia Costa, 2008, 1ª reimpressão, p.23.

LIMA, L. F. S. **Imagens e figuras de um rei sonhador: representações do milagre de Ourique e do juramento de Afonso Henriques no século XVII**. In: História, São Paulo, v. 26, n. 2, págs 311-339, 2007.

LLEÓ CAÑAL, V. *Los usos de la Antigüedad: colecciones arqueológicas en la España del Renacimiento*. In: **Reales Sitios**, ano XL, n.156, 2º trimestre de 2003. Madrid: Patrimonio Nacional, págs.30-43.

MACEDO, J. B. *O testamento de Adão e as realizações atlânticas dos séculos XV e XVI*. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. **O testamento de Adão**. Lisboa: Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 1994, págs.19-29.

MAGALHÃES, J. R. *Dom João II*. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs 513-529.

_____. *As estruturas políticas de unificação*. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs.61-113.

_____. *O enquadramento do espaço nacional*. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume: No Alvorecer da modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, págs.19-61

_____. *Felipe II*. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal**. Terceiro Volume. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, (p.564)

MARAVALL, José Antonio (1975). **A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica**. São Paulo: Edusp, 2009. (1ª Ed./ 1ª reimp.)

_____. **La oposición política bajo los Austrias**. Barcelona: Ariel, 1974.

_____. **Estudios de historia del pensamiento español**. Vol. II: La época del renacimiento. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1984.

MARQUES, A. F. **Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro (Évora)**. Bases para proposta de recuperação e valorização. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Patrimônio Arquitectónico e Paisagístico. Universidade de Évora, 1998.

MARQUES, J. F. *A primeira jornada de D. Sebastião a Marrocos, no verão de 1574, e a actuação dos pregadores portugueses*. In: ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA. Colóquio **O Sebastianismo**. Política, doutrina e mito (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Edições Colibri, 2005, págs.359-362.

MARÍAS, F. **El siglo XVI**. Gótico y renacimiento. Madrid: Silex, 1992.

_____. **El monastério del Escorial.** Madrid: Ed. Anaya, 1991.

MATEOS GOMEZ, I.; LOPEZ-YARTO ELIZALDE, A.; PRADOS GARCIA, J. M. **El arte de la Orden jeronima:** Historia y Mecenazgo. Madrid: Encuentro, 2000.

MARTÍN GONZÁLEZ, J. J. *Interacción: arquitectura y escultura en El Escorial.* In: JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. (coord.). **La escultura en el Monasterio del Escorial:** Actas del Simposium. Madrid: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 1994, págs. 31-57.

MARTÍNEZ-BURGO GARCÍA, P. *El decoro. La invención de un concepto y su proyección artística.* **Revista de la Facultad de Geografía e Historia,** núm. 2, 1988, págs. 91-102.

MARTÍNEZ MILLÁN, J.; MARÇAL LOURENÇO, María P. (coords.). **Las relaciones discretas ente las monarquías hispana y portuguesa:** las casas de las reinas (siglos XV-XIX). Madrid : Ediciones Polifemo, 2008, 3 vols.

_____. **La inquisición española.** Madrid: Alianza Editorial, 2007.

_____. *Inestabilidad política y conflicto en Castilla tras la muerte del Rey Fernando. La regéncia del Cardenal Cisneros.* In: MARTÍNEZ MILAN, José (dir.). **La corte de Carlos V.** Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V. Madrid: [s.n.], 2000, tomo I, pp.141-150.

MARTÍNEZ PEÑAS, L; HERREROS CEPEDA, A. *El desplazamiento de los moriscos tras la rebelión de los Alpujarras: contexto político, estratégico y militar de una migración forzosa.* In: GARCÍA CASTAÑO, F.J. ; KRESSAVA, N. (coords.) **Actas del Congreso Internacional sobre Migraciones en Andalucía.** Granada: Instituto de Migraciones, p.2073-2082.

MARTINO ALBA, P. *San Jerónimo viajero: iconografía de um peregrinaje vital.* In: CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco-Javier (org.). **El culto a los santos:** cofradías, devoción, fiestas y arte: actas del Simposium, 2/5-IX-2008 - San Lorenzo del Escorial (Madrid) (2008): Ediciones Escorialenses / Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2008, págs. 271-284, p. 272.

MATTOSO, J. **Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa.** Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.

MEGIANI, A. P. T. **O Rei Ausente.** Festas e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619). São Paulo: Alameda, 2004.

_____. **O Jovem Rei Encantado.** Expectativas de Messianismo Régio em Portugal, séculos XIII e XVI. São Paulo: Hucitec, 2003.

MENDES, I. M. R. *Portugal e o Mosteiro de Guadalupe. Relações históricas do século XV.* In: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Actas do Congresso Internacional **'Bartolomeu Dias e sua Época'**. Vol. V. Porto: Universidade do Porto, 1989, págs.661-665.

MEDIAVILLA MARTÍN, B.; RODRÍGUEZ DÍEZ, J. (transcripción, introducción e índices) **Documentos para la Historia del Monasterio de San Lorenzo el Real de El Escorial.** Las reliquias del Real Monasterio del Escorial. Documentación Hagiográfica. Madrid: Ediciones Escorialenses, 2004.

MÍNGUEZ, V. *El rey de España se sienta en el trono de Salomón. Parentescos simbólicos entre la casa de David y la Casa de Austria.* in: idem (ed.). **Visiones de la monarquía hispánica.** Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007, págs.19-56

_____. *Introducción. De Dios y los reyes hispanos en la Edad Moderna.* In: idem (ed.). **Visiones de la monarquía hispánica.** Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007, págs. 9-16.

MIRANDA, B. S. *Nossa senhora de Guadalupe: peregrinação e política régia portuguesa no século XV.* In: NOGUEIRA, C. (org.). **O Portugal Medieval.** Monarquia e Sociedade. São Paulo: Alameda, 2010, págs.181-187.

MOREIRA, R. *“Com Antigua e Moderna Arquitetura”. Ordem Clássica e Ornato Flamengo no Mosteiro de Belém.* In: PORTUGAL. **Mosteiro dos Jerónimos -Jerónimos 4 Séculos de Pintura** [catálogo]. Lisboa: M.J., 1992, vol. I, págs.24-39.

_____. **Jerónimos.** Lisboa: Verbo, 1991.

_____. (dir.). **História das fortificações portuguesas no mundo.** Lisboa: Publicações Alfa, c1989.

_____. *Arquitetura: renascimento e classicismo.* In: Pereira, P. (org.). **História da Arte Portuguesa**, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, págs.303-375.

_____. *A escola de arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid.* In: DIAS, P. (coord.) **As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos – II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte.** Coimbra: Livraria Minerva, 1987, págs.65-77.

MOREIRA, R E RODRIGUES, A. D. (coord.).**Tratados de arte em Portugal.** Lisboa: Scribe, 2011.

MUCHAGATO, J. **O Palácio e Parque da Pena.** Vol. I: O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena. Fontes e Bibliografia para apoio à investigação histórica. Sintra: Edição de Parques de Sintra, 2010.

MUHANA, A.; LAUDANNA, M.; BAGOLIN, L. A. (orgs.). **Retórica.** São Paulo: Annablume, 2012.

NASCIMENTO, A. A. *Damião de Góis, leitor dos textos antigos: um percurso pela ‘Vrbis Olisiponis Descriptio’.* In: Idem. (coord.). **Pedro Nunes e Damião de Góis – Dois Rostos do Humanismo Português.** Actas de Colóquio no V Centenário do seu nascimento. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos /Faculdade de Letras de Lisboa, 28 de junho de 2002, págs. 155-179.

NIETO ALCAIDE, V. M. e CHECA CREMADES, F. **El renacimiento: formación y crisis del modelo clásico.** Madrid: Ediciones Istmo, 1993.

NIETO ALCAIDE, V. M.; MORALES, A. J.; CHECA, F. **Arquitectura del Renacimiento en España, 1488-1599.** 2. ed. Madrid: Cátedra, 1993.

NIETO SORIA, J. M. (2010). *El ciclo ceremonial de la batalla de La Higuera (1431)*. In: **Estudios de Historia de España**, 12(2). Disponible en: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/ciclo-ceremonial-batalla-la-higuera.pdf> consulta em 25/08/2017.

NOVAIS, F. *Condições de privacidade na América Portuguesa*. In: SOUZA, L. M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, págs.13-39.

OLIVAL, F. *As Ordens Militares na historiografia portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. *Notas de balanço*. **Penélope**: Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, vol 17, 1997, págs.97-108.

OLIVARI, M. **Entre el trono y la opinión**. La vida política castellana en los siglos XVI y XVII. Trad. Jesús Villanueva. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2004.

PARKER, G. **Felipe II**. (1979/1991) Madrid: Alianza Editorial, 2004.

_____. **Imprudent King**: a new life of Philip II. New Heaven/London: Yale University Press, 2014.

_____. *David o Goliath: Felipe II y su mundo en la década de 1580*. In: KAGAN, R.L.; PARKER, G. (eds.). **España, Europa y el mundo Atlántico**. Madrid: Marcial Pons; Junta de Castilla y León, 2001, págs. 321-346.

PANOFKY, E. **Arquitetura Gótica e Escolástica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PEREIRA, P. **Lisboa** (séculos XVI e XVII). Discurso proferido no simpósio internacional »Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos« no Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de Novembro de 2006.

_____. (dir.). **História da arte portuguesa**. 3ª ed. Segundo volume: Do “modo” gótico ao maneirismo. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

_____. **Mosteiro dos Jerónimos**. Lisboa: Escala, 2002, p.48.

PINTON, A. D. *O mosteiro e a vila de Alcobaça*. In: PESTANA, Benetida (coord.). **Linha Oeste**. Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998, pp.187-204.

PRAZ, M. **Bellezza e Bizzarria**. Saggi scelti. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 2002.

PRODI, P. **Uma História da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAMIRO CHICO, A. *El monasterio de Guadalupe: De Real Santuario a despojo nacional (1808-1835)*. in: JAVIER CAMPOS, Francisco; SEVILLA, Fernández de. **La desamortización**: el expolio del patrimonio artístico y cultural de la Iglesia en España : actas del Simposium 6/9-IX-2007 . Madrid: Ediciones Escorialenses : Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, págs.653-680.

REDOL, P. *Um dia na Batalha*. In: PESTANA, Benetida (coord.). **Linha Oeste**. Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998, págs.207-223.

REBELO, L. S. *Damião de Góis e o Humanismo Português*. In: NASCIMENTO, A. A. (coord.). **Pedro Nunes e Damião de Góis – Dois Rostos do Humanismo Português**. Actas de Colóquio no V Centenário do seu nascimento. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos /Faculdade de Letras de Lisboa, 28 de junho de 2002, págs. 121-134.

REBOIRAS, F. D. *A Espanha Medieval, Fronteira da Cristandade*. Trad. Jean Lauand. **International Studies on Law and Education**. 12 set-dez 2012, São Paulo: CEMOrOc-Feusp, págs. 57-68.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil: 1500-1720**. São Paulo: Pioneira, 1968.

_____. **Catálogo de iconografias das Vilas e Cidades do Brasil Colonial: 1500/1720**. São Paulo: Museum/FAU/USP, 1964.

ROCHA, A. C. **Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

RODRÍGUEZ, M. R. **La España de Don Quijote: Un viaje al Siglo de Oro**. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

RODRÍGUEZ LUNA, D. *Algunos aspectos de la caridad en la orden de San Jeronimo*. In: JAVIER CAMPOS Y FERNANDEZ DE SEVILLA, F. (coord.). **La Iglesia española y las instituciones de caridad**. Escorial: Ediciones Escorialenses; Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2006, págs. 923-950.

_____. *Ermidas dedicadas a San Jerónimo en España. Ayer y hoy de una devoción en el corazón de la Iglesia*. In: **El culto a los santos: cofradías, devoción, fiestas y arte**. Escorial: Ediciones Escorialenses; Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, 2008, págs. 935-950..

RODRÍGUEZ MOLINA, J. *El monasterio de San Jeronimo de Granada. Patrimonio y “más allá”*. In: **Gazeta de Antropogía**, n. 25, 2009. Disponível na web em: http://www.ugr.es/~pwlac/G25_15Jose_Rodriguez_Molina.html Acesso em 22/jan./2010.

ROSSI, P. **A chave universal**. Artes da memorização e lógica combinatória desde Lúlio até Leibniz. Bauru: Edusc, 2004.

_____. **O passado, a memória, o esquecimento**. Seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

RUBIO MORAGA, Á. L. **La Propaganda Carolina**. Arte, Literatura y Espectáculos al servicio del Emperador Carlos V. in: *História y Comunicación Social*, vol. 11. Madrid: Ediciones Complutense, pp.115-126, p118.

RUCQUOI, A. **História Medieval da Península Ibérica**. Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUIZ HERNANDO, J. A. **Los monasterios jerónimos españoles**. Segovia: Caja Segovia, 1997.

SÁNCHEZ-MOLERO, J. L. G. *La biblioteca de Honorato Juan (1507-1566), maestro de príncipes y obispo de Osmá*. In: **Pliegos de Bibliofilia**, n.09. Madrid: Travira Impresores, 1º trimestre de 2000.

_____. *Los Orígenes de la imagen salomónica del Real Monasterio de San Lorenzo del Escorial*. In: FERNÁNDEZ DE SEVILLA Y JAVIER CAMPOS, F. (coord.). **Literatura e imagen en El Escorial**: actas del Simposium (1/4-IX-1996). Escorial: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina 1996, págs. 721-750.

SÁNCHEZ RON, J. M. *Felipe II, El Escorial y la ciencia europea del siglo XVI*. In: JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. (coord.). **La ciencia en el Monasterio del Escorial**: actas del Simposium. Escorial: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, vol. 1, 1993, págs. 39-72.

_____. *La ciência en el Monasterio del Escorial*. In: JAVIER CAMPOS, F. e SEVILLA, F. de. **Actas del Simposium**. Vol . Escorial: Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, págs.39-72.

SÁNCHEZ-MOLERO, J. L. G. *Los Orígenes de la imagen salomónica del Real Monasterio de San Lorenzo del Escorial*. In: JAVIER CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, F. (coord.). **Literatura e imagen en El Escorial**: actas del Simposium (1/4-IX-1996). Escorial: Instituto Escorialense de Investigaciones Históricas y Artísticas, 1996, págs. 721-750.

SANZ SANJOSÉ, G. *Comunicaciones interiores al Tajo en el siglo XVI*. In: **Cuadernos de Investigación Histórica**. Madrid: Fundación Universitaria Española/Polígono 'El Palomo', n.2, 1978, págs.459-478.

SANTOS, C. D. **Os monges Jerônimos em Portugal na Época dos Descobrimentos**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1ª Ed., 1984.

_____. **Os jerónimos em Portugal**. Das origens aos fins do século XVII. Dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 1977.

SARASA SÁNCHEZ, E. *La sociedad mudéjar*. In: LACARRA DUCAY, M. C. (coord.). **Arte mudéjar en Aragón, León, Castilla, Extremadura y Andalucía**. Zaragoza: Institución 'Fernando el Católico', 2006, págs.07-29.

SCHIERA, P. *Sociedade "de estados" "de ordens" ou corporativa*. In.: HESPANHA, A. M. (org). **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, págs.143-153.

SEGURADO, J. *Juan de Herrera em Portugal*. In: DIAS, P. (coord.) **As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos – II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte**. Coimbra: Livraria Minerva, 1987, págs. 100-111.

SENEILLART, M. **As artes de governar**: do regimen medieval ao conceito de governo. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006.

SERRANO, C. O. *Devociones Regias Y Proyectos Políticos: Los Comienzos del Monasterio de San Benito el Real de Valladolid (1390-1430)*. **Anuario De Estudios Medievales**, 43/2, julio-diciembre de 2013, Madrid: Editorial CSIC, págs. 799-832.

SOUSA, T. M. **Mosteiro e Quinta da Penha Longa na Serra de Sintra**. Sintra: Sintra Gráfica/António Medina Júnior, 1947, p.92.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

STRONG, R. **Arte y Poder**. Fiestas del Renacimiento (1450-1650). Trad. Maribel de Juan. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

TAFFURI, M. **Ricerca del Rinascimento**. Principi, città, architetti. Torino: Einaudi, 1993.

_____. **Theories and history of architecture**. Trad. Giorgio Verrecchia. New York: Harper & Row, c1980.

_____. **Architecture et humanisme: de la Renaissance aux reformes**. Trad. Odile Seyler e Henri Raymond. Paris: Dunod, c1981.

_____. **Storia dell'architettura italiana**. Torino: G. Einaudi, c1986.

TENA, M. E. D. *Peregrinos portugueses em el Monasterio de Nuestra Señora de Guadalupe (siglo XV)*. **Península**, Revista de Estudos Ibéricos. Porto: Universidade do Porto, n.04, 2007, págs. 65-77.

TAYLOR, R. **Arquitectura y magia**. Colaboraciones sobre la Idea de El Escorial. Trad. José Luis Oliver Domingo. Madrid: Siruela, 3ª ed., 2000.

TAVARES, D. **Juan de Herrera: disciplina na Arquitectura**. Porto: Dafne, 2005.

TOLEDO, B. L.; CASTRO, J. L. *Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó*. In: ZANINI, Walter (Org.). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, v. 1, págs. 88-298.

VALE, T. L. M. *Exotismo e poder político: as representações de elefantes na tumularia régia de Santa Maria de Belém*. In: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Os construtores do oriente português**. Ciclo de Exposições Memórias do Oriente. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, págs.97-109.

VALLADARES, R. **A conquista de Lisboa**. Violência militar e comunidade política em Portugal (1578-1583). Lisboa: Textos Editores, 2010.

VARNHAGEN, F. A. **Noticia histórica e descritiva do Mosteiro de Belém**. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos conhecimentos Utela, 1842.

VICENS VIVES, J. **Aproximacion a la Historia de España**. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1962.

_____. **A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII**. in: HESPANHA, A. M. (org). Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, págs.201-229.

VIZUETE MENDOZA, C. *El patrimonio del monasterio de Santa Maria de Guadalupe (1340 - 1785)*. **En la España Medieval**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, vol 1, 1980, págs 593-619.

WARNKE, M. **O artista da corte**. Os antecedentes dos artistas modernos. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2001.

WILKINSON-ZERNER, C. **Juan de Herrera**: Arquitecto de Felipe II. Trad. Isabel Balsinde. Madrid: Ediciones Akal, 1996.

_____. *Planning a Style for the Escorial: An architectural treatise for Philip of Spain*. in: **The Journal of the Society of Architectural Historians**, vol. 44, No. 1 (mar.1985), págs. 37-47.

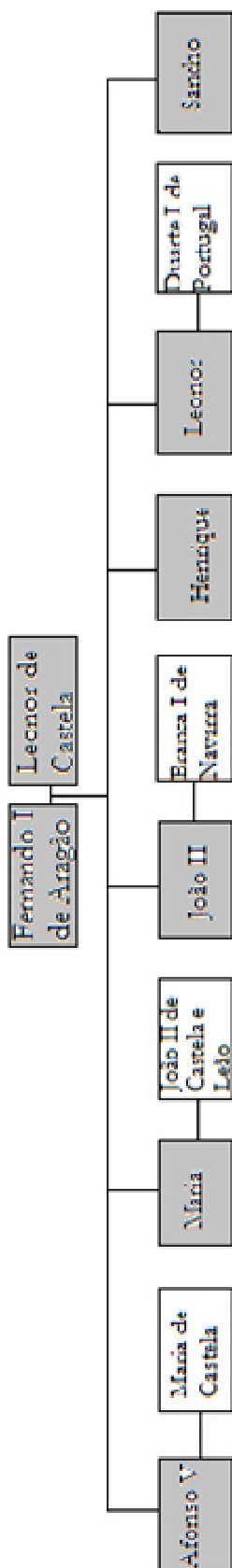
_____. *The Panthéon at the Escorial*. In: GUILLAUME, J. (org.). **Demeures D'Éternité**. Églises et chapelles funéraires aus XVe et XVIIe siècles. Paris: Picard, 2005, págs. 199-224.

YATES, F. **A arte da memória**. Trad. Flavia Bancher. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

YARZA LUACES, J. **Baja Edad Media**. Los siglos del gótico. Madrid: Silex, 1992.

YUN CASALILLA, F. *Mal aveninos, pero juntos. Corona y oligarquias urbanas em Castilla en el siglo XVI*. In: BENNASSAR PERILLIER, B.; et. al. **Vivir el Siglo de Oro**. Poder, Cultura e História en la época moderna. Estudios en homenaje al professor Ángel Rodríguez Sánchez. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003, págs. 62-76.

Apêndice A - Política de casamentos de Fernando I de Aragão (1380-1416) para seus descendentes



Apêndice B: Sucessão dos Reis Portugueses da Dinastia Avis

Governante (vida)	Cônjuge	Pais do cônjuge	Filhos do casal (indicação dos mais representativos dentro da política matrimonial da família)
D. João I (1357-1433)	Filipa de Lencaster	Pai: João de Gante Mãe: Branca de Lencaster	- D. Duarte I - João, condestável de Portugal
D. Duarte I (1391-1432)	Leonor de Aragão	Pai: Fernando I de Aragão Mãe: Leonor	- D. Afonso V - D. Fernando (pai de D. Manuel I) - Joana (casada com Henrique IV de Leão e Castela)
D. Afonso V (1432-1481)	Isabel de Coimbra	Pai: Pedro, duque de Coimbra Mãe: Isabela de Urgel	- D. João II
	Joana	Pai: Henrique IV de Leão e Castela Mãe: Joana de Portugal (filha de D. Duarte I)	Sem herdeiros das segundas núpcias
D. João II (1455-1495)	Leonor de Viseu		- Príncipe Afonso (morreu sem filhos)
D. Manuel I (1469-1521)	D. Isabel	Pai: Fernando II de Aragão Mãe: Isabel I de Castela (Reis Católicos)	- Miguel da Paz
	D. Maria	Pai: Fernando II de Aragão Mãe: Isabel I de Castela	- D. João III - Isabel (casada com Carlos V) - Cardeal D. Henrique
	D. Leonor de Áustria	Pai: Felipe I de Espanha (Habsburgo) Mãe: Joana (filha dos Reis Católicos, mãe do Imperador Carlos V)	
D. João III (1502-1557)	Catarina de Áustria	Pai: Felipe I de Espanha (Habsburgo) Mãe: Joana (filha dos Reis Católicos)	- João Manuel (casado com Joana de Áustria, filha de Carlos V, e pai de D. Sebastião) - Maria Manuela (primeira esposa de Felipe II de Castela)
D. Sebastião I (1554-1578)	Morreu antes de se casar		Sem descendentes
D. Henrique I (1517-1580)	Cardeal		Sem descendentes

Apêndice C: Sucessão dos Reis Trastâmaras de Leão e Castela

Rei	Esposa	Pais da esposa	Filhos (indicação dos mais representativos dentro da política matrimonial da família)
Henrique II (1333-1379)	Joana Manuel de Castela	Pai: João Manuel de Castela Mãe: Branca de la Cerda	- João I de Castela - Leonor de Castela (Rainha de Navarra/ esposa de Carlos III de Navarra)
João I (1358-1390)	Leonor Aragão	de Pai: Pedro IV de Aragão Mãe: Leonor da Sicília	- Henrique III de Castela - Fernando I de Aragão
	Beatriz Portugal	de Pai: Fernando I de Portugal Mãe: Leonor Teles	
Henrique III (1379-1406)	Catarina Lancaster	de - Pai: João de Gante - Constança de Castela	- Catarina de Castela - João II de Castela - Maria de Castela
D. João II (1405-1454)	Maria de Aragão	Pai: Fernando I de Aragão Mãe: Leonor	- Henrique IV de Castela
	Isabel Portugal	de Pai: João, condestável de Portugal (filho de D. João I de Portugal) Mãe: Isabel de Barcelos	- Isabel I de Castela
Henrique IV (1425-1474)	Joana Portugal	de Pai: D. Duarte I, rei de Portugal Mãe: D. Leonor de Aragão (filha de Fernando I de Aragão)	- Joana (casada com Afonso V de Portugal – falece antes de chegar ao poder em Castela)

Apêndice D: Reis de Castela a partir da União de Leão, Castela e Aragão com o casamento dos Reis Católicos até início da União Ibérica

Governante	Cônjuge	Pais do cônjuge	Filhos do casal
Isabel I 1451-1504	Fernando II de Aragão (rei consorte e depois regente até maioridade de Joana)	Pai – João II de Aragão Mãe – Joana Henriques	- Isabel (casada em 1 ^{as} núpcias com príncipe Afonso de Portugal, filho de D. João II; casada em 2 ^{as} núpcias com D. Manuel) - Maria de Aragão (casada com D. Manuel I) - Joana (casada com Felipe de Habsburgo, pais do imperador Carlos V)
Carlos I (imperador Carlos V) 1500-1558	Isabel de Portugal	Pai – D. Manuel I Mãe – Maria de Aragão (filha dos Reis Católicos)	- Felipe II - Joana de Áustria (casada com João Manuel de Portugal, pais de D. Sebastião)
Felipe II 1527-1598	Maria Manuela	Pai – D. João III Mãe – Catarina de Áustria	D. Carlos
	Maria I da Inglaterra	Pai – Henrique VIII da Inglaterra Mãe – Catarina de Aragão (filha dos Reis Católicos)	Sem descendência
	Isabel de Valois	Pai – Henrique II da França Mãe – Catarina de Médici	- Isabel Clara Eugênia - Catarina Micaela
	Ana de Áustria	Pai – imperador Maximiliano II Mãe – Maria de Espanha (filha de Carlos V)	- Felipe III